



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG
LINHA DE PESQUISA A- CIDADE E CAMPO: ESPAÇO E TRABALHO**

**A MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA DE TRABALHADORES DE SÃO JOSÉ DE
PIRANHAS-PB PARA O CORTE DE CANA-DE-AÇÚCAR EM SÃO PAULO E
BAHIA: CAUSAS E IMPACTOS PARA O LUGAR DE ORIGEM**

FERNANDO VIEIRA DA SILVA

**JOÃO PESSOA - PB
2022**

FERNANDO VIEIRA DA SILVA

**A MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA DE TRABALHADORES DE SÃO JOSÉ DE
PIRANHAS-PB PARA O CORTE DE CANA-DE-AÇÚCAR EM SÃO PAULO E
BAHIA: CAUSAS E IMPACTOS PARA O LUGAR DE ORIGEM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) do Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Josias de Castro Galvão

Linha de Pesquisa: Cidade e Campo: Espaço e Trabalho

**JOÃO PESSOA-PB
2022**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586m Silva, Fernando Vieira da.

A migração temporária de trabalhadores de São José de Piranhas-PB para o corte de cana-de-açúcar em São Paulo e Bahia : causas e impactos para o lugar de origem / Fernando Vieira da Silva. - João Pessoa, 2022.
172 f. : il.

Orientação: Josias de Castro Galvão.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Geografia social - Migrações temporárias. 2. Dinâmicas locais - Trabalhadores. 3. Cana-de-açúcar - Corte. 4. Transformações - Sociedade. 5. Lugar de origem. I. Galvão, Josias de Castro. II. Título.

UFPB/BC

CDU 911.3:30(043)

" A MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA DE TRABALHADORES DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS-PB PARA O CORTE DE CANA-DE-AÇÚCAR EM SÃO PAULO E BAHIA: CAUSAS E IMPACTOS PARA O LUGAR DE ORIGEM."

por

Fernando Vieira da Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito total para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Território, trabalho e Ambiente.

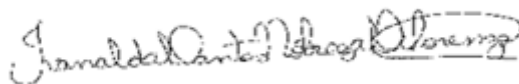
Aprovado por:



Prof. Dr. Josias De Castro Galvão
Orientador



Prof.ª. Dr.ª. Amanda Christinne Nascimento Marques
Examinadora interna



Prof.ª. Dr.ª. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo
Examinadora externa

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-graduação em Geografia
Cursos de Mestrado e Doutorado em Geografia**

Agosto/2022.

DEDICO

A Deus, à minha mãe, Maria, à minha esposa, Edigesca, aos meus avós e demais familiares, aos meus amigos, professores e todos que contribuíram com esta pesquisa. Sem vocês nada disso seria possível!

AGRADECIMENTOS

Devido a todas as dificuldades existentes para tecer uma pesquisa de tal complexidade, são frequentes os obstáculos que testam a nossa persistência. Realizar o sonho do mestrado em meio a uma pandemia foi também um desafio enorme enquanto pesquisador. Foram diversos desafios e experiências novas que atribuíram um alto grau de dificuldade à caminhada acadêmica.

Destarte, a concretização deste objetivo de vida não seria possível sem a contribuição de pessoas muito importantes que se fizeram presentes durante esta caminhada, portanto é relevante destacar que esta pesquisa não é fruto de um esforço individual, mas sim de contribuições coletivas, das quais me alegro e me sinto honrado em ser o porta voz. Sendo assim, expresso aqui os meus agradecimentos:

A Deus pelo dom da vida e por me iluminar com paciência, saúde, força, perseverança e, principalmente, por colocar em meu caminho pessoas especiais que caminharam comigo nessa jornada.

À minha amada esposa Edigesca pela paciência, companheirismo e incentivo. Motivou-me nos momentos de desânimo, foi compreensiva quando tive de “mergulhar” na pesquisa e, principalmente, por toda a contribuição para este trabalho, na transcrição das entrevistas ou como ouvinte. Amo-te infinitamente!

À minha mãe Maria do Socorro, mulher guerreira que batalhou muito para que eu pudesse estudar. Em meio a tantas adversidades, sempre fez dos meus sonhos os seus, foi exemplo de honestidade e dignidade. Sem a senhora eu não teria chegado até aqui!

Ao meu avô Francisco Vieira (Chico de Claudio); aos meus saudosos: vó Francisca Maria, vó Francisca Oliveira e vó Francisco Oliveira; ao meu irmão Diego, meu padasto Damião, aos meus sogros Cícera e Cícero, às minhas cunhadas Edna, Edivanécia, Edicléia e em especial à Edilânia (que faz com que eu me sinta a pessoa mais inteligente do mundo); aos meus tios Genival, Cimar, Erismar, Lindomar, Valdo e às tias, primos e demais familiares que sempre foram meus grandes incentivadores.

Ao meu orientador, o prof. Dr. Josias de Castro Galvão, por toda a caminhada, pelas contribuições, conselhos e, principalmente, pela paciência. Além de orientador foi um amigo que ganhei com o mestrado, cujas contribuições e exemplo perpassam o âmbito acadêmico.

Aos integrantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas, em especial a Damião e Gerlândia, por abrirem as portas da instituição para a universidade, e por todas as contribuições ofertadas.

Agradeço também aos colegas e amigos da turma 2020.1 que ganhei com o mestrado, em especial a Irami Rodrigues, Cícero Jatanael e Valmir Bruno pelo companheirismo, contribuições, amizade e ensinamentos.

A todos os cortadores de cana, esposas, mães, e demais entrevistados que materializaram esta pesquisa, compartilhando sua sabedoria e vivências. Agradeço especialmente ao meu primo Adalberto Vieira por todas as contribuições e disponibilidade para nos ajudar com a pesquisa.

Agradeço também à Banca Examinadora deste estudo, às professoras Dra. Amanda Christinne Nascimento Marques e Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo pela disponibilidade e aprimoramento deste trabalho.

Ao Professor Dr. Santiago Andrade Vasconcelos pela oportunidade no Estágio Docência, o qual foi fundamental para minha formação.

A todos os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Geografia e aos externos ao programa pelo conhecimento compartilhado, bem como pelas amizades construídas. Aqui estendo meus agradecimentos a todas as pessoas que fazem a Universidade Federal da Paraíba funcionar.

Aos amigos/irmãos que a vida me presenteou, especialmente Genilson Silva, José Neto e Jéssika Sudário pela força, apoio e companheirismo.

Aos irmãos de farda da Briosa Polícia Militar da Paraíba que, de alguma forma, contribuíram com companheirismo e incentivo.

Portanto, a todos que, de alguma maneira, fizeram parte da minha caminhada acadêmica e têm contribuição para esta pesquisa: o meu muito obrigado!

A MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA DE TRABALHADORES DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS-PB PARA O CORTE DE CANA-DE-AÇÚCAR EM SÃO PAULO E BAHIA: CAUSAS E IMPACTOS PARA O LUGAR DE ORIGEM

RESUMO

A criação de programas governamentais como o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) e o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSÚCAR) incentivou para que uma parcela do contingente de trabalhadores, migrantes de pequenos municípios do Nordeste, que outrora buscavam principalmente as grandes metrópoles do Sudeste, passassem a se dirigir sazonalmente para o interior paulista, visando os empregos temporários da colheita da cana-de-açúcar, fato que passou a acontecer entre as décadas de 1970/1980, estendendo-se até os dias atuais de forma expressiva. Dessa maneira, o assalariamento nas usinas vem modificando não só a vida dos migrantes e de seus familiares, por estarem ligados diretamente à atividade, mas também, de forma significativa, tem impactado as dinâmicas dos municípios de origem, como é o caso de São José de Piranhas, na Paraíba. Por este motivo, a escolha desse município, enquanto recorte espacial desta pesquisa, se justifica pelo grande protagonismo deste lugar como um dos principais pontos de origem migratória da Paraíba com destino ao corte de cana-de-açúcar, partindo do qual centenas de pessoas deixam suas residências e rumam para se empregar nas usinas canavieiras de municípios do estado de São Paulo e, mais recentemente, da Bahia. Destarte, o objetivo central da pesquisa é analisar as dinâmicas e consequências locais do processo de migração temporária de trabalhadores em São José de Piranhas-PB para o corte de cana-de-açúcar em municípios de São Paulo e Bahia. Logo, nesse caminho discute-se o processo migratório no Nordeste e neste município, enfatizando assim as mudanças que vêm ocorrendo, principalmente a partir do século XX. Caracterizam-se os principais sujeitos envolvidos no fenômeno migratório local, evidenciando também os protagonismos da figura feminina. Não menos importante, examina as dinâmicas do lugar e suas relações com o fenômeno migratório, focando principalmente na relação de causa e efeito. O recorte temporal deste estudo compreende o período inicial do século XXI ao ano de 2022. O percurso metodológico seguido consiste em diversas etapas, desde leituras de bibliografias pertinentes à temática até a sistematização dos dados obtidos através da pesquisa de campo. Os dados primários são fruto de entrevistas semiestruturadas realizadas com 50 migrantes e 20 mulheres, sendo 15 esposas e 5 mães, todos(as) residentes em diferentes localidades do município. Também foram entrevistados três proprietários de lojas de material de construção do município; dois responsáveis pelo setor de Recursos Humanos de usinas canavieiras do estado da Bahia e um responsável pela imobiliária que gerencia o maior loteamento de São José de Piranhas. Outras informações complementares são oriundas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e de plataformas digitais como a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Logo, a metodologia utilizada permitiu entender a situação de vida das pessoas envolvidas nesse fenômeno e, consequentemente, as fragilidades e dinâmicas do lugar de origem que é afetado pelas migrações, além de endossar este debate no âmbito das ciências sociais. Os resultados mostram que a falta de ocupação e renda somados à falta de acesso à propriedade da terra e à insuficiência das políticas públicas e programas sociais têm figurado entre os principais fatores para a expulsão desses trabalhadores. Mostram também que, apesar de se configurarem como temporárias, as migrações locais têm funcionado como importante ferramenta para melhorias na qualidade de vida das famílias. Essas mudanças, todavia, acontecem para além do seio familiar, pois são fortemente sentidas em diferentes segmentos do município como o comércio, o setor imobiliário, fundiário e mesmo na cultura local.

Palavras-chave: Migrações temporárias; Trabalhadores; Corte de cana-de-açúcar; Dinâmicas locais; Transformações; Lugar de origem.

TEMPORARY MIGRATION OF WORKERS FROM SÃO JOSÉ DE PIRANHAS-PB TO SUGARCANE CUTTING IN SÃO PAULO AND BAHIA: CAUSES AND IMPACTS FOR THE PLACE OF ORIGIN

ABSTRACT

The creation of government programs such as the National Alcohol Program (PROÁLCOOL) and the National Sugar Cane Improvement Program (PLANALSÚCAR) encouraged a portion of the contingent of workers, migrants from municipalities in the Northeast region, who formerly sought mainly the large metropolises of the Southeast, to start seasonally heading to the interior of São Paulo aiming jobs of the sugarcane harvest, a fact that started to happen between the 1970s and 1980s, extending significantly to the present day. In this way, wage employment in the cane sugar plant has changed not only the lives of migrants and their families, as they are directly linked to the activity, but it has also significantly impacted the dynamics of the municipalities of origin, as is the case of São José de Piranhas in Paraíba, the interior of Brazil. For this reason, the choice of this municipality as a spatial clipping of this research is justified by the protagonism of this place as one of the main points of migratory origin from Paraíba to the sugarcane cutting, in which hundreds of people leave their homes and head to get a job in the sugarcane plants in São Paulo and more recently in Bahia, northeast region of Brazil. Thus, the main objective of the research is to analyze the dynamics and the local consequences of the temporary migration process of workers in São José de Piranhas-Paraíba to cut sugarcane in the cities of São Paulo and Bahia. Therefore, in this way, the migratory process in the Northeast and this municipality discussed, thus emphasizing the changes, especially from the 20th century onwards. The main subjects involved in the local migratory phenomenon characterized, also highlighting the role of the female figure. In addition, it examines the dynamics of the place and its relations with the migratory phenomenon, focusing mainly on the relationship between cause and effect. This study comprises the initial period of the 21st century to the year 2022. The methodological path followed consists of several steps, from reading bibliographies relevant to the theme to the systematization of data obtained through field research. The primary data are the result of semi-structured interviews carried out with 50 migrants and 20 women, 15 wives, and 5 mothers, all living in different locations in the municipality. Three owners of construction material stores in the municipality were also interviewed, two responsible for the Human Resources sector of sugarcane in the state of Bahia, Brazil, and the person responsible for the real estate agency that manages the largest subdivision in São José de Piranhas, state of Paraíba. Other complementary information comes from the Rural Workers Union and digital platforms such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE. Therefore, the methodology used allowed us to understand the life situation of the people involved in this phenomenon and consequently the weaknesses of the place of origin. The results show that factors such as lack of work and income added to the lack of access to land ownership and the insufficiency of public policies and social programs have figured among the main factors for expulsion of these workers. They also show that, despite being temporary, local migrations have worked as an essential tool for improving the quality of life of families. These changes, however, take place beyond the family, as they strongly felt in different segments of the municipality such as commerce, real estate, land, and even in the local culture.

Keywords: Temporary migrations; Workers; Sugarcane cutting; Local dynamics; Transformations; Place of Origin.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BA - Bahia

BPC – Benefício de Prestação Continuada

BSH - Clima Semiárido Quente

CCEN – Centro de Ciências Exatas e da Natureza

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CFP - Centro de Formação de Professores

CLT - Consolidação de Leis Trabalhistas

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Ha – Hectare

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IFPB - Instituto Federal da Paraíba

Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IVS - Índice de Vulnerabilidade Social

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PB – Paraíba

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB - Produto Interno Bruto

Pisf - Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional

Planalsucar - Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar

PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia

Proálcool - Programa Nacional do Alcool

RH – Recursos Humanos

SAB - Semiárido Brasileiro

SP - São Paulo

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Unica – União da Indústria da Cana-de-Açúcar

VPR - Vila Produtiva Rural

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Etapas da contratação dos trabalhadores intermediada pelo STR de São José de Piranhas em 2018	63
Quadro 2 - Variação de pessoas ocupadas nos trabalhos canavieiros e trabalhos mecanizados em empresas sucroalcooleiras no Estado de São Paulo (2007 – 2017)	67
Quadro 3 - Distribuição dos imóveis rurais de São José de Piranhas (1998 – 2021)	119
Quadro 4 - Uso das terras e pessoal ocupado no setor agropecuário em São José de Piranhas (2006 – 2017)	121
Quadro 5 - Rendimento e despesas dos migrantes canavieiros de São José de Piranhas	138
Quadro 6 - Mudanças locais percebidas pelas esposas e mães de migrantes.....	139

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema ilustrativo da técnica de amostragem em bola de neve	24
Figura 2 - Mapa de localização do município de São José de Piranhas-PB e locais de realização da pesquisa	34
Figura 3 - Portal de notícias destaca os serviços de migrante de São José de Piranhas em usina no Estado da Bahia	60
Figura 4 - Mapa dos municípios no Estado de São Paulo para onde se dirigiram parte dos entrevistados.....	69
Figura 5 - Mapa dos municípios baianos para onde se dirigiram parte dos entrevistados.....	70
Figura 6 - Mapa do Índice de Vulnerabilidade Social dos municípios que compõem a Região Geográfica Imediata de Cajazeiras-PB	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Amostra entrevistada na pesquisa.....	26
Tabela 2 - Distribuição da população municipal por sexo na zona urbana e zona rural.....	35
Tabela 3 - Quantidade de Trabalhadores e usinas que contrataram mão-de-obra em São José de Piranhas e municípios Vizinhos (2006 – 2019)	65
Tabela 4 - Comparativo entre as faixas etárias de pesquisas realizadas em 2018 e 2021.....	76
Tabela 5 - Dimensão dos Programas de Transferência de Renda em São José de Piranhas exceto Previdência Social (2018 – 2021)	128
Tabela 6 - Programa Bolsa Família em São José de Piranhas (2018 – 2021)	129
Tabela 7 - Programa Seguro Defeso em São José de Piranhas (2018 – 2021)	130
Tabela 8 - Programa Garantia Safra em São José de Piranhas (2010 – 2022)	131

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Faixa etária dos migrantes entrevistados.....	74
Gráfico 2- Estado civil dos migrantes.....	77
Gráfico 3- Quantidade total de pessoas que compõem o grupo familiar dos migrantes.....	78
Gráfico 4- Local de residência dos migrantes.....	79
Gráfico 5- Trabalhos que exercem no período da entressafra.....	80
Gráfico 6- Escolaridade dos trabalhadores migrantes.....	82
Gráfico 7- Quantidade de anos migrando para o corte de cana.....	84
Gráfico 8- Faixa etária das mulheres entrevistadas.....	86
Gráfico 9- Índice de escolaridade das mulheres entrevistadas.....	87
Gráfico 10- Mulheres que já migraram.....	89
Gráfico 11- Funções extras assumidas pelas mulheres durante a migração dos homens.....	92
Gráfico 12- Atividades remuneradas e não remuneradas exercidas pelas entrevistadas.....	94
Gráfico 13- Principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres que ficam.....	95
Gráfico 14- Ocupação do marido quando se casaram.....	97
Gráfico 15- Condições da família após o início das migrações para o corte de cana.....	99
Gráfico 16- Membros da família que migravam para o corte de cana antes do entrevistado....	100
Gráfico 17- Sujeitos que possuem familiares migrando atualmente.....	101
Gráfico 18- O que já foi comprado com o dinheiro do corte de cana.....	107
Gráfico 19- Em que pretende investir a renda obtida com as migrações futuras.....	109
Gráfico 20- Planos para sustentar a família sem o corte de cana.....	110
Gráfico 21- Principais motivos para a migração rumo ao corte de cana-de-açúcar.....	114
Gráfico 22- Migrantes que possuem terras e quais podem prover o sustento sem a migração para o corte de cana.....	117
Gráfico 23- Pretensão de migrar em definitivo.....	124
Gráfico 24- Programas Sociais de Transferência de Renda que contemplam as famílias de migrantes segundo as esposas e mães entrevistadas.....	132
Gráfico 25 - Local onde gastam o dinheiro ganho nos canaviais.....	137

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Coexistência entre trabalhador e máquina em Rio das pedras-SP (2021)	66
Imagem 2 - Jovem trabalhador de São José de Piranhas no corte de cana em Rio das Pedras-SP em 2021.....	75
Imagem 3 - Jovem trabalhador de São José de Piranhas executando o corte da cana em Rio das Pedras-SP no ano de 2021.....	75
Imagem 4 - Mulheres acompanhando o embarque dos migrantes em São José de Piranhas.....	88
Imagem 5 - Esposas de migrantes após a saída do grupo para o interior paulista.....	88
Imagem 6 - Despedida entre trabalhador migrante de sua família.....	103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO...	17
CAPÍTULO 1 - MIGRAÇÃO E TRABALHO: OS FLUXOS MIGRATÓRIOS DO NORDESTE PARA O CAPITAL NO SÉCULO XXI	29
1.1 O MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO E SUA POTENCIAL CONTRIBUIÇÃO PARA OS ESTUDOS MIGRATÓRIOS	30
1.2 RECORTE ESPACIAL E TEMPORAL DA PESQUISA	33
1.3 AS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO PARA OS ESTUDOS MIGRATÓRIOS	38
1.4 O PROCESSO MIGRATÓRIO RECENTE NO NORDESTE BRASILEIRO	46
1.5 O INÍCIO DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS E O CORTE DE CANA-DE-AÇÚCAR COMO FATOR DE SAÍDA DE TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS.....	55
CAPÍTULO 2 - AS MIGRAÇÕES TEMPORÁRIAS E A (RE)CONFIGURAÇÃO DOS PAPEIS DE GÊNERO, DA ORGANIZAÇÃO FAMILIAR E DAS CONDIÇÕES DE VIDA NO LUGAR DE ORIGEM.....	73
2.1 PERFIL DOS TRABALHADORES MIGRANTES	73
2.2 MULHERES QUE FICAM: PROTAGONISMO FEMININO E RELAÇÕES DE GÊNERO NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS EM SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	85
2.3 AS RELAÇÕES FAMILIARES NO PROCESSO MIGRATÓRIO LOCAL.....	97
2.4 MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS DOS MIGRANTES E SEU GRUPO FAMILIAR.....	104
CAPÍTULO 3 - AS DINÂMICAS LOCAIS E SOCIAIS DAS MIGRAÇÕES TEMPORÁRIAS EM SÃO JOSÉ DE PIRANHAS.....	112
3.1 PRINCIPAIS MOTIVAÇÕES PARA A SAÍDA DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS EM SÃO JOSÉ DE PIRANHAS RUMO AO CORTE DE CANA	112
3.2 POLÍTICAS SOCIAIS, TRANSFERÊNCIA DE RENDA E MIGRAÇÕES	127
3.3 AUSÊNCIA TRANSITÓRIA: A INFLUÊNCIA DA MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA NA DINÂMICA DO MUNICÍPIO E DE SUA POPULAÇÃO	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS	147
APÊNDICES.....	158
ANEXOS.....	170

INTRODUÇÃO

A temática migratória não é assunto novo nas ciências sociais, mas está sempre em pauta. As dinâmicas desse fenômeno têm se tornado cada vez mais complexas mediante as transformações da sociedade e dos avanços do processo de acumulação do capitalismo. Ao pensar em migrações enquanto fenômeno espacial, nosso olhar se volta imediatamente para a Geografia, já que, na condição de ciência do espaço, tem potencialidade ou até mesmo obrigação de trazer à luz reflexões críticas sobre este tema. Na atualidade, a ciência geográfica tem discutido sobre o assunto e muito ainda tem a contribuir.

Logo, esta pesquisa promove uma discussão acerca do fenômeno migratório no lugar de origem dos trabalhadores canavieiros migrantes: o município de São José de Piranhas, no estado da Paraíba. O interesse específico no lugar de origem do migrante surge de uma escassez de pesquisas que deem maior destaque para este tema, ainda que seja discutido de forma breve nos mais variados estudos. Este fato pôde ser observado ao analisar as bases de monografias, dissertações e teses de algumas universidades do Sudeste e do Nordeste, inclusive da própria Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em que as discussões dão quase sempre um maior enfoque ao processo de trabalho e de sua exploração, aos municípios de destino ou a outros assuntos dentro do tema. Algo que também chama a atenção é o fato de que os poucos trabalhos que discutem o assunto aqui proposto raramente são da Geografia.

Outro ponto que chama a atenção (conforme mencionado acima) é o alto número de pesquisas de outros campos dos estudos sociais que, se comparados à Geografia, são perceptivelmente superiores em quantidade produzida e muito disso se deve ao caráter interdisciplinar do fenômeno migratório. Com este trabalho, espera-se que possamos instigar mais pesquisas sobre o tema, principalmente no campo da ciência geográfica, que possam enriquecer e estimular trabalhos posteriores tanto no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da UFPB, na linha de pesquisa ‘Campo e Cidade: espaço e trabalho’, quanto em outras instituições, além de fornecer base para os estudos posteriores.

Outra justificativa não menos importante são as motivações subjetivas. Por ser de uma família em que muitos de seus membros já migraram para o corte de cana, vivenciei momentos marcados por esse fenômeno, também experienciados em meu ciclo de amizades. Na primeira década dos anos 2000 acentuaram-se as migrações de São José de Piranhas para o corte de cana em diversos municípios do interior paulista. Era corriqueiro ver amigos largarem a escola para ir trabalhar junto a outros familiares, assim que completavam a maioridade. Nesse lugar, a passagem da infância para a vida adulta, para muitos jovens do sexo masculino, implica também

no tempo de iniciar nas migrações, como sendo um rito de passagem. Felizmente, graças à minha família, tive outras oportunidades e consegui fugir dessa realidade, porém ficam as experiências e saberes adquiridos a partir dessas vivências.

Dessa forma, muitas inquietações sobre esse tema nos levaram a realizar a pesquisa monográfica sobre as migrações em São José de Piranhas enquanto aluno do curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus de Cajazeiras. A partir desse estudo, surgiram novas informações e indagações que instigaram uma investigação contínua cujo resultado é este trabalho de dissertação.

Os debates aqui realizados também fazem parte da minha história de vida e, por isso, me considero sujeito constituinte dessa pesquisa, mesmo sem nunca ter migrado para o corte de cana. Com isso, evidenciamos a grande importância da Pesquisa Participante para este estudo como uma das ferramentas metodológicas utilizadas. Para Soares e Ferreira (2006) esta ferramenta consiste na interação do pesquisador com o contexto e/ou grupo estudado, bem como a interação desses sujeitos na pesquisa desenvolvida. O pesquisador precisa se identificar e se envolver com o meio estudado, na busca por desvendar e debater questões que afetam determinado grupo social, neste caso, tanto os migrantes quanto o seu lugar de vivência amplamente afetado pelas migrações temporárias para o corte de cana-de-açúcar em outras localidades.

O Brasil é um país amplamente marcado pela migração, seja internacional ou interna, fato que é bem visível, por exemplo, em sua diversidade étnica, racial e cultural. No cenário das migrações internas, dentre todas as suas regiões, o Nordeste tem um protagonismo histórico de expulsão populacional, principalmente rumo ao Sudeste que, por sua vez, tem funcionado como espaço de atração populacional e evidencia um cenário de profundas desigualdades regionais do país.

A partir de estudos de Souza (2019) é possível afirmar que a mobilidade espacial mais acentuada de nordestinos para a Região Sudeste à procura de melhores condições de vida e até mesmo para sobreviver, não é um fenômeno recente, pois remonta pelo menos à metade do século XX. No entanto, a mobilidade expressiva de nordestinos é um fenômeno mais antigo que isso, pois as críticas condições socioeconômicas preexistentes, que há muito assolam essa região, foram constantemente agravadas por fatores naturais como as secas, constituindo verdadeiros motores de mobilidade humana desde muito antes de 1950, como bem nos relatam Martine (2015); Ojima e Fusco (2015) ao narrarem a saída de grandes contingentes populacionais com destino à Amazônia entre os séculos XIX e XX e, também, rumo à Região Sudeste, a qual foi responsável por uma reconfiguração populacional no território brasileiro.

Fato é que, no decorrer do século XX, esses processos migratórios assumiram diferentes performances e alteraram substancialmente a configuração populacional do Brasil. Até a década de 1970, o êxodo rural, principalmente de nordestinos e seus familiares rumo ao Sudeste, manteve uma hegemonia no cenário nacional, muito devido às grandes disparidades regionais que historicamente assolam este país (OJIMA e FUSCO, 2015). Porém, com a saturação de mão-de-obra nas principais metrópoles de destino, destacadamente São Paulo e Rio de Janeiro, a dificuldade de acesso ao trabalho pelo aumento da seletividade dos trabalhadores, somado às melhorias econômicas ocorridas no Nordeste, possibilitaram que a partir da década de 1980 fossem percebidas alterações no padrão migratório brasileiro, que até então era influenciado majoritariamente pelos processos urbano-industriais.

Ojima e Fusco (2015) entendem que, até esse período, as migrações eram muito mais rígidas, pois seguiam um padrão perene de sentido rural-urbano, boa parte das vezes de caráter definitivo, tendo como destino principal os subúrbios das grandes metrópoles do Sudeste. O período pós 1970/1980 marca o início de uma dinamização desses padrões que se caracterizou por uma maior reversibilidade dos fluxos, principalmente os oriundos do Nordeste, influenciados pelas migrações de retorno, migrações temporárias (majoritariamente masculinas), migrações de curta distância (intrarregional e intra-estadual) de caráter mais urbano-urbano. Souza (2019) esclarece que outro fator de destaque foi a queda da fecundidade, o que também contribuiu para a redução dos fluxos Nordeste-Sudeste.

É nesse contexto de mudanças que muitos municípios do Sertão Paraibano, como São José de Piranhas, ganham destaque como pontos de origem de trabalhadores migrantes temporários que deixam sua terra natal anualmente com destino à colheita da cana-de-açúcar nos canaviais do Sudeste, em especial os canaviais paulistas e, mais recentemente, canaviais baianos.

Esse município com pouco mais de vinte mil habitantes, localizado no extremo oeste do estado da Paraíba, tem sua história fortemente marcada pela água e também pelas migrações. Pela água porque em dois momentos históricos distintos projetos governamentais foram responsáveis por transformações significativas no lugar, acarretando a realocação de sua população. O primeiro deles ocorreu em 1937, quando ainda na condição de vila pertencente ao município de Cajazeiras-PB, foi totalmente transferida para o sítio Jatobá, devido à construção do açude de Engenheiro Ávidos cujas águas encobriram a antiga vila, atualmente conhecida como povoado de Piranhas Velha. Esse acontecimento fez com que esta vila viesse a ser a primeira sede de cidade no Nordeste a ser transferida de local, bem como que a nova sede fosse planejada (LIMA, 2010).

O segundo momento é mais recente e aconteceu com o Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) quando o município foi amplamente afetado pelas obras do eixo Norte, sendo banhado pelas águas da transposição. Esse processo foi responsável pela necessidade de indenização e realocação de grande contingente da população rural, a qual passou a compor um grupo ainda maior de pessoas afetadas por grandes obras hídricas que marcam a história desse município.

Além da influência das águas, a história deste lugar também é marcada pelos processos de mobilidade de sua população para outros estados e regiões do país, fato que já ocorre há muitas décadas, como apontam estudiosos como Menezes (1985) em sua dissertação de mestrado ou em estudos mais recentes que mostram a expressividade da saída de população desse lugar em busca de melhores condições de vida, sendo o estado de São Paulo um dos destinos mais procurados.

Em princípio, as migrações ocorreram para a indústria metalmeccânica do ABC Paulista, como afirma Souza (2015) e, mais recentemente, para a colheita da cana-de-açúcar nos estados de São Paulo e Bahia, como aponta nossa pesquisa de monografia (SILVA, 2018). Tamanha é a importância da mobilidade neste lugar que o município tem assumido um papel de destaque nas migrações perante os municípios circunvizinhos e mesmo em relação a todo o estado da Paraíba, como afirmam Menezes e Silva (2007).

As migrações locais têm se apresentado de forma predominantemente temporária ou, como define Silva (1999), “migrações permanentemente temporárias”. Essa definição se dá porque embora essa saída de trabalhadores aconteça de forma temporária, com duração estimada entre seis e nove meses, ela tem acontecido de forma constante há, pelo menos, 30 anos.

É no contexto de dinamização de fluxos que outras rotas migratórias têm surgido nesse município como opção ao corte de cana no estado de São Paulo como, por exemplo, a migração para o corte de cana-de-açúcar na Bahia e para venda de confecções em outros estados/regiões (COVER, 2015; DANTAS, 2016). Estudos recentes indicam que estes diferentes percursos podem e devem estar surgindo devido a fatores como o progressivo processo de mecanização da colheita da cana-de-açúcar no estado de São Paulo, bem como os processos cada vez mais criteriosos de seleção dos trabalhadores, visando sempre o aumento de produtividade e redução de custos e, também, ao processo de expansão do agronegócio canavieiro no estado da Bahia. A saída de migrantes de São José de Piranhas para o trabalho na agroindústria canavieira na Bahia foi constatada a partir de pesquisas realizadas junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município e também pelo setor de Recursos Humanos (RH) de duas usinas

baianas, as quais apontam um constante crescimento do volume de pessoas migrando para a Bahia. É relevante salientar que embora esses novos destinos venham ganhando notoriedade em São José de Piranhas, a migração para São Paulo ainda se mantém hegemônica.

Quanto às peculiaridades de cada rota migratória, vale frisar que esses novos destinos, principalmente a colheita da cana na Bahia, possuem divergências em diversos aspectos em comparação ao tradicional corte de cana em São Paulo, tais como o tempo de duração, a menor distância de casa, as condições de trabalho, menor índice de mecanização, dentre outros motivos que podem estar atraindo migrantes para esses novos destinos.

Essa abertura de opções tem acarretado mudanças nos padrões organizacionais locais, historicamente adequados às migrações para a Região Sudeste. Essas mudanças não acontecem apenas nos processos de trabalho ou nas localidades de destino diferentes, mas também na dinâmica do município de origem, que passa a vivenciar processos múltiplos de entrada e saída de trabalhadores durante diferentes momentos do ano, cada qual com suas peculiaridades e, por ser algo mais recente, esses processos carecem de investigação. Dessa forma, Menezes (2012a, p. 23) afirma que “as reconfigurações nas migrações no Brasil, quanto a origens, destinos, duração e grupos que migram, estão exigindo uma revisão das perspectivas teóricas, assim como das tipologias”.

A partir do exposto, como pergunta central que norteará o caminhar dessa pesquisa, buscamos responder a seguinte questão: Como as dinâmicas locais em São José de Piranhas são impactadas pelas migrações temporárias de trabalhadores que saem com destino ao corte de cana-de-açúcar em municípios dos estados de São Paulo e Bahia? Essa questão nos faz levantar alguns questionamentos complementares: a) Os processos migratórios de São José de Piranhas têm sido afetados pelas transformações das dinâmicas migratórias do Nordeste? b) Quem são os principais sujeitos do fenômeno migratório desse município envolvidos com a migração para o corte da cana-de-açúcar em São Paulo e Bahia e qual a importância das mulheres nesse processo? c) De que maneira as dinâmicas locais têm sido afetadas pela constante saída e retorno dos migrantes da cana-de-açúcar? Com esses questionamentos postos, partimos para a estruturação da pesquisa.

Partimos da premissa de que as migrações locais, em sua grande maioria, têm acontecido em caráter forçado, influenciadas pelos arranjos dos novos processos econômicos e das significativas mudanças no mercado de trabalho, que passa a ser mais seletivo e degradante.

Como fatores locais de motivação para a saída de trabalhadores, acreditamos nos problemas de acesso à ocupação e renda, ausência de políticas públicas mais eficazes, insuficiência dos programas de transferência de renda, além da dificuldade de acesso à terra ou

mesmo da incapacidade de manter a família com minúsculas propriedades rurais. Estes fatores somados à oferta de emprego fora da Paraíba e também da Região Nordeste enquanto expressão da expansão do capitalismo, vêm, ao longo das últimas décadas, influenciando fortemente as migrações locais para trabalhos temporários na agroindústria canavieira, que tem se apresentado como principal alternativa para contornar a situação de dificuldade socioeconômica vivida por estes trabalhadores e seus familiares. A migração temporária se constitui, então, como uma estratégia desses sujeitos para permanecerem em seus espaços de vida e morada, juntamente com o núcleo familiar.

Dessa forma, a saída anual de boa parte da população masculina para a colheita da cana tem afetado o espaço de origem desses trabalhadores, tanto no campo quanto na cidade, bem como modificado fatores como a própria organização familiar, a economia, o meio social, e até atribuído novos papéis à figura feminina.

Diante disso, propomos como objetivo geral desta pesquisa: Analisar as dinâmicas e as consequências locais do processo de migração de trabalhadores em São José de Piranhas-PB para o corte de cana-de-açúcar em municípios de São Paulo e Bahia. Como suporte ao objetivo geral, elencamos três objetivos específicos, que são: a) Discutir o processo migratório no Nordeste e em São José de Piranhas; b) Caracterizar os principais sujeitos envolvidos no fenômeno migratório local, evidenciando o papel feminino dentro deste processo; c) Examinar as dinâmicas locais e suas relações com o fenômeno migratório.

Enquanto pesquisa social, este estudo foi viabilizado fundamentalmente pela participação dos sujeitos que fazem parte do fenômeno migratório em São José de Piranhas, tanto os que migram quanto as mulheres que ficam. A partir da interação com esses sujeitos foi possível adquirir uma familiaridade ainda maior com o que nos dispusemos a estudar, que se fortaleceu devido à proximidade e participação daqueles que estão inseridos no cenário migratório local.

Desta forma, a fase de levantamento de dados de campo, que se caracterizou como de cunho exploratório, buscou, através de entrevistas, trazer para o debate informações valiosas proporcionadas por estas pessoas. A entrevista é uma ferramenta essencial para a obtenção de dados, pois permite ao pesquisador obter informações por meio da fala dos sujeitos envolvidos que fazem parte do fenômeno estudado (NETO, 2002).

Assim, utilizamos neste estudo o modelo de entrevista semiestruturada aplicada com homens migrantes e também com algumas esposas e mães (Apêndices A e B, respectivamente). Esta ferramenta permitiu o uso de perguntas previamente elaboradas, bem como

questionamentos que surgiram durante a entrevista possibilitando, na prática, um diálogo mais flexível e aberto dentro da temática, permitindo assim um aprofundamento eficaz.

Essas entrevistas aconteceram em momentos distintos. As abordagens foram realizadas inicialmente com 50 trabalhadores migrantes e, posteriormente, com 20 mulheres, sendo 15 esposas e 5 mães de migrantes, e ocorreram entre junho e outubro de 2021. As entrevistas foram direcionadas apenas a pessoas residentes no município de São José de Piranhas, tanto do campo quanto da cidade.

Outras 12 entrevistas aconteceram entre julho e agosto de 2022 com outros sujeitos, no intuito de sanar algumas dúvidas que surgiram no decorrer da pesquisa. Seis desses entrevistados são migrantes que já haviam sido entrevistados em 2021, quando três trabalhavam no corte de cana no estado da Bahia e três no estado de São Paulo. O contato se deu apenas para sanar uma breve dúvida sobre os rendimentos nos dois estados, como gastos mensais, dinheiro enviado para a família e montante economizado e trazido para o município ao fim da safra (Apêndice C).

Também entramos em contato por meio do *Whatsapp* com os proprietários das três lojas de material de construção existentes no município (Apêndice D) e com o responsável pela imobiliária que gerencia o maior loteamento da cidade (Apêndice E), com o intuito de saber mais sobre a importância dos cortadores de cana para o setor da construção civil, o imobiliário e para o comércio local.

Por fim, através de ligações telefônicas para números disponíveis na internet, tentamos entrar em contato com as três usinas localizadas no estado da Bahia, logrando êxito com duas delas, o setor de Recursos Humanos da Usina Santa Cruz localizada em Santa Cruz Cabralia-BA e a Usina Santa Maria localizada em Medeiros Neto-BA, respectivamente. O contato visou sanar algumas dúvidas e buscar dados sobre a contratação de mão-de-obra migrante oriunda da Paraíba (Apêndice F). Não conseguimos contato com a Usina localizada em Lajedão.

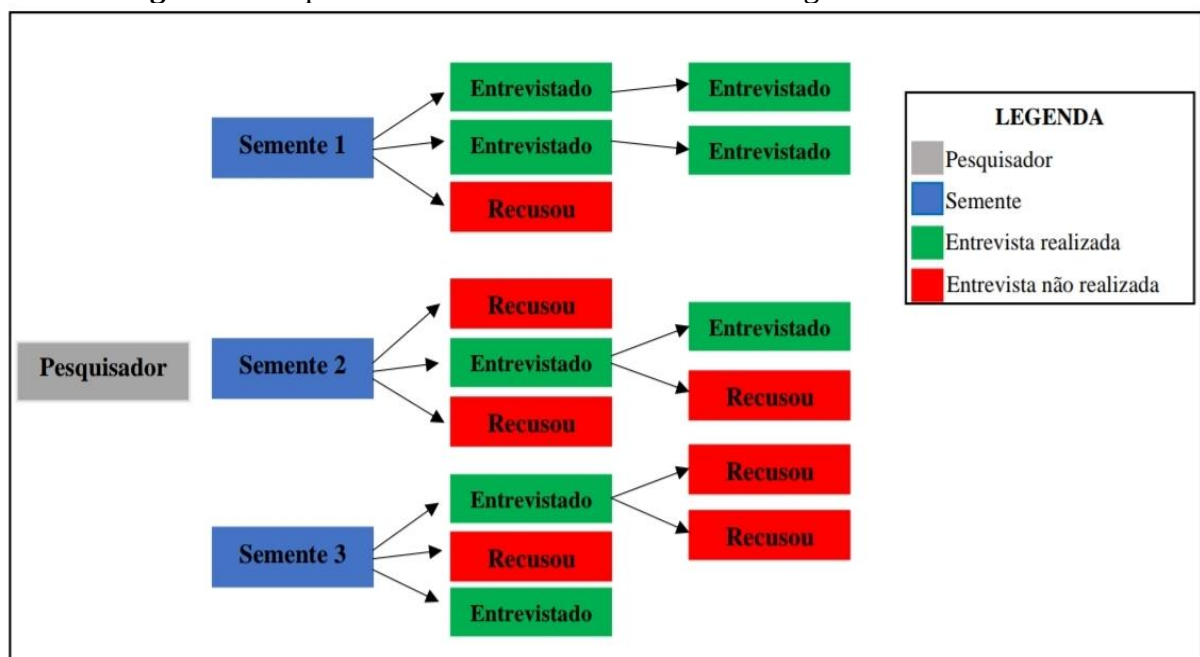
No tocante aos questionamentos aplicados aos migrantes e familiares, foram abordados pontos pertinentes ao tema, contendo nas entrevistas um total de 26 perguntas direcionadas aos migrantes e 15 perguntas para as mulheres. Para a realização das entrevistas foram utilizados um aparelho celular e o aplicativo de comunicação *Whatsapp*, o qual permitiu a realização das entrevistas de forma remota, mediante o cenário pandêmico vigente, respeitando, assim, as medidas éticas e sanitárias.

Vale ressaltar as diversas dificuldades enfrentadas para a realização das observações e da pesquisa de campo para a obtenção das informações desejadas. Primeiramente, o cenário de ápice da pandemia de Covid-19 no qual encontravam-se o país e o mundo, com índices

altíssimos de contágio e perda de milhares de vidas todos os dias, bem como o momento de distanciamento social e fechamento momentâneo de estabelecimentos públicos e privados, o que impossibilitou a pesquisa de campo *in loco*.

Dessa forma, só foi possível alcançar o número desejável de indivíduos para esta pesquisa graças a técnica denominada de amostragem “Bola de Neve” ou *Snowball*. De acordo com Vinuto (2014) essa técnica consiste em um tipo de amostragem não probabilística que faz uso de cadeias de referência. O pesquisador parte de documentos ou pessoas denominadas de “sementes” que indicam outros sujeitos que se enquadram no perfil buscado pela pesquisa. Os sujeitos indicados pelas sementes também indicam outros sujeitos e assim sucessivamente, até que se obtenha a amostra desejada (figura 1). Essa técnica é muito relevante para estudos de difícil acesso ao grupo a ser estudado, como a dificuldade em acessar os trabalhadores migrantes durante o período da pandemia.

Figura 1 - Esquema ilustrativo da técnica de amostragem em Bola de Neve



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A partir do uso da amostragem de Bola de Neve, iniciamos as entrevistas com alguns migrantes amigos, conhecidos e familiares residentes no município, que atuaram como sementes para poder ampliar a amostra de forma remota, por meio do *Whatsapp*. Dessa forma, a cada entrevista fomos pedindo mais contatos de migrantes até alcançar as entrevistas necessárias. Devido à pandemia, o STR parou de funcionar por alguns meses, atuando apenas de forma remota, o que acarretou na saída de diversas turmas de trabalhadores com destino à

Bahia e São Paulo, sem que tomássemos conhecimento prévio da quantidade de turmas ou migrantes locais, o que impossibilitou um controle e registro como vinha sendo feito em anos anteriores pelo Sindicato.

Passamos a depender dos contatos compartilhados por amigos entrevistados, com os quais tentamos estabelecer uma conexão ao final de cada entrevista, até que atingíssemos o total de 50 entrevistas bem sucedidas. Vale destacar o grande o número de tentativas mal sucedidas com estes contatos, o que nos permitiu constatar o somatório de, aproximadamente, 150 tentativas para alcançar o número de êxitos necessário.

Há de se destacar que vários contatos não foram usados por já terem sido repassados por outras pessoas, ou seja, repetidos, além de contatos de pessoas que residiam em municípios vizinhos a São José de Piranhas, como Monte Horebe, Carrapateira, Cajazeiras, Bonito de Santa Fé e Barro no estado do Ceará, os quais não serviam para o cumprimento do objetivo proposto. Muitos dos contatos eram de migrantes que se dirigiam para outras localidades, como Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso e, por esse motivo, também não poderiam ser entrevistados.

Houve também um grande número de recusas e ausência de respostas. Do total de contatos adquiridos, até que obtivéssemos as 50 entrevistas, tivemos aproximadamente 100 que, por algum dos motivos mencionados, não se somaram à pesquisa. No caso dos migrantes que se recusaram a nos responder, a justificativa mais comum foi o medo de golpes e/ou por não gostarem dessas coisas (entrevistas).

A todos os migrantes entrevistados, pedimos o contato de suas esposas, no caso dos trabalhadores casados, e das mães, no caso dos solteiros. Explicamos a finalidade deste pedido, chegando a antecipar as perguntas seriam feitas às mesmas, no entanto, apenas 30 contatos foram repassados, dos quais 10 se recusaram a participar da entrevista. Muitos migrantes se negaram a disponibilizar os contatos solicitados, justificando não compartilhar o contato de suas cônjuges ou mães para outro homem, principalmente desconhecido. Desta forma, esses fatores acabaram atrasando muito a coleta de informações pertinentes, o que acarretou um retardamento de acesso aos dados finais. A pesquisa contou com a participação de 76 sujeitos ao todo conforme mostra a tabela 1.

Tabela 1 - Amostra entrevistada na pesquisa

Entrevistados	Nº de Participantes	% em relação a amostra
Migrantes (homens)	50	65,79
Mulheres (esposas e mães)	20	26,31
Proprietários de lojas de material de construção	3	3,95
Chefes do setor de RH de duas usinas na Bahia	2	2,63
Responsável pelo maior loteamento de São José de Piranhas	1	1,31
TOTAL	76	100

Fonte: Pesquisa de campo (2021-2022). Elaborado pelo autor (2022).

Vale ressaltar que todas as entrevistas ocorreram de forma voluntária, estando facultado ao potencial entrevistado aceitar ou recusar contribuir, mediante a explicação dos propósitos deste estudo, e estando o participante esclarecido dos possíveis pontos positivos e negativos. Logo, a coleta ocorreu em momento oportuno em que o entrevistado tivesse disponibilidade, cedendo-lhe tempo para que pudesse decidir sobre sua participação. Muitos migrantes concederam as entrevistas dos locais de trabalho, nos municípios paulistas e baianos, onde se encontravam trabalhando no corte de cana, o que nos trouxe mais um ponto positivo do uso de tecnologias para a pesquisa acadêmica.

As entrevistas foram fundamentais para a pesquisa ao passo que permitiram traçar perfis socioeconômicos, entender diferentes contextos em que os trabalhadores e seus familiares estão inseridos no seu lugar de origem, motivações, perspectivas, transformações, enfim, uma gama de informações que ajudaram a compreender os impactos locais e sociais da migração nesse município. Tais fatores possibilitaram, também, analisar o protagonismo assumido pelas mulheres do grupo familiar, durante o período de ausência de seus maridos ou filhos, bem como traçar um perfil socioeconômico dessas pessoas. Essas informações propiciaram a compreensão das estratégias e formas de organização das famílias nos distintos momentos do fenômeno, além de analisar as mudanças socioeconômicas e culturais para os migrantes e seu grupo familiar.

Sobre a potencialidade do *Whatsapp* enquanto ferramenta eficaz para a pesquisa de campo, concordamos com Barbosa e Carvalho (2018, p. 9) quando estes afirmam que essa ferramenta possibilita a coleta, discussão e expansão de informações, pois diversos arquivos podem ser compartilhados, como fotos, vídeos, áudios, textos, *links*, dentre outros, que facilitaram o acesso aos relatos dos migrantes apresentados na construção desta pesquisa. Logo, “suas potencialidades propiciam a discussão crítica, a produção do conhecimento e potencializam a tomada de decisão e a ação interventiva”.

Para a realização das entrevistas de forma remota, foram tomadas todas as medidas cabíveis no intuito de preservar a integridade física e psicológica dos participantes da pesquisa. Quanto aos que se dispuseram a colaborar, nos comprometemos em não utilizar seus verdadeiros nomes, e sim nomes fictícios, mesmo que a maioria tenha afirmado não haver problema nenhum, por estarem apenas falando de sua própria realidade de vida e de seus familiares. Assim, esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Cajazeiras-PB, após o preenchimento e aprovação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice G); Termo de Compromisso do Pesquisador (Apêndice H); Termo de Compromisso de Divulgação dos Resultados (Apêndice I); Termo de Anuência (Anexo A) e a autorização do CEP/CFP através do Parecer Consubstanciado (Anexo B).

Diante do exposto, o primeiro capítulo desta dissertação promove uma discussão teórica e metodológica da pesquisa a partir da análise de leituras realizadas durante as disciplinas cursadas, bem como leituras indicadas pelo Professor Orientador. Este capítulo será composto por cinco subcapítulos, sendo eles: O materialismo histórico e dialético e sua importância para os estudos migratórios, em que foi feita uma introdução ao método e a potencial contribuição deste para a abordagem do fenômeno migratório. O segundo subcapítulo traz o recorte espacial e temporal da pesquisa. O terceiro subcapítulo discute sobre como a Geografia, durante sua trajetória, vem contribuindo com os estudos migratórios. O quarto subcapítulo faz uma discussão acerca das migrações nordestinas de meados do século XIX ao período atual. O quinto subcapítulo, por sua vez, discute como se iniciaram os processos migratórios em São José de Piranhas e a importância do corte da cana-de-açúcar em outras localidades enquanto influenciador para a saída temporária de trabalhadores locais.

No segundo capítulo, contemplamos uma discussão voltada principalmente para os sujeitos da pesquisa e seus grupos familiares. No primeiro subcapítulo, fizemos uma caracterização dos migrantes, com variáveis como idade, escolaridade, estado civil, anos de trabalho, dentre outros. Na segunda seção é discutido o protagonismo feminino e os papéis da mulher dentro dos processos migratórios locais, onde buscamos mostrar que as mulheres que permanecem na terra natal estão amplamente inseridas dentro do fenômeno. O terceiro ponto promove uma discussão sobre a saída temporária para o corte de cana-de-açúcar enquanto estratégia familiar que perpassa gerações, que veem nas migrações uma estratégia para melhorar as condições de vida dos membros familiares. No quarto item deste capítulo, foram discutidas as transformações socioeconômicas dos migrantes e de suas famílias.

No terceiro e último capítulo desta pesquisa, contemplamos as relações de causa e efeito dos processos migratórios em São José de Piranhas. Dessa forma, no primeiro tópico foram analisadas as principais motivações que, segundo os migrantes, têm contribuído para as saídas anuais destinadas ao o trabalho no corte de cana em outras localidades. No segundo tópico, foi discutida a importância das políticas públicas e dos programas de transferência de renda para esse município e suas limitações e insuficiência para a permanência desses trabalhadores migrantes. Por fim, discutimos os principais efeitos desse fenômeno sentidos ou despercebidos pelos sujeitos que colaboraram para a pesquisa, e as transformações nas dinâmicas locais promovidas pelas migrações temporárias para o corte de cana nos estados da Bahia e São Paulo.

CAPÍTULO 1 - MIGRAÇÃO E TRABALHO: OS FLUXOS MIGRATÓRIOS DO NORDESTE PARA O CAPITAL NO SÉCULO XXI

Sabe-se que o fenômeno migratório no Brasil teve e tem uma grande proximidade com as transformações provenientes da inserção e do avanço das relações de produção capitalista nos mais variados espaços sociais, produtivos e trabalhistas. A análise deste fenômeno se faz indispensável por possibilitar o entendimento de aspectos amplos como as adaptações e/ou as descontinuidades com estruturas sociais passadas, além da reorganização econômica do espaço nacional e os consequentes desequilíbrios regionais (SILVA, 2008).

Esses desequilíbrios são vorazes influenciadores da fluidez de um grande contingente populacional do país, principalmente da população nordestina que, na busca por ocupação, renda, melhores condições de vida e dignidade, tem se dirigido para as mais variadas localidades onde o capital assim a leve, onde os arranjos desse sistema a encaminhe para vender sua força de trabalho a ser explorada nas mais variadas e degradantes atividades. São pessoas desprovidas de condições dignas de vida, com pouco ou nenhum acesso à terra, trabalho e renda que se lançam a espaços longínquos, e por vezes desconhecidos, mesmo contra sua própria vontade, como historicamente acontece com os migrantes da agroindústria canavieira.

Nesse contexto, a força de trabalho migrante seria submissa aos interesses do capitalismo, isso porque a força de trabalho possui a marcante característica da fluidez, deslocando-se para onde o capital necessitar. Para Gaudemar (1977, p. 192) “a mobilidade da força de trabalho surge então como uma condição necessária, se não suficiente, da gênese do capitalismo e como um índice do seu desenvolvimento”.

Embora as questões econômicas não sejam as únicas forças motrizes das migrações no mundo moderno, ainda é a maior responsável pelos deslocamentos populacionais que deixam seu local de nascimento de forma definitiva ou temporária, para perto ou longe, sempre em busca de melhorias de vida. Essa busca tem instigado trabalhadores de São José de Piranhas-PB a se deslocarem para os mais diversos espaços no país, atuando nas últimas quatro décadas destacadamente no setor sucroalcooleiro do Sudeste e, recentemente, no estado da Bahia.

Nesta perspectiva, este capítulo trará apontamentos iniciais sobre os processos migratórios no Nordeste e em São José de Piranhas-PB, em que a migração tem historicamente sido influenciada por fatores histórico-estruturais, principalmente pautados em condições de vida desfavoráveis. Assim, buscaremos compreender como a migração para o trabalho tem atuado nesse espaço e se beneficiado das condições estruturais locais.

1.1 O MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO E SUA POTENCIAL CONTRIBUIÇÃO PARA OS ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Para analisar e compreender as dinâmicas e as consequências locais e sociais do processo migratório em São José de Piranhas, que se destinam ao corte de cana-de-açúcar nos estados de São Paulo e Bahia, escolhemos como método de análise o materialismo histórico e dialético por concordar que este método “parte da compreensão da realidade histórica e de suas contradições, buscando explicações para os fenômenos da natureza, da sociedade ou do pensamento” (SANTOS et. al, 2018, p. 2).

Entendemos que o materialismo histórico, que tem origem no pensamento de Karl Marx, sob sua maneira crítica de analisar a realidade, parte de pressupostos baseados nas relações históricas e nos meios de produção que afetam profundamente a sociedade e sua evolução.

Embora se apresente como um desafio entender as migrações sob o enfoque deste método, é necessário que seja feita uma análise crítica desse fenômeno historicamente abordado pelas ciências sociais, buscando entender seus processos e suas contradições (não enquanto meros fatos isolados) além de levar em conta a influência que os processos conflituosos da acumulação do capital exercem sobre ele.

Marx, embora não tenha escrito uma obra exclusivamente sobre o materialismo histórico e dialético, fundamenta esse método em seus escritos. Ele foi muito influenciado pela dialética idealista de Hegel, com o qual concordava que a dialética seria uma importante ferramenta para expressar a realidade a partir da exposição das contradições. Nos escritos de Marx, ele aborda o sistema capitalista, o qual evidencia a necessidade de expressar a realidade e não de simplificá-la (OLIVEIRA E OLIVEIRA, 2015).

Todavia, Marx opõe-se à dialética idealista de Hegel que propunha entender as relações sociais, materiais a partir do pensamento, no plano da ideia (Idem). Para Franco (2012, p. 41) “[...] o elemento central desta diferença está na relação conservação-transformação: por um lado, Hegel explica a realidade com o objetivo de conservá-la. Por outro, Marx explica também a realidade, mas com o objetivo de transformá-la”.

Oliveira e Oliveira (2015) embasados por Marx e Engels (1987a) afirmam que não é possível explicar um comportamento específico ou uma prática social a partir das ideias, mas apenas como relacionar as produções ideológicas, tendo como fundamento as práticas materiais.

Em contrapartida a essa dialética de Hegel, Marx propõe uma dialética materialista. Sobre a concepção de materialismo Alves (2010) entende que este

[...] é toda concepção filosófica que aponta a matéria como substância primeira e última de qualquer ser, coisa ou fenômeno do universo. Para os materialistas, a única realidade é a matéria em movimento, que, por sua riqueza e complexidade, pode compor tanto a pedra quanto os extremamente variados reinos animal e vegetal, e produzir efeitos surpreendentes como a luz, o som, a emoção e a consciência (ALVES, 2010, p. 1).

Pacífico (2019, p. 226) destaca que o materialismo dialético marxista “vai pensar a história das sociedades a partir de sua produção material de existência e suas ideologias resultantes dos processos de contraposição entre classes sociais antagônicas”. Alves (2010, p.1) afirma que Marx vai construir a dialética materialista em contraposição a dialética hegeliana idealista. Assim, “o materialismo dialético pode ser definido como a filosofia do materialismo histórico, ou o corpo teórico que pensa a ciência da história”.

Entende-se que uma pesquisa embasada no materialismo marxista necessitará abarcar uma análise da realidade na qual está inserido o fenômeno, buscando entender suas motivações. Marx e Engels (1987a *apud* OLIVEIRA E OLIVEIRA, 2015) esclarecem que não há como explicar um comportamento ou prática social específica a partir das ideias, em vez disso, relacionar as formações ideológicas baseando-se nas práticas materiais.

Outro aspecto relevantemente destacado por Marx dentro da abordagem dialética é a perspectiva histórica. Como bem aponta Alves (2010, p. 2):

O marxismo fundou na história do pensamento uma ontologia ancorada em bases de uma dialética eminentemente histórica, que redimensionou um conjunto de questões concernentes à relação do homem com sua história, do homem consigo mesmo (Silveira, 1989). O homem marxiano se recusa como um ser apenas determinado na/pela história, mas como transformador da história, sendo a práxis, a forma por excelência desta relação.

Para Oliveira e Oliveira (2015) a história tem grande importância dentro do método marxista, todavia, perde sua relevância se separada do aspecto material, com as relações sociais, e que se aplica às análises das relações materiais que desconsiderem a história. Assim, a soma desses dois aspectos constitui, segundo os autores, a base do método marxista, definido como materialismo histórico.

Becker (2005, p. 53) afirma que para Marx, a dialética compreende a noção de movimento na história, e seria este um rigoroso método de análise científica. Entende que “[...] A matéria é anterior ao pensamento”. A partir do materialismo histórico, Marx e Engels puderam realizar uma leitura bem elaborada acerca do modo de produção capitalista enquanto histórico e com suas determinações. Assim, sobre o materialismo histórico, a autora explica que

O materialismo histórico parte da premissa de que o modo de produção da vida material condiciona o conjunto dos processos da vida social, política e cultural. Assim, por meio do materialismo histórico, ocorreram mudanças significativas na interpretação da realidade, a partir da força das ideias e da elaboração de conceitos (renda absoluta, mercadoria, ser social, meios de produção) e de teorias (mais-valia) [...] (BECKER, 2005, p. 53).

Nessa perspectiva, Pacífico (2019) vem explicar que certas relações vão ganhar novos significados a partir de uma tradição materialista histórica, visto que esta tem recebido novas valorações em contraposição ao idealismo.

Após as devidas análises necessárias à compreensão do método materialista histórico-dialético, podemos, nas palavras de Fernandes (1984, *apud* ALVES, 2010, p. 3) entender este método como um

[...] conjunto de doutrinas filosóficas que, ao rejeitar a existência de um princípio espiritual, liga toda a realidade à matéria e às suas modificações. É uma tese do marxismo, segundo a qual o modo de produção da vida material condiciona o conjunto da vida social, política e espiritual. É um método de compreensão e análise da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas. Marx parte da ideia de que em toda a história do homem não é uma imanência única: na idade antiga ou ele era escravo ou cidadão; na Idade Média era servo ou senhor; na Idade Moderna é proletário ou patrão, ou seja, ou ele detém os meios de produção ou vende sua força de trabalho.

Segundo Engels (1979, *apud* ALVES, 2010) o materialismo dialético possui três leis fundamentais, são elas: lei da transformação da quantidade em qualidade, em que as mudanças qualitativas revolucionárias são originadas a partir das mudanças quantitativas; lei da unidade e interpenetração dos contrários, a qual entende que a unidade da realidade concreta é uma unidade das contradições; e a lei da negação da negação, em que, no conflito dos contrários, um nega o outro e é negado por um nível maior, conservando algo de cada termo negado. Ainda segundo o autor, este processo é frequentemente representado pelo esquema: tese, antítese e síntese.

A dialética, através do embate dos contrários, faz progredir a realidade em um processo histórico de mudança contínua, “tanto evolucionária como revolucionária, e, em suas transformações revolucionárias ou descontínuas, dá origem à novidade qualitativa autêntica” (ALVES, 2010, p. 5). Esse debate não permite a compreensão da realidade concreta como sendo estática em uma unidade indiferenciada, mas sim, que é diferenciada e contraditória.

Para a compreensão do mundo moderno, dotado de tensões e contradições provenientes do processo de reprodução e acumulação do capital, muitas ciências se apropriam deste método para explicar os fenômenos em sua totalidade, não mais como fatos isolados ou soltos. Dentre

essas ciências, encontra-se a Geografia em sua corrente crítica, a qual se apropria desse método a fim de explicar, de forma crítica e revolucionária, os fenômenos do espaço.

Um desses fenômenos estudados pela Geografia, com possibilidade de abordagem pelo materialismo histórico-dialético, é a migração. Vendramini (2018) entende que, embora esse fenômeno mostre as contradições e a crise permanente do capital, a migração não é um problema atual na história da humanidade.

Consideramos o homem como um ser histórico e social que produz a sua vida por meio do trabalho na relação com a natureza, atendendo suas necessidades e criando novas, mobilizando para isso ferramentas, habilidades e conhecimentos, de acordo com o modo de produção de cada período histórico. Neste processo constitutivo do próprio homem, a mobilidade está presente. Isso quer dizer que os homens não apenas se adaptam ao meio cumprindo determinações genéticas, mas o modificam e modificam a si próprios nesse processo, criando permanentemente meios de trabalho em diferentes espaços e de formas diversas (VENDRAMINI, 2018, p. 240).

Essa discussão de fenômenos como a migração, sob o viés do materialismo histórico e dialético marxista, vai ganhar destaque com o advento da Geografia Crítica, visto que a incorporação deste método e de análises mais cuidadosas acerca de temas como trabalho, mobilidade, desigualdades sociais, processos capitalistas, dentre outros, irão ganhar significativa importância e gerar grandes mudanças para os debates de assuntos sociais, colocando a Geografia como importante promotora desses debates (MORMUL, 2013).

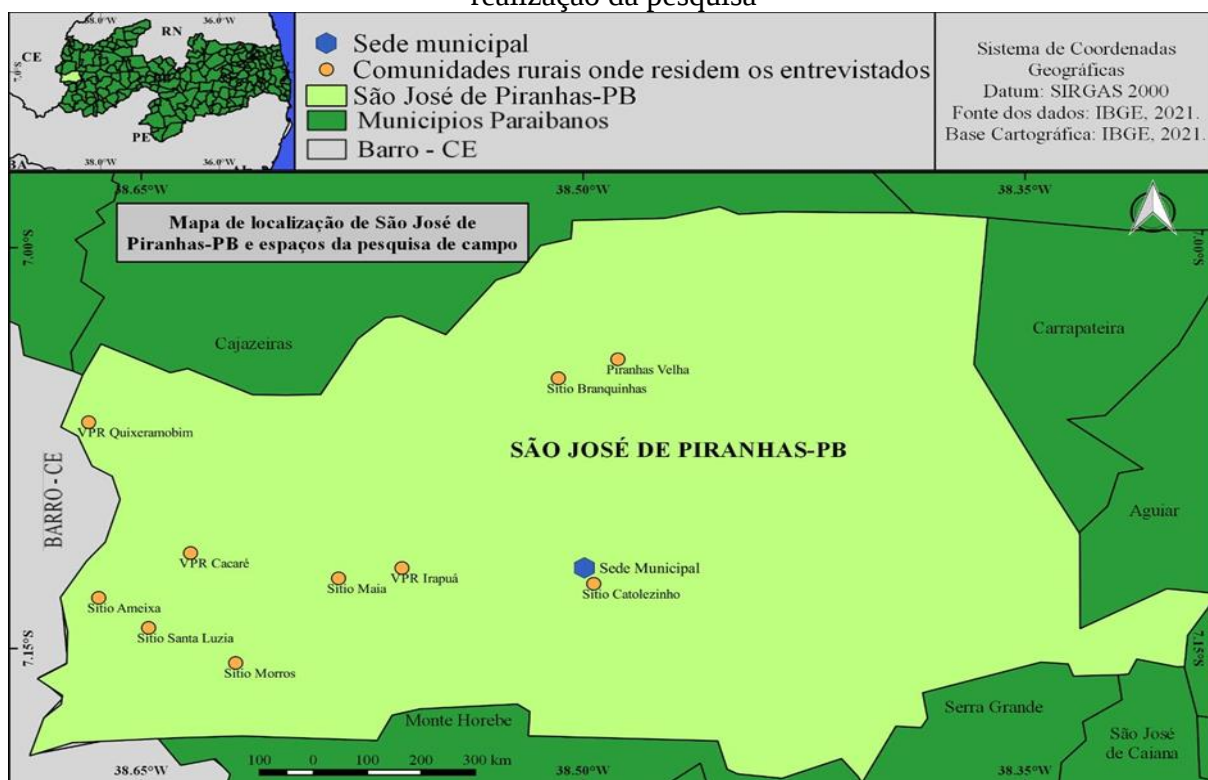
As migrações apresentam, na atualidade, um caráter cada vez mais dinâmico que vem apresentando novas características, sejam reconfigurações quanto a origem, destino, duração ou grupos migrantes, e isso carece de novas revisões teóricas e novas tipologias. Nessa perspectiva, novas abordagens são possíveis ao passo que esse fenômeno, compreendido sobre o enfoque do modo de produção capitalista, na qual se embasa a exploração do trabalho e do trabalhador, permite a superação de entraves através desse método, o que possibilitará analisar o fenômeno migratório para além de sua aparência, acarretando um entendimento crítico da totalidade do fenômeno.

1.2 RECORTE ESPACIAL E TEMPORAL DA PESQUISA

O local de residência de quase todos os entrevistados e lócus desta pesquisa é o município de São José de Piranhas (Figura 2) que está situado na Região Geográfica Imediata de Cajazeiras e Região Intermediária de Sousa-Cajazeiras, no estado da Paraíba, Nordeste brasileiro. Possui uma área de 686, 918 km², o que corresponde a aproximadamente 1,21% do

território paraibano, sendo o 11º em tamanho no estado e o maior em sua Região Imediata. Encontra-se a uma distância de 508,5 km da capital João Pessoa, via PB-400 e BR-230 e a 33 km do município de Cajazeiras-PB, sede da Região Imediata da qual faz parte. Limita-se ao Norte com os municípios de Cajazeiras, Nazarezinho e Cachoeira dos Índios, ao Leste com Carrapateira e Aguiar, ao Sul com Monte Horebe, São José de Caiana e Serra Grande e ao Oeste com o município do Barro no Ceará.

Figura 2 – Mapa de localização do município de São José de Piranhas-PB e locais de realização da pesquisa



Fonte: Pesquisa de Campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

Além dos municípios limítrofes, a figura anteriormente mencionada traz a localização dos espaços da realização da pesquisa de campo contemplados por este estudo, envolvendo um total de dez comunidades rurais do município: Sítio Piranhas Velha; Sítio Branquinhas; Sítio Catolezinho; Sítio Maia; Sítio Morros; Sítio Santa Luzia; Sítio Ameixa e as Vilas Produtivas Rurais (VPR's¹) Irapuá; Cacaré e Quixeramobim, além do perímetro urbano municipal.

De acordo com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE, 2017) São José de Piranhas está entre os 194 municípios paraibanos que fazem parte do Semiárido Brasileiro (SAB), região com índice pluviométrico anual de até 800mm, marcados

¹ As Vilas Produtivas Rurais são as comunidades rurais que foram construídas para receber a população das comunidades atingidas pelas obras da Transposição do Rio São Francisco.

principalmente pela irregularidade espacial e temporal das chuvas, com ocorrência frequente de secas. Esta localidade apresenta duas estações bem definidas durante o ano: a estação seca, que dura entre 8 e 9 meses, com clímax entre setembro e dezembro e a estação chuvosa, que ocorre principalmente entre os meses de dezembro e abril. Segundo a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM, 2005) o clima predominante é o semiárido quente e seco (BSH), de acordo com a classificação de Köppen, com temperaturas que variam entre 25° e 29°C.

O bioma dessa área é a Caatinga que é caracterizada por uma grande biodiversidade animal e vegetal adaptada a escassez hídrica. No tocante à flora, o CPRM (2005, p. 3) detalha que “é de pequeno porte, típica de caatinga xerofítica, onde se destaca a presença de cactáceas, arbustos e árvores de pequeno a médio porte”. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2010) este bioma se apresenta como uma vegetação hegemonicamente xerófila, decídua, que se adequa ao período pluviométrico, com folhagem verde durante o período chuvoso e perda das folhas durante o tempo de estiagem.

Quanto ao relevo, esta área está localizada sob a Planície Sertaneja, “a qual constitui um pediplano arrasado, onde localmente se destacam elevações residuais alongadas e alinhadas com o ‘trend²’ da estrutura geológica regional” (CPRM, 2005, p. 04). Sobre as águas superficiais, o município está postado sob os domínios da bacia hidrográfica do Rio Piranhas e seu principal corpo de acumulação é o açude de Engenheiros Ávidos.

No tocante à distribuição da população no território municipal (tabela 2), os últimos dados são do Censo de 2010, quando a população total era de 19.096, sendo 10.795 residentes na cidade e 8.301 pessoas morando na zona rural, com 49,9% da população total composta por homens e 50,1% por mulheres. A densidade demográfica municipal era nesse ano de 28,19 hab/km².

Tabela 2 – Distribuição da população municipal por sexo na zona urbana e zona rural.
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO MUNICIPAL POR SEXO NA ZONA URBANA
E ZONA RURAL (IBGE 2010)

Zona Urbana	Zona Rural	Homens Zona Urbana	Mulheres Zona Urbana	Homens Zona Rural	Mulheres Zona Rural	TOTAL
10.795	8.301	5.217	5.578	4.312	3.989	19.096

Fonte: IBGE (2010). Adaptado por Cover (2015).

² De acordo com o Glossário Geológico do Instituto Água e Terra (s.d) esse é um termo genérico utilizado para indicar a direção em que ocorre uma feição geológica de qualquer tamanho ou natureza.

De acordo com o IBGE, a estimativa populacional para o ano de 2021 foi de 20.406 habitantes, um acréscimo de aproximadamente 6,86%. A população deste município é a 33ª maior do estado e a 2ª maior de sua Região Imediata. O Censo demográfico de 2010 mostra também a superação da população urbana sobre a rural, ocorrida no período 2000 - 2010, atingindo uma taxa de urbanização de 56,53%.

A economia local encontra-se fortemente dependente dos governos. De acordo com dados do IBGE (2018), atividades como administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social encabeçam a lista de maior relevância no Produto Interno Bruto (PIB) local, seguidos pelo setor de serviços, agropecuária e indústria, respectivamente.

Na cidade o comércio é composto principalmente de pequenos supermercados, lojas de materiais de construção, bares, açougues, pequenos restaurantes e lanchonetes, oficinas, lojas de roupas e calçados, salões de cabelereiro, dentre outros. Já no campo, esse seguimento é caracterizado pela presença de pequenos açougues, bares e oficinas.

A maior parte dos alimentos que abastecem a população local vem de sua zona rural. O município dispõe de 1.671 estabelecimentos agropecuários, segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, dos quais as lavouras temporárias dispõem de 1.458 hectares, e são utilizados em sua maioria para a agricultura familiar que produz alimentos como: abóbora; amendoim; arroz; cana-de-açúcar; fava; feijão; milho; batata doce e tomate. Apenas 26 hectares são utilizados em lavouras permanentes, voltados em sua maioria para a produção de banana, coco-da-baía, castanha de caju e manga. Já a pecuária está voltada principalmente para a produção de bovinos, suínos, caprinos, ovinos, galináceos, equinos (IBGE, 2017). Boa parte da produção agropecuária local é comercializada nas feiras livres que acontecem às segundas-feiras e recebem pessoas de muitos municípios vizinhos.

Em relação aos aspectos sociais, os dados mais recentes sobre a incidência de pobreza local são do IBGE (2003) utilizando-se da Pesquisa de Orçamentos Familiares (2002-2003), quando o município apresentava um percentual de pobreza de 52,75%, e o índice de GINI³ municipal era de 0,42. Para o ano de 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município foi de 0,591, considerado baixo, porém bem próximo do índice considerado médio que é a partir de 0,600. No mesmo período o IDH do Brasil foi de 0,699.

³ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos (WOLFFENBÜTTEL, 2004).

Sobre o rendimento de domicílios, o IBGE (2010) mostra que no ano de 2010 do total de 1.521 domicílios, aproximadamente 28,32% possuíam um rendimento nominal mensal de, no máximo, um salário mínimo, enquanto 709 (13, 20%) desses não ultrapassam meio salário mínimo. Ademais, 137 domicílios, ou 2,55%, não possuíam rendimento nominal mensal. Dessa forma, no ano de 2010 mais de 44% das famílias viviam com uma renda muito baixa ou mesmo sem nenhuma renda. Há de se considerar ainda os programas de transferência de renda, que também são contabilizados, deixando clara a precariedade de acesso a ocupação e renda nesse município.

Em sua pesquisa de doutorado, Cover (2015) constata a grande importância das aposentadorias, dos Programas do Governo Federal como o Seguro Defeso, Garantia Safrá e o Programa Bolsa Família (atual Auxílio Brasil), os quais são relevantes fontes de renda para a população local. Além desses, vale destacar os rendimentos provenientes do setor público, o que reforça nossa afirmação sobre a dependência governamental deste lugar.

Dados do IBGE (2020) mostram que apenas 6,8% da população municipal possui ocupação formal. São, em sua maioria, funcionários do setor público (municipais e estaduais) como: áreas da saúde (auxiliares em enfermagem, enfermeiros(as); segurança pública (policiais, agentes penitenciários); educação (professores(as), diretores(as) e demais funcionários) e profissionais de outros setores.

Devido à dificuldade das condições de obtenção de ocupação e renda que possibilite a reprodução das condições de sobrevivência do grupo familiar no município, os movimentos migratórios de saída para outros estados e regiões do país, em busca de melhores condições de vida, têm marcado a história deste lugar. Como parte destes processos destacamos a saída de trabalhadores do sexo masculino que, desde a década de 1980, têm deixado sua terra natal de forma temporária para laborar na colheita da cana-de-açúcar no Sudeste brasileiro, mais precisamente no estado de São Paulo e, mais recentemente, em municípios baianos.

Embora a migração para o trabalho no corte da cana-de-açúcar já venha ocorrendo neste lugar há pelo menos quatro décadas, optamos por contemplar em nossa análise o período histórico equivalente ao início de século XXI até o ano atual (2022), correspondendo a pouco mais de duas décadas. Esta escolha se faz por algumas motivações como o protagonismo que este tipo de migração assume no início dos anos 2000, quando a saída anual de trabalhadores para a colheita da cana passa a marcar de forma mais significativa esse lugar, muito influenciada pela nova fase de expansão do setor sucroenergético instigado, também, pela novidade dos veículos que pudessem usar tanto a gasolina quanto o álcool, os denominados veículos *flex fuel*, além de uma série de medidas que buscavam reestruturar o setor que vinha de um período

de estagnação (CORTEZ, 2016). Já a fase final do recorte se dá por compreender um momento de transformação nos padrões migratórios locais, com o incremento de outros roteiros, como é o caso da migração para o estado da Bahia.

Este período representa, talvez, o ápice das migrações locais para a colheita da cana de açúcar, quando o município ganhou relevância e destaque local, além de ser um período de significativas mudanças vivenciadas pelo país nas mais diversas esferas e que passaram a exercer influência sobre esses migrantes e seus familiares, além do papel que este fenômeno tem assumido nas transformações nas dinâmicas do espaço de origem. Ainda, temos uma maior riqueza de dados documentais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e, por fim, as entrevistas dos migrantes que vivenciaram todas essas mudanças e contribuem para um melhor entendimento desse fenômeno. Somados uns aos outros, estes fatores se mostram pertinentes enquanto justificativa para a escolha do recorte.

Vale destacar, no entanto, que, embora assinalemos o período base desse estudo, não significa dizer que outros momentos anteriores não serão referenciados. Por ser um espaço tão marcado pela migração, entender o desenrolar dos processos históricos das migrações nacionais e regionais, bem como do contexto local em momentos passados é de fundamental relevância para entender o presente e as mudanças que vem ocorrendo.

1.3 AS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO PARA OS ESTUDOS MIGRATÓRIOS

A migração é um processo comum às civilizações, independente do lugar ou do tempo. Esse processo pode ser impulsionado por diversos fatores e possui distintas características. A partir da imagem do migrante e toda sua trajetória desde a partida até a chegada ao seu destino, constrói-se alguns questionamentos em torno do principal ou dos principais motivos dessa ação, tendo em vista o que esses indivíduos deixam para trás e o que isso mudou em sua vida, ou as transformações socioespaciais por eles influenciadas. Em uma análise sobre as migrações Gonçalves (2001, p.173), afirma que

As migrações costumam configurar como o lado visível de fenômenos invisíveis. Aparecem muitas vezes como a superfície agitada de correntes subterrâneas. Verdadeiros termômetros que, ao mesmo tempo, revelam e escondem transformações ocultas. Os grandes deslocamentos humanos, via de regra, precedem ou seguem mudanças profundas, seja do ponto de vista econômico ou político, seja em termos sociais ou culturais. Os maremotos históricos provocam ondas bravias que deslocam em massa populações e povos inteiros. Numa palavra, a mobilidade humana é em geral sintoma de grandes transições. Quando ela se intensifica, algo ocorreu ou está

para ocorrer, ou melhor, algo está ocorrendo nos bastidores da história (GONÇALVES, 2001, p.173).

Na maioria das vezes, esse processo é reflexo de um contexto social, econômico e político desfavorável a um percentual da sociedade, o que vai acarretar os deslocamentos espaciais em busca de melhores condições de vida.

Segundo Peixoto (2004), o tema das migrações foi muito ignorado pelos maiores autores das principais ciências sociais em seu momento de formação e consolidação. Durante o século XX, apesar do crescente interesse pelo fenômeno, não houve ligações expressivas das teorias migratórias aos campos do saber e sua abordagem foi caracteristicamente subjetiva. Contudo, esse fenômeno é trabalhado sob vários pontos de vista teórico-metodológicos, como também das diversas ciências, cada abordagem impõe uma perspectiva diferenciada, o que impede a formulação de uma “teoria geral da migração”, em que Jansen (1969, *apud* Peixoto, 2004, p. 4) mostra a abrangência da temática migratória ao afirmar que

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema econômico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios econômicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante. (JANSEN, 1969, *apud* PEIXOTO, 2004, p. 4).

O debate interdisciplinar sobre a questão migratória tem sido sinônimo de divergências entre as ciências, o que dificulta a formulação de um conceito geral para o que seria migração. Salim (1992) já alertava sobre essa dificuldade de formular um conceito que fosse capaz de agradar as diversas áreas que discutem a temática, no entanto, influenciado por Vainer (1984), o autor afirma que mesmo este cenário caótico e irreduzível tem contribuído para o avanço nos debates sobre o fenômeno migratório. Para o autor, embora haja avanços

Cada discurso mostra-se extremamente cioso em demarcar sua especificidade ao definir um objeto que lhe é próprio – a sua *migração*, distinta da *migração dos outros* – mas isto não impede que as polêmicas se estabeleçam, que as correntes de opinião se estruturam, que as políticas sejam formuladas, propostas, contestadas (VAINER, 1984, *apud* SALIM, 1992, p. 120).

É sabido, entre os teóricos que debatem a migração, que há dificuldade para alcançar uma definição que contemple as múltiplas abordagens para o fenômeno. Salim (1992) chama a atenção para a necessidade de abordar a migração para além da simplória transferência

permanente de residência de um contingente de pessoas, por um tempo específico entre lugares. Para ele se faz necessário considerar as múltiplas possibilidades disponibilizadas pelo fenômeno, principalmente no período dinâmico da atualidade, tais como as migrações temporárias ou as migrações de retorno.

Nessa perspectiva, Almeida e Baeninger (2011) concordam com Salim, e complementam sua argumentação sobre a dificuldade para alcançar uma definição geral para o fenômeno migratório, pois

Defini-lo como mudança definitiva de residência é demasiadamente restritivo, dada a dificuldade em se classificar os deslocamentos como temporário ou definitivo; as trajetórias migratórias e as durações dos deslocamentos estão muito mais matizadas. Além disso, a própria definição de residência pode ser problematizada, dado que o lugar de residência de um indivíduo depende de sua percepção subjetiva, do sentimento de pertencimento e de apropriação espacial, e nem sempre o “seu” lugar de residência coincide com o espaço geográfico no qual ele vive (ALMEIDA e BAENINGER, 2011, p. 28).

Tanto conceituá-lo quanto formular teorias abrangentes tem sido um desafio para os estudiosos do tema. É importante destacar que muitos autores tentaram formular teorias gerais sobre as migrações em que, de certo modo, até conseguiram por um determinado espaço de tempo. No entanto, a migração enquanto fenômeno humano é dinâmico e encontra-se em constante transformação, tanto em suas características quanto em seus impactos no espaço e na sociedade, fazendo com que a aceitação dessas teorias fosse relacionada a certos contextos históricos, o que não reduz a imprescindível importância desses pesquisadores e de suas teorias para a evolução do debate acerca do tema.

Na atualidade, uma ciência que vem contribuindo de forma relevante para os estudos migratórios é a Geografia, devido ao destacado debate sobre o espaço geográfico e sua íntima relação com o fenômeno, que envolve discussões tanto sobre os locais de origem quanto de destino dos indivíduos, bem como os processos de expulsão/atração que permeiam essa mobilidade. De forma contextual, a Geografia fez (e faz) suas contribuições em um processo evolutivo em sua caminhada de formação e afirmação enquanto ciência, acarretando diferentes interpretações dessa temática.

Durante o período da Geografia dita como Clássica ou Tradicional, os geógrafos buscaram suas orientações nas concepções filosóficas e metodológicas do Positivismo. Estas tinham como algumas de suas principais características a redução da realidade ao que poderia ser captado dos fenômenos através dos sentidos, ou seja, a redução da realidade ao empírico, em que o pesquisador seria mero observador. É claro que esta perspectiva acabou por

empobrecer a análise geográfica, que se limitou a observar, enumerar, classificar e descrever os fenômenos ocorridos no espaço, como se estes fossem capazes de satisfazer o trabalho científico. A Geografia Clássica de cunho positivista teve como um dos pontos mais marcantes o seu caráter naturalista e se destacou na inserção do homem nos estudos geográficos, todavia, este aparece apenas como mais um elemento da paisagem (MORAES, 2005). Essa corrente geográfica teve duas abordagens principais que serão vistas de forma sucinta para uma breve elucidação do fenômeno migratório nessa corrente.

A primeira abordagem é a Positivista Determinista, que teve o geógrafo alemão Friedrich Ratzel como principal expoente. Ele tem como principal obra *Antropogeografia – fundamentos da aplicação da Geografia à História*, publicada em 1882. Este autor entende como objeto da Geografia a influência que o meio natural exerce sobre a humanidade, pois para ele a sociedade precisa fazer uso dos recursos naturais para conquistar sua liberdade, portanto precisa manter uma relação de maior proximidade com a natureza. Esta natureza seria responsável também por influenciar a própria constituição social, a partir da riqueza que beneficiaria o meio sobre o qual está inserido um grupo, o que influenciaria fortemente na expansão ou decadência de um povo (MORAES, 2005).

A partir dessa forma de análise, as migrações apareceriam intrinsecamente ligadas às condições naturais de uma porção do espaço sob a qual está inserido um grupo humano. Assim, o fenômeno migratório humano não seria muito diferente dos deslocamentos de animais que acontecem na natureza em busca de alimento e água, quando seus habitats deixam de lhe oferecer suprimentos necessários a manutenção da vida.

Essa abordagem poderia englobar, por exemplo, a errônea e simplória explicação da migração nordestina para outras regiões do Brasil meramente como fruto das secas que historicamente assolam o Nordeste. O debate Positivista Determinista ignora a seca como um agravante a uma estrutura econômico-social já muito fragilizada nessa região, por desconsiderar, como bem aponta Moreira (1982), as relações travadas entre os homens no processo de produção social do espaço.

Ainda dentro da Geografia Clássica, outra abordagem muito relevante foi a Positivista Possibilista do francês Vidal de La Blache. Essa abordagem geográfica define como objeto de estudo da Geografia a relação homem-natureza na perspectiva de paisagem. Nessa concepção, o homem sofre influência da natureza, todavia é um ser ativo, capaz de fazer uso dos recursos que ela lhe disponibiliza para transformá-la e retirar as condições de sua sobrevivência, o que configura a natureza como possibilidades para a ação do ser humano (MORAES, 2005).

Ainda segundo a teoria de La Blache, o ser humano habita vários locais da superfície e em cada ponto ele se adaptou ao meio e desenvolveu técnicas, hábitos, usos e costumes que o permitiram fazer o uso dos recursos naturais disponíveis, o que ele denominou de “gênero de vida”.

Esse gênero de vida representaria um equilíbrio entre a população e os recursos naturais, o que faria com que essas populações criassem normas sociais a fim de assegurar a reprodução de determinado grupo que habita. Todavia, alguns fatores poderiam modificar o gênero de vida, sendo um deles o fim dos recursos existentes, o que obrigaria aquela sociedade a migrar ou a aprimorar suas tecnologias quando não fosse possível migrar devido a barreiras naturais.

A partir desse entendimento, voltemos ao exemplo das discussões sobre as migrações de nordestinos causadas pela seca. Ao considerar que, com o fim dos recursos disponibilizados pela natureza, grupos humanos são obrigados a se deslocar espacialmente em busca da sobrevivência, enveredar pelo viés Possibilista implicaria entender, por exemplo, que a permanência de parte da população nordestina poderia ser viabilizada pelo desenvolvimento de técnicas e soluções em seu território para a produção de gêneros. Dessa forma, a permanência ou o deslocamento de grupos humanos estaria condicionado ao aprimoramento tecnológico ou não, que pudesse viabilizar sua sobrevivência em ambientes escassos de recursos naturais.

Como resultado de fortes críticas à insuficiência de análise da Geografia positivista clássica surge, no período do pós-guerra, a Geografia Quantitativa ou Teorética ou Neopositivista. Essa corrente se opunha principalmente ao caráter não prático da Geografia Tradicional, a qual só abordava o passado sendo incapaz de fazer previsões e, assim, incapaz de transformar a realidade. A Geografia Neopositivista buscava uma renovação metodológica, através da adição na Geografia de incrementos tecnológicos, bem como novas técnicas, uma linguagem diferenciada, uso de cálculos e fórmulas matemáticas passaram a ser essenciais para um conhecimento voltado ao planejamento (MORAES, 2005).

Assim, sobre essas mudanças, Moraes (2005) esclarece que:

[...] Troca-se o empirismo da observação direta (do “ater-se aos fatos” ou dos “levantamentos dos aspectos visíveis”) por um empirismo mais abstrato, dos dados filtrados pelas estatísticas (das “médias, variâncias e tendências”). Do trato direto com o trabalho de campo, o estudo filtrado pela parafernália da cibernética. Nesse processo, sofisticava-se o discurso geográfico, tornam-se mais complexas a linguagem e as técnicas empregadas. Da submissão total aos procedimentos indutivos (e toda a Geografia Tradicional faz o elogio da indução) passa-se a aceitar também o raciocínio dedutivo. Da contagem e enumeração direta dos elementos da paisagem, para as médias, os índices e os padrões. Da descrição, apoiada na observação de campo, para as correlações matemáticas expressas em índices. Nesse processo, há um empobrecimento do grau de concretude do pensamento geográfico. Apesar da sofisticação técnica e lingüística, este permanece formal (preso às aparências do real), e agora mais pobre, porque mais abstrato (MORAES, 2005, p. 37).

Embora tratada como inovadora, essa corrente geográfica não rompe com os compromissos com as classes dominantes. A sua característica de planejamento se configura como uma nova ferramenta a serviço da burguesia para a dominação. Sua crítica, segundo a Geografia Clássica positivista, dá-se apenas no campo formal, não passando de uma crítica acadêmica que não altera em nada os compromissos sociais da Geografia Clássica. Como esclarece Moraes (2005, p. 37) “A Geografia Pragmática é uma tentativa de contemporaneizar, em vista dessa nova função, este campo específico do conhecimento, sem romper seu conteúdo de classe”.

Uma das vias de objetivação dessa corrente da Geografia é oriunda da teoria dos sistemas a qual Brian Berry propõe o uso dos modelos de representação e explicação para a abordagem dos temas geográficos. Logo:

O modelo tentaria expressar a estrutura do sistema, em Geografia o “geossistema”, ou o “ecossistema”, os “sistemas de cidades”, ou a organização regional como “subsistema do sistema nacional”. Assim, os modelos seriam tantos quantos os sistemas existentes no real, passíveis de uma análise geográfica (MORAES, 2005, p. 38).

É dentro dessa abordagem sistêmica que está presente o fenômeno migratório na perspectiva da Geografia Neopositivista. Nessa abordagem, o fenômeno migratório é pensado enquanto fluxo de produtores e/ou consumidores e/ou força de trabalho em centros urbanos e regionais muito influenciados pelos processos econômicos.

Esses fluxos seriam, a partir da explicação de Faissol (1972), produto de uma irradiação do desenvolvimento econômico de determinados centros urbanos ou regionais, os quais influenciariam substancialmente a força de trabalho. Para Moraes (2005) esses fluxos são criados ou reordenados pela efetivação de ações de planejamento que buscam, através da organização das partes, um equilíbrio do todo, expressando assim a busca pela funcionalidade do sistema.

Voltando essa abordagem para o Brasil, Camargo e Reis Junior (2004) esclarecem que nos últimos anos da década de 1960, o IBGE, no intuito de compreender a organização espacial brasileira com a finalidade de uma implantação de políticas de intervenção mais fáceis ao Estado, promoveu estudos para uma reformulação regional segundo novos critérios. Nessa perspectiva, entende-se que

[...] Era preciso admitir fenômenos incontestáveis no país e enxergar seus significados numa perspectiva espacial, cuja expressão estava intrinsecamente atada ao processo de desenvolvimento sócio- econômico brasileiro (fenômenos de polarização

econômica e de fluxo de produtos e consumidores, por exemplo) [...] (CAMARGO E REIS JUNIOR, 2004, p. 365).

Autores como Baeninger (2011a) e Brito (2009) discutem a influência desse desenvolvimento urbano-industrial (principalmente em estados como São Paulo e Rio de Janeiro) no processo de reconfiguração demográfica no Brasil na segunda metade do Século XX, expressa principalmente pelo êxodo rural, fortemente influenciado por fortes disparidades regionais.

Com o advento da Geografia Crítica, o fenômeno migratório passa a ser analisado sob outra perspectiva. Através do materialismo histórico e dialético, método elaborado a partir dos escritos de Karl Marx e Friedrich Engels, e que embasa esta pesquisa, a Geografia se apropria desse método para explicar os fenômenos do mundo moderno como resultantes dos processos de reprodução e acumulação do capital. Essa corrente entende que a realidade precisa ser analisada de forma crítica, pois só assim, a partir de suas contradições, esses processos podem ser descortinados, possibilitando a superação do seu entendimento fragmentado, chegando assim à compreensão de sua totalidade. Esse esclarecimento da realidade social tem caráter revolucionário, do qual Moreira (1982) entende que a Geografia seria responsável por desvendar as máscaras sociais.

Segundo Moraes (2005, p. 42):

Esta denominação advém de uma postura crítica radical, frente à Geografia existente (seja a Tradicional ou a Pragmática), a qual será levada ao nível de ruptura com o pensamento anterior. Porém, o designativo de crítica diz respeito, principalmente, a uma postura frente à realidade, frente à ordem constituída. São os autores que se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo. São, assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma Geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem.

Assim, para Moreira (1982) a Geografia necessita colocar os pés no chão, aproximar-se do seu objeto: o espaço. Este seria produto do trabalho humano, no processo de transformação da primeira natureza ou espaço natural em segunda natureza, ou espaço geográfico. A Geografia, para o autor, ao analisar o arranjo espacial através da dialética, “serve para desvendar as relações de classe que produzem esse espaço” (MOREIRA, 1982, p. 2).

Ainda segundo o referido autor, a importância do espaço para a Geografia pode ser explicada pelo fato de que

[...] o espaço é história, estatuto epistemológico sobre o qual a geografia deve erigir-se como ciência, se pretende prestar-se a alguma utilidade na prática da transformação social. E tal noção reside não na mera constatação de que a história desenrola-se no espaço geográfico, mas, antes de tudo, de que o espaço geográfico é parte fundamental

do processo de produção social e do mecanismo de controle da sociedade (MOREIRA, 1982, p. 2).

Tomando como base a reflexão desse autor, os processos migratórios devem ser considerados enquanto processos sociais de produção do espaço geográfico pela sociedade através do tempo. Nessa perspectiva, Moreira instiga-nos a pensar e a questionar tais processos, não como algo natural, mas como algo produzido pela sociedade, e que seus desdobramentos modelam o espaço, de forma muitas vezes conflituosa, necessitando de criticidade para analisá-las e propor soluções.

Dialogando com a análise de Ruy Moreira (1982), Póvoa Neto (*apud* MORMUL, 2013) esclarece a importância do fenômeno migratório para o próprio entendimento do espaço, pois

Não se entende a dinâmica do espaço abstraindo a questão da migração. A mobilidade é um dos elementos para se compreender os processos diferenciados [...] ela é um processo que tem suas especificidades, só se entende a migração em função de sua história, ela não é instantânea, ou seja, deve ser entendida dentro de um processo histórico (PÓVOA NETO, 2013 *apud* MORMUL, 2013, p. 183).

A Geografia Crítica propõe uma abordagem muito mais efetiva através do seu método, pois dá uma maior atenção aos temas sociais na explicação do processo de produção e reprodução do espaço geográfico. Essa análise dá centralidade a conceitos como o de divisão internacional do trabalho, globalização, relações de produção, modos de produção, dentre outros, abordados na análise crítica do espaço geográfico. Dessa maneira, os fenômenos populacionais, dentre eles a migração, passam a ser analisados levando-se em consideração as condições de sua gênese, os valores culturais e sociais envolvidos, ou mesmo como as pessoas suprem suas necessidades e garantem sua sobrevivência (MORMUL, 2013).

Com a proposta de criticidade dessa corrente geográfica, entender os motivos impulsionadores dos movimentos migratórios é algo muito mais importante que a própria definição de migração. Enfocar esse fenômeno é analisar a própria sociedade e seus desdobramentos, seus conflitos, seu processo histórico, a dinâmica interna do país com suas disparidades regionais e as divisões que existem entre essas áreas, os diferentes fatores que impulsionam as migrações, além da busca de soluções para os problemas sociais e espaciais (Idem).

Dessa forma, o fenômeno migratório brasileiro tem sido historicamente influenciado não exclusivamente, mas principalmente em função da divisão social e territorial do trabalho, em que o desenrolar dos processos de reprodução do capital tem produzido espaços com funções distintas. As explicações por muito tempo foram insuficientes, e a Geografia tem se

alertado de sua obrigação em fornecer explicações plausíveis para o fenômeno migratório no Brasil e no Nordeste, bem como em seu interior, em pequenos municípios como São José de Piranhas - PB, que tem esse fenômeno como forte modelador espacial e social.

1.4 O PROCESSO MIGRATÓRIO RECENTE NO NORDESTE BRASILEIRO

Na história do Brasil, nenhuma região foi tão atingida pelo fenômeno migratório quanto a Nordeste. George Martine (2015) afirma que por este motivo, já há mais de um século, esta é conhecida como terra da arribação, devido à perda constante de sua população para outras regiões do país, o que contribui para que a mesma se estabeleça como materialização e símbolo da migração.

Este fenômeno, que é por vezes erroneamente ligado apenas a fuga da seca, está muito presente na literatura regional, em obras de sucesso como o renomado romance *O Quinze*, de Raquel de Queiroz (2012) como consta no seguinte trecho:

Agora, ao Chico Bento, como único recurso, só restava arribar.
Sem legume, sem serviço, sem meios de nenhuma espécie, não havia de ficar morrendo de fome, enquanto a seca durasse.
Depois, o mundo é grande e no Amazonas sempre há borracha...
Alta noite, na camarinha fechada que uma lamparina moribunda alumia mal, combinou com a mulher o plano de partida.
Ela ouvia chorando, enxugando na varanda encarnada da rede, os olhos cegos de lágrimas.
Chico Bento, na confiança do seu sonho, procurou animá-la, contando-lhe os mil casos de retirantes enriquecidos no Norte (Queiroz, 2012, p. 21).

As palavras da autora expressam uma situação comum na Região Nordeste, especialmente no século XX, quando as famílias de retirantes da seca saíam em busca de melhores condições de vida e sobrevivência em outros espaços produtivos. Todavia, tanto a obra mencionada quanto outros romances da literatura regional, muitas vezes acabam por simplificar uma gama de fatores complexos e não tão evidentes quanto a seca, mas que historicamente influenciaram e influenciam o fenômeno migratório como, por exemplo, a exclusão do direito à terra, à água e os fatores políticos.

Para Cover (2011) um dos principais motores que influenciam as migrações no Brasil são as grandes disparidades regionais, causadas principalmente por fatores políticos e econômicos. O Nordeste é uma Região marcada pela ausência do Estado, o que historicamente tem desfavorecido e dificultado a reprodução de condições de sustento de sua população, contribuindo para que a emigração ganhasse força enquanto opção de sobrevivência e de possibilidade de melhores condições de vida.

Martine (2015) é mais claro ao afirmar que além dos fatores políticos e socioeconômicos historicamente consolidados, a estrutura fundiária dessa região, juntamente com questões ambientais de algumas sub-regiões, agravadas por terras improdutivas, associadas ou não a períodos de seca e, também, à atratividade de outras prósperas regiões foram vorazes influenciadores das migrações nordestinas.

Historicamente as distinções dos espaços tem contribuído para a geração de intensos fluxos migratórios nos mais distintos espaços globais. Nessa perspectiva, vários estudiosos nos mostram que este fato não foge à regra no Brasil, onde as disparidades regionais atuaram e tem atuado como grandes forças motrizes para os processos migratórios internos.

Entender o contexto dos processos de regionalização pode ajudar na reflexão sobre os fatores históricos condicionantes desse fenômeno. O debate sobre a região tem sido constantemente revisado pela Geografia, no entanto, embora as discussões iniciais sejam importantes, nos interessa nesse momento uma discussão mais recente da Geografia Crítica, influenciada pelo materialismo histórico e pela dialética marxista.

De acordo com Dantas e Moraes (2008) nessa abordagem geográfica a região é discutida enquanto parte de uma totalidade histórica, pois a reconstituição histórica é imprescindível para o entendimento da região enquanto produto de uma divisão territorial do trabalho estabelecido no sistema capitalista.

Santos (2021) é um dos principais geógrafos a contribuir com a análise da região na perspectiva marxista, em que fez a análise desta categoria pelo viés da globalização. Esse autor chama a atenção para a análise da região a partir do modo de produção capitalista, pois este permite compreender de que forma um mesmo modo de produzir, que acontece nos mais variados espaços globais, reproduz-se de acordo com as particularidades regionais. O mundo tornou-se uno para suprir as necessidades desse modo de produção, extrapolando as fronteiras regionais, nacionais e mesmo culturais, todavia, mesmo com a disseminação mundial dos modernos processos de produção, estes se distinguem entre os espaços. Dessa forma, as regiões se apresentam como distintas versões da mundialização que, ao contrário de promover homogeneidade, acabam promovendo diferenças ou realçando tais disparidades espaciais e até mesmo dependendo delas.

Corrêa (2003) propõe uma discussão acerca da categoria geográfica da região na perspectiva da lei do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky. Para esse autor, essa lei permite uma análise da diversidade global sob a interferência do homem no decorrer do tempo. A dimensão espacial dessa lei pode ser constatada nos processos de regionalização.

O processo de regionalização tem ampla ligação com a própria história do homem, pois assim como os processos de desenvolvimento diferenciado das sociedades ao longo do tempo e do espaço e a difusão desses processos de mudança foram responsáveis pelo estabelecimento de diferenças intra e intergrupos, também se dissiparam de forma diferente no espaço, reforçando a diferença entre as áreas. O processo de regionalização também se torna mais complexo com o processo de desenvolvimento da história do homem, pois o espaço humanizado retalha-se ainda mais em muitas regiões que se encontra integrado (CORRÊA, 2003).

Dessa forma, o processo de regionalização embasado na lei do desenvolvimento desigual e combinado acaba por distinguir não apenas os países como os componentes que os compõem, produzindo regiões desenvolvidas de forma desigual, porém articuladas, não só dos modos de vida, mas dos próprios espaços (idem). Nessa perspectiva o autor complementa que:

A Região pode ser vista como resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas [...] como uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos (CORRÊA, 2003, p. 45-46).

Embora os espaços sejam heterogêneos, estão amplamente ligados dentro do processo de desenvolvimento do capital, o qual não se impõe de forma homogênea pelo espaço. Esse fato é responsável por produzir disparidades regionais que geram lugares onde o capital está concentrado como a Região Sudeste e locais de maior pobreza e sem oportunidades de acesso a ocupação e renda, como é o caso do Nordeste, o qual tem fornecido mão-de-obra para o desenvolvimento das áreas mais ricas. Essas disparidades espaciais são amplamente benéficas ao processo de acumulação capitalista.

Na perspectiva da análise da Geografia Crítica influenciada pelo marxismo e mediante os processos históricos dos espaços internos brasileiros, é reveladora a influência do papel das disparidades regionais nos processos migratórios internos, principalmente as migrações nordestinas que quase sempre estiveram interligadas às transformações em curso nos diversos espaços e na própria sociedade brasileira pelo avanço dos processos capitalistas. Assim, a história mostra que os espaços internos assumem papéis diferentes dentro do cenário nacional, exercendo funções distintas dentro do processo de reprodução do capital. Um exemplo claro pode ser constatado na histórica relação entre o Sudeste e o Nordeste e seus respectivos papéis no processo de desenvolvimento econômico nacional.

Não se pode atribuir a fatores isolados, como a seca, a completa responsabilidade pela conjuntura histórica e atual das migrações nordestinas, visto que esta é resultado da combinação de diversos fatores já citados por George Martine (2015) e Cover (2011), porém, a depender do momento histórico, talvez um ou outro tenha exercido maior influência, mas nunca de forma isolada. É indiscutível a relevância dos espaços de atração de nordestinos, como é muito conhecido principalmente no século XX, através da saída de contingentes populacionais do Nordeste com direção a outras regiões, principalmente o Sudeste.

De acordo com Ojima e Fusco (2015) a migração de nordestinos aconteceu com destino a todas as regiões do país, todavia, os primeiros registros expressivos de saída de população remontam a meados do século XIX, com destino a Região Norte. Nesse período a Amazônia vivenciou um momento de grande prosperidade econômica provinda da extração da borracha, o que contribuiu para a formação de grandes fluxos migratórios Nordeste-Norte. Segundo os autores:

No decorrer do período que vai de 1839 (quando da descoberta da vulcanização da borracha) a 1932 (final da grande depressão), essa região recebeu uma grande quantidade de nordestinos, procedentes, em sua maioria, das zonas do agreste e do sertão do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte [...] Às vezes, expulsos de sua terra natal por causa das secas, fenômeno climático que atinge grande parte do Nordeste de forma crônica, outras vezes (ou simultaneamente) atraídos pelas oportunidades resultantes de atividades econômicas em expansão, os migrantes do Nordeste se moveram em grande número, somando aproximadamente 300 mil pessoas durante os primeiros anos do século 20. (OJIMA E FUSCO, 2015, p. 13-14).

Tamanha expressividade desses fluxos migratórios com destino ao Norte é explicada por Buriti e Aguiar (2008) como sendo produto não só das graves secas que afetavam o Nordeste e todos os problemas socioeconômicos por elas agravados, mas também como um conjunto de manobras governamentais que buscavam desconstruir a imagem negativa da Região Norte de “inferno verde”, buscando a promoção do povoamento através da imagem de terra da promessa, assegurando a soberania do país nas fronteiras do Norte do país. Outros fatores como a necessidade de mão-de-obra para a produção de borracha, destinada a suprir a demanda dos aliados no período da Segunda Guerra, e também a possibilidade de retirar dos ombros do Estado a responsabilidade sobre os impactos causados pela seca, ao menos sobre os indivíduos que aderiam a migração, também devem ser elencados. A migração nesse momento passou a figurar como uma ferramenta de desenvolvimento e solução de alguns problemas.

Contudo, com o fim da Segunda Guerra Mundial e com a ruína da produção da borracha, grandes contingentes de migrantes retornaram ao Nordeste, enquanto aos que decidiram ficar

na Amazônia, estes se fixaram nos seringais e passaram a desenvolver uma agricultura de sobrevivência (BENCHIMOL, 2009).

Outro capítulo marcante da história das migrações internas do Brasil é o movimento de nordestinos com destino ao “Sul maravilha” ou a “terra das oportunidades”, capítulo este que foi responsável por um reordenamento populacional dentro do território brasileiro e impacta as dinâmicas populacionais até os dias atuais.

Buriti e Aguiar (2008) afirmam que a emigração de nordestinos em direção ao Sudeste teve como grande influenciador a tônica dos projetos políticos brasileiros iniciados na década de 1930, pois a partir dessa década uma nova reorganização econômica, tendo como destaque o processo urbano-industrial da Região Sudeste, foi responsável por rearranjar o programa de migração, contribuindo para o direcionamento de fluxos volumosos de migrantes nordestinos com destino a esta região. Somado a isso, momentos de agravamento das condições de vida já precárias do Nordeste e piorados por secas recorrentes também corroboraram para esta evasão nas mais variadas direções. Os números são muito expressivos como bem diz Souchaud (2009):

Durante a década de 1930, o Nordeste perdeu algo em torno de 650 mil pessoas para outras áreas do país e, no decorrer da década seguinte, o número de emigrantes chegou a mais de 900 mil. A década de 1950 foi também um período de intensa emigração inter-regional, de tal modo que a taxa média de crescimento anual da população nordestina ao longo do decênio foi de 2,1%, enquanto a do Brasil foi de 3,4% (SOUCHAUD, 2009 *apud* OJIMA e FUSCO, 2015, p. 14).

Nesse período a economia do país deixava o modelo agrário exportador e dirigia-se ao rumo de variar as fontes e os focos de investimentos. É nesse contexto que, a partir de meados do Século XX, as migrações em grande maioria provindas do Nordeste, tornariam São Paulo a maior megalópole do Sudeste (BURITI E AGUIAR, 2008).

Segundo Silva (2008) entre as décadas de 1930 e 1950 o Estado de São Paulo foi responsável por uma série de políticas migratórias que buscavam suprir as necessidades do setor agroexportador, pois era boa parte dos lucros da exportação de produtos primários que bancavam o processo de desenvolvimento industrial, o que demandava uma quantidade significativa de migrantes, em grande parte nordestinos, provindos de áreas rurais que se dirigiam para o interior paulista e também para os grandes centros urbanos. Ainda de acordo com o autor, essas políticas de incentivo perduraram até a década de 1950.

A década de 1950 foi marcada por uma inflexão na dinâmica das migrações internas. Devido a significativa expansão do setor industrial do Sudeste, principalmente São Paulo, criou-se uma demanda de força de trabalho, a qual teve como braço forte um grande contingente de nordestinos (*idem*).

Quanto aos fatores de expulsão, são explicados como fruto de um crescimento vegetativo acelerado, principalmente em áreas rurais, muito em função da queda das taxas de mortalidade e somadas ao grande índice de concentração fundiária regional, antiquadas relações de trabalho e às secas vivenciadas na Região Nordeste na década de 1950, responsáveis por dar destaque à migração para o Sudeste como alternativa de sobrevivência (COHN, 1976 *apud* SILVA, 2008).

Martine (2015) e Silva (2008) ainda apontam a relevância dos investimentos em infraestrutura viária e melhoria dos transportes terrestres, pois até aquele momento as viagens eram longas e aconteciam por transportes marítimos. Essas mudanças facilitaram as migrações nordestinas com destino ao Centro-Sul, passando a ser o principal modo de deslocamento.

Quanto ao tipo de movimento migratório, o êxodo rural foi o principal movimento que alimentou esse superpovoamento do Sudeste. Mesmo com diferentes expressividades nos diferentes espaços do país, esse processo foi tão significativo para as migrações nordestinas quanto em qualquer outra região brasileira. A alavancagem dos novos processos econômicos experimentados pelo país naquele momento foram responsáveis por despovoar o campo e superpovoar as cidades, fato que faria a população urbana superar a rural já na década de 1960. As migrações rurais nordestinas nesse período dizem muito sobre o contexto regional da época, principalmente ao se estar ciente que

Na década de 1960, o volume líquido de emigrantes do Nordeste rural foi de 4,1 milhões, dos quais 42% ficaram retidos no meio urbano regional, com os restantes 58%, seguindo para outras regiões, em especial, para as grandes metrópoles do Sudeste [...]. Algumas outras características econômico-sociais da população pobre, nos anos 1960, do Nordeste rural, confirmam a persistência, ali, da situação de grandes carências. Viviam da agricultura de subsistência 83% dos chefes de famílias pobres, cuja renda familiar dependia em 76% daquela atividade (BURITI E AGUIAR, 2008, p. 9-10).

De acordo com Cunha (2002 *apud* OJIMA e FUSCO, 2015), além dos grandes fluxos com destino ao Sudeste, a década de 1960 marcou também o importante fluxo migratório de nordestinos com destino ao Centro-Oeste. O processo de ampliação das fronteiras agrícolas gerou grandes transformações da base produtiva dessa Região e teve o Estado como grande incentivador, sendo responsável por contribuir para a redistribuição da população nacional. Tanto a década de 1960 quanto as seguintes foram marcadas pelo avanço desses processos, batizados de “marcha modernizadora do Oeste”. O autor afirma que teve como uma de suas características mais marcantes a forte imigração de nordestinos.

Estudiosos das migrações internas brasileiras como Martine (2015) concordam que a década de 1970 marcou o início de profundas transformações nas dinâmicas migratórias

nacionais. Baeninger (2011b) afirma que o esgotamento das fronteiras agrícolas, além da crise econômica internacional, contribuiu para uma ruptura das tendências migratórias nacionais que, no entanto, só seriam mais evidentes nos anos seguintes, principalmente no Censo Demográfico de 1991.

Outro fator relevante foi o início do processo de desconcentração das atividades econômicas, especialmente as atividades industriais a partir do Estado de São Paulo. Para Martine (2015, p.7) mesmo que incipientes, a dinamização da economia regional influenciou os movimentos migratórios nacionais ao passo que estes fluxos “refletem principalmente o deslocamento de oportunidades econômicas sobre o território”.

Somados aos fatores supracitados, Vale, Lima e Bonfim (2004) apontam outros elementos como algumas políticas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), sendo estas: a diminuição das secas, diminuição das oportunidades de trabalho no Sul e a ausência de grandes obras como as das décadas passadas enquanto fatores que ajudaram a explicar o arrefecimento das migrações nordestinas, que aconteceriam nos próximos anos, em especial as migrações rurais. Martine (2015) complementa que a migração rural-urbana com destino aos centros metropolitanos do Sudeste ainda cresceu na década de 1970, sendo atenuadas na década seguinte.

A década de 1980 marca uma nova etapa nos padrões migratórios nacionais. Para Baeninger (2012):

Embora não se possa estabelecer uma relação linear entre tipos de movimentos migratórios e etapas da economia, até os anos 1970 há simultaneidade nesses processos; a partir de então, há uma defasagem entre os processos, indicando uma maior complexidade do fenômeno migratório, em particular a relação migração/industrialização. A separação analítica entre essas ordens de fenômenos, no entanto, permite vislumbrar reciprocidades da dinâmica econômica sobre os processos migratórios e, por outro lado, dos movimentos migratórios com relação ao evoluir da economia (BAENINGER, 2012, p. 2).

Martine (2015) esclarece que as mudanças nos padrões migratórios nordestinos também foram altamente influenciadas pela grande queda nas taxas de fecundidade do Nordeste nessa década, pela melhoria considerável nas taxas de retenção de população em relação às décadas anteriores, aos fluxos de retorno de migrantes a essas áreas e até da entrada de naturais de outras áreas do país. Para Baeninger (2012), com a maior precarização das condições de vida nos grandes centros, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho cada vez mais seletivo no Sudeste, a crise financeira que atingira o país na primeira metade da década de 1980, associados a fatores atrativos na Região Nordeste como sua tímida, porém crescente, participação na economia nacional, foram significativos fatores para a alteração da dinâmica regional.

A partir da década de 1980, as migrações nacionais assumem um caráter muito mais reversível em relação aos 50 anos anteriores. Os dados censitários mostram que o Nordeste permanece como um dos principais pontos de saída de migrantes, e o Sudeste como o principal destino, no entanto, essas correntes passaram a ser muito mais agitadas. Mudanças nos padrões de tempo das migrações, nos destinos, no comportamento familiar e nas migrações intrarregionais passaram a ganhar destaque. Há que se considerar as fragilidades dos recenseamentos que acontecem a cada dez anos para fornecer informações mais detalhadas desse fenômeno.

Embora as mudanças econômicas brasileiras expliquem muitas dessas transformações nos padrões migratórios nas décadas de 1980, elas não perduram até os dias atuais. Segundo Ojima e Fusco (2015), na década de 1990 os fluxos de saída de migrantes nordestinos voltaram a aumentar, enquanto o Sudeste voltou a registrar aumento de entrada desses migrantes. As migrações de retorno continuaram a apresentar aumento, se mostrando expressivas, principalmente no Nordeste, no Censo de 2010, que comprova um novo arrefecimento dos fluxos nordestinos com destino ao Sudeste e também a diminuição dos saldos migratórios inter-regionais negativos dessa região, na primeira década do Século XXI. Essa narrativa se confirma no Estado da Paraíba e em São José de Piranhas que, segundo Souza (2015, 2019) vem recebendo um crescente número de naturais retornados e de suas famílias constituídas em outros espaços como o Estado de São Paulo.

É muito complexo debater todos os processos imbricados às transformações que vêm ocorrendo nos padrões migratórios brasileiros. É nesse contexto que Brito (2009) chama atenção para a defasagem entre as discussões econômicas e a migração nacional. Para o autor, é necessário buscar novas abordagens teórico-metodológicas que possam superar os desafios recentes e compreender as dinâmicas migratórias atuais, seja no Nordeste ou mesmo no Brasil como um todo, visto que as antigas explicações não conseguem ultrapassar o período compreendido entre as décadas de 1980 e 1990.

Para Baeninger (2015), o Século XXI é marcado pela ampliação do cenário para o entendimento das migrações internas, pois é necessário ultrapassar a simples consideração de fatores nacionais e levar em conta também as transformações provenientes da nova ordem internacional na divisão social do trabalho. Segundo a autora:

Tornam-se, por vezes, limitadas as explicações das migrações internas no país apenas pelos movimentos estruturais ou conjunturais da dinâmica da economia brasileira. A inserção periférica de espaços nacionais no âmbito da atual globalização passa a incluir dinâmicas locais ao cenário transnacional, onde a penetração e expansão do capitalismo expressa novos arranjos das migrações internas (BAENINGER, 2015, p. 10).

Para a autora, os paradigmas característicos dessa nova etapa das migrações nacionais como a tendência à uma rotatividade migratória possibilita perceber, nos mais diferentes espaços do país, a fluidez da força de trabalho na divisão social e espacial. Como produto, são gerados novos arranjos da migração interna com novas modalidades de migração em âmbitos locais e regionais, como pode ser visto, por exemplo, com alguns estados nordestinos que passaram a apresentar saldo migratório positivo nas trocas com o Estado de São Paulo ou outros que, historicamente, perdiam população e que passaram a apresentar trocas com volume de entrada e saída próximos (rotatividade migratória) bem como um aumento das áreas de retenção migratória. A tendência de perda migratória não só de São Paulo, mas da Região Sudeste, mostram o estabelecimento dos espaços da migração interna, redefinindo boa parte do histórico fluxo Nordeste-Sudeste em espaços de rotatividade migratória.

Neste cenário, mesmo com a redução da saída de nordestinos, essa região ainda se mantém com saldos migratórios negativos, o que denota sua influência nos processos de distribuição da população no território brasileiro. Para Ojima e Fusco (2015, p. 24):

As mudanças observadas na economia nacional ainda não são suficientes para eliminar as desigualdades regionais ou, ao menos, dar condições mínimas para a reprodução social da população em seu lugar de nascimento. Assim, o nordestino continua a migrar, ainda que em volumes menores, aparentemente buscando novos lugares onde consiga se inserir no mercado de trabalho, apesar das dificuldades do momento atual.

Para os autores, a atualidade das migrações nordestinas é dotada de bastante heterogeneidade. Com a redução dos fluxos de longa distância, novos movimentos ganharam destaque em aspectos gerais e em termos seletivos e qualitativos. Desta forma, é de fundamental importância compreender as novas dinâmicas das migrações nordestinas, como as migrações de retorno, as migrações intrarregionais, os novos espaços da migração, dentre outros, pois esse entendimento serve de embasamento para políticas sociais e para o próprio desenvolvimento regional.

É neste contexto de transformações que pequenos municípios do interior do Nordeste, como o município de São José de Piranhas no extremo Oeste da Paraíba e demais municípios circunvizinhos, vêm acompanhando as tendências nordestinas se destacando dentro dos processos migratórios regionais, com uma maior fluidez de saída e entrada de pessoas, principalmente trabalhadores migrantes temporários como também de migrantes retornados. A migração tem assumido nesses espaços um aspecto tão importante e indispensável ao ponto de influenciar na organização dos espaços e dinâmicas locais.

1.5 O INÍCIO DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS E O CORTE DE CANA-DE-AÇÚCAR COMO FATOR DE SAÍDA DE TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS.

A saída de migrantes de São José de Piranhas-PB vem acompanhando os processos históricos que se desenham na Região Nordeste há pelo menos 90 anos. De acordo com Menezes (1985) foi nas décadas de 1930/1940 que as migrações nesse município tiveram início, influenciadas pelo processo de desenvolvimento industrial que se iniciara na Região Sudeste. Este processo se intensificou nas décadas seguintes e foi com destino principalmente a São Paulo, Rio de Janeiro e, posteriormente, Brasília que se dirigiram os primeiros grupos oriundos desse lugar, em busca de melhoria de vida para si e para a família, por meio da venda de sua força de trabalho nesses grandes centros urbanos.

Acontecimentos importantes como o declínio das atividades relacionadas ao trinômio gado-algodão-policultura no período compreendido entre as décadas de 1940/1950 e a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, que dava direitos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) aos trabalhadores rurais, foram responsáveis pela expulsão de muitos moradores de propriedades rurais. Estes se dirigiam para as áreas mais pobres dos pequenos municípios e passaram a ter pouca ou nenhuma alternativa para sobreviver a não ser o assalariamento fora de sua terra natal. É nesse período que as migrações passam a ganhar maior notoriedade (Idem).

A organização produtiva do município ainda esteve relacionada com a cultura do algodão até a década de 1980. Com o seu declínio, a falta de emprego no município fortaleceu ainda mais as migrações de trabalhadores mais pobres com pouca ou nenhuma terra, principalmente para São Paulo, fato que já vinha aumentando desde os anos de 1970 (Ibidem). Por meio das redes de amizade e parentesco esses migrantes se estabeleciam nos seus destinos, até que conseguissem ocupação e renda, geralmente trabalhos informais, especialmente na construção civil ou, como afirma Souza (2015), na indústria metalmeccânica.

De acordo com Menezes (1985) a organização desses migrantes consistia principalmente em três aspectos essenciais: sobreviver na cidade; enviar recursos para os familiares que permaneciam no Nordeste (que, na maioria das vezes, passava a ser a principal fonte de renda do grupo familiar) e guardar dinheiro. Para cumprir tais objetivos esses trabalhadores se submetiam a uma maior jornada de trabalho ou mesmo a dois empregos, além de economizar com alimentação e moradia, passando a viver muitas vezes em favelas.

Grande parte desses migrantes que se dirigiam a Região Sudeste eram oriundos de famílias camponesas e tinham a migração como uma estratégia familiar para a manutenção de

seus modos de vida, sob uma forma particular de trabalhar com a terra, de produzir e de se relacionar com os mercados (MENEZES, 1985; COVER, 2015). Em sua pesquisa sobre o Sertão Sergipano, Woortmann (1990) afirma ser a migração uma estratégia para a reprodução social desse modo de vida. Segundo esse autor:

Camponeses são, além de produtores de alimentos, produtores também de migrantes. Por isso, áreas camponesas já foram chamadas de “celeiro de mão-de-obra”. A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa. (WOORTMANN, 1990, p. 35).

As dificuldades de acesso à ocupação e renda no campo influenciam a migração de uma gama de categorias de trabalhadores como pequenos proprietários, rendeiros, meeiros, dentre outros. A renda obtida através da migração possibilita para essas pessoas não só o retorno como a promoção de melhorias em suas condições de vida nas áreas rurais (MENEZES, 1985; WOORTMANN, 1990).

Segundo Baeninger (2012, 2015) algumas mudanças, principalmente econômicas que se desenrolaram no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980, influenciadas principalmente pela crise econômica vivenciada no país ao fim dos processos urbanos e industriais, foram responsáveis por uma maior dificuldade na inserção desses migrantes no mercado de trabalho dos grandes centros urbanos, como São Paulo, além de uma maior precarização das condições de trabalho e de vida. A partir dessa autora é possível perceber que até a década de 1980 as migrações eram menos reversíveis, no entanto, o mercado de trabalho passou a ser muito mais seletivo e, já nessa época, o padrão migratório Nordeste-Sudeste passa a sentir correntes reversas além de migrações mais dinâmicas dentro da própria Região Nordeste.

De acordo com Cover (2011) devido às metamorfoses dos processos migratórios nacionais, já no final da década de 1980 e início dos anos de 1990, a migração de trabalhadores do Sertão da Paraíba, dentre eles do município de São José de Piranhas, passaram a dispor da opção de migrar temporariamente para o interior dos municípios paulistas para o trabalho na colheita da laranja, do café e da cana-de-açúcar. Até aquele momento a migração de naturais de São José de Piranhas, assim como a grande maioria dos migrantes do Sertão Paraibano, dirigia-se aos grandes centros urbanos do Sudeste. Sobre essa nova opção de migração Silva (2006) esclarece que:

Desde a década de oitenta tem havido um redirecionamento das correntes migratórias internas no país, especificamente no sentido clássico Norte-Sul, como consequência do fim do “milagre econômico”, intensificando as migrações de retorno e também as migrações intra-regionais. Todavia, a reestruturação do setor sucroalcooleiro no

interior paulista, que vinha se consolidando desde a década de setenta, inclusive sob a égide do Estado, contribuiu para um redirecionamento dessas correntes migratórias no sertão paraibano, passando a atrair uma parcela significativa da força de trabalho relativa dessa região, favorecendo dessa forma, o re-establishimento da predominância das correntes migratórias do Nordeste em direção ao Sudeste, de forma, porém diferenciada, se levaremos com conta que tal migração passa, na atualidade, a assumir um caráter de sazonalidade (SILVA, 2006, p. 107).

A criação do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSÚCAR) e do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) foi responsável por incentivar a modernização e ampliação da agroindústria canavieira nacional nos parâmetros atuais das relações de produção capitalista. Mesmo com acentuada modernização no setor, principalmente a partir da década de 1970, algumas etapas experimentaram a modernização de forma mais lenta como a etapa do corte, que continuaria por anos ocorrendo em sua maior parte de forma manual e passaria a crescer exponencialmente a partir do final da primeira década do século XXI. A lentidão do processo de mecanização da colheita foi relevante para que a mão-de-obra migrante, abundante no Nordeste, fosse a alternativa mais barata para o setor sucroalcooleiro, o que contribuiu para o alargamento desse novo caminho (SILVA, 2006).

Os migrantes de estados nordestinos como Paraíba, Ceará, Maranhão e Piauí ganharam a preferência das usinas canavieiras em relação a outros grupos historicamente consolidados na colheita da cana, oriundos de estados como Bahia e Minas Gerais, que começavam a participar de greves como a greve de Guariba, ocorrida em 1986, além de serem muito mais engajados em movimentos sindicais (Idem).

A escolha desses migrantes era benéfica para as usinas devido a situação de fragilidade em que se encontravam com suas famílias nos seus estados de origem, ocasionadas por toda uma situação socioeconômica delicada e de falta de ocupação e renda que os tornava trabalhadores mais dóceis e mais passíveis diante do desrespeito aos direitos trabalhistas. Outro fator importante é a familiaridade com o trabalho braçal degradante, visto que grande parte desses migrantes atuam em trabalhos pesados, especialmente no roçado, desde muito cedo, com afirma Novaes:

Os trabalhadores que chegam do Nordeste possuem um perfil condizente com o que se precisa hoje para o corte manual. Segundo eles próprios, por terem sido, desde crianças, socializados no árduo e duro trabalho da agricultura na sua região de origem, o trabalho no canavial não os assusta. Além disso, segundo relato dos técnicos das usinas, são preferidos pelos usineiros por serem mais dedicados ao trabalho e gratos aos empregadores pela oportunidade do emprego, inexistentes em suas regiões. A necessidade premente de ganhar dinheiro, para assegurar a subsistência da família distante, tem funcionado como um freio que os torna mais tolerantes com descumprimentos de leis trabalhistas, com as injustiças e as distorções que ocorrem nas medições feitas pelo fiscal de turma em sua produção diária no corte da cana (NOVAES, 2007, p. 171).

O autor mostra que esses trabalhadores reúnem muitas características que os qualificam para esse trabalho, entre elas a destreza e o costume com o trabalho desgastante na agricultura. Mesmo sendo um trabalho desgastante, os migrantes saem de sua terra natal cientes disso, pois conhecem histórias de viagens fracassadas, das exigências do trabalho, dos problemas de saúde e problemas de cálculos da produção. Todavia, mesmo diante de tais dificuldades, acreditam no sucesso e, conseqüentemente, na melhoria de vida, creem que podem se tornar campeões de produtividade e com isso obter reconhecimento frente ao seu desempenho (NOVAES, 2007).

Outras causas também influenciaram significativamente na contratação de mão-de-obra migrante pelo setor sucroalcooleiro do Sudeste como, por exemplo, a resistência dos trabalhadores residentes nos municípios canavieiros às exigências do trabalho. Somado a isso, a existência de uma grande disparidade entre os salários ganhos na colheita da cana em relação as possíveis remunerações obtidas nos locais de origem dos trabalhadores migrantes, que segundo Silva (2006) não ultrapassam um terço do salário recebido nas usinas. Há de se considerar que, em seus municípios de origem, estes trabalhadores não possuem trabalho fixo, por isso a remuneração dos mesmos é composta por diárias esporádicas de serviço, diferentemente do trabalho na usina, onde ficam empregados em média nove meses. Para os que decidem não migrar, a permanência pode representar uma situação de maior insegurança do grupo familiar.

Dessa forma, a necessidade das usinas por este perfil de trabalhador combinou perfeitamente com a necessidade desses sujeitos de conseguir trabalho para sustentar as famílias que permaneciam no Sertão. Para Alves (2007) quando estes trabalhadores migram, o seu sustento e de sua família passa a ser intermediado pelo dinheiro do assalariamento no trabalho com a cana, fato que em seu lugar de origem não ocorria ou ocorria de forma parcial, já que antes, este produzia, em parte ou totalmente, os produtos de manutenção da família com seu trabalho. A possibilidade de acesso aos bens e serviços para o grupo familiar e a realização de projetos pessoais, como a aquisição de terrenos, motos, casas, gado, entre outros bens, colaboram para uma maior submissão desses trabalhadores as exigências das usinas canavieiras.

Devido a essa situação em que se encontram os migrantes, estes são subordinados à lógica da produção e eficiência, sujeitos à superexploração no trabalho para atingir alta produtividade, ou seja, quanto maior o volume de cana cortada, maior a remuneração do trabalhador, maior é o lucro do capitalista e dos donos dos meios de produção e maiores são a alienação, o desgaste e a exaustão do corpo do trabalhador. Para se manter no emprego eles têm de atingir uma grande produção diária que vem aumentando ao longo do tempo, passando de 5

ou 6 toneladas por dia, na década de 1980, para 10 toneladas, na década de 1990 e atingindo, nos dias atuais, o número de 12 a 15 toneladas por dia. O alcance dessa média tem obrigado os trabalhadores a elevar cada vez seu índice de produtividade, que passou a ser fator de seleção para as usinas (SILVA, 2007).

Vale destacar que a busca constante de uma maior remuneração tem sido responsável pela degradação da saúde dos cortadores de cana. O ritmo alucinante em que desempenham o trabalho resulta em uma série de enfermidades adquiridas ao longo dos anos nesse trabalho, quando não chegam à morte por exaustão (MENEZES e SILVA, 2007).

Segundo Novaes (2007) os principais problemas de saúde provenientes do exaustivo trabalho no corte da cana são as dores no corpo, tendinites, bursites e problemas de coluna, sem contar com os problemas respiratórios e demais problemas de saúde ocasionados pela ingestão, em algum nível, de insumos e fertilizantes químicos por estarem em contato direto com a cana. Não são raros os acidentes de trabalho como cortes ou acidentes com animais peçonhentos que também causam mortes nos canaviais.

Em 2007 uma matéria do veículo *online* Repórter Brasil noticiou um estudo da pesquisadora Maria Aparecida de Moraes Silva que mostra a constante redução da vida útil de um cortador de cana em decorrência do ritmo de trabalho, das altas produtividades exigidas pelas usinas canavieiras e, conseqüentemente, pela degradação da saúde dos trabalhadores.

Segundo esse estudo, nas décadas de 1980 e 1990, o tempo em que um cortador de cana ficava nessa atividade era de aproximadamente 15 anos. Nos anos 2000 esse tempo cai para aproximadamente 12 anos. É muito provável que, atualmente, esse tempo seja ainda menor. Com isso, esses sujeitos passam a ter um tempo de vida útil de trabalho inferior ao do período da escravidão (REPORTER BRASIL, 2007).

Todavia, é importante esclarecer que o pagamento por produção é preferido pelos trabalhadores que chegam no seu destino com a disposição de acionar toda a sua força física e “toda a sua habilidade e resistência para alcançar bons níveis de produtividade. O que, sem dúvida, não apenas os qualifica diante dos gestores e empresários como os justifica diante dos familiares que ficam” (NOVAES, 2007, p. 111). Esse tipo de pagamento se mostra uma estratégia eficaz do capital em torno da precarização do trabalho e uma forma de ampliar a exploração sobre o trabalhador.

O incentivo ao constante aumento da produtividade tem sido uma estratégia das usinas e do capital sobre os cortadores de cana. Durante as entrevistas ouvimos histórias sobre migrantes que se destacam dos demais por sua alta produtividade, conhecidos popularmente, segundo os entrevistados, como “Facões de Ouro”. Sobre estes migrantes, ouvimos relatos

como o de Alfredo que nos disse “os caras contam que nos anos 2000 tinha um cara lá (em Piracicaba-SP) que cortava muito mais que os outros, ninguém ‘dava pega’⁴ pra ele não. Ele ganhou o Facão de Ouro da usina”. Novaes (2007) afirma que as usinas usam de muitos mecanismos para incentivar o aumento da produtividade e controle sobre os trabalhadores e sobre os processos de trabalho, desde prêmios para os que se destacam e aos que atingem a média de produtividade ou sorteios para os que não faltam em dias de trabalho.

Assim como os “facões de ouro”, o reconhecimento de alguns migrantes (figura 3) acaba funcionando como uma estratégia das usinas para um maior controle dos trabalhadores, visando apenas o aumento da produtividade e camuflando todo o processo de exploração e alienação existente por trás desse reconhecimento.

Figura 3 – Portal de notícias destaca os serviços de migrante de São José de Piranhas em usina do Estado da Bahia

Cortador de cana de São José de Piranhas se destaca pela qualidade dos serviços na Bahia



Fonte: Radar Sertanejo (2022).

O destaque do desempenho desses trabalhadores acaba por encobrir também o caráter de obrigatoriedade no cumprimento das exigências das usinas. Isso porque trabalhadores de baixa produtividade ou que não realizam os serviços no padrão desejado são facilmente descartados, haja vista que o exército de reserva proveniente das próprias regiões mais pobres supre a necessidade de trabalhadores do agronegócio canavieiro (SILVA, 2007).

Segundo Cover (2015) os anos 2000 são marcados pela grande expansão do setor sucroalcooleiro no país. Fatores como o aumento da quantidade de álcool etanol adicionada na

⁴ O entrevistado quis dizer que o cortador de cana a quem ele se refere estava muito acima dos demais no tocante a produtividade.

gasolina, a propagação da imagem desse combustível como energia limpa em substituição ao petróleo e a novidade dos veículos *flex fuel* movidos aos dois combustíveis, foram responsáveis por estimular o aumento da produção de cana e álcool. Os dados da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA, 2010 *apud* COVER, 2015) apontam que entre 2000 e 2009 o setor sucroalcooleiro mais que dobrou sua produção, aumentando o número de lavouras e, consequentemente, precisando de mais trabalhadores na colheita. Nessa primeira década do terceiro milênio, aproximadamente 40% dos cortadores de cana em São Paulo eram oriundos do Nordeste, muito devido as condições de precariedade de vida de grande parte de sua população, reafirmando um papel exercido por essa região de celeiro de mão-de-obra barata para o agronegócio canavieiro.

Esse fato também oferece pistas que ajudam a entender porque, no início do século XXI, São José de Piranhas passou a se destacar cada vez mais na saída de trabalhadores para a agroindústria canavieira paulista. No início dos anos 2000 já figurava entre os municípios paraibanos que mais expulsavam trabalhadores para essa atividade no estado de São Paulo, juntamente com outros municípios como Cachoeira dos Índios, Bom Sucesso, Cajazeiras, Cajazeirinhas, São José de Caiana, Sousa, Juru, Princesa Isabel e Tavares, de acordo com dados do Dossiê 2001-2003: rota da mobilidade humana para o interior paulista, publicado pela Pastoral dos Migrantes do município de Guariba - SP (MENEZES e SILVA, 2007).

De acordo com Cover (2011) na primeira década do século XXI as migrações sazonais para a atividade canavieira apresentaram crescimento em São José de Piranhas. Alguns estudos de Menezes (2012b) reforçam a afirmativa de Cover, ao passo que a autora estima que na safra de 2008, aproximadamente 1.000 trabalhadores foram recrutados no município para laborarem na colheita da cana no estado de São Paulo. Já no ano de 2010, aproximadamente 1.500 homens oriundos de São José de Piranhas e seu entorno migraram para os canaviais paulistas, em sua grande maioria deste município.

Os números da saída desses sujeitos têm se mostrado expressivos, segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. Este órgão vem atuando há pelo menos 12 anos de forma mais presente no processo de fiscalização nas relações entre os trabalhadores migrantes de São José de Piranhas e alguns municípios vizinhos como Monte Horebe, Bonito de Santa Fé, Cajazeiras e Cachoeira dos Índios e as usinas canavieiras do Sudeste e recentemente do Nordeste, após uma série de problemas trabalhistas ocorridos entre os migrantes e as usinas. Um deles foi o resgate de 11 cortadores de cana em condições de trabalho análogo ao escravo, em uma fazenda no interior do estado de São Paulo, por volta de 2010. Na

ocasião, três desses trabalhadores eram oriundos de São José de Piranhas, enquanto os outros oito eram de Cajazeiras.

Antes da fiscalização do sindicato era mais comum o descaso com os trabalhadores migrantes. Isso porque o processo de contratação muitas das vezes era conduzido de forma maldosa e pretenciosa, baseado em acordos apalavrados, sob os quais era muito fácil burlar leis e direitos trabalhistas. Os sujeitos responsáveis por tal função, os chamados arregimentadores, turmeiros ou gatos, são os funcionários das usinas pagos para selecionar e, não raramente, aliciar os trabalhadores e montar as turmas que irão atuar na safra. Geralmente esses sujeitos são oriundos dos próprios municípios de origem dos migrantes ou de municípios vizinhos e conhecem ou tem acesso a informações sobre os trabalhadores locais, o que os auxilia a escolher aqueles que se encaixem no perfil produtivo e comportamental desejado pela usina. Os desrespeitos com os trabalhadores e até mesmo casos de trabalho escravo eram mais comuns antes da intervenção do STR.

Segundo estudo da ONG Repórter Brasil intitulado “*Escravo, nem Pensar*” (2015) o corte de cana é um dos principais viveiros de trabalho escravo no Brasil. Por este motivo, tem sido alvo de fiscalizações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nos últimos anos, o que resultou na libertação de 10.709 trabalhadores em condições de trabalho análogo ao escravo entre 2003 e 2013. Esse número tem caído ano após ano, devido à pressão do Governo Federal, dos sindicatos, da mídia e exigências de compradores dos produtos da agroindústria canavieira.

A partir de reflexões de textos de Silva (2006) e Araújo (2013) podemos entender que embora seja uma importante cultura para a economia brasileira, em um sentido poético, a cana-de-açúcar não tem o mesmo sabor para todos aqueles que lidam com ela. Isso porque para o dono dos meios de produção a cana é doce, já para aqueles que tecem suas vidas em meio aos canaviais, na perspectiva de sobreviver e sustentar a família, a cana é amarga. Embora essa planta seja matéria-prima para inúmeros produtos de valor comercial, como o mel, o açúcar, o álcool combustível, dentre outros, ela também traz malefícios a quem lida diretamente com ela, degrada a saúde do trabalhador e sua própria vida, em todos os aspectos. O que sobra é um bagaço de gente, humilhado, doente, superexplorado e escravizado pelo capital.

O trabalho escravo ou análogo a este é um crime contra a dignidade humana. Este crime viola o artigo 149 do Código Penal Brasileiro (2017) e pode ser constatado ao se enquadrar em quatro circunstâncias: condições degradantes de trabalho, ou seja, a violação de direitos que ponham em risco a vida do trabalhador; jornada de trabalho exaustiva, que possa submeter o trabalhador a uma jornada excessiva, pondo em risco sua saúde e até mesmo sua vida; o trabalho forçado, quando há coação física ou moral, isolamento geográfico ou irregularidades no serviço,

fazendo com que esse sujeito seja obrigado a se manter no trabalho e, por fim, a servidão por endividamento, que acontece quando o sujeito está obrigado a trabalhar devido a dívida adquirida com o empregador. O trabalho escravo pode ser confirmado mediante a presença de uma ou mais condições acima descritas (SILVA, 2018).

Antes desses ocorridos, o STR participou de um encontro com a Pastoral dos Migrantes no ano de 2008 e, a partir desse encontro, iniciou a montagem de um acervo com contratos, reportagens de ocorridos com os trabalhadores além de outros documentos que compreendem o período a partir de 2006.

Na maioria dos anos, os dados são muito imprecisos, pois foram reunidos posteriormente por meio da colaboração de diversos funcionários das usinas. Todavia, esse acervo ajuda a entender como têm se dado esses processos em escala local. Com a pandemia de Covid-19, os dados referentes ao período entre 2020 e 2022 não foram contabilizados pelo órgão, já que este esteve impossibilitado de fiscalizar as etapas da contratação, como aconteceu em anos anteriores, o que pode ser observado no quadro 1.

Quadro 1 - Etapas da contratação dos trabalhadores intermediada pelo STR de São José de Piranhas em 2018.



Fonte: Acervo do STR de São José de Piranhas (2018). Elaborado pelo autor (2022).

As etapas apresentadas anteriormente correspondem, respectivamente, à primeira reunião com os migrantes (A); exames de saúde (B) e assinatura dos contratos (C) no ano de 2018. Geralmente essas etapas acontecem no início do ano, entre os meses de fevereiro e março, e, às vezes, podem acontecer todas em um único mês.

Sobre o papel dos sindicatos é válido destacar aqui sua importância. O surgimento do sindicalismo se ergue sobre a organização de lutas e representação das classes trabalhadoras, ainda na Inglaterra do século XIX. No Brasil, ainda que bastante subestimada, a organização sindical tem papel de destaque nas lutas políticas e defesa dos interesses da classe trabalhadora. O sindicalismo é tão relevante na história do Brasil que se pode dizer que não existiram lutas sem a sua participação, estando assim presente nos momentos mais decisivos da história do país (QUEIROZ, 2017).

Segundo Queiroz (2017) os sindicatos atuam como ferramenta de defesa dos direitos e interesses da classe trabalhadora e foi uma grande conquista do processo civilizatório, pois permite, entre outras coisas, o combate à desigualdade dentro do sistema capitalista, além de reconhecer e buscar a solução de conflitos por meio de negociação a partir das regras e meios geralmente acobertados por leis. Segundo este autor:

O movimento sindical, como a instituição responsável pela defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos da classe trabalhadora, foi uma das invenções mais criativas da humanidade. Ele organiza, forma, mobiliza e traz poderes e equilíbrio aos trabalhadores nos embates com o empregador, o governo e certas mentalidades conservadoras na sociedade. Seu principal valor está em reconhecer a existência do conflito e permitir a sua solução de forma negociada.

Dado o exposto, é viável acrescentar que o STR de São José de Piranhas tem atuado na medida do possível na fiscalização dos direitos dos cortadores de cana locais. Isso porque, segundo relato de seus integrantes, antes do órgão fiscalizar o processo de contratação entre usina e trabalhador, muitos migrantes só assinavam os contratos de trabalho quando já estavam em São Paulo, e por isso, saíam de São José de Piranhas sem nenhum seguro por parte da usina caso algo acontecesse antes da assinatura dos contratos.

O transporte dos trabalhadores era realizado em condições precárias que duravam três ou mais dias para chegar ao destino. As próprias condições de moradia, alimentação e trabalho nos canaviais, eram ainda mais insalubres e havia, de modo geral, considerável desrespeito para com esses trabalhadores. Muitas dessas situações passaram a ser melhoradas a partir da união entre trabalhadores com este e muitos outros sindicatos. Não são raras as notícias de greves em busca de melhorias e direitos realizadas nos espaços canavieiros em que estes órgãos se fazem presentes. Os relatos dos membros do STR, e de muitos migrantes locais, revelam que houve melhorias diante de lutas constantes.

É importante evidenciar que a sua atuação e junção constante de documentos são relevantes para pesquisas acadêmicas que buscam entender as migrações sazonais para o corte de cana neste e em outros espaços do Sertão Paraibano.

A tabela 3 mostra a quantidade de trabalhadores e usinas que constam no acervo do STR entre 2006 e 2019. Embora a maioria dos anos sejam imprecisos e que uma pequena parte dos sujeitos seja residente em outros municípios, é possível dimensionar a grandiosidade desse fenômeno no contexto local, considerando a pequena população desses municípios, pois São José de Piranhas possuía, em 2019, uma população inferior a 20.000 habitantes, sendo pouco menos da metade composta por homens.

Tabela 3 – Quantidade de trabalhadores e usinas que contrataram mão-de-obra em São José de Piranhas e municípios vizinhos (2006-2019)

Ano	Quant. de trab.	Quant. de usinas (destino)
2006	881	11
2007	216	6
2008	401	3
2009	384	4
2010	485	3
2011*	-	-
2012	1023	6
2013	48	1
2014	783	7
2015	1053	7
2016	747	8
2017	235	1
2018	693	6
2019	544	3
* O STR não possui dados referentes a 2011		

Fonte: STR de São José de Piranhas. Elaborado pelo autor (2021).

Essa contagem anual sofre muitas variações e, como mostra a tabela, encontra-se incompleta, servindo principalmente como base para se verificar a expressividade da contratação de trabalhadores de São José de Piranhas e municípios vizinhos, no período compreendido entre 2006 e 2019. Essa inexatidão se dá devido ao fato de que antes do STR começar a fiscalizar a contratação de trabalhadores por volta do ano de 2010, poucas informações eram repassadas pelas usinas. Com a entrada do sindicato como fiscalizador, a maioria das usinas passou a contratar funcionários sob o olhar desse órgão.

Vale destacar que, inicialmente, esse processo não abarcou todas as usinas e que em alguns anos essa contratação aconteceu de forma independente, sem contar a inconstância do repasse desses dados, como percebe-se ao olhar os anos de 2011, 2013 e 2017. Isso leva a entendermos que tanto o número de usinas contratantes quanto de trabalhadores migrantes seja maior do que o STR dispõe em seus dados, principalmente no período anterior a 2010, quando esse fenômeno era ainda mais expressivo nesse lugar.

Dados mais recentes apontam que esse contingente migratório tem diminuído nos últimos anos, acompanhando a redução dos fluxos de nordestinos em direção ao Sudeste, expressa nos últimos censos (SOUZA, 2015, 2019). A afirmação de Souza é compartilhada por Cover e Menezes (2020) pois, para estes autores, o avanço do processo de mecanização que se acentuou principalmente a partir da segunda década do século XXI tem sido responsável pela acelerada redução dos postos de trabalho na agroindústria canavieira, o que tem colaborado para a diminuição da contratação de trabalhadores em São José de Piranhas. Alguns dados apontam, por exemplo, uma redução de 725 postos de trabalhos, outrora ocupados por migrantes deste município e circunvizinhos, entre 2010 e 2012.

Destarte, mesmo com esse processo de mecanização da colheita, não cessou a contratação de mão-de-obra de trabalhadores de São José de Piranhas e entorno, pois, segundo Cover e Menezes (2020) ainda permaneceu a necessidade do trabalho manual, mesmo que de forma reduzida. A coexistência entre o homem e a máquina, como pode ser visto na imagem 1, que mostra o trabalhador entrevistado e, ao fundo, uma máquina da usina, tornou-se algo inevitável e tem instigado a competição cada vez maior entre os migrantes pela permanência da vaga de emprego, haja visto que os menos produtivos são substituídos por trabalhadores que compõem o exército de reserva.

Imagem 1 – Coexistência entre trabalhador e máquina em Rio das Pedras-SP (2021)



Fonte: Acervo do entrevistado Mariano (2021).

Para Cover e Menezes (2020), nesse processo de substituição da mão-de-obra migrante

[...] a protagonista central da colheita da cana-de-açúcar é a máquina colheitadeira: é para ela que se abrem os caminhos, é a partir dela que existe a possibilidade de emprego. Este cenário é traduzido na frase “o corte de cana está se acabando”, situação percebida cotidianamente pelos trabalhadores e pelas famílias de agricultores do Sertão Paraibano que passaram, mais uma vez, a ter que redirecionar suas atividades e suas estratégias de trabalho e deslocamentos [...] (COVER e MENEZES, 2020, p. 466).

De acordo com Fredo e Caser (2017) os índices de mecanização da colheita em São Paulo, estado com produção superior a 51% da produção sucroenergética do país, saiu de 40,7%, em 2007, para incríveis 90% de índice de mecanização, em 2017. Segundo esses autores, cada aumento de 1% resulta em 2.700 postos de trabalho a menos. Cover e Menezes (2020) reúnem dados do Cadastro Geral de Empregos do Ministério do Trabalho e Emprego sobre o estado de São Paulo. Destacamos, no quadro 2, os números de absorção de trabalhadores e aumento da mecanização no estado de São Paulo.

Quadro 2 - Variação de pessoas ocupadas nos trabalhos canavieiros e trabalhos mecanizados em empresas sucroalcooleiras no estado de São Paulo (2007 a 2017).

Categorias profissionais	Média de ocupação por ano				Variação 2007 - 2017	
	2007	2010	2014	2017	Saldo	%
Trabalhadores canavieiros	178.510	140.460	73.271	55.530	-122.980	-68,9
Pessoas na mecanização	24.259	31.867	42.312	41.517	17.238	71,0
Total de ocupação	316.122	310.413	264.168	239.784	-76.338	-24,1

Fonte: Brasil/MTE (2018); Baccarin e Ferreira (2018). In Cover e Menezes (2020) p. 463, adaptado pelo autor (2022).

O quadro 2 mostra o aumento constante de pessoas empregadas na mecanização e redução brusca de postos para os trabalhadores canavieiros. A substituição da mão-de-obra migrante pela máquina tem impactado profundamente esses sujeitos, pois, embora os retire de um trabalho degradante, também retira dessas pessoas e seus familiares uma das poucas fontes de acesso a ocupação e renda.

Pinheiro (2013) afirma que se pode perceber na agroindústria canavieira uma coexistência entre o “novo” e o “velho”. Para a autora, o novo nada mais é do que as modernizações nela inseridas, já o velho corresponde às velhas práticas, sejam elas de contrato de trabalho, exploração alucinante e mesmo o uso de trabalho nos moldes escravistas, enquanto frutos dos processos de acumulação capitalista.

A redução substancial de vagas de emprego para esses migrantes no setor sucroalcooleiro paulista não significa necessariamente o fim dos processos migratórios em São José de Piranhas, o que colabora para que novas portas de saída sejam criadas. Logo, a prática

de assalariamento em atividades temporárias fora do município de origem, enquanto estratégia de organização do grupo familiar, tem sido amplamente afetada pelo processo de mecanização da colheita no estado de São Paulo, visto que os novos postos de trabalho criados em meio à mecanização não conseguem absorver toda a mão-de-obra dispensada da colheita manual. Vale salientar que estes últimos, em sua grande maioria, não possuem qualificação suficiente para os trabalhos mecanizados.

Dessa forma, o fechamento de uma porta tem implicado necessariamente na criação de outras, nesse caso ainda ancoradas na migração. Assim, essas novas portas resultam em novas rotas migratórias que vêm assumindo protagonismos locais e representam uma ampliação das trajetórias migratórias. Isso porque a migração para o interior paulista deixou de ser a única opção, pois vão surgindo novos destinos como a colheita da cana-de-açúcar no estado da Bahia e a venda de confecção em outros estados do Nordeste e no Norte do país, como Tocantins e Pará. Para Cover e Menezes (2020) essas novas rotas são viabilizadas pelos contatos, pelas redes sociais e conhecimento das experiências dos processos históricos de migrações locais.

Sobre o corte de cana na Bahia, os dados de nossa pesquisa monográfica (SILVA, 2018) mostraram uma crescente contratação de trabalhadores locais pelas usinas baianas. No ano de 2010, algumas dezenas de trabalhadores migraram para usinas localizadas em Juazeiro-BA, após esse ano não foram encontrados dados até o ano de 2018, quando foram contratados 127 trabalhadores locais chegando a 428 no ano de 2019. Relatos de entrevistados indicam crescimento ainda mais acentuado em 2020 e 2021, devido ao avanço da colheita mecanizada no Sudeste e da pandemia de Covid-19, que fez com que muitas usinas de São Paulo não contratassem trabalhadores locais. Esses fatos vêm influenciando o aumento das migrações para a agroindústria canavieira baiana, principalmente pelo seu menor índice de mecanização, conforme relataram alguns entrevistados, como João, sobre a troca de São Paulo pela Bahia:

Esse ano é o segundo ano que tô indo pra lá (Bahia). Como lhe falei, em São Paulo é melhor, paga melhor, mais por causa dessa doença (Covid-19), não tão pegando quase ninguém desde o ano passado, quase tudo lá é máquina que faz o serviço, e pra Bahia não tem isso não (máquinas), tá indo muita gente daqui pra lá, não paga tão bem mais a safra é menor e é o que tem né (Entrevista realizada com João, Santa Cruz Cabralia⁵-BA, outubro de 2021).

Semelhante a esse relato, Pedro nos disse que:

Lá no estado de São Paulo agora você sabe que as usinas lá agora é mais maquinário, as usinas fecharam mais corte de cana lá, aí como abriu essas usinas na Bahia aqui aí

⁵ Os municípios citados após as falas dos migrantes referem-se aos locais onde estes se encontravam no momento da realização das entrevistas em 2021.

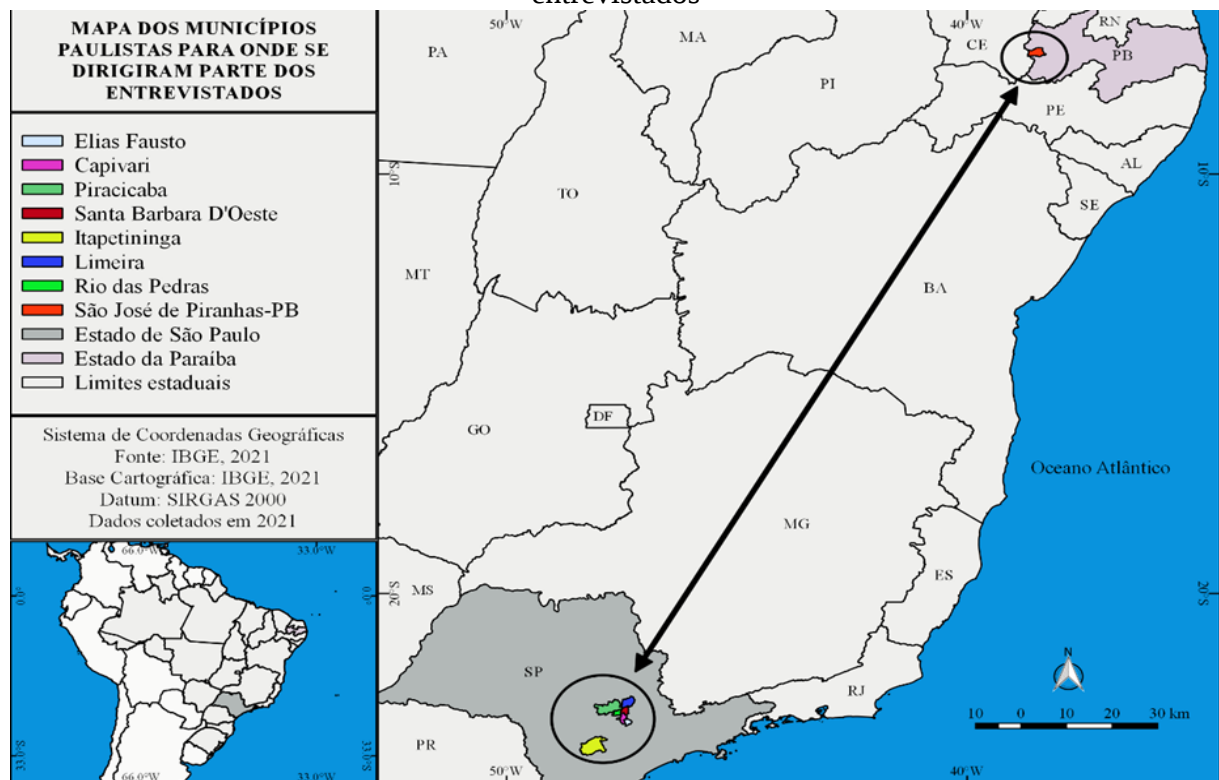
agora eles tão viajando pro lado da Bahia, mas se reabrir de novo pra vim buscar paraíba aqui eles acham melhor ir pra São Paulo do que mesmo ir pra Bahia, porque lá é melhor de ganhar dinheiro do que na Bahia (Entrevista realizada com Pedro, Santa Cruz Cabralia-BA, agosto de 2021).

Vale ressaltar que, segundo os entrevistados, entre 2020 e 2022 houve uma redução nas vagas de emprego no corte de cana no estado de São Paulo que foram acentuadas devido a pandemia vigente, no entanto, como já foi discutido, o principal promotor desse processo tem sido a mecanização da colheita. De acordo com Raimundo (2021) “em São Paulo o corte de cana tá acabando, 80% da produção tá sendo por máquina, sobra pro cortador só o lugar onde máquina não entra. Na Bahia quase não tem máquina, tá chegando agora”.

Ao analisarmos esse processo nesses dois espaços canavieiros, fica evidente que o desenvolvimento capitalista não acontece de forma uniforme no espaço, o que influencia na forma como a força de trabalho tem sido manobrada no espaço pelo capital.

Em nossa pesquisa entrevistamos um total de 50 trabalhadores migrantes, 25 deles se dirigiam para o estado de São Paulo e os outros 25 para o estado da Bahia. No total, esses sujeitos rumaram para 10 municípios distintos, dos quais o estado de São Paulo se destacou com 7 (figura 4) e o estado da Bahia com 3 (figura 5).

Figura 4 – Mapa dos municípios no Estado de São Paulo para onde se dirigiram parte dos entrevistados

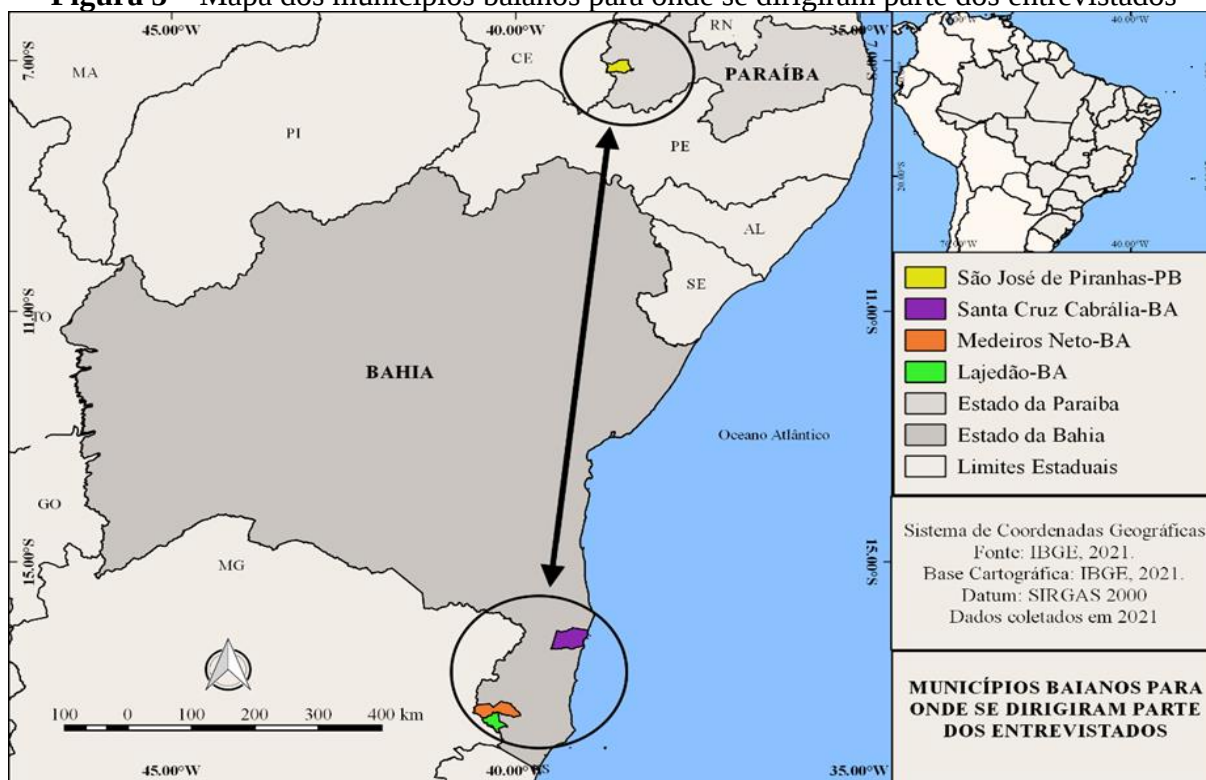


Fonte – Pesquisa de Campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

Embora não tenhamos números para comparação entre estes distintos espaços, percebemos que o estado de São Paulo, possivelmente pela influência de suas rotas historicamente já consolidadas pelo tempo em que contrata migrantes dos municípios do Sertão Paraibano e pelo ainda alto número de migrantes que contrata anualmente, se destaca com um maior leque de possibilidades de destino, enquanto a Bahia possui um menor número. Identificamos que em 2021 houve o incremento do município de Lajedão-BA, que não aparecia entre as opções de 2018 e 2019, segundo os dados do STR.

Sobre o estado da Bahia, constatamos através de veículos de imprensa estaduais como o Jornal Alerta (2020), que o agronegócio canavieiro avança sobre o estado, especialmente no extremo Sul, para onde se dirigiram os entrevistados dessa pesquisa. Com isso, tem havido uma significativa expansão de áreas de cultivo dos municípios cultivadores e também de capacidade produtiva de álcool etanol. Esse avanço é muito celebrado por políticos locais e o agronegócio canavieiro caminha de braços dados com o Governo Estadual da Bahia, o qual tem investido para o fortalecimento, consolidação e expansão do setor.

Figura 5 – Mapa dos municípios baianos para onde se dirigiram parte dos entrevistados



Fonte – Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

Uma notícia que foi manchete do Jornal Alerta, no mês de agosto de 2020, trouxe a seguinte informação: “Usinas Santa Maria em Medeiros Neto e Santa Cruz em Cabralia vão investir R\$ 192,4 milhões em ampliações no Extremo Sul baiano”. As usinas em questão

pertencem ao Grupo São Luiz e são duas das usinas contratantes dos cortadores de cana de São José de Piranhas. A previsão, segundo a notícia, é de uma expansão na criação de empregos diretos e indiretos, os quais englobam os trabalhadores aqui mencionados.

Em contato com os setores de Recursos Humanos dessas duas usinas, constatamos que ambas vêm contratando trabalhadores paraibanos desde 2018 e que esse número vem crescendo constantemente devido ao seu processo de expansão. Para o ano de 2022 foram recrutados aproximadamente 1.000 trabalhadores paraibanos, dos quais muitos são oriundos do município de São José de Piranhas. A contratação de trabalhadores baianos para executar essa tarefa não ocorre pois, segundo nos foi informado, os trabalhadores locais não alcançam os índices de produtividade desejados, além disso, costumam faltar mais ao trabalho que os migrantes de outras localidades. Não conseguimos contato com a usina localizada em Lajedão.

Embora ocorram em espaços distintos, as migrações para esses dois estados mantêm seu caráter temporário ou sazonal. Esses trabalhadores geralmente deixam o município de residência nos primeiros meses do ano, retornando ao final da safra, entre novembro e dezembro. As safras nesses dois lugares possuem durações distintas, com São Paulo chegando a atingir até nove meses enquanto na Bahia dura por volta de seis meses, muito devido ao fato de a expansão do agronegócio baiano ser algo mais recente, como mostra a reportagem do Jornal anteriormente citado. Essa sazonalidade assume, por sua vez, um caráter permanente como bem esclarece Silva (1999) pois esses sujeitos têm migrado ano a ano, boa parte deles sem perder safras por muitos anos seguidos, o que atribui a esse fenômeno um aspecto permanentemente temporário.

É importante destacar que, nesse município, as migrações se apresentam como indispensáveis ao sustento desses trabalhadores e familiares. Migrar, além de representar uma estratégia de organização socioeconômica da família, tem se apresentado como estratégia de permanência no lugar de origem, sem que tenham que deixar sua terra em definitivo. Com o dinheiro da migração modifica-se o lugar, melhora o conforto da família e concretizam-se muitos objetivos pessoais e familiares (SILVA, 2018).

A migração tem sido tão relevante para este município que se pode afirmar que praticamente toda família possui algum membro que já migrou ou migra nos dias atuais. Podemos entender que, se o cenário de dificuldades locais não sofrerem mudanças significativas, novos roteiros provavelmente continuarão a aparecer, pois a migração local não terá condições de cessar, em vez disso, vai se reinventando, muito devido a ação do capital e a ausência do Estado.

Esse cenário, como já mencionado, não é percebido apenas em São José de Piranhas. Os diversos contatos de migrantes residentes nos municípios do entorno, além das conversas com os entrevistados desta pesquisa e os estudos de Menezes e Silva (2007) nos dão pistas de que em municípios vizinhos, a migração também representa uma importante fonte de acesso à renda para muitas famílias. Nesse enredo, o espaço local passa a se organizar em função da migração e seus atores assumem funções diferenciadas dentro do processo. Partindo dessas premissas, no próximo capítulo, analisaremos quem são esses sujeitos, além de como se organizam e suas diferentes funcionalidades dentro do processo migratório local.

CAPÍTULO 2 - AS MIGRAÇÕES TEMPORÁRIAS E A (RE)CONFIGURAÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO, DA ORGANIZAÇÃO FAMILIAR E DAS CONDIÇÕES DE VIDA NO LUGAR DE ORIGEM

Neste capítulo faremos uma discussão mais direcionada para os envolvidos nas migrações temporárias de trabalhadores de São José de Piranhas com destino aos canaviais de dez municípios fora do estado da Paraíba, sendo sete no estado de São Paulo e três no estado da Bahia, dando enfoque não somente para quem migra, mas também àqueles que permanecem. Consideramos essa análise como micro pois buscamos compreender de forma mais direta as causas e os efeitos desse tipo de migração para as principais figuras presentes nesse fenômeno, ou seja, os próprios migrantes e seus familiares.

Dessa forma, traçamos o perfil desses sujeitos, buscando entender o cenário em que estão inseridos, que tem contribuído para forçar sua saída anual almejando assalariamento na agroindústria canavieira, em espaços longínquos do local de sua residência. Somado a isso, mostramos as dificuldades, dramas, motivações e objetivos, além de evidenciar o protagonismo da mulher e sua importância dentro das estratégias envoltas na migração. Do ponto de vista familiar, nos debruçamos sobre os impactos nas relações de gênero e nas dinâmicas familiares, além de como acontece a organização em torno dessa atividade essencial para a reprodução do grupo. Por fim, discutimos a importância da renda obtida com o trabalho na cana para a concretização de objetivos pessoais e grupais, bem como melhorias de vida no lugar de origem.

2.1 PERFIL DOS TRABALHADORES MIGRANTES

Esta sessão traz uma continuação dos resultados da pesquisa empírica que foi realizada com 50 migrantes e 20 mulheres envolvidos (as) nos processos migratórios locais, no ano de 2021. Além dos grupos distintos, abordamos uma variada diversidade de realidades, pois as entrevistas abarcaram pessoas desprovidas de terra, pequenos proprietários, pessoas que residem no campo, na cidade, casados, solteiros, enfim, uma variedade de sujeitos vinculados à migração nesse município.

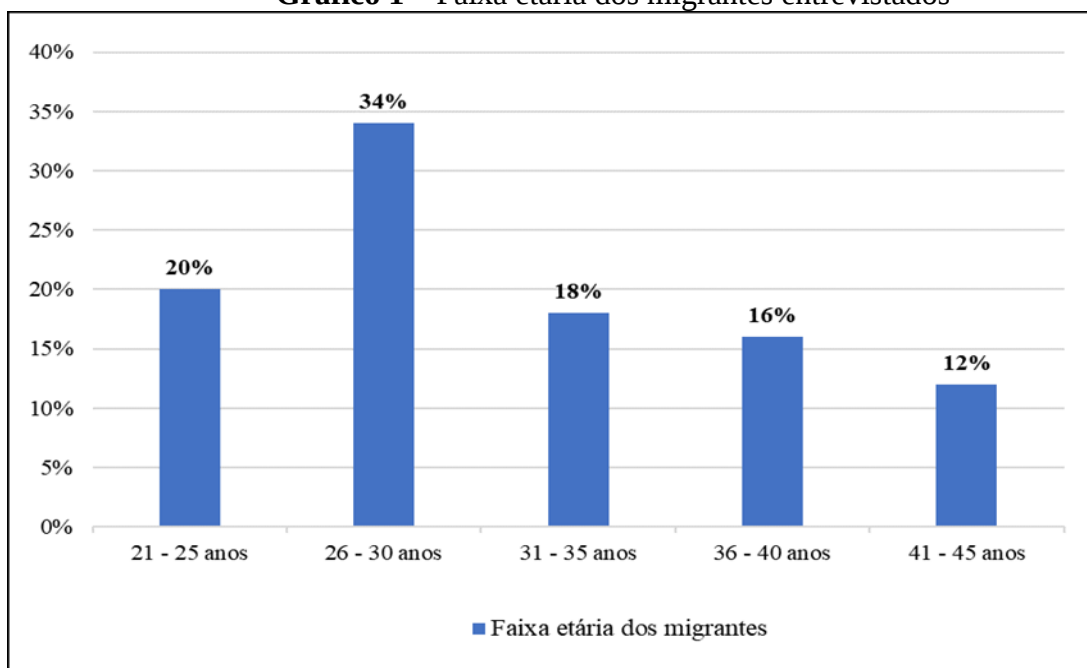
Antes de adentrarmos nos questionamentos voltados para suas condições de vida e de suas famílias, motivações ou mesmo transformações socioeconômicas e espaciais, é necessária uma análise sobre quem são essas pessoas. Dessa forma, os dados a seguir são referentes a idade, estado civil, número de integrantes da família, local de residência, escolaridade, trabalhos em que atuam quando não estão migrando e a quantidade de migrações realizadas com destino

ao corte de cana-de-açúcar, conforme os gráficos seguintes.

Inicialmente destacamos que os 50 sujeitos entrevistados, que se dirigiam para o corte de cana-de-açúcar, eram todos do sexo masculino. Nem mesmo nos demais contatos que não se dispuseram a contribuir existiam mulheres. Há um grande preconceito de que este seja um trabalho que apenas homens sejam capazes de executar com eficiência.

Os migrantes entrevistados apresentaram faixa etária variada (gráfico 1) com idades compreendidas entre 21 e 45 anos. A faixa etária predominante foi a de pessoas com idade entre 26 e 30 anos, o que corresponde a 34%.

Gráfico 1 – Faixa etária dos migrantes entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

O gráfico de faixa etária mostra que uma das características dos trabalhadores migrantes é a predominância de sujeitos jovens, no auge do vigor físico, para a produtividade do trabalho, como ilustram as imagens 2 e 3.

Imagem 2 – Jovem trabalhador de São José de Piranhas no corte de cana em Rio das Pedras-SP em 2021.



Fonte: Acervo do entrevistado (2021).

Imagem 3 – Jovem trabalhador de São José de Piranhas executando o corte da cana em Rio das Pedras-SP no ano de 2021.



Fonte: Acervo do entrevistado (2021).

Casos de jovens como Paulo (migrante mostrado acima) de apenas 23 anos de idade, solteiro e residente na sede de São José de Piranhas, que se inseriu nas migrações aos dezoito anos, são muito comuns nesse município. Segundo o entrevistado, ele não teve escolha a não ser migrar, haja visto que sua família é numerosa e não há ocupação no município de origem. Para Menezes e Silva (2007) a juventude de trabalhadores como Paulo é fator de seletividade muito valorizada pelas usinas canavieiras uma vez que

Esse tipo de migração tem como atores principais homens jovens e bem nutridos, de preferência socializados na agricultura familiar, os quais são visados pelos empreiteiros e chefes de turma que buscam, assim, garantir a utilidade e a docilidade desses migrantes (MENEZES e SILVA, 2007, p. 237).

Pinheiro (2013) entende que, para esses jovens, a migração apresenta-se como uma estratégia de independência pessoal, de alcançar sonhos. Logo, para Menezes (2012b, p. 123) “trata-se, pois, de um número significativo de jovens que geram sonhos e constroem possibilidades a partir do trabalho nas usinas de cana-de-açúcar”. Para a agroindústria é uma forma de aumentar a produtividade, como afirma Novaes (2007) pois a presença desses jovens na colheita da cana-de-açúcar acontece de forma estratégica para o aumento da produção. A juventude é o perfil do capital, e a vida é mediada pela capacidade de produzir.

Somado a este fator, percebe-se a diminuição gradativa do número de migrantes

conforme vai aumentando a idade, sendo 45 anos a idade máxima atingida nesta pesquisa. Ao comparar esta informação aos dados da pesquisa monográfica realizada no ano de 2018, com 30 migrantes que se dirigiam para Itapetininga no estado de São Paulo, ficou evidente que há uma redução no número de trabalhadores com idades mais avançadas, principalmente a partir dos 41 anos, conforme observamos na tabela 4.

Tabela 4 - Comparativo entre as faixas etárias de pesquisas realizadas em 2018 e 2021

Faixa etária	2018	2021
Entre 18 e 20 anos	3%	*
Entre 21 e 30 anos	34%	54%
Entre 31 e 40 anos	30%	34%
Entre 41 e 50 anos	20%	12%
Mais de 51 anos	13%	*
TOTAL (%)	100%	100%
Nº de entrevistados	30	50
* Em 2021 não houve migrantes dentro dessa faixa etária.		

Fonte: Pesquisa de campo (2018; 2021). Elaborado pelo autor (2021).

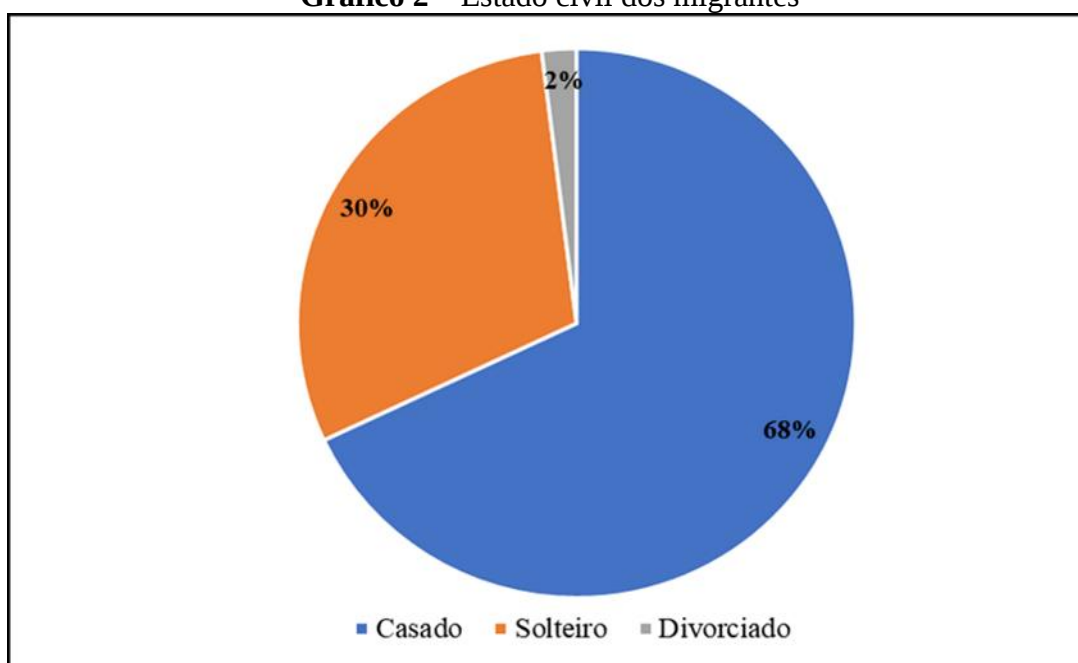
Ao observar a tabela 4, percebe-se a ausência, em 2021, de migrantes dentro das faixas etárias dos 18 aos 20 anos e com mais de 51 anos, quando em 2018 esta última faixa etária era equivalente a 13% dos entrevistados. Considerando que os sujeitos foram escolhidos de forma aleatória nas duas entrevistas, é pouco provável que tenha havido uma redução tão brusca por puro acaso, pois em 2018 era comum encontrar migrantes com mais de 50 anos e, em 2021, a idade máxima não ultrapassou os 45 anos, mesmo a amostra sendo ainda maior.

Essa redução do recrutamento de trabalhadores com idades acima dos 41 anos nada mais é do que um reflexo do que alerta Novaes (2007) no capítulo anterior, ou Pinheiro (2013) nos parágrafos anteriores, sobre o processo de seletividade dos trabalhadores mais jovens com capacidade de maior produtividade e pela constante queda da vida útil desses sujeitos, causada principalmente por problemas de saúde e esgotamento físico em decorrência do ritmo alucinante de trabalho, o que implica numa preferência pelos que possuem menos de 40 anos.

Os argumentos comparativos da tabela mostram a ausência de migrantes com 20 anos ou menos em 2021. Essas informações somadas às nossas experiências com o fenômeno migratório local, indicam que este grupo venha se destinando em grande parte a outras atividades migratórias, como a venda de confecção em outros estados e regiões do país, muito em função do menor desgaste físico.

Quanto ao estado civil dos trabalhadores (gráfico 2) 68% são casados e principais responsáveis pelo sustento do grupo familiar. Embora seja uma das partes mais difíceis ficar longe dos entes queridos, principalmente da esposa e filhos, no caso dos migrantes casados, a maior parte da renda do grupo familiar vem do assalariamento temporário nas usinas canavieiras. Em pequenos municípios ligados à migração, como São José de Piranhas, até mesmo a decisão de casar tem forte ligação com o corte de cana, pois sempre (ou quase sempre) é de lá que vem o dinheiro para a construção ou compra da casa, dos móveis e dos demais itens necessários para o matrimônio.

Gráfico 2 – Estado civil dos migrantes



Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

No caso dos migrantes solteiros, umas das maiores dificuldades não deixa de ser a saudade dos familiares, namoradas, amigos(as) e da terra natal. Embora em menor número que os casados nesta pesquisa, a presença de migrantes solteiros, de acordo com Pinheiro (2013) não deixa de ser benéfica para as usinas, uma vez que estes aparentam sofrer menos por essa separação temporária, se comparados aos casados.

O peso da responsabilidade pelo sustento de uma família é determinante para que estes grupos possuam objetivos distintos ao migrar e, conseqüentemente, para que sua organização durante a migração e mesmo após o retorno para casa, ocorram de modo diferenciado. Dessa forma Dota (2008) aponta que:

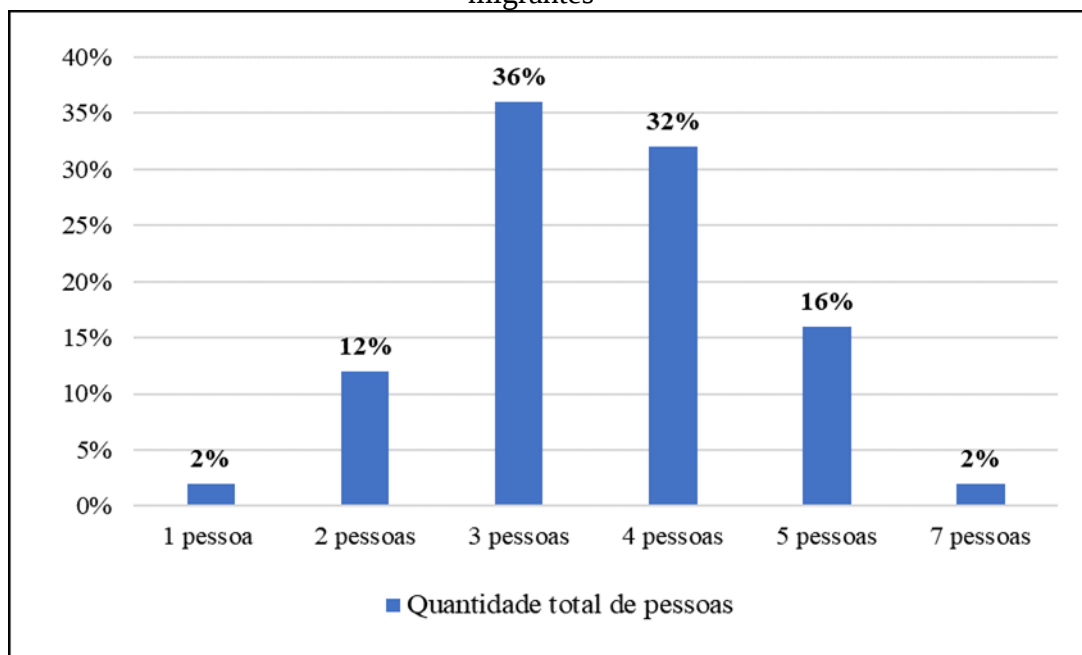
Os casados, que carregam maior responsabilidade consigo, são os que gastam menos, pois procuram depositar a maior quantia possível para a mulher e os filhos. O objetivo

é poupar, para melhorar de forma geral as condições nos meses em que retornarem. Quanto aos solteiros, esses têm objetivos diferentes [...], ficam mais livres para gastar seus salários, consumindo produtos muitas vezes de valor expressivo, como aparelhos de som e *videogames* (DOTA, 2008, p. 17).

Embora migrar seja uma questão de necessidade para todos, isto apresenta motivações socioeconômicas distintas. Mesmo assim, os migrantes solteiros não se eximem da responsabilidade de ajudar no sustento da família, uma vez que estes acabam por auxiliar bastante os familiares que permanecem na terra natal. Para este grupo, a renda da cana atua também como passaporte para a aceitação em alguns grupos sociais, muito devido ao poder de compra que adquirem após a safra.

Visto que a migração está muito condicionada a promover melhorias para o grupo familiar, indagamos os sujeitos sobre a quantidade de pessoas que compõem a sua unidade familiar, ou seja, que residem com os mesmos. Os dados podem ser analisados no gráfico 3.

Gráfico 3 – Quantidade total de pessoas que compõem o grupo familiar dos migrantes



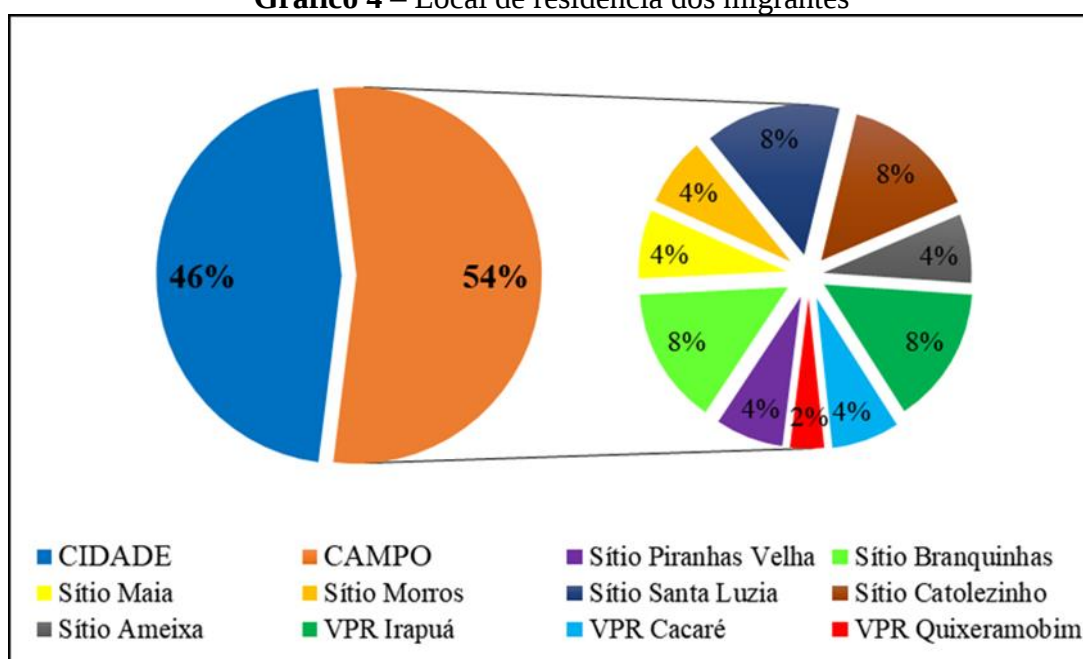
Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

Os dados mostram que famílias compostas por 3 e 4 pessoas representam o maior percentual dos lares dos entrevistados. Não foi identificada nenhuma família homoafetiva. Quanto a presença de filhos, embora não tenhamos indagado se possuíam filhos, mais de 50% dos sujeitos relataram possuir, principalmente os casados, o que constata que a maioria das famílias dos migrantes possuem crianças e adolescentes como membros.

Esse fato é discutido por Pinheiro (2013) que entende que possuir filhos é uma responsabilidade a mais para esses sujeitos, pois os motiva a empenharem o máximo do seu potencial físico, visando atingir uma maior produtividade e, conseqüentemente, melhor remuneração, possibilitando melhor conforto e acesso às necessidades básicas dessas crianças e dos demais dependentes.

Quanto ao local de residência (gráfico 4) a quantidade de trabalhadores residentes na cidade e no campo foi bem próxima, o que nos mostra que o fenômeno migratório nesse município, embora abranja mais sujeitos do campo, tem, também no perímetro urbano, significativo celeiro de mão-de-obra migrante.

Gráfico 4 – Local de residência dos migrantes



Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

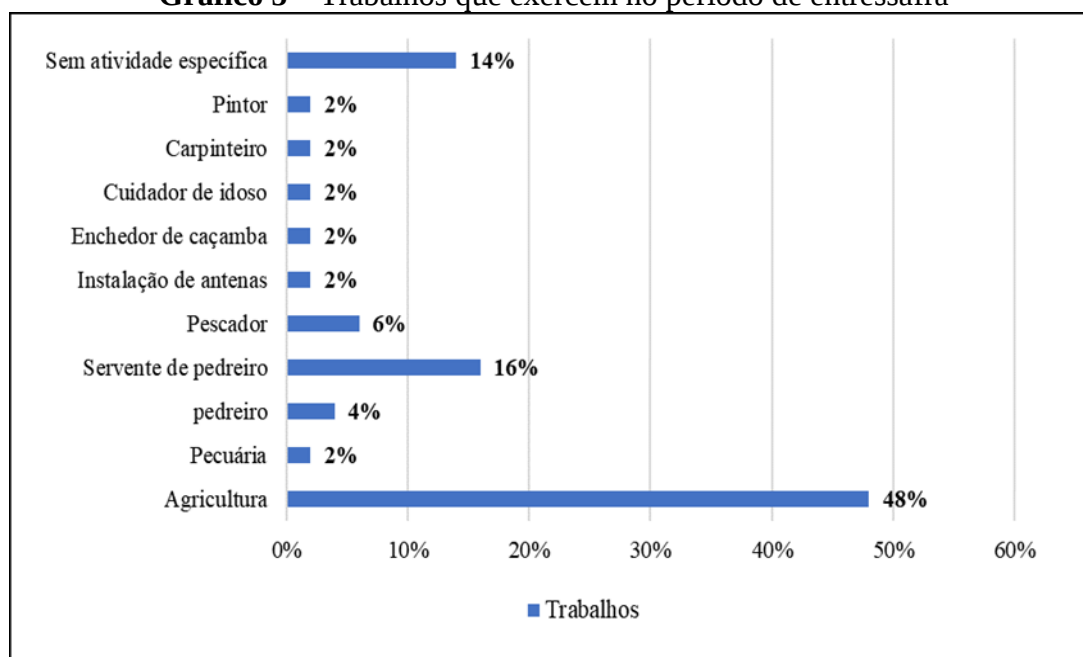
Algo que chama atenção sobre os entrevistados que residem na cidade é que pelo menos 10 sujeitos, dos 23 entrevistados, relataram de forma indireta serem oriundos do campo. Nessa perspectiva, muitos desses sujeitos afirmam ter conseguido trocar o campo pela cidade através da renda obtida com o corte de cana, buscando melhor acessibilidade à saúde, educação e lazer para a família.

Em São José de Piranhas a saída de pessoas do campo para a colheita da cana-de-açúcar é algo comum em praticamente todas as localidades da zona rural do município. Este fato pode ser comprovado ao se considerar a quantidade de comunidades (10 no total) citadas para uma amostra de apenas 27 pessoas. São espaços rurais com características variadas, seja em tamanho, distância para a cidade e mesmo infraestrutura. A maioria fica distante da cidade e

possui o mínimo ou nem possui infraestrutura como escolas ou postos de saúde para os residentes. As Vilas Produtivas Rurais (VPR's) são mais estruturadas e também mais recentes, pois foram construídas pelo Governo Federal para reassentar as famílias atingidas pelo projeto de transposição do Rio São Francisco, no qual o município foi amplamente afetado pelas obras do Eixo Norte.

Quando não estão migrando, esses sujeitos atuam em ocupações variadas, tanto no campo quanto na cidade, conforme mostra o gráfico 5.

Gráfico 5 – Trabalhos que exercem no período de entressafra



Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

Foram citadas, no total, 10 atividades diferentes e 14% dos entrevistados relataram não atuarem em um trabalho específico, exercendo a oportunidade de trabalho que surgir. Vale destacar que a falta de ocupação nesse município tem atuado como um dos principais impulsionadores das migrações temporárias, e que o índice de ocupação formal não ultrapassa os 6,8% da população local. O que resta para estas pessoas são “bicos”: oportunidades esporádicas de trabalho remunerado em pequenas atividades particulares, na maioria das vezes no campo, como apontam os dados do gráfico acima, em que os trabalhos na agricultura, pesca e pecuária ultrapassam os 50% das oportunidades de ocupação.

As oportunidades esporádicas de trabalho não são suficientes para proporcionar o sustento dessas famílias, daí então a obrigatoriedade de migrar, como relatou Patrício:

Vou trabalhar no corte de cana porque aqui eu dependo de diária de serviço, e não tem todo dia. As vezes acontece de eu trabalhar quatro ou cinco dias por mês e acontece de ter duas ou três semana por mês, e as vezes acontece de ter dois ou três dias por

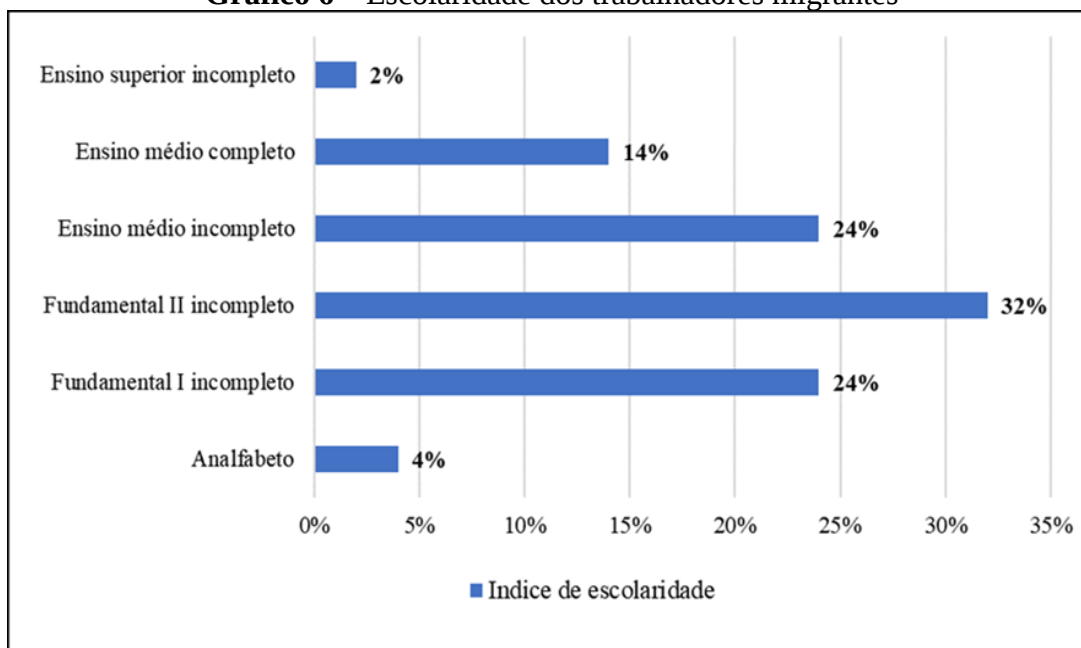
mês só, aí eu dependo disso. Não sou assalariado, nem eu nem minha esposa, e eu dependo de dia de serviço. Pra eu manter minha casa em busca do pão de cada dia tem que partir em busca do pão de cada dia dessa distância, pro corte de cana (Entrevista realizada com Patrício, Capivari-SP, setembro de 2021).

A agricultura tem um papel muito importante neste município. É principalmente nela que a maioria desses sujeitos atuam após o retorno da colheita da cana, como mostrou o gráfico 5. Após o retorno, geralmente entre os meses de novembro e dezembro, começam a cair as primeiras chuvas e é nesse período que boa parte dessas pessoas, já exaustas do trabalho com a cana, assumem total ou parcialmente as atividades agrícolas que ficarão sob responsabilidade das esposas, filhos e demais familiares quando o tempo da próxima safra chegar. Até que se chegue novamente o tempo de migrar, o foco volta-se para os pequenos roçados, para o plantio, limpa, colheita e demais atividades a ele ligadas, além da pesca e criação de animais ou a dias de trabalho remunerado em roçados de terceiros.

Embora insuficiente, é das atividades agrícolas que a maioria dos entrevistados retira parte do sustento familiar. Muitos dos migrantes são de famílias camponesas que mantêm vínculos com os trabalhos agrícolas e têm, na renda do corte de cana, um meio para a melhoria das condições familiares e manutenção dos modos de vida ligados ao campo.

Outras atividades que se destacaram foram: servente de pedreiro (16%) e pedreiro (4%). Em menor quantidade, foram citados os trabalhos de pintor, cuidador de idoso, carpinteiro, enchedor de caçamba e instalador de antenas, todos com 2%, cada. Este último foi o único que relatou não estar migrando por questões de sobrevivência, mas pela necessidade de pagar algumas dívidas específicas.

Em São José de Piranhas o acesso à ocupação formal é fortemente condicionado pela escolaridade. Dessa maneira, a maioria da população ocupada é, em grande parte, constituída de servidores públicos. Já os migrantes, em sua maioria, possuem um baixo grau de escolaridade, conforme mostra o gráfico 6, o que dificulta o acesso às poucas oportunidades de empregos locais, sendo o corte de cana uma das poucas alternativas restantes.

Gráfico 6 – Escolaridade dos trabalhadores migrantes

Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

Através do gráfico, pode-se considerar que a maioria dos migrantes possui um baixo índice de escolaridade, pois 60% da amostra não finalizou nem mesmo o ensino fundamental e 4% (dois entrevistados) informaram serem analfabetos. Dos que ultrapassaram essa barreira e chegaram ao ensino médio, mais da metade não conseguiu concluir. Apenas 16% conseguiram a conclusão da Educação Básica.

Apenas um dos entrevistados (2%), um jovem de 22 anos, informou estar cursando ensino superior, tendo adentrado no ano de 2021 no curso de licenciatura em matemática, no período noturno, no Instituto Federal da Paraíba (IFPB) campus de Cajazeiras. Afirmou que mesmo tendo sido obrigado a migrar, estava conseguindo conciliar, com muita dificuldade, o trabalho durante o dia e as aulas remotas durante à noite. O objetivo da migração em 2021 era acumular recursos para não migrar no ano seguinte e dar prosseguimento aos estudos.

Assim como esse entrevistado, parte dos migrantes que chegaram no ensino médio foram os mais jovens da amostra. Isso pode ser considerado reflexo de avanços educacionais do Brasil nas últimas décadas, que vem reduzindo os índices de analfabetismo.

No entanto, em um lugar com escassas oportunidades de emprego e de recorrente fragilidade social, concluir o ensino médio ou ingressar na educação superior não tem indicado facilidade de inserção no mercado de trabalho, pois, geralmente, a necessidade de acesso ao trabalho e renda é mais urgente que o ensino superior, como aconteceu com Manoel que nos disse “quando conclui o ensino médio eu não tive condição de cursar uma faculdade, e por falta de dinheiro e oportunidade tive que começar a trabalhar para ajudar meus pais”.

Na perspectiva de Novaes (2009) embora venha havendo uma permanência por mais tempo dos jovens na escola, a necessidade da entrada precoce desses jovens no mundo do trabalho faz com que sua prioridade seja o manuseio das ferramentas de trabalho, como a enxada ou o facão, deixando em segundo plano o lápis e demais materiais escolares. A pouca escolaridade e a consequente falta de oportunidades de emprego fazem com que o corte de cana seja o único nicho de emprego disponível. Dessa forma, o autor afirma que:

Na verdade, esses jovens vivem vários sentimentos contraditórios: sair do corte da cana é um desejo de todos, mas o trabalho na cana tem sido visto como a salvação de todos, sem ele seria pior. Esse sentimento contraditório fica mais claro, quando surgem observações que anunciam o fim do corte manual da cana, isto é, o fim de um nicho de mercado que absorve jovens com pouca escolaridade (NOVAES, 2009, p. 123).

Para estes trabalhadores, a migração na colheita da cana não é nada mais que uma das poucas, se não única, possibilidades quase certas de acesso a trabalho assalariado para pessoas com pouca escolaridade (MENEZES, 2012b). Nesse cenário a situação de fragilidade de muitas famílias tem obrigado parte dos jovens do município a largar a escola para rumar para São Paulo ou Bahia, para se empregarem em usinas canavieiras. Esse processo é bem narrado pela fala de um dos entrevistados que diz:

Eu parei pra pensar, eu uma pessoa pobre, para estudar, tem as dificuldades, pensava em estudar e trabalhar na roça aí eu vi que não dava, aí parti pro corte de cana, vi que era mais futuro pra mim que estudar, hoje não tenho bom estudo e tenho um trabalho que não é bom, mais é onde sigo (Entrevista realizada com Murilo, Medeiros Neto-BA, outubro de 2021).

Enquanto efeito direto, o alto grau de exigência de qualificação no mundo moderno tem, na maioria das vezes, reservado para esses sujeitos com baixa escolaridade, subempregos como a colheita da cana ou apenas mais um lugar nas extensas filas do exército de reserva. Para aqueles com pouca ou nenhuma escolaridade, como grande parte dos migrantes entrevistados, resta, geralmente, se sujeitar a trabalhos mais degradantes e exploratórios. Nessa perspectiva é possível perceber uma classe trabalhadora mais segmentada pois

Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador “polivalente e multifuncional” da era informacional, capaz de operar máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de part-time⁶, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural (ANTUNES, 2011, p. 185 *apud* PINHEIRO, 2013, p. 117).

⁶ De acordo com Cadima (2018), esse termo refere-se ao trabalho que possibilita ao funcionário atuar em uma jornada mais flexível e com carga horária reduzida a menos de 30 horas semanais.

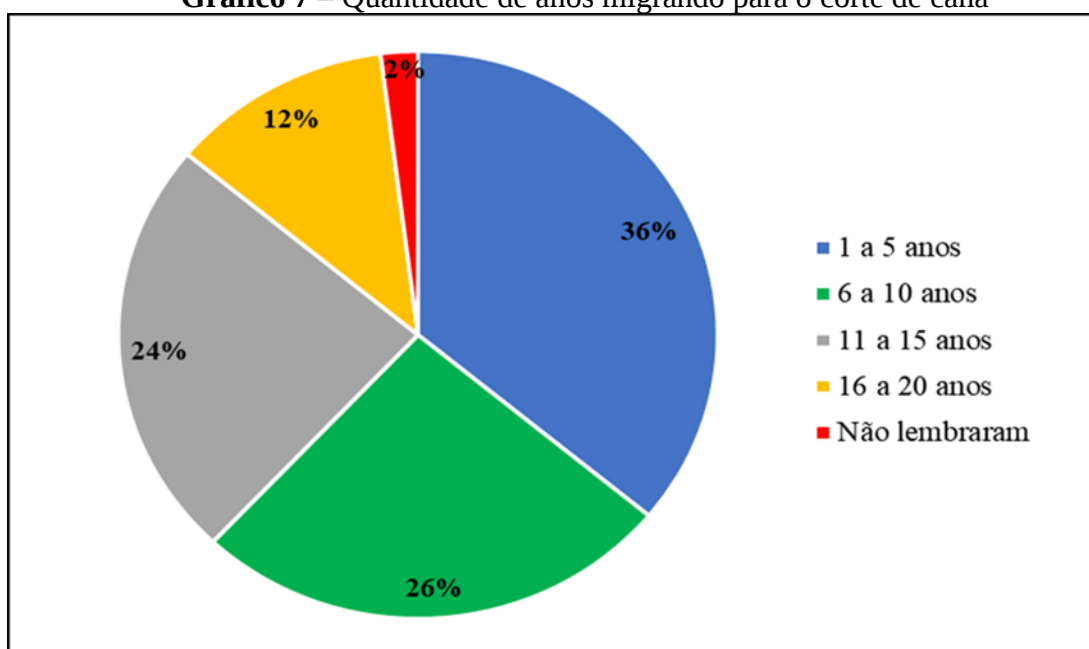
Para Pinheiro (2013) é bem visível a existência de uma classe trabalhadora heterogênea, segmentada e complexificada, a qual se encontra subdividida entre trabalhadores qualificados e não qualificados, em condições estáveis ou precárias, atuando no mercado formal e informal que, no entanto, fazem parte do mesmo processo.

Embora aumente a possibilidade de inserção do sujeito em um mercado de trabalho menos degradante, um melhor índice educacional não é sinônimo de garantia ao mercado de trabalho, visto que este encontra-se cada vez mais seletivo. Nessa perspectiva, concordamos com Araújo (2013) segundo o qual é fundamental entender que os índices educacionais não explicam sozinhos o desemprego ou os empregos de baixa qualificação, pois a desigualdade é uma marca do sistema capitalista.

Nesse sistema o trabalhador migrante é um componente da força de trabalho criado dentro do processo de acumulação capitalista e, por este motivo, são obrigados a vivenciar a mobilidade social de forma permanente. A mobilidade assume, assim, um papel inseparável a sua reprodução (PINHEIRO, 2013).

A obrigatoriedade de inserção no processo de mobilidade faz com que esses trabalhadores migrem durante muitos anos de sua vida, deixando anualmente seus entes queridos, ausentando-se do seio familiar para se dedicar à colheita da cana-de-açúcar, em safras que duram de seis a nove meses, a depender do local de destino. Muitos chegam a migrar durante décadas de suas vidas como mostra o gráfico 7.

Gráfico 7 – Quantidade de anos migrando para o corte de cana



Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

Os dados do gráfico mostram que mais da metade dos sujeitos (62%) atuam nesta atividade a menos de 10 anos, enquanto 36% já vêm migrando a pelo menos 11 anos ou mais. Ao relacionarmos essa informação com a faixa etária percebemos que os sujeitos iniciam nos processos migratórios locais desde muito jovens, geralmente ao atingir a maioridade.

A ausência do Estado tem se apresentado como fundamental para a formação do exército de reserva e para a abertura de fronteiras para a invasão do capital. Esses jovens, por sua vez, não saem por vontade própria, mas forçados pela fragilidade e necessidade em que se encontram. Deixam sua terra natal todos os anos para se submeter aos processos de trabalho exploratório e degradante da agroindústria canavieira, explorados pelo sistema, tornando-se meramente objetos da reprodução capitalista (MARX, 2011, *apud* PINHEIRO, 2013).

O fato de apenas 12% dos sujeitos migrarem a mais de 15 anos confirma os estudos da professora Maria Aparecida de Moraes Silva, mostrados na matéria do Repórter Brasil (2007), que apontam o encurtamento da vida útil dos cortadores de cana, que já é inferior ao tempo de vida útil de um escravo do período escravista brasileiro.

Migrar temporariamente para a colheita da cana, tem sido, além de um caminho para melhorias socioeconômicas, uma estratégia para não deixar a terra natal definitivamente. Essa estratégia, organizada no seio familiar delega a todos os integrantes funções importantes dentro do processo. Dentre eles, as mulheres, sejam esposas ou mães, que embora permaneçam no lugar, assumem responsabilidades importantes deixadas pelos companheiros e filhos, o que também as caracteriza como protagonistas desse processo. Nessa perspectiva, analisaremos o papel de destaque dessas mulheres que permanecem no município durante a migração masculina.

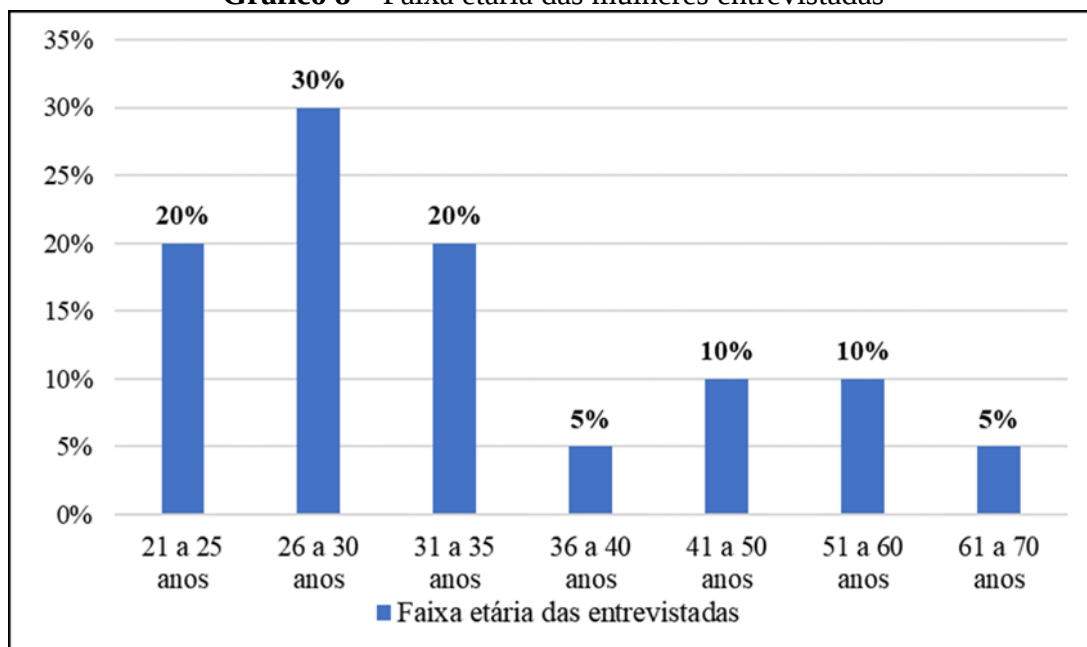
2.2 MULHERES QUE FICAM: PROTAGONISMO FEMININO E RELAÇÕES DE GÊNERO NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS EM SÃO JOSÉ DE PIRANHAS

Assim como em pesquisas relevantes de Menezes (2002), Silva (2011) e Cover (2011; 2015) sobre a migração temporária de trabalhadores de pequenos municípios do Sertão paraibano para o corte da cana-de-açúcar em São Paulo, constatamos em nosso estudo que essas migrações possuem um caráter quase que totalmente masculino. Até existem histórias de migrações passadas, em que algumas poucas mulheres seguiram para esse degradante trabalho e alguns casos em que a mulher acompanha o marido durante o período da safra. Esses casos, porém, não foram constatados em nossa pesquisa, tampouco em dados do STR.

A figura da mulher que permanece na terra natal, enquanto o homem migra para o corte da cana-de-açúcar, tem sido um tema pouco abordado pelos estudiosos desse fenômeno, resultando em escassez de bibliografias que contemplem essa discussão. Por ser um fenômeno predominantemente masculino, a importância da mulher acaba ficando suprimida ou oculta, dando a falsa impressão de que estas são meras coadjuvantes no processo, o que visivelmente não é verdade.

Dessa forma conversamos com vinte mulheres, sendo quinze esposas e cinco mães de migrantes, na busca de entender e evidenciar a importância da participação feminina dentro dos processos migratórios locais. Inicialmente, trazemos uma breve caracterização do grupo abordado, começando pela faixa etária no gráfico 8.

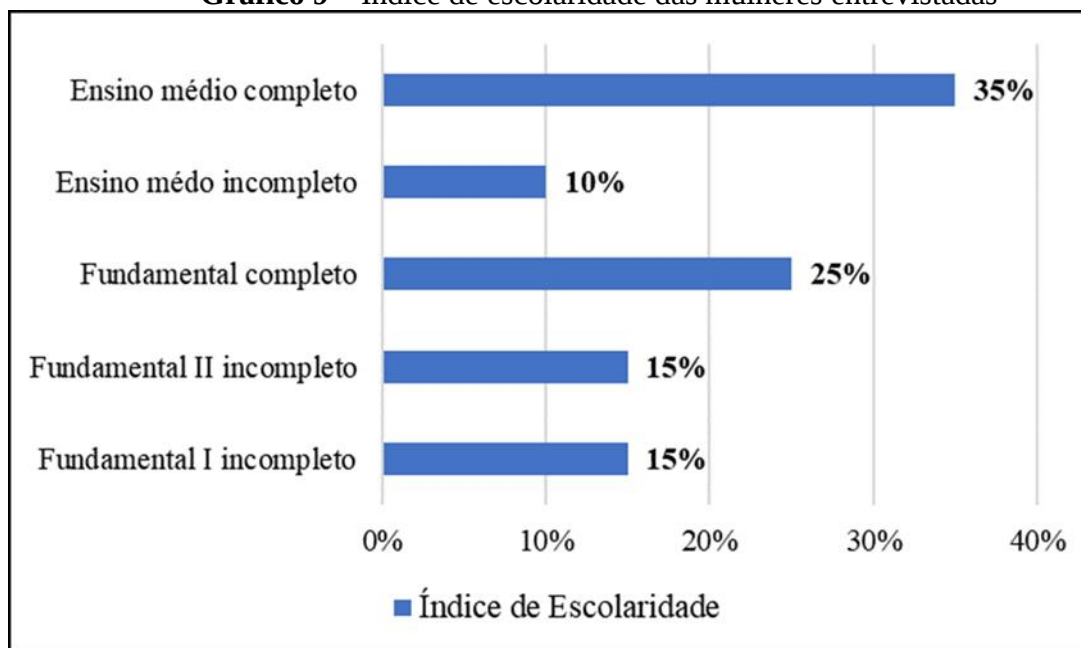
Gráfico 8 – Faixa etária das mulheres entrevistadas



Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

Conforme mostra o gráfico 8, a maioria das entrevistadas possui idade entre 21 e 40 anos e diz respeito às esposas dos trabalhadores migrantes. O grupo compreendido na faixa etária de 26 a 30 anos se destacou com o maior número de entrevistadas. Já as mães (5 no total) têm idade compreendida entre 41 e 70 anos.

Quanto à questão educacional, percebemos que as mulheres entrevistadas possuem um maior índice de escolaridade que os homens, conforme os dados apresentados no gráfico 9.

Gráfico 9 – Índice de escolaridade das mulheres entrevistadas

Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

No caso das mulheres, não encontramos pessoas analfabetas como aconteceu com os homens. Percebemos ainda que as mulheres com o menor índice de escolaridade foram as mães dos migrantes, enquanto quase todas as demais entrevistadas (70%) possuem, no mínimo, o ensino fundamental completo. Esse fato, assim como no caso dos homens, demonstra que embora continue havendo grande evasão escolar na fase da educação básica, os sujeitos mais jovens apresentam maior índice educacional.

É possível que esta peculiaridade esteja ligada à própria socialização dos papéis do homem e da mulher dentro do âmbito familiar. Isso porque a figura masculina é socializada ao trabalho remunerado desde muito cedo, onde lhe são atribuídas certas responsabilidades no tocante à aquisição de renda para o sustento da família. Devido à constante falta de acesso a ocupação no município de origem, os homens passam a migrar muito cedo, fato que atinge as mulheres em menor amplitude, pois os papéis atribuídos às mulheres são geralmente outros.

As mulheres são socializadas principalmente ao trabalho doméstico desde muito jovens, e seu processo de formação está voltado principalmente para o lar e para a família. É provável que esse aspecto, embora não seja o único influenciador, contribua para que a mulher consiga se manter na escola por mais tempo que os homens, principalmente pela permanência na terra natal.

Como nas pesquisas dos autores citados anteriormente, entendemos que embora a saída de trabalhadores locais seja predominantemente masculina, o fenômeno migratório local não se resume apenas ao ato da saída e ao retorno dos homens, mas de uma forma geral, é composto

por uma gama de processos imbricados em tempos e espaços diferentes, com diferentes protagonismos dos sujeitos. Isso inclui os que ficam, mais especificamente as esposas e mães de migrantes, que têm papel fundamental dentro da estratégia familiar permeada pela migração de um ou mais homens da família.

De acordo com Silva (2011) embora a migração seja masculina, é muito importante que sejam evidenciadas as condições das mulheres que ficam no lugar de origem, cujo tempo de ausência é caracterizado como tempo de espera e de saudade desde a partida. Nas imagens 4 e 5 observamos a grande quantidade de mulheres presentes no momento da partida dos trabalhadores, com destino ao estado de São Paulo no ano de 2018.

Imagem 4 – Mulheres acompanhando o embarque dos migrantes em São José de Piranhas.



Fonte: Acervo do STR (2018).

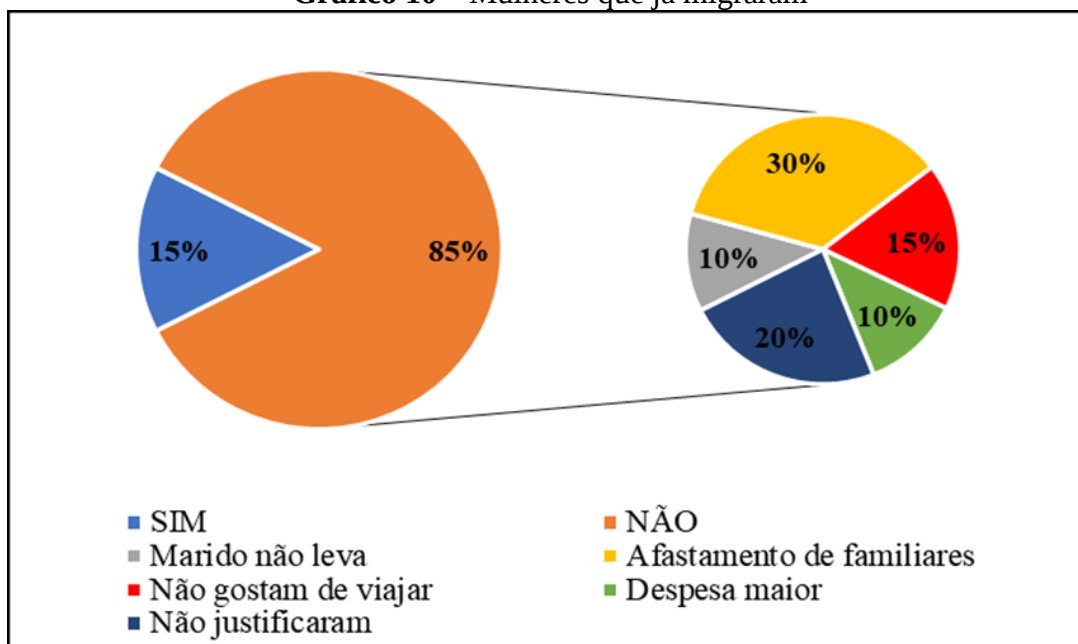
Imagem 5 – Esposas de migrantes após a saída do grupo para o interior paulista



Fonte: Pesquisa de campo (2018). Acervo do autor (2018).

A tristeza pela partida dos entes queridos reflete na expressão corporal de quem nada pode fazer para impedir o sofrimento daqueles que migram. Vários são os fatores que justificam a permanência dessas mulheres no município de origem, que vão desde fatores organizacionais do grupo familiar, por opção própria ou mesmo por decisão dos companheiros. O número de mulheres que nunca deixou o município em questão é bem maior do que as mulheres que já migraram, conforme observamos no gráfico 10.

Gráfico 10 – Mulheres que já migraram



Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

As entrevistas mostraram que apenas 15% (três pessoas) informaram já terem migrado acompanhando os maridos. Essas três pessoas afirmaram, porém, que não trabalhavam na colheita da cana, por ser um trabalho dos homens. Por sua vez, duas delas trabalhavam cozinhando e lavando roupas para os demais trabalhadores, enquanto uma delas viajou apenas acompanhando o marido.

No tocante aos 85% das entrevistadas que nunca migraram, as justificativas para tal decisão foram variadas. De maior relevância destacou-se a impossibilidade de afastamento por tanto tempo dos familiares, como pais já em idade avançada e crianças pequenas, no caso das que têm filhos.

Outros fatores apresentados foram: a decisão do homem de não levar a esposa (10%), que pode estar associada ao fato de que, ao levar a companheira, os gastos no local de destino passam a ser maiores, justificativa que visa reduzir os gastos e acumular dinheiro, pois, ao

migrarem sozinhos, os homens residem em barracões com os demais migrantes, não gastam com água, eletricidade, comida ou aluguel. Quando a mulher migra, é necessário que aluguem pequenos imóveis para residir juntos, pois as mulheres não são permitidas nos alojamentos das usinas, por serem vistas como ameaça à tranquilidade de um ambiente masculino. Das demais entrevistadas, 15% afirmaram simplesmente não gostar ou não sentir vontade de deixar o município, ainda que de forma temporária; as demais (20%) não justificaram.

Embora sejam escassas as oportunidades de acesso a trabalho remunerado em São José de Piranhas, a migração dessas mulheres para o trabalho nos canaviais é algo prontamente descartado. Elas são excluídas desse processo, pois este é caracterizado como tipicamente masculino. Além de suas justificativas para a permanência, identificamos que questões de gênero têm sido limitadoras tanto para a saída quanto para o trabalho nos espaços canavieiros.

Pesquisadores desta temática encontram discursos semelhantes nos diferentes espaços migratórios estudados, como é o caso de Silva e Menezes (2010) e Milanês (2013) no próprio município de São José de Piranhas. Argumentos como “trabalho pesado” o qual é “inapropriado para mulheres”, devido a “fragilidade” atribuída ao seu gênero e também por ser um trabalho que exige alta produtividade, em que as mulheres são sempre subestimadas, são discursos limitadores de gênero que tentam justificar a ausência feminina nas migrações para o corte de cana-de-açúcar. Nessa concepção:

A qualificação de pesado e sofrido ao trabalho agrícola é mais ressaltado nas referências feitas às moças [...], por apresentar tais características o trabalho na agricultura é qualificado como mais masculino, não condizendo com a natureza feminina, qualificada como mais delicada (AGUIAR e STROPASOLAS, 2010, p. 164).

Silva e Menezes (2010) ainda complementam que:

Essa imagem da mulher como sexo frágil contribui para uma visão de que elas são incapazes de suportar o “peso” do trabalho e responder satisfatoriamente às exigências da usina. O que, em termos do trabalhador migrante, favorece uma priorização dos homens (SILVA e MENEZES, 2010, p. 286).

No tocante à produtividade, Novaes (2007) esclarece que as mulheres mesmo tendo conquistado o direito a uma cota de 10% das vagas por turma após acordos firmados entre sindicatos e as usinas, têm esse direito pouco respeitado, visto que a agroindústria canavieira busca altos índices diários de produtividade e acreditam que estes não possam ser alcançados por mulheres. As poucas mulheres que conseguem se inserir nesse meio são geralmente as que residem nos municípios canavieiros. Como afirmam Silva e Menezes (2010) esses fatores são em parte, justificativas para que os migrantes casados não levem suas companheiras para os

locais de destino, e nos raros casos em que levam, são geralmente para outras atividades que não as canavieiras, como a colheita de laranja, limão, tomate, melancia ou atividades no comércio das pequenas cidades.

Para Milanês (2013) fica evidente a existência de uma divisão sexual do trabalho, responsável pela distinção dos papéis masculino e feminino. Assim, é papel do homem migrar para as atividades profissionais remuneradas, nesse caso para os estados de São Paulo e Bahia, enquanto a mulher fica encarregada das atividades do lar e da família, nas quais é socialmente moldada desde cedo, principalmente para atender aos padrões sociais do espaço em que está inserida. Dessa maneira:

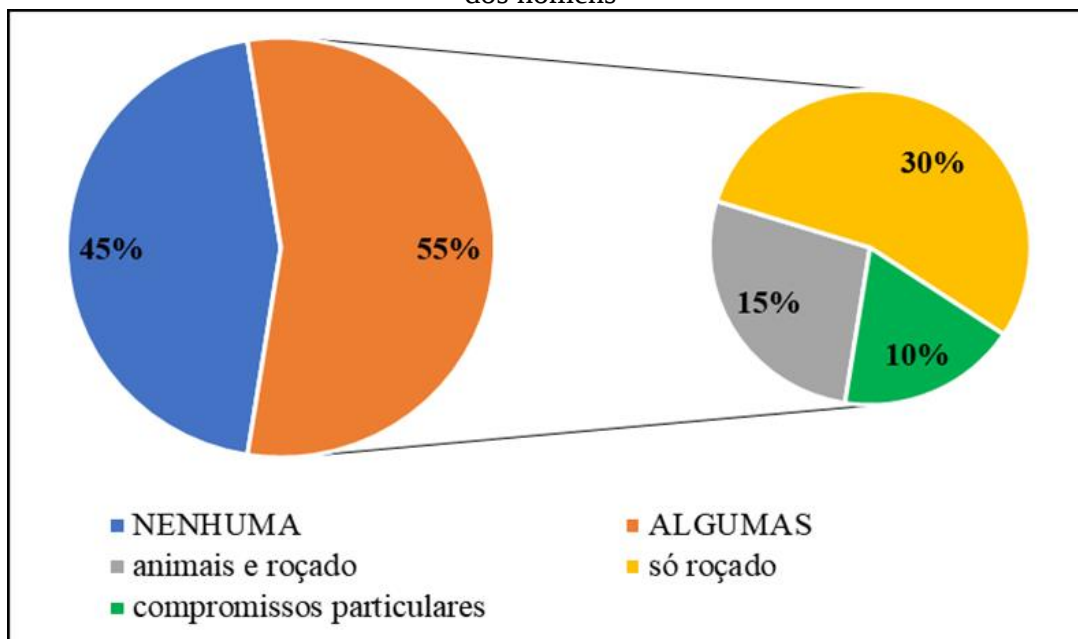
Tal divisão fundamenta-se nas representações dominantes de gênero e de trabalho. Assim, as classificações de trabalho leve e pesado são associadas respectivamente a trabalhos de mulheres e trabalhos de homens, atividades femininas e masculinas, muito embora tais classificações sirvam também para encobrir outras motivações. Nesse sentido, a não presença das mulheres na atividade de cortar cana de açúcar deve-se, sobretudo, à percepção de que as mesmas produzem menos do que os homens, como também, dos perigos que a presença da mulher representa num espaço eminentemente masculino (SILVA E MENEZES, 2010, p. 285).

Esses aspectos limitadores, no entanto, não são observados, ao considerar que a saída do homem amplia as funções da mulher, inclusive em espaços marcadamente masculinos como os trabalhos agrícolas. De acordo com Milanês (2013) a mulher assume papel fundamental para a reprodução social da família no lugar de origem, bem como dentro da organização familiar durante a ausência do homem que migra para a colheita da cana-de-açúcar, o que as qualifica enquanto sujeitos ativos nos processos migratórios locais.

Mesmo assim são afetadas de forma negativa segundo a autora, pois mesmo com toda sua importância, essas mulheres continuam submissas às decisões do homem que, mesmo distante, continua à frente das decisões mais importantes. Nessa perspectiva, o papel das mulheres no âmbito da sociedade acaba sendo encoberto devido aos olhares e as pesquisas acadêmicas estarem direcionadas exclusivamente para a figura masculina que acaba recebendo todo o protagonismo. Logo, é necessário que essas mulheres tenham sua importância evidenciada no cenário migratório local, enquanto sujeitos ativos e participantes dentro do processo, principalmente pelos papéis cotidianamente masculinos que elas assumem durante os meses da migração do homem (idem).

Sobre esse incremento de responsabilidades assumidas pelas esposas/mães durante os meses da migração masculina, perguntamos se elas realmente acumulam funções, e quais seriam essas funções. As respostas estão representadas no gráfico 11.

Gráfico 11 – Funções extras assumidas pelas mulheres durante a migração dos homens



Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

Constatamos que a maioria das mulheres assume alguma função deixada pelo marido enquanto está fora, embora 45% delas não considerem ou percebam que assumam tais funções, nas falas elas acabam deixando claro que ficam responsáveis pelos compromissos deixados pelos maridos ou filhos, como pagamento de contas, e por eles são orientadas nas tomadas de decisões, principalmente no âmbito financeiro. Quanto às que afirmaram assumir as funções deixadas pelo homem, destacaram-se principalmente os trabalhos agrícolas, como roçado e animais, conforme um dos relatos das entrevistadas:

Entrevistador - Quando seu marido migra para corte de cana você assume alguma tarefa que geralmente é dele? Qual?

Flávia - Sim com certeza, fico com as lutas da roça, pagar alguém para ajeitar e botar nos silos, aí ele tem gado que os irmãos que toma de conta mais tipo se o bicho adoece vem até a mim pra comprar um remédio, aí tem os porcos que eu que tomo de conta (Entrevista realizada com Flávia, São José de Piranhas, 2021).

Outra entrevista que também mostra esse acúmulo de funções foi a de Maria. Segundo ela:

Quando o marido da pessoa sai a gente tem que ser o homem e a mulher ao mesmo tempo porque a gente assume os trabalhos que ele faz, para cuidar de filho quando adoece, a gente tem que se responsabilizar por tudo, é muita coisa pra uma pessoa só (Entrevista realizada com Maria, São José de Piranhas, 2021).

Como os relatos mostram, essas mulheres assumem a chefia do lar com a saída de seus maridos. A fala de Maria insinua até mesmo um acúmulo de gêneros quando se refere as funções de ambos, o que mostra que existe uma distinção de trabalhos de homem e mulher, que são

acumuladas pela figura feminina. Além dos serviços domésticos, ficam totalmente encarregadas dos cuidados com os filhos, com as atividades agrícolas, gerem os negócios da família, dentre outras funções que dividem com seus maridos e filhos quando estão em casa. Sem a atuação feminina, a reprodução social da família seria praticamente impossível de ser sustentada (MILANÊS, 2013). Dessa forma:

Podemos concluir que as mulheres são sujeitos ativos na trama das migrações dos homens, uma vez que, tanto ao “ficar” como ao “sair”, ela assume papéis e funções complementares aos dos homens, favorecendo assim a reprodução e ampliação do patrimônio familiar (SILVA E MENEZES, 2010, p. 288).

Essas reconfigurações de papéis acontecem nos espaços do homem e da mulher, que ora se contraem, ora se expandem, dependendo da presença ou ausência do homem. Isso porque com a partida do homem, o espaço da mulher se expande para as funções deixadas por ele, geralmente para além do espaço doméstico, seja no campo ou na cidade, durante os nove meses da safra no Sudeste ou dos seis meses da safra na Bahia. Esse espaço volta a se contrair, após o retorno.

Dessa forma, para Silva e Menezes (2010, p. 292) a migração

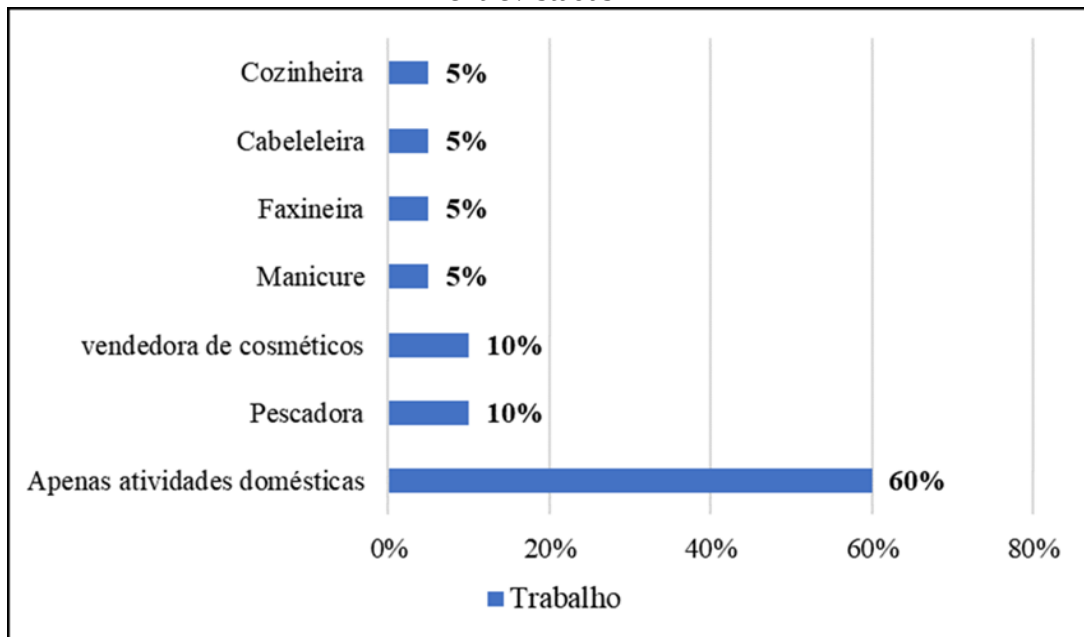
Implica redefinições dos espaços de dentro e do fora, da casa e do roçado. A migração dos homens transforma a posição das mulheres na família bem como redimensiona os espaços. A casa se amplia, passando a abarcar os espaços outrora situados “fora” (SILVA E MENEZES, 2010, p. 292).

Vale ressaltar que, por mais que a mulher atue em um espaço híbrido, sua participação nas atividades fora do ambiente doméstico é sempre classificada enquanto ajuda ao trabalho do homem, pois como salientam Torres e Rodrigues (2010) o território atribuído a mulher é o espaço doméstico. O homem é o principal provedor do sustento da casa, e geralmente por isso possui um papel mais central nas decisões, mesmo ausente. Além disso, o gênero masculino é taxado enquanto inadequado para as tarefas classificadas como “de mulheres”. Logo

Isso nos mostra uma relativa desigualdade de gênero, privilegiando o homem, como chefe da família e dono da propriedade, em detrimento das mulheres, que são destinadas a atividades relacionadas à reprodução familiar, que não geram renda. Além disso, o trabalho feminino na unidade produtora é visto como “obrigação natural”, ou seja, como se a sua condição sexual estivesse designada para exercer tais atividades [...] o fato da mulher estar “presa” à família, “libera” o homem para o exercício profissional (MILANÊS, 2010, p. 5-6).

Embora sejam minoria, uma parte das entrevistadas da pesquisa afirmou exercer atividades geradoras de renda para o lar (gráfico 12) mesmo, segundo elas, apenas como forma de complementar a renda oriunda do marido.

Gráfico 12 – Atividades remuneradas e não remuneradas exercidas pelas entrevistadas

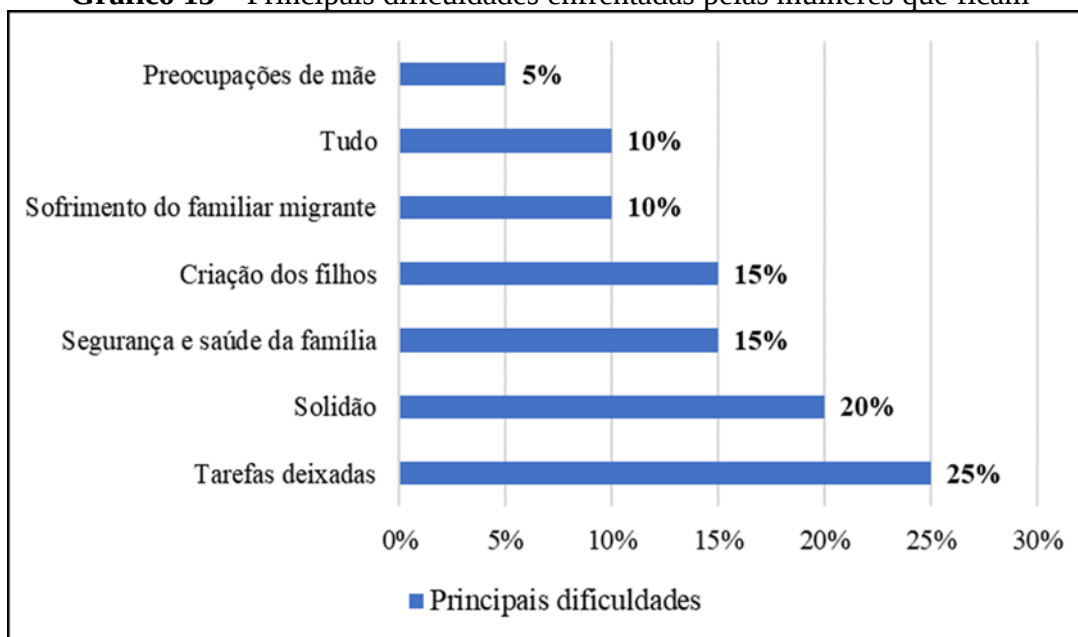


Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

Das oito mulheres que atuam em alguma atividade remunerada, cinco são autônomas, ou seja, exercem alguma atividade remunerada por conta própria, enquanto duas delas (10%) trabalham por meio de contratos e uma exerce a função de pescadora, na qual atua na companhia de outros familiares, inclusive do marido quando não está migrando. As demais mulheres não exercem atividades remuneradas, trabalhando exclusivamente nos cuidados domésticos, o que acaba aumentando a dependência sobre o dinheiro oriundo do assalariamento do homem no corte de cana.

Mesmo atuando em funções deixadas pelo homem ou em outros trabalhos remunerados, a mulher não possui plena soberania sobre o lar, mesmo na ausência masculina, pois mesmo longe, é ele quem coordena as principais decisões, principalmente as que remetem a questões financeiras, como compra de objetos ou pagamento de dívidas. Isso acontece porque o homem é considerado o sujeito mais ativo no sustento da família e principal autoridade da casa, autoridade essa que ultrapassa os limites físicos do espaço entre os estados, reafirmando a existência de uma superioridade masculina na gestão do lar (MILANÊS, 2013).

Durante a maior parte do ano em que ficam sem os companheiros ou mesmo sem os filhos migrantes, essas mulheres enfrentam uma série de transtornos e dificuldades causadas pela ausência dos homens da família, conforme mostra o gráfico 13.

Gráfico 13 – Principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres que ficam

Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

Das principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres, chamamos atenção para as quatro mais citadas. A criação dos filhos, citada por 15% das entrevistadas, deixa claro que estas cumprem o papel de mãe e pai na maior parte do ano, e são elas que, presencialmente, respondem pela criação, cuidado e educação dos filhos. A ausência do homem implica também no temor pela segurança e saúde da família (15%) visto que as entrevistadas revelaram certa insegurança por estarem sozinhas com filhos pequenos e, principalmente, as que moram no campo. Além disso, o temor em casos de doença na família, durante o horário noturno, sem que o marido esteja junto à família. As tarefas deixadas pelo homem (25%) também são a maior dificuldade segundo as mesmas, pois o acúmulo de trabalho acaba causando-lhes exaustão física e mental.

Todavia, o fator solidão (20%) chamou atenção por revelar algo implícito à migração masculina, que é o aprisionamento subjetivo da mulher, a partir da regulação de suas relações interpessoais, em prol do zelo de um elemento chave no lugar: a honra. Isso acontece porque essas mulheres seguem um código de conduta local, responsável tanto pela sua difamação quanto pela manutenção de uma boa imagem própria e de seu marido perante a sociedade. Dessa forma, seguir esse código de honra implica à mulher se resguardar de certos ambientes e companhias, enquanto seu companheiro está fora, como afirmam Silva e Menezes (2010, p. 294).

Além da responsabilidade pela casa e roçado as mulheres que ficam enfrentam também a solidão, o isolamento. Por não disporem da companhia dos seus esposos, não podem frequentar determinados espaços, a exemplo das festas, sob pena de terem sua reputação colocada em risco. Há sempre o perigo da fofoca, instrumento de controle pelo qual a mulher é vigiada e controlada socialmente (SILVA E MENEZES, 2010, p. 294).

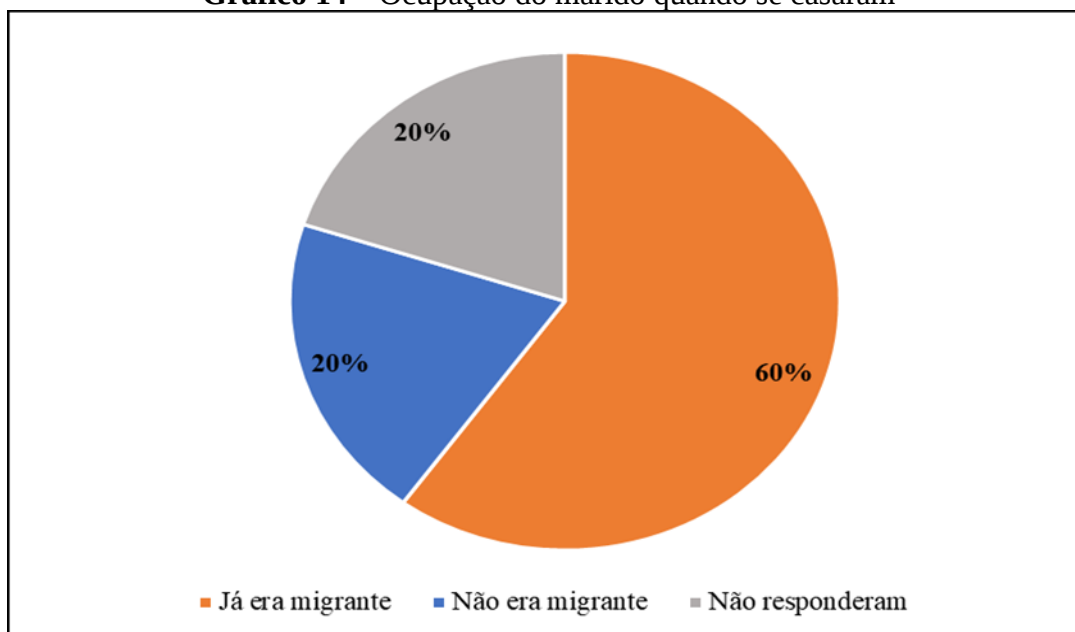
Essa regulação na vida da mulher é descrita por uma das entrevistadas, que afirmou:

Quando ele tá longe é muito ruim, a gente passa muito tempo só, presa em casa, não pode sair pra canto nenhum, é muito ruim. Quando é no fim do ano que ele chega a gente sai mais, vai em festas e em outros lugares. Mas quando ele não tá é só em casa mesmo, fazendo as obrigações do dia-a-dia. As vezes vou pra casa da minha mãe, ou da minha sogra, mas sabe como é né? a gente que é casada não pode viver no mundo (entrevista realizada com Joana, São José de Piranhas, 2021).

A entrevistada deixa claro que passa a maior parte do tempo em casa e só sai para algum lazer na companhia do marido, nunca sem ele. Para Silva e Menezes (2010) essas mulheres que permanecem na terra natal passam a viver um tempo marcado pela espera dos maridos, e esse tempo deve ser solitário e reservado.

Segundo Milanês (2013) na ausência do homem que está no corte de cana, tanto as namoradas ou noivas quanto as mulheres casadas, passam a ter suas condutas vigiadas por familiares, pois todos esperam que elas respeitem as regras e valores locais e sejam exemplo de boas mães, esposas fiéis e donas de casa, resguardando a honra dos companheiros, pois existe uma grande preocupação por parte dessas mulheres de ficarem difamadas perante a sociedade local. Dessa forma, seguir as condutas e os códigos morais é de suma importância para a manutenção do casamento e para ingressar nele.

Adentrando na questão do matrimônio, percebemos que a grande maioria das entrevistadas já adentrou no relacionamento com seus atuais companheiros quando eles já eram migrantes (gráfico 14) o que leva a crer que a própria formação da família muitas vezes já nasce arraigada às migrações para o corte de cana.

Gráfico 14 – Ocupação do marido quando se casaram

Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

É muito comum, neste município, que o matrimônio seja viável por meio do dinheiro ganho durante a migração que se inicia cedo na vida de muitos jovens do sexo masculino. Logo, desde cedo, os relacionamentos passam a exigir o alinhamento aos códigos e valores morais vigentes, o que acaba funcionando como ferramenta de controle e seleção das moças que serão (ou não) consideradas boas esposas. Vale lembrar que muitas dessas mulheres crescem em famílias inseridas no contexto das migrações, pois 50% das entrevistadas relatam possuir migrantes na família, como pais, irmãos, tios, primos e filhos.

Diante disso, fica claro que o grande contingente das mulheres desse lugar está profundamente inserido no fenômeno migratório local, e todas as entrevistadas confirmam isso ao se considerarem como importantes para os processos migratórios locais. A permanência da mulher possibilita a migração dos homens, mostrando que não são meras coadjuvantes, mas sim, sujeitos ativos e relevantes. Somado a isso, a própria formação social e o estilo de vida dessas mulheres são regidos em grande parte pela migração da figura masculina.

2.3 AS RELAÇÕES FAMILIARES NO PROCESSO MIGRATÓRIO LOCAL

Inicialmente é válido frisar que, em São José de Piranhas, a migração para o corte de cana-de-açúcar é algo extremamente comum na organização de muitas famílias, tanto do campo quanto da cidade, fato que pode ser observado na fala de muitos sujeitos que entendem que neste lugar quase toda família possui migrantes que viajam ou já viajaram para este trabalho.

Para Galiano, Vettorassi e Navarro (2012) a saída constante de pessoas em busca de trabalho não é fruto de uma escolha simples, mas sim de caráter de urgência, que é movida pela necessidade desses sujeitos e suas famílias. Assim:

A ausência de outras alternativas, além da omissão do Estado, tem criado as bases para um deslocamento espacial e temporal incessante. [...] São vidas definidas por um vaivém perene, por uma eterna migração forçada que lhes impinge a marca de um destino social (SILVA, 2002, p.31, *apud* GALIANO, VETTORASSI E NAVARRO 2012, p. 54).

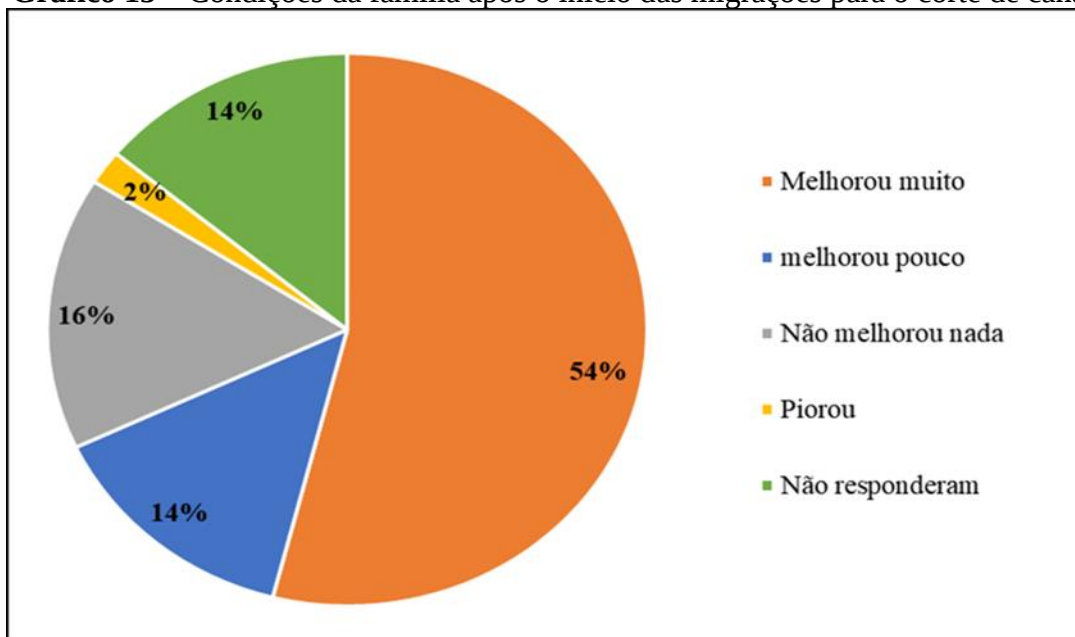
Para Silva et al. (2017) dentro desse cenário de dificuldades, a família se organiza em torno do assalariamento temporário de alguns membros na colheita da cana-de-açúcar como forma de assegurar a reprodução da família, bem como a realização de objetivos. Via de regra, a migração é realizada apenas por alguns membros, normalmente os homens, enquanto os demais familiares permanecem. Com isso, a estrutura familiar passa a se reorganizar com mudanças nos papéis de gênero e de autoridade, pois esposas, pais, irmãos e filhos assumem novas funções, seja na agricultura ou em outras atividades (MACIEL, 2013). Dessa forma, para Milanês (2013):

[...] é de extrema relevância pensar na migração como uma estratégia familiar, pois o salário dos homens que migram se articula as formas de trabalho desenvolvidas pelas mulheres e os demais membros da família “que ficam” na Paraíba. (MILANES, 2013, p. 3).

Essa prática familiar confirma uma estratégia de reprodução social da família no lugar de origem, além da possibilidade de melhorias na qualidade de vida e de aquisição ou ampliação do patrimônio familiar (SILVA e MENEZES, 2010; NOVAES, 2009; SILVA, 2011; SILVA et al., 2017). A importância dessa estratégia pode ser observada na fala de Júlio, que nos disse:

Olha meu pai e minha mãe sempre foram pobres, a gente sempre morou no que era dos outros aí eu fui (pro corte de cana). Inclusive minha mãe ainda hoje mora no que é dos outros. Aí eu fui pro corte de cana quando era solteiro sempre pra ajudar a minha mãe e meu pai porque a família é muito grande, são 12 irmãos, tive que batalhar pra ajudar a sustentar a minha família (Entrevista realizada com Júlio, Santa Bárbara d'Oeste, agosto de 2021).

Os relatos dos entrevistados afirmam que o assalariamento, mesmo que temporário, é essencial nas melhorias do padrão de vida da família. Isso pode ser constatado nas respostas apresentadas no gráfico 15.

Gráfico 15 – Condições da família após o início das migrações para o corte de cana

Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

Os dados expressam a relevância dessa atividade para as famílias dos cortadores de cana, pois 68% declararam que houveram melhorias após a inserção nessa atividade, sendo 54% afirmando que essas mudanças foram muito significativas, pois viviam em situação de pobreza extrema, como nos relatou Cícero ao relembrar que “a vida era sofrida, para falar a verdade as vezes não tinha nem o que comer, para que eu vou mentir ne? Hoje graças a Deus tem”. A fala do entrevistado revela a falta até mesmo de alimentação, uma necessidade básica de vida do ser humano.

Para Marcos, a condição da família “mudou bastante, antes era só de roça e o que ganhava só dava pra fazer a feira e hoje em dia não, a gente vai, e é uma temporada difícil só que lá você produz mais”. Vale salientar que ao afirmar “produz mais”, ele se refere à melhor remuneração, haja visto que além de escasso, a diária de trabalho no local de origem rende bem menos que no corte de cana, onde a remuneração tem por base a produtividade do funcionário.

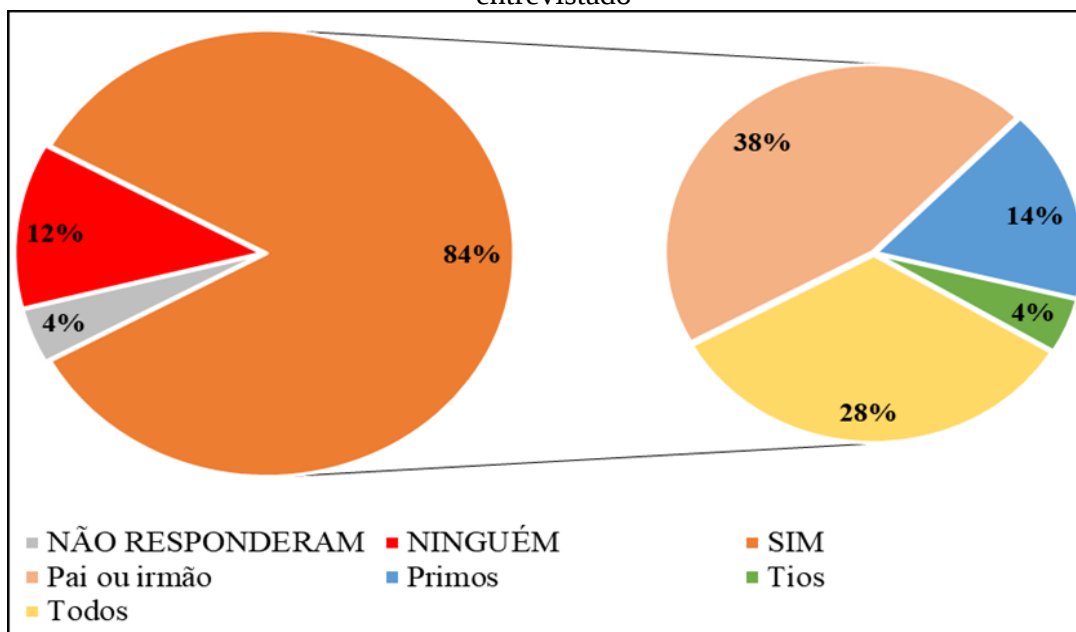
Outro relato que nos chamou a atenção foi o de Pedro:

Rapaz, melhorou muita coisa depois que eu comecei viajar pro corte de cana. Antes de eu ir pro corte de cana eu não tinha dinheiro nem pra comprar uma sandália. Agora não foi só eu não, a família lá de casa meu pai criou nois tudim, foi corte de cana e ele foi. Pra ficar aqui mesmo era perdido. O corte de cana melhorou muito cidadão aqui em São José de Piranhas, melhorou muita coisa mesmo (Entrevista realizada com Pedro, Santa Cruz Cabralia-BA, agosto de 2021).

A fala de Pedro, além de marcante, traz para o debate outro elemento chave na migração de São José de Piranhas: a passagem de gerações dentro do contexto familiar inseridas no

fenômeno. Isso pode ser constatado ao analisarmos o gráfico 16, em que indagamos se existiam familiares que já migravam antes.

Gráfico 16 – Membros da família que migravam para o corte de cana antes do entrevistado



Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

O maior percentual desses trabalhadores (84%) segue o caminho de outros familiares migrantes. Quando jovens, seguem o mesmo rumo dos pais e irmãos, como apontaram 38%, no intuito de ajudar no sustento da casa. Com o alcance da maioridade, incrementa-se a opção da migração, tanto para ajudar nas necessidades do lar quanto para a obtenção de certa autonomia em relação aos pais. A influência de primos (14%) e tios (4%) também é relevante. Chamou a atenção a quantidade de entrevistados que relataram possuir todos esses parentes migrando antes deles (28%) o que mostra a participação de grande parte de integrantes de uma mesma família.

A migração de diferentes gerações da mesma família foi relatada por alguns entrevistados como Lucas, de 21 anos de idade, cujo pai, em 2021, completava 28 anos de migração e, nos últimos três, viajava na companhia do filho. Também foi relatada na fala de Tomaz, cujo pai iniciou as migrações na família ainda no início da década de 1990 e depois passou a ser acompanhado por irmãos mais jovens e filhos. Semelhante a caso de Tomaz, Fábio também afirma que “Nos anos 90 devido as coisas ser muito difícil aqui, não tinha nem dia de trabalho, meu pai ia, aí quando fiz 18 anos comecei ir, mais antes de mim foi meu pai, e meus irmãos”. Outro relato interessante foi o de Júlio:

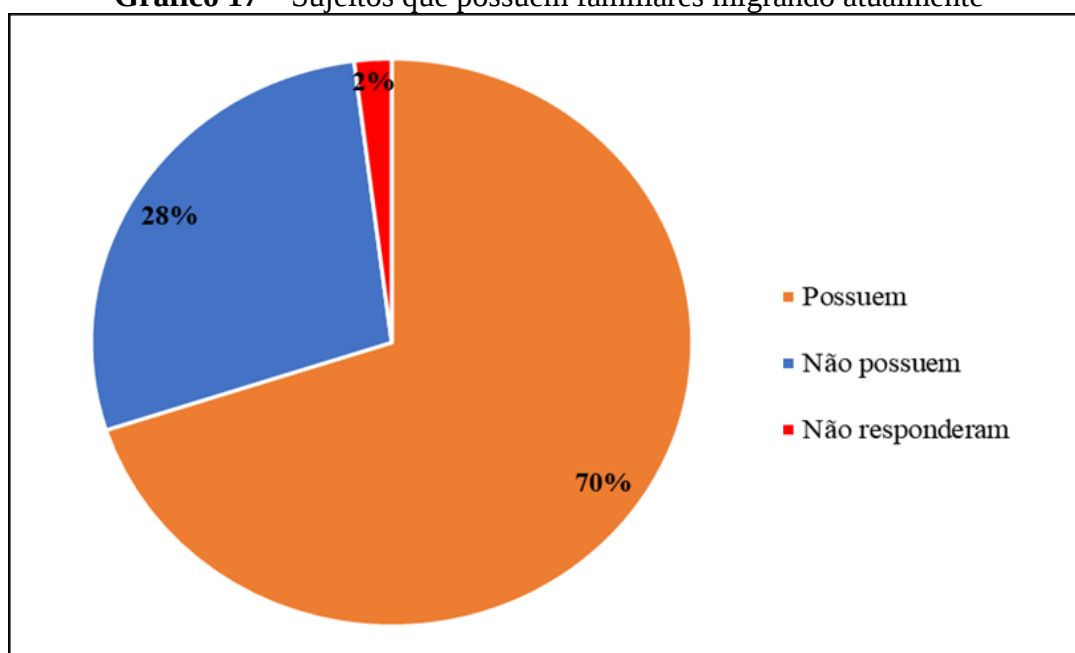
Olha, nos anos 90 a gente aqui, devido as coisas ser muito difícil, não tinha diária de serviço, aí meu pai foi um ano, dois anos, aí eu fiquei de maior e eu fui com ele, trabalhei lá mais ele, aí como eu lhe disse, sempre fui alicerce da casa, foi trabalhando em busca do pão de cada dia, que o meu pai já era idoso, trabalhava pra manter a casa, trabalhava assim no esforço pra manter a casa, mas devido a idade, ele já tava nas últimas, aí eu fui com ele e mantive a casa. Mas antes de eu ir, meu pai ia, meus dois irmãos foram, só que assim, eles foram poucos anos os dois mais velhos, aí eu fui com eles e tô indo até hoje (Entrevista realizada com Júlio, Santa Bárbara d'Oeste, agosto de 2021).

Vale salientar que, além de uma atividade transmitida entre diferentes gerações, a inserção dos jovens nas rotas migratórias para os canaviais de São Paulo ou Bahia, logo que atingem a maioridade, como os casos de Tomaz e Júlio, representam também um ritual de passagem dos jovens para que se alcance a autonomia (WOORTMANN, 1990; MENEZES, 2002; SILVA, 2011).

As falas desses sujeitos se assemelham as de muitos outros entrevistados, para os quais a migração para o corte de cana representa uma estratégia familiar e tem sido seguida por diferentes gerações, como já foi mencionado, demonstrando que a situação de fragilidade socioeconômica de muitas famílias do campo e da cidade em São José de Piranhas, já se arrasta há décadas, e tem favorecido a agroindústria canavieira encontrar nesse lugar um cenário perfeito de precisão, e pessoas dispostas a se submeterem a trabalhos degradantes e exploratórios em prol da reprodução da família.

Foi indagado aos trabalhadores se nos dias atuais possuem outros familiares em atividade nas migrações para o corte de cana. Os resultados estão representados no gráfico 17.

Gráfico 17 – Sujeitos que possuem familiares migrando atualmente



Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

Os dados mostram que a grande maioria dos trabalhadores (70%) possuem outros familiares que também migram para o corte de cana atualmente. Normalmente são parentes próximos como pais, irmãos, tios, primos e cunhados. Os dados mostram que a prática da migração de muitos membros do mesmo grupo familiar continua intenso e que a desestruturação das famílias continua, devido à contínua inserção de novos membros nas rotas migratórias.

É consenso entre os estudiosos que a saída de tantos sujeitos para outras localidades representa, além dos fatores socioeconômicos, o interesse de permanecer junto à família na terra natal. Nas palavras de Menezes (2012b):

Se a migração é um dos canais ou elos que articula a pobre economia dos pequenos municípios da região Nordeste do Brasil a um dos setores mais modernos da economia brasileira, isto é, o setor canavieiro, e isso tem permitido a permanência do grupo familiar nos pequenos municípios, pois se migra para poder ficar (MENEZES, 2012b, p. 132).

Nesse aspecto, a família funciona como estímulo para a partida e para o retorno. É a busca pela sua preservação, por conforto e bem-estar que faz com que esses trabalhadores suportem grandes dificuldades em um ambiente hostil, dentre elas a separação e saudade dos familiares que ficam, como esposas, filhos(as) e pais. Embora não tenhamos indagado sobre as maiores dificuldades, esse fato nos foi relatado indiretamente por grande parte dos sujeitos, e foi elencado como a maior dificuldade por 30 trabalhadores migrantes, em nossa pesquisa monográfica realizada em 2018. A dificuldade da separação dos entes queridos é visível desde o momento da partida, fato que pode ser presenciado e registrado na imagem 6, que mostra a despedida de um migrante de seus familiares, instantes antes do embarque para o município de Itapetininga-SP, em 2018.

Imagem 6 – Despedida entre trabalhador migrante e sua família



Fonte: Pesquisa de campo (2018). Arquivos do autor (2018).

A imagem representa um momento difícil tanto para os sujeitos que partem quanto para os que ficam. Essa separação forçada é responsável por uma grande degradação das relações familiares, pois impacta profundamente na criação dos filhos, nas relações conjugais e impossibilita a participação em momentos familiares, por até nove meses durante o ano. Para Novaes (2009):

Na partida, a separação da família, a saudade. Os sentimentos de perda afloram nos semblantes das mães, das irmãs, das mulheres e dos filhos que ficam. É preciso partir para assegurar a sobrevivência e a preservação da família que fica. A ruptura para preservar a união traz sentimentos contraditórios, mas fazem parte de um mesmo universo (NOVAES, 2009, p. 107).

A degradação das relações familiares ou rupturas a que se refere o autor, foram relatadas pelos entrevistados, como a fala de Miguel que disse “Tô indo para São Paulo de coração partido porque vou deixar meus três filhos esperando por mim (choro)”. Outro relato que chamou atenção foi o de Júlio:

Meu sonho mesmo é arrumar um emprego aqui pra não ficar sete, oito meses longe da minha família, longe de meu filho, de minha esposa, porque eu tenho um filho que vai fazer 18 anos e nunca passei um ano junto com meu filho e nem com a minha esposa, porque como eu lhe falei, sou obrigado a ir todo ano. O período que eu passo mais tempo em casa, seria quando eu chego em dezembro até abril, maio (Entrevista realizada com Júlio, Santa Bárbara d’Oeste, agosto de 2021).

A fala do entrevistado revela o desejo de permanecer na terra natal, pois sente que muitos momentos em família acabam sendo tomados pela necessidade de inserção na única oportunidade de emprego que lhe é possível. As palavras de Júlio não são exceção, pois contemplam muitos dos entrevistados que vivenciam o mesmo, como pôde ser observado na fala de Bento: “O caba perde a metade da vida né da pessoa, longe da família, longe do filho, mais por umas partes é bom né, porque nois tamo ganhando algum dinheiro pra sustentar nossa família, pra não faltar nada dentro de casa”.

Aos que permanecem na terra, no caso das esposas, além dos sentimentos descritos, há a preocupação com os maridos que partem e o medo de que estes acabem se envolvendo com outras mulheres e constituindo outras famílias nos locais de destino e não mais retornando. Quando isso acontece, essas mulheres, abandonadas por seus companheiros, recebem o apelido de “viúvas de maridos vivos” (SILVA e MENEZES, 2010).

Embora tenhamos ouvido histórias sobre essas mulheres, não foram mencionadas durante as entrevistas, ainda assim, durante as conversas com as esposas, algumas demonstraram preocupação com o que os maridos fazem quando estão distantes. Todavia, isso não foi colocado como uma dificuldade, tampouco citado de forma direta.

Para Silva (2011) é fato que essas idas e vindas são responsáveis por muitas redefinições das estruturas familiares, pois muitos relacionamentos são construídos, desconstruídos e reconstruídos. Fica evidente que a migração e a família estão ligadas de forma aparentemente indissociável, alterando a vida de quem parte e de quem fica, e afetando significativamente as relações familiares, desde a formação das famílias, relações de paternidade, conjugais e com os demais membros.

Quanto à importância da família, concordamos com Menezes (1985) ao afirmar que esta exerce papel essencial na reprodução da força de trabalho. Dessa forma, a migração enquanto estratégia de sobrevivência da unidade familiar, é definida pelo próprio desenvolvimento do capitalismo no campo ou na cidade, pois retira total, ou parcialmente, as condições de acesso à terra e ao trabalho, fazendo com que o ato de migrar não seja uma escolha, mas uma necessidade.

2.4 MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS DOS MIGRANTES E SEU GRUPO FAMILIAR

Como mencionado nas discussões anteriores, a migração para o corte de cana em São Paulo e Bahia tem papel muito importante para os trabalhadores e seus familiares, entre outras

coisas, no que tange às mudanças socioeconômicas, fundamentais para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas em seu lugar de origem.

Ao chegar nos locais de destino, os trabalhadores passam a se organizar para que seja possível enviar, mensalmente, dinheiro para os familiares que ficam na Paraíba e que, na grande maioria das vezes, têm esta como a principal fonte de renda. Além disso, passam a guardar o máximo de dinheiro possível e, ao final da safra, acrescenta-se a esse montante os valores referentes ao fundo de garantia, proporcional ao tempo de contrato, além de férias e décimo terceiro, também proporcionais. Esses valores recebidos ao final são referentes a produtividade dos trabalhadores (MENEZES, 2012b). Alguns direitos são recebidos no ato da rescisão, enquanto outros são parcelados e são recebidos nos meses seguintes, quando já estão na terra natal. Sobre a importância desses recursos Guanais (2012) afirma que:

[...] muitas vezes, o “salário advindo da cana” é a única fonte de renda que os trabalhadores rurais e suas famílias possuem. Por isso, o salário recebido ao longo da safra (oito ou nove meses) precisa conseguir assegurar a sobrevivência dos cortadores de cana em suas regiões de destino e a de suas famílias nas comunidades de origem, além de, na maioria das vezes, ter de durar no período da entressafra. Isso faz sentido ao lembrar que, em geral, os cortadores de cana regressam no final do ano para suas terras natais e permanecem alguns poucos meses até a safra agrícola da cana se reiniciar novamente. Durante esse intervalo, é muito importante, para os trabalhadores, poderem contar com uma quantia por menor que seja) de dinheiro guardado (GUANAIS, 2012, p. 229).

Embora pareça óbvio, é importante ressaltar que migrantes casados e solteiros conseguem acumular dinheiro de forma desigual, pois os migrantes casados possuem uma maior responsabilidade sobre o sustento do lar conforme afirma Menezes (2012b):

Para os solteiros, existe a probabilidade de uma “poupança” maior do que a dos casados, pois eles precisam enviar uma parte do salário mensal para a família que ficou nas suas localidades de origem. O valor que enviam, em geral, é o saldo que sobra após os pagamentos das suas despesas como alimentação, aluguel, água e luz, para os casos em que a usina não fornece moradia e divertimentos. Assim, para os trabalhadores-migrantes casados, o dinheiro da rescisão de contrato ao final da safra é, muitas vezes, o único que se conseguirá “levar” para casa (MENEZES, 2012b, p. 126).

A fala da autora está totalmente de acordo com o que nos informaram os entrevistados. Sobre a maior dificuldade em juntar dinheiro, Manoel afirmou que “o caba casado é difícil juntar, você já sobe devendo, e o resto guarda para ficar mantendo a feira vários meses, porque quando chega aqui não tem serviço direto”.

Normalmente a grande maioria desses trabalhadores já sai da terra natal com objetivos traçados para o que fará com o dinheiro ganho na safra. Depois de algum tempo migrando, esses sujeitos passam a gozar de acesso a alguns bens e serviços, os quais lhes eram inacessíveis

antes da migração. Essa renda assume uma considerável relevância como nos disse Alice: “Pra mim é um dinheiro muito importante, porque tudo que a gente conseguiu primeiramente a Deus e segundo ao corte de cana, tudo que a gente comprou, casa, moto, carro foi graças ao corte de cana”. Sobre o acesso a esses bens através do corte de cana, Vilmar falou que:

lá consegue um dinheirinho mais fácil pra realizar algum sonho que a gente tem, comprar uma casa, comprar um carro, acho que o significado para todos que vai para o corte de cana é realizar algum sonho, conquistar alguma coisa que aqui é difícil conquistar (Entrevista realizada com Vilmar, Elias Fausto - SP, setembro de 2021).

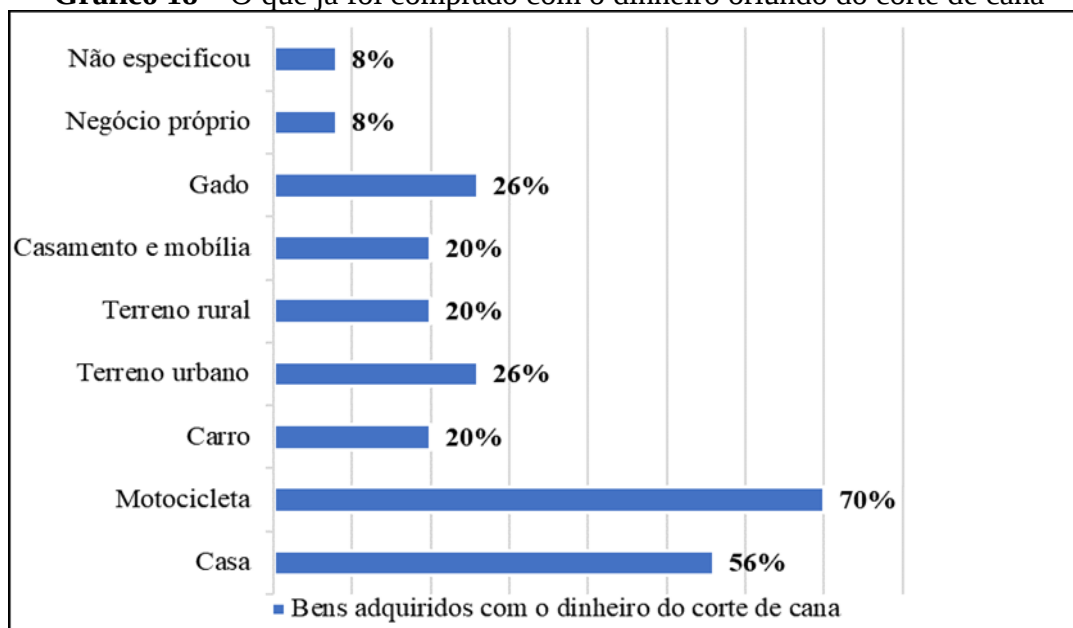
Sobre isso, Gilmar também afirmou que:

Sempre quem vai pra lá tem um objetivo, um sonho a realizar né. Quem vai com vontade de comprar uma motinha, compra uma motinha. Quem vai com vontade de comprar uma terrinha, vai com essa vontade pra trabalhar e comprar, e assim vai. Então a pessoa vai daqui pra lá e tem um sonho né, e sempre é isso aí, sempre tem um sonho e um bicho que reluz lá (Entrevista realizada com Gilmar, Medeiros Neto-BA, agosto de 2021).

Para Nunes, Silva e Cordeiro (2016) a busca pela realização dos objetivos almejados pela migração faz com que esses trabalhadores se esforcem ao máximo para cumprir as exigências das empresas canavieiras, mesmo cientes de que isso pode lhes trazer danos à saúde ou mesmo causar-lhes a morte.

Nesse contexto, evita-se ao máximo retornar antes do tempo, pois além de representar o fracasso, essa interrupção do projeto traz ao trabalhador muitos danos materiais e subjetivos. Do ponto de vista material, o retorno significa a ausência da principal fonte de renda do grupo familiar durante o período da entressafra. Já do ponto de vista subjetivo, elenca-se a quebra das expectativas e da esperança de melhorias de vida por parte do migrante e sua família (ROSA E NAVARRO, 2014).

Sobre o êxito na concretização dos objetivos ao longo das idas e vindas, o gráfico 18 traz o percentual de trabalhadores que conseguiram comprar algo com essa renda e o que foi adquirido.

Gráfico 18 – O que já foi comprado com o dinheiro oriundo do corte de cana

Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

Como é perceptível, a motocicleta é o bem material predominante entre os entrevistados, adquirida por 70% dos sujeitos; seguida por casa (56%); gado e terreno urbano, ambos com 26%; casamento e mobília, terreno rural e carro com 20% e, por fim, a abertura de negócios próprios com 8%, os demais 8% não especificaram.

Muitas dessas aquisições são voltadas para a própria família, dentre elas a casa e os terrenos. Antes da migração muitas famílias pagavam aluguel na cidade ou, no caso dos residentes no campo, eram moradores, ou seja, moravam em casas e terras alheias, fato que mudou com as migrações para o corte de cana, como no caso de Fábio, que afirma: “Sempre moramos no que era dos outros, a gente sempre foi de família pobre e uma família muito grande, depois de viajar consegui comprar um terreno para construir nossa casinha”.

Outro ponto relevante captado nas entrevistas e já mencionado, foi a mudança no estilo e qualidade de vida de muitas famílias, pois em muitos casos, com a compra de imóveis, muitas trocaram o campo pela cidade e passaram a desfrutar de melhor acesso à saúde, educação e lazer. No campo, a compra, construção ou reformas nas casas e pequenas propriedades é algo recorrente. Para grande parte o acesso a móveis e eletrodomésticos, além de serviços como internet, foram bens de consumo mencionados.

No caso da motocicleta, esta se destaca como uma espécie de símbolo para os cortadores de cana. Assim como na pesquisa de Silva (2006) realizada no município paraibano de Tavares, em São José de Piranhas também é comum que no gasto da renda obtida com a primeira migração, não falte a aquisição de uma motocicleta. A compra deste bem, além do um aviso

que esses trabalhadores estão de volta à terra natal, deixa claro que venceram no ambiente hostil dos canaviais.

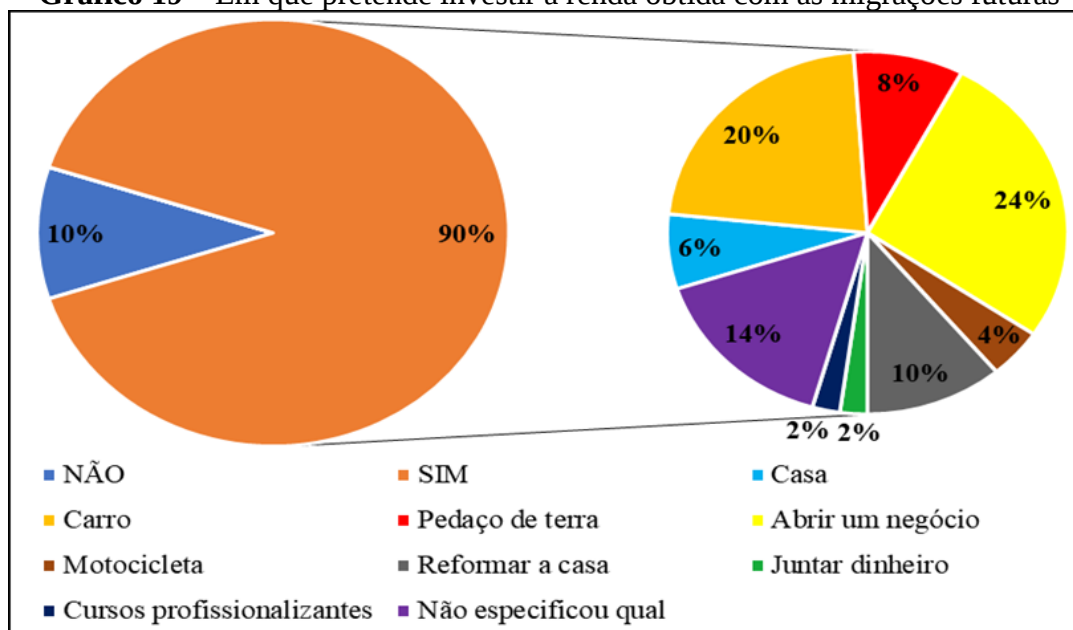
A simbologia da moto está presente até mesmo na entrada dos jovens locais na rota dos canaviais. Isso porque, para os que ficam, a impossibilidade de acesso a esse bem faz com que muitos incorporem aos grupos de migrantes, como foi o caso de Tomaz:

A gente não tem outra opção, que nem por exemplo eu estudava ai parei os estudos tipo por ganancia assim, eu via os outros ganhando dinheiro e eu não tinha o dinheiro de comprar uma moto, coisa e tal assim, ai foi assim que eu não achei outra saída, outra opção, aí caí pra dentro (Entrevista realizada com Tomaz, Piracicaba-SP, julho de 2021, grifo nosso).

A moto, além de tudo, seria um símbolo de masculinidade e virilidade, que substitui o cavalo, antigo símbolo de importância e poder econômico. Esse objeto também serve como um termômetro que destaca os melhores cortadores de cana em relação ao menos produtivos, pois quem tem maior sucesso na safra, tem a possibilidade de comprar motos melhores e mais novas, o que não é compartilhado por todos, visto que muitas vezes outras necessidades da família são mais importantes (SILVA, 2006).

Esse termômetro de sucesso e fracasso no corte de cana não se resume apenas à moto, mas se estende aos outros objetos de desejo. Isso porque o nível dos produtos comprados cria, dentro desse grupo, como bem apontam Menezes e Silva (2007), disparidades de prestígio, pois aqueles que voltam com maior poder de compra, pela lógica, trabalharam mais e, portanto, podem ser considerados campeões de produtividade (NOVAES, 2007). Esse termômetro exerce influência até mesmo nos relacionamentos interpessoais (SILVA, 2006).

Todavia, em uma perspectiva de futuro, alguns “símbolos de sucesso nos canaviais” encontram-se em processo de mudança. A motocicleta, embora ainda muito importante, vai perdendo espaço para outros bens, que passam a ser objetivados com as migrações futuras (gráfico 19).

Gráfico 19 – Em que pretende investir a renda obtida com as migrações futuras

Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

O gráfico mostra que a maioria dos migrantes ainda possui sonhos a concretizar por meio do dinheiro do corte de cana. Alguns pontos presentes no gráfico merecem destaque. O primeiro deles é o fato de que a maioria dos migrantes (24%) planeja abrir algum negócio como borracharias e pequenos bares ou lanchonetes, visando cessar a migração para o corte de cana, o que mostra possuírem estratégias formuladas na esperança de encerrar as idas e vindas para os canaviais.

Outro fator a se destacar é o surgimento da ideia de qualificação profissional, com a intenção de adentrar em outros trabalhos ou mesmo nas atividades mecanizadas da colheita da cana, como afirmou Lúcio: “investi em cursos, fiz cursos de energia solar, fotovoltaico, curso de computação, curso de empilhadeira, retroescavadeira. É eu fiz bastante curso viu! é que me fugiu da mente aqui, mas eu investi bastante em cursos”.

Também merece destaque a busca pela aquisição do carro enquanto principal objeto de desejo, no caso dos migrantes que já possuem moto. O carro é pretendido por 20% dos migrantes, o que mostra que os objetos que servem de termômetro social e econômico vão subindo de nível com o passar do tempo.

Por fim, é fato que o anseio por todos esses objetivos reforça ainda mais a ideia dos estudiosos do tema que acreditam na busca incessante pela permanência na terra natal (MENEZES, 2002). Assim, com a redução constante do tempo de atividade de um migrante cortador de cana, tem se buscado o quanto antes promover melhorias no local de origem.

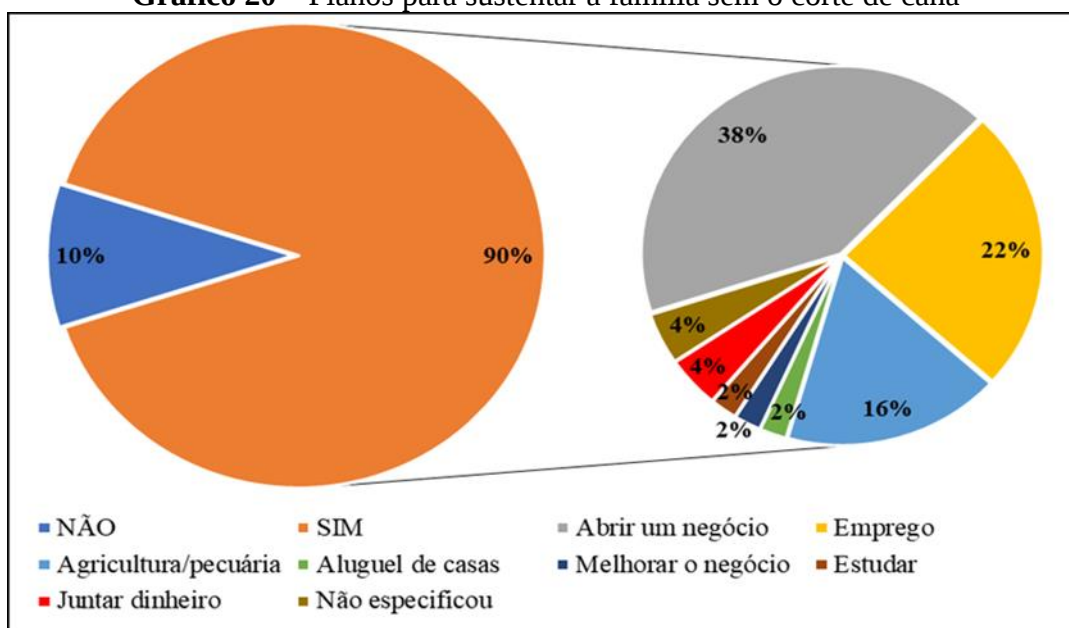
É importante citar que 62% dos migrantes já tentaram alguma estratégia para parar com a migração e obter renda na terra natal. Destacou-se, principalmente, a tentativa de se empregar

nas firmas que chegaram ao município com as obras da transposição do Rio São Francisco. Mesmo com o decorrer das obras, a mão-de-obra local não foi amplamente absorvida, visto que a demanda maior era por pedreiros e ajudantes. Essas empresas traziam consigo muitos funcionários de outras localidades, o que contribuiu para que a grande maioria dos cortadores de cana não conseguisse emprego, tendo que se voltar para os trabalhos disponíveis, geralmente serviços na agricultura. Isso aconteceu com Patrício, que nos disse:

Olha inclusive tem firma direto aqui em São José de Piranhas e não contrata todo mundo. Quando eu chego aqui, boto currículo nas firmas, mas nenhuma me chama, aí eu vou brocar mato, limpar mato, catar feijão quando aparece dia de serviço, aí quando acaba aqui tem que partir pro corte de cana se não a família passa necessidade (Entrevista realizada com Patrício, Capivari-SP, setembro de 2021).

Além da tentativa de se empregar nas firmas, outras possíveis soluções foram indicadas pelos entrevistados para evitar a migração, como: a abertura de algum pequeno negócio, citado por 14%; tentativa de estudar, citada por 4% enquanto 6% não especificaram. Embora melhorias na qualidade de vida das famílias dos migrantes sejam permeadas pela migração, eles têm noção de que é questão de tempo até que o processo de mecanização da colheita da cana dificulte ainda mais o seu ingresso no único nicho de emprego disponível. Dessa forma, indagamos esses trabalhadores sobre como farão para obter renda quando não puderem mais migrar para o corte de cana. As respostas estão expressas no gráfico 20.

Gráfico 20 – Planos para sustentar a família sem o corte de cana



Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

O gráfico mostra que a grande maioria dos trabalhadores, um total de 90%, já tem planos para obtenção de renda quando não puderem mais migrar para o corte de cana. Os 10% restantes

informaram que ainda não têm nada em mente. Das principais pretensões, destaca-se principalmente a intenção de abrir algum negócio (38%). Esse é o caso de Tomaz que nos relatou:

Eu tô pensando em montar uma oficinazinha pra mim sabe, oficina de consertar moto, essas coisas assim, borracharia. Tô fazendo plano, inclusive já tô comprando o material, vou construir um pontinho e vou montar um estabelecimento pra mim aí, se Deus quiser esse ano eu faço (Entrevista realizada com Tomaz, Piracicaba-SP, julho de 2021).

Além do interesse na abertura de um negócio, outros futuros investimentos que mais se destacaram foram a tentativa de conseguir empregos no lugar de origem (22%) e de investir em agricultura e pecuária (16%). Esse desejo nos foi confessado por Matias que disse: “Já tentei colocar uma granja de galinha mais só deu despesa sem retorno, aí agora pretendo mexer com gado leiteiro”.

Mesmo que o desejo de parar de migrar seja compartilhado, ou pelo menos relatado pela maioria dos migrantes, isso ainda é algo para o futuro. A realidade da maioria ainda é a extrema dependência desse trabalho. É através da ida que se sonha e se planeja as futuras melhorias das condições socioeconômicas e a permanência com qualidade de vida mais digna para todos os envolvidos.

Dessa forma, os espaços longínquos do agronegócio canavieiro têm recrutado migrantes em São José de Piranhas, a qual não oferece condições a sua população para que alcancem suas necessidades de vida e dignidade. A migração é, portanto, um fenômeno moldado através dos dois espaços que explicam um contexto estrutural de desigualdade socioespacial. Com isso, nos voltamos ao último capítulo para discutir o lugar de origem e sua relação com os espaços canavieiros nos estados de São Paulo e Bahia.

CAPÍTULO 3 - AS DINÂMICAS LOCAIS E SOCIAIS DAS MIGRAÇÕES TEMPORÁRIAS EM SÃO JOSÉ DE PIRANHAS

As pesquisas científicas que abordam as migrações mostram que o Brasil é um país marcado pelo movimento de correntes migratórias que têm se tornado cada vez mais dinâmicas e complexas. Através desses estudos é possível compreender a grande variedade de motivações que influenciam as migrações na era moderna, devido a fatores naturais, políticos e econômicos. A fluidez das correntes humanas tem sido amplamente influenciada pelo desenvolvimento do capitalismo que, no seu processo de expansão e acumulação, produz e se beneficia das desigualdades socioespaciais.

Logo, neste capítulo, ampliaremos nossa escala de análise, passando a analisar o município lócus desta pesquisa enquanto espaço de difícil reprodução das condições de sobrevivência e de expulsão de trabalhadores para a agroindústria canavieira, na perspectiva de entender a relação de causa e efeito dessas migrações com o espaço local.

Dessa forma, mostramos o quão desfavorável tem sido o espaço local para a classe trabalhadora que é obrigada a buscar a sobrevivência por meio da migração. Mostramos também que, embora existam avanços nas políticas públicas e programas sociais, ainda são insuficientes para manter esses sujeitos com dignidade na terra natal, junto à família. Dessa forma, enquanto lugar de destaque nas migrações, discutimos como esse fenômeno tem impactado as dinâmicas locais de São José de Piranhas.

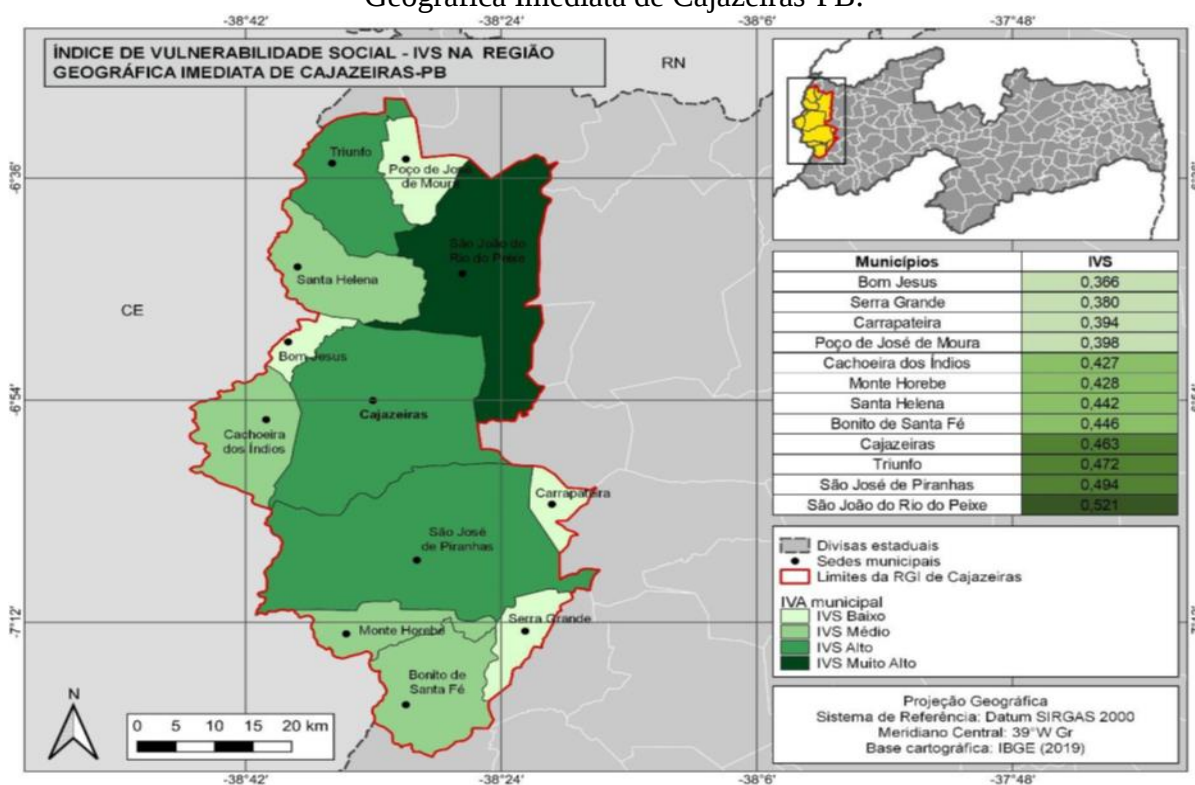
3.1 PRINCIPAIS MOTIVAÇÕES PARA A SAÍDA DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS EM SÃO JOSÉ DE PIRANHAS RUMO AO CORTE DE CANA

O Brasil possui destacada relevância internacional no cultivo da cana-de-açúcar e produção de seus derivados, em especial o álcool etanol. O processo de reestruturação produtiva do setor tornou o estado de São Paulo o maior produtor nacional. Embora tenha grande importância econômica para o PIB do país, o agronegócio canavieiro vem, ao longo dos anos, acentuando mazelas que, historicamente, assolam o Brasil como aumento das taxas de concentração de terras e da degradação do trabalho, enquanto bases necessárias ao desenvolvimento do capital. Vale salientar que os impactos por esse setor não atingem unicamente os espaços onde estão localizadas, mas têm afetado locais longínquos, como o é o caso do município de São José de Piranhas, na Paraíba, que tem fornecido mão-de-obra para esse setor há pelo menos quatro décadas.

Aproveitando-se da situação de fragilidade social de espaços como este, o capital tem encontrado o cenário perfeito de miséria e ausência de oportunidades de acesso à ocupação e renda suficientes para que a população local possa viver de forma digna. Locais onde a necessidade pela sobrevivência tem atuado como formadora de trabalhadores dóceis e extremamente dependentes desses trabalhos, mesmo que degradantes e distantes.

Em pesquisa recente, Silva (2021) fez uma análise de sete variáveis (aspectos demográficos, área municipal, População Economicamente Ativa (total e percentual), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Produto Interno Bruto Municipal *per capita*, Índice de Gini e taxa de analfabetismo) e com isso construiu um mapa do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) dos municípios pertencentes a Região Geográfica Imediata de Cajazeiras, da qual São José de Piranhas faz parte (figura 6) que podemos constatar aparecendo com o segundo maior índice.

Figura 6 – Mapa do Índice de Vulnerabilidade Social dos municípios que compõem a Região Geográfica Imediata de Cajazeiras-PB.



Fonte: Silva, J. L. B. (2021).

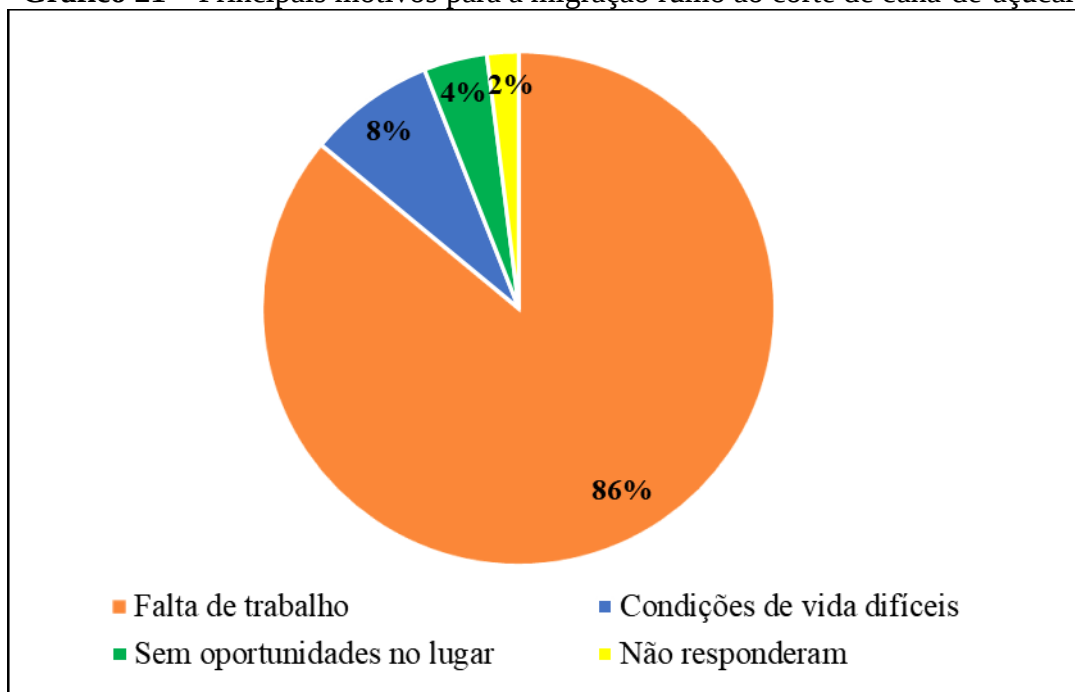
O autor utiliza a metodologia de elaboração do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em que são utilizados pesos equivalentes para todos os indicadores, estabelecendo parâmetros mínimos e máximos padronizando com os valores que podem variar entre 0,0 e 1,0, e quanto mais próximo de 1,0, maior o IVS do município.

Dessa maneira, segundo Silva (2021) os municípios tiveram uma pequena variação entre o menor e o maior IVS, mostrando que este acontece de forma semelhante entre os mesmos. Todavia, por possuir uma maior população, o autor afirma que municípios como São José de Piranhas possuem um maior contingente de pessoas que se enquadram dentro desse índice.

Mesmo que a migração possua múltiplas motivações, nesse município, as questões socioeconômicas se sobressaem quando se trata do corte de cana. Então, munidos pela extrema necessidade, a saída anual de tantos trabalhadores, na grande maioria dos casos, não acontece de forma voluntária, mas sim pela ausência de alternativas. Isso acontece, pois como bem diz Martine (2015) a busca pelo trabalho encontra-se submissa à própria distribuição espacial das oportunidades econômicas, que absorvem essa massa de trabalhadores que se encontra dissipada, por sua vez, de forma desigual, nesse caso, destacamos a agroindústria canavieira paulista e baiana.

Com o intuito de ouvir dos próprios sujeitos sobre as principais motivações para a migração, indagamos o(s) motivo(s) que justifica(m) a constante migração. As respostas estão representadas no gráfico 21.

Gráfico 21 – Principais motivos para a migração rumo ao corte de cana-de-açúcar



Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

Embora as respostas do gráfico tragam pelo menos três itens diferentes, entendemos que todos fazem parte do mesmo contexto. Isso porque as condições de vida difíceis (8%) e a falta

de oportunidades no lugar (4%) estão diretamente ligadas à falta de trabalho (86%), principal motivo elencado pelos trabalhadores.

O trabalho tem importância fundamental para a sociedade, pois é através dele que o ser humano, além de obter os meios financeiros necessários à sua sobrevivência, transforma a natureza e também a si próprio. No entanto, no modo de produção capitalista, o trabalho perde o seu sentido ao passo que não se encontra mais voltado para o desenvolvimento da sociedade e sim para a acumulação de riquezas por uma minoria, através da extração da mais-valia obtida com a exploração da força de trabalho. Nessa perspectiva, Gemelli e Carvalhal (2011) entendem que:

A finalidade do trabalho não é mais determinada pelo trabalhador, da mesma forma que sua relação com a natureza também é estranha, uma vez que a transforma, por exemplo, não para atender às suas necessidades de sobrevivência, mas a necessidade de acumulação do capital, condição paradoxal, visto que para sobreviver na sociedade capitalista existem duas condições: ser dono dos meios de produção, ou vender sua força de trabalho ao dono dos meios de produção (GEMELLI E CARVALHAL, 2011, p. 46).

Nesse contexto, Gaudemar (1977) afirma que o proletário passa a ser explorado pelo capitalismo enquanto mera mercadoria abundante e desprovida dos meios de produção ou de qualquer outra mercadoria que possa ser comercializada, a não ser a sua própria força de trabalho. Esse processo é responsável por produzir uma massa de trabalhadores móveis e subordinados ao capital.

Para que haja a conversão do dinheiro em capital, o dono dos meios de produção necessita de trabalhadores livres em um duplo sentido. Primeiramente ele tem de ser dono de sua própria força de trabalho e, em segundo lugar, não pode possuir outra mercadoria a comercializar que não seja esta, ou seja, não possua qualquer outra opção além da subordinação ao capital (idem). Essa liberdade, por sua vez, possui um duplo sentido:

Liberdade positiva: a força de trabalho é uma mercadoria que pertence, como bem particular, ao trabalhador, que pode dela dispor a sua vontade: o trabalhador é então considerado como ator de sua própria liberdade. Liberdade negativa: o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática, ou vende a sua força de trabalho para viver, ou não vende e morre (Ibid., p. 189-190).

Desprovidos então de outras alternativas, a massa proletária se submete ao capital, aderindo ao assalariamento para sobreviver. Assim, os deslocamentos migratórios de trabalhadores são entendidos por esse autor como sendo a circulação da força de trabalho, que assume o caráter de mobilidade para atender as necessidades do mercado (GAUDEMAR, 1977). Gonçalves (2018), parafraseando Scalabrini (s.a.) afirma que “não seria exagero afirmar

que se as sementes e as aves voam nas asas do vento, os trabalhadores voam nas asas do capital”.

Esse contexto explica bem o fenômeno migratório encorpado por grande parte dos jovens de São José de Piranhas que saem para o corte de cana. A migração, enquanto prática forçada, é perceptível na fala de muitos entrevistados, como Gabriel que disse: “Na verdade nunca foi escolha, foi precisão mesmo, no nosso lugar num tem emprego pra nós, então tem que sair para fora à procura”, ou Elias que disse: “Escolher eu não escolhi esse trabalho, mas onde a gente mora é ruim pra emprego, tem que procurar fora, dependendo do que seja”. Sobre essa dificuldade de encontrar ocupação em São José de Piranhas, Lúcio nos disse:

Entrevistador: Por que você migra para trabalhar no corte de cana?

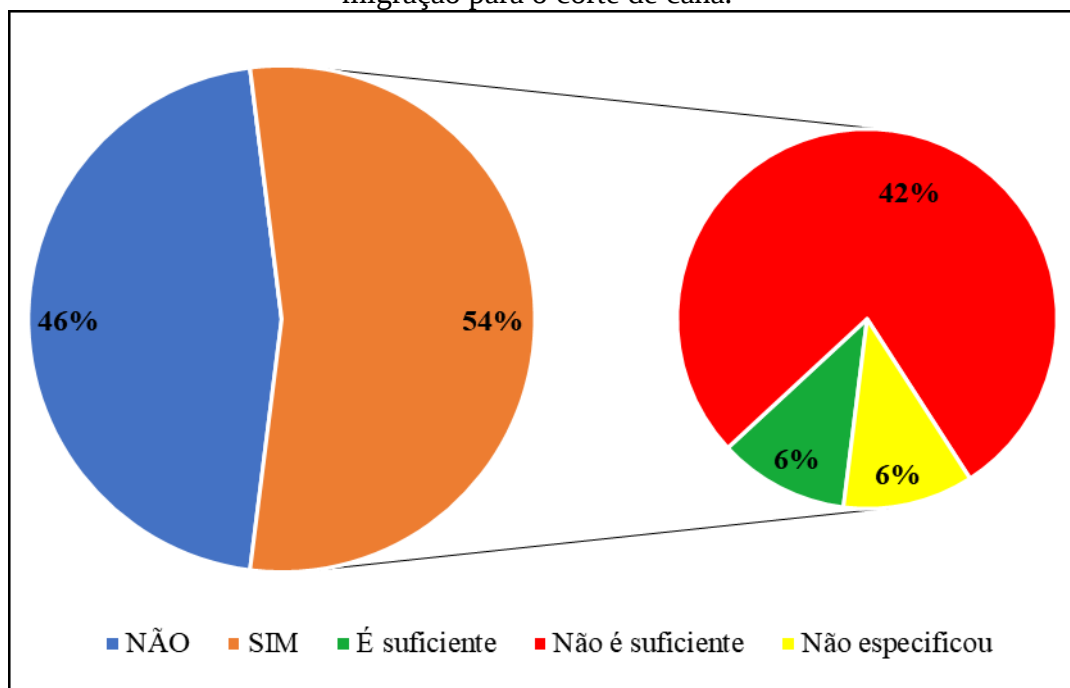
Lúcio: Por falta de serviço na nossa cidade. Cidade pequena, não é desenvolvida, não tem trabalho suficiente pra aquelas pessoas que residem no lugar, os que tem é só de prefeitura, e prefeitura você sabe como é né? só colocam os deles mesmo né? e os concursados. E também tem política pelo meio, aí é complicado. Aí a gente achou essa forma de tá viajando e aqui dá o sustento pra gente e graças a Deus vem dando certo né, embora esteja distante da família é a única forma que a gente tem por enquanto (Entrevista realizada com Lúcio, Itapetininga-SP, junho de 2021).

Como já temos discutido no decorrer desta pesquisa, a falta de ocupação, embora não seja a única, tem sido a principal motivação de saída de fluxos migratórios desse lugar para o corte de cana. Vale frisar que o dinheiro obtido com a migração só assegura um melhor bem estar das famílias durante alguns meses, pois quando chega novamente o tempo da safra, repete-se todo o processo. São muitas vidas regidas pela migração.

De acordo com Novaes (2007) a saída desses trabalhadores não se explica unicamente pela falta de trabalho assalariado, pobreza ou desejo de aquisição de melhorias, muito embora estejam todos imbricados à realidade dos sujeitos. Segundo o autor, soma-se a esses elementos a questão fundiária, que é ainda um problema muito grave a ser resolvido, e que também tem grande influência nas migrações nordestinas. Em nossa pesquisa identificamos que pouco menos da metade reside na cidade, porém, boa parte deles mantêm vínculos com os trabalhos agrícolas, seja através da propriedade de pequenos módulos rurais ou do próprio trabalho no campo. São integrantes de famílias camponesas que têm suas vidas ancoradas à pequena produção familiar que, no entanto, não tem encontrado no campo possibilidades de sustento sem a obrigatoriedade da migração, seja pelo precário acesso a terra ou falta de condições produtivas.

Com o intuito de dimensionar a importância do acesso à terra, questionamos os entrevistados sobre a posse desse bem e, aos que afirmaram possuir, indagamos se ela é suficiente para prover o sustento do grupo familiar sem a obrigatoriedade de migrar (gráfico 22).

Gráfico 22 – Migrantes que possuem terras, e quais podem prover o sustento sem a migração para o corte de cana.



Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

Para a nossa surpresa, os dados mostram que a maioria dos sujeitos possuem acesso à propriedades rurais. Mesmo que em percentual pouco superior, 54% afirmaram possuir propriedades, enquanto 46% informaram ainda não possuir.

Todavia, mesmo os que são pequenos proprietários de terras não encontram nesse bem a capacidade de produção de renda suficiente para sobreviver sem o auxílio da migração. Logo, dos 54% dos proprietários de módulos rurais, apenas 6% afirmaram que seria possível sim sobreviver apenas com a utilização da terra, só que pelo fato de o corte de cana ser mais rentável, mais imediato e também algo mais previsível em relação ao trabalho agrícola local, preferem não arriscar, e assim migram todos os anos. Além disso, a renda obtida com a migração possibilita a esses sujeitos fazerem pequenas melhorias em suas propriedades e também a criação de animais, como rebanhos bovinos, como afirmou Tomaz:

Entrevistador: Você e sua família possuem terras? (Se sim) Elas oferecem condições para que vocês retirem seu sustento?

Tomaz: Sim, nois tem bastante terra, tem cerca de umas 400 tarefas, minha família toda, meus irmãos, meu pai, nois tudo, mas assim, nos vive mais da criação do gado sabe, mas se fosse pra trabalhar com plantação tipo irrigação não creio que dá, devido ser uma terra de carrasco e tal, é mais pra criação de gado sabe, fazer capim, tem água e tudo. Eu creio que se fosse o caso da gente sobreviver tinha como, mas eu viajo assim devido a gente ter tipo uma ambição de a gente conseguir algo maior né, isso é o real motivo de a gente viajar. Mas se não dava pra gente viver por aí mesmo, só não dava pra viver assim como fala o nordestino, bem folgado, mas dava pra sobreviver sabe (Entrevista realizada com Tomaz, Piracicaba-SP, julho de 2021).

Tanto no caso de Tomaz, quanto de muitos outros migrantes que possuem propriedades rurais, a compra se deu através das migrações para o corte de cana como ele mesmo relatou:

Nós começamos do zero como se diz, porque a gente morava a favor, pai trabalhava de meia, renda pros donos de terra sabe, morou acho que com três caras ainda, nós vivia trabalhando na roça, no duro mesmo. A partir do momento que nós fomos pro corte de cana eu e meus irmãos, nós começamos ganhar dinheiro e conseguimos comprar essas areazinha de terra aí e graças a Deus foi onde nós se arranchemos, deixamos nosso pai bem satisfeito, compramos terra, fizemos casa e tudo arranchado graças a Deus (Entrevista realizada com Tomaz, Piracicaba-SP, julho de 2021).

A fala de Tomaz é muito relevante, ao passo que demonstra bem as estratégias de muitos trabalhadores locais as quais se encontram envoltas na migração, revelando também investimentos para o futuro. Através do corte de cana, alguns trabalhadores rurais têm conseguido acessar à terra e deixar, em parte, a condição de posseiro ou meeiro, deixando também a condição de morador para residir em pequenos imóveis próprios, como o entrevistado relatou.

Para os que afirmaram que as terras não ofertam essas condições, as principais afirmações estiveram pautadas no tamanho dos imóveis, que são pequenos, como o caso de Samuel que disse: “Tem terra pouca, num tem como tirar sustento não, aí tem que vir pro corte de cana”, ou o caso de Abdias que afirmou: “A gente possui sim né, é pouca terra, é um arrendinho, mas não dá não viu pra tirar o sustento dela. Se for pra família tirar o sustento dela não dá não”.

Outros fatores que dificultam são a localização dessas áreas em lugares de baixa qualidade produtiva, a imprevisibilidade dos períodos agrícolas, a falta de condições de melhorias nesses terrenos, como perfuração de poços artesianos e montagem de sistemas de irrigação, e também a dificuldade de acesso a créditos agrícolas. O acesso a essas melhorias via de regra custa muito dinheiro, sendo em grande parte das vezes inviável para esses sujeitos, já que são mais restritas ao próprio agronegócio. A insegurança que emana no setor agrícola pode se observada na fala de Lúcio:

Entrevistador: Você e sua família possuem terras? (Se sim) Elas oferecem condições para que vocês retirem seu sustento?

Lúcio: Positivo, a gente tem, só que devido ao clima daí né, não dá pra gente trabalhar só com a terra, então a gente planta um pouco, mas não dá pra investir muito em lavoura não, então a gente tem a terra, mas não trabalha nela não (Entrevista realizada com Lúcio, Itapetininga-SP, junho de 2021).

Os fatores naturais são fortes limitadores desses trabalhadores, como revela a fala do

entrevistado. Somado a isso Novaes (2009) aponta que, além desses desafios, as famílias ligadas à agricultura têm enfrentado dificuldades inerentes ao forte desmatamento, à redução da produtividade da terra e à desvalorização dos produtos oriundos da roça, que têm dificultado a sobrevivência dessas pessoas e aumentado sua dependência nas migrações.

Para estes trabalhadores rurais, possuir terra sem condições de produzir gera uma situação de impotência, como no caso de Vilmar que, mesmo possuindo quantidade considerável de terras no sítio, tem que migrar todos os anos. Nas palavras dele: “A gente tem bastante terra no sítio, mais um ano que nem esse, num tem água e num tendo água a gente num faz nada. Tem poço artesiano mais também não suporta né? Num dá pra fazer muita plantação aí fica difícil”. As falas desses trabalhadores mostram que, além da importância de possuir imóveis rurais, é necessário que existam condições de torná-los produtivos. Essa esperança para muitos está depositada no dinheiro obtido com o trabalho na cana, que embora seja um grande desafio, pode possibilitar essas melhorias, como relatado por Patrik que disse: “o que eu mais quero, quando chegar comprar uma terra boa e começar a plantar, plantio mesmo com água dentro, irrigado”.

O número de trabalhadores que ainda não possuem terra é muito alto, e se com o acesso, ainda que a pequenos imóveis, é difícil permanecer, sem o acesso à terra é ainda mais, para essas famílias residentes ou que trabalham no campo.

Com o intuito de averiguar a questão agrária no município, recorreremos aos dados de uma pesquisa recente de Cover (2015) e complementamos esses dados com informações do portal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os quais estão presentes no quadro 3.

Quadro 3 – Distribuição dos imóveis rurais de São José de Piranhas (1998 – 2021)

Em Hectares	Ano	1998	2003	2009***	2012	2014	2021	% em relação ao total
Menor que 1	Nº Imóveis	20	14	66	68	72	51	2,51%
	Total (ha)	11	8	36	38	41	32	0,05%
De 1 a menos de 2	Nº Imóveis	40	37	71	74	74	74	3,65%
	Total (ha)	54	51	100	104	104	104	0,16%
De 2 a menos de 5	Nº Imóveis	133	131	201	202	220	254	12,54%
	Total (ha)	463	457	692	696	773	918	1,46%
De 5 a menos de 10	Nº Imóveis	194	197	255	282	312	398	19,65%
	Total (ha)	1431	1.434	1.870	2.053	2.274	2.871	4,57%

De 10 a menos de 25	Nº Imóveis	310	320	404	471	515	594	29,33%
	Total (ha)	5.040	5.272	6.668	7.731	8.448	9.747	15,51%
De 25 a menos de 50	Nº Imóveis	231	231	263	291	313	343	16,93%
	Total (ha)	8.173	8.193	9.356	10.310	11.066	12.082	19,23%
De 50 a menos de 100	Nº Imóveis	138	130	147	167	178	191	9,43%
	Total (ha)	9.539	8.812	10.179	11.483	12.322	12.962	20,63%
De 100 a menos de 200*	Nº Imóveis	67	62	74	93*	79*	83*	4,09%
	Total (ha)	8.977	8.242	9.873	13.426*	10.624*	12.228*	19,46%
De 200 a menos de 500**	Nº Imóveis	34	26	35	24**	35**	35**	1,72%
	Total (ha)	1.0343	7.997	10.733	8.191**	10.671**	10.671**	16,98%
De 500 a menos de 1000	Nº Imóveis	2	2	2	2	2	2	0,09%
	Total (ha)	1.194	1.194	1.194	1.194	1.194	1.194	1,90%
Total de imóveis		1.169	1.244	1.518	1.674	1.800	2.025	100%
Total de hectares		45.228	44.384	50.707	55.231	57.521	62.809	100%
*A partir de 2012, o INCRA mudou a classe de área que antes era de 100 a menos de 200 passou a ser de 100 a menos de 250 hectares. ** A partir de 2012, o INCRA mudou a classe de área que antes era de 200 a menos de 500 passou a ser de 250 a menos de 500 hectares. *** A partir de 2010, 295 imóveis foram indenizados em virtude da construção da barragem de Cuncas, parte do Projeto de Transposição do Rio São Francisco. Esta barragem atingirá 52,55 km², que equivalem a 7,76% da área total do município (MI, 2005).								

Fonte: Cover (2015); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA (2021). Adaptado pelo autor (2021).

Os dados do quadro apontam que neste município a maioria dos imóveis rurais possuem tamanho entre 10 e menos de 25 hectares, o que corresponde a 29,33% do número de imóveis e a 15,51% da área total. Ainda segundo o quadro, os imóveis com área inferior a 25 hectares correspondem a aproximadamente 67,70% do número de imóveis, mas representam apenas 21,76% da área total. De acordo com Cover (2015) embora venha havendo uma tímida desconcentração fundiária no município, o aumento do número de imóveis resulta da fragmentação de outros pequenos imóveis enquadrados na categoria de até 50 hectares, por meio de herança, ou compra. Chama-se atenção também para a regularidade do número de imóveis acima dos 100 hectares (ha), destacadamente os de área acima de 500 ha, os quais permanecem inalterados em todo o percurso demonstrado pelo quadro.

Dessa forma, percebemos que o acesso à terra é difícil e vem contribuindo fortemente para uma maior fragilização das famílias ligadas à agricultura e fortalecendo as migrações locais como salienta Cover (2015):

[...] devido a diversos elementos, dentre eles as adversidades naturais e climáticas, há uma concentração de pessoas em pequenas propriedades, o que pode ser um fator de impedimento para que o lote seja suficiente para garantir renda a todos os membros da família. Este pode ser um dos limites a fazer com que membros destas famílias necessitem migrar para garantir a complementação da renda familiar (Idem, 2015, P. 123).

Devido a tantas intempéries, o campo, enquanto espaço economicamente importante para São José de Piranhas, através da produção agropecuária, tem apresentado certa decadência. Isso pode ser constatado por meio da comparação de dados do IBGE (quadro 4) que trazem um panorama dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017.

Quadro 4 – Uso das terras e pessoal ocupado no setor agropecuário em São José de Piranhas (2006 – 2017)

Censo Agropecuário de 2006			Censo Agropecuário de 2017			Variação (%)
Área dos estabelecimentos agropecuários (ha)		38.663	Área dos estabelecimentos agropecuários (ha)		32.668	-15,50
Número de estabelecimentos agropecuários		1.509	Número de estabelecimentos agropecuários		1.671	10,73
Áreas de lavoura	Permanente (ha)	245	Áreas de Lavoura	Permanente (ha)	26	-89,38
	Nº de estabelecimentos	278		Nº de estabelecimentos	82	-70,50
	Temporária (ha)	3.830		Temporária (ha)	1.458	-61,93
	Nº de estabelecimentos	1.284		Nº de estabelecimentos	1.419	10,51
Áreas de Pastagem	Naturais (ha)	6.755	Áreas de pastagem	Naturais (ha)	4.065	-39,82
	Nº de estabelecimentos	792		Nº de estabelecimentos	605	-23,61
	Plantadas (ha)	7.840		Plantadas (ha)	3.247	-58,58
	Nº de estabelecimentos	798		Nº de estabelecimentos	675	-15,41
Pessoas com mais de 14 anos ocupadas em estabelecimentos agropecuários		5.818	Pessoas com mais de 14 anos ocupadas em estabelecimentos agropecuários		4.138	-28,87

Fonte: IBGE (2006; 2017). Elaborado pelo autor (2022).

Os dados do Censo agropecuário de 2017 mostram uma redução na área dos estabelecimentos, em aproximadamente 15%, mesmo que tenha havido um aumento de número, o que resulta em uma redução na média das áreas. Outra informação importante é sobre a grande redução das áreas de lavoura permanente e temporária, mesmo com um singelo aumento do número de estabelecimentos. Isso também mostra uma redução no tamanho das áreas de cultivo do município.

Para Cover (2015) a redução das áreas de lavoura está conectada ao período posterior da decadência da cultura algodoeira, que passou a declinar rapidamente a partir da década de 1980. Segundo pesquisa de Menezes (1985) junto com o algodão eram plantados por exemplo o milho e o feijão.

Outro fator que provavelmente está ligado à redução da área das lavouras temporárias, é a migração de muitos trabalhadores rurais para a colheita da cana-de-açúcar. Segundo Cover (2015) mesmo que seja possível combinar o trabalho na cana e os trabalhos no roçado no lugar de origem, essas famílias que possuem trabalhadores migrantes não têm mais a agricultura como a principal fonte de renda, ainda que não abandonem completamente essas atividades. Consequentemente, a substancial redução das áreas de lavoura temporária, e a redução da centralidade da agricultura para muitas famílias, implicam na redução da necessidade de trabalho na agricultura, o que justifica a redução de 28% de pessoas com mais de 14 anos trabalhando no setor agropecuário do município entre 2006 e 2017. A grande maioria dessas pessoas provavelmente vem da agricultura, haja visto que esta demanda mais pessoas que a pecuária.

Logo, entendemos que esse processo de decadência está fortemente ligado às migrações rurais desse município de uma forma simbiótica, pois a migração e a decadência dos trabalhos agrícolas afetam e são afetados um pelo outro.

Os dados apontam ainda que as áreas de pastagens, tanto naturais quanto plantadas também apresentam reduções em tamanho e número de estabelecimentos, acompanhando a redução de alguns rebanhos importantes, especialmente o bovino que apresentou uma queda de aproximadamente 18%, e uma redução no número de estabelecimentos produtores em 12,66%. Mesmo sendo o setor agropecuário muito importante para São José de Piranhas, os dados comprovam um enfraquecimento do campo, o qual tem a maioria dos estabelecimentos regidos pela agricultura familiar (COVER, 2015). Dessa forma, muitas pessoas ingressam nas diversas oportunidades de migração existentes no local, principalmente para a agroindústria canavieira.

É relevante salientar que muitos dos entrevistados que atuam na agricultura e/ou moram no campo não possuem propriedades, por isso moram, trabalham e colocam seus roçados nas terras de terceiros durante o período da entressafra, como é o caso de Moisés:

A gente só tem casa de morada mesmo e a gente não tem terra que dê pra gente plantar e tirar o sustento dela pra gente sobreviver, então quando a gente fica aí a gente depende de outras terras, então fica quase que um trabalho igual o daqui né, você tem que trabalhar pro outros, por isso que a gente escolhe vim pra cá né, porque a qualidade de trabalho é melhor (Entrevista realizada com Moisés, Elias Fausto-SP, junho de 2021).

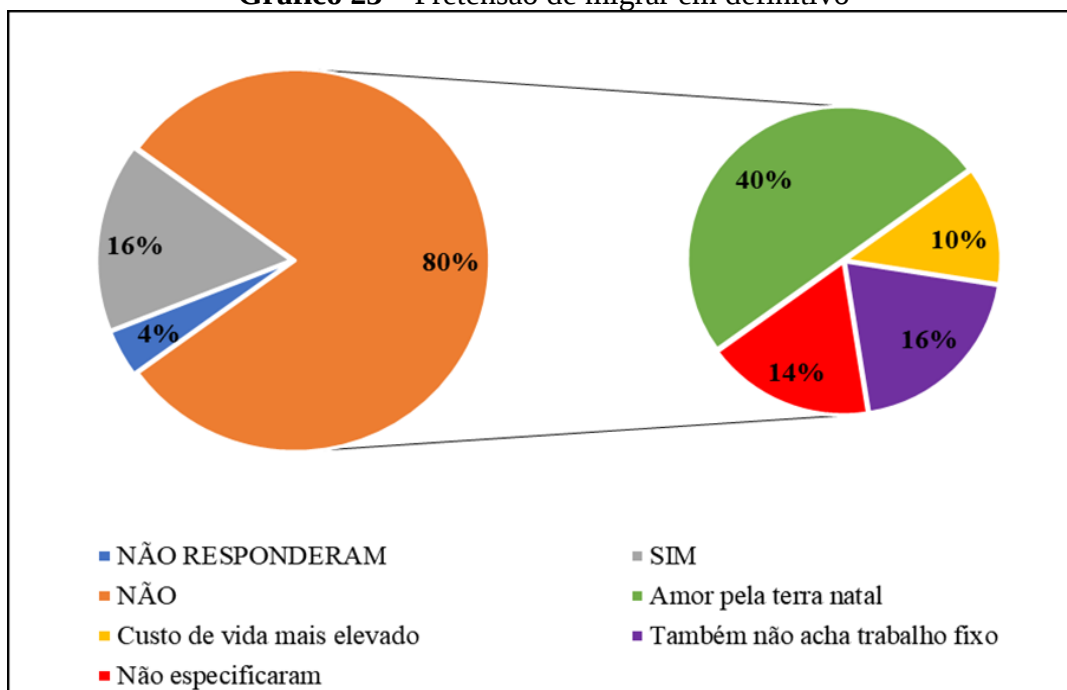
Dentre outras coisas, as palavras desse entrevistado mostram que os migrantes comparam as poucas oportunidades de trabalho na terra natal com o corte de cana e também outros locais. Assim, eles não saem mal informados sobre seus destinos e têm plena noção de

qual é o espaço produtivo mais vantajoso. Logo, é a partir dessas informações que traçam as estratégias, como bem diz Silva (2011, p. 107) “estão, pois, mobilizando o presente e mobilizando-se no presente, sempre a partir dos projetos que tecem para o futuro, bem como de seus horizontes de possibilidade”.

Então, é nesse contexto que a busca pelo acesso à terra passa a ser uma necessidade recorrente para muitos dos 46% dos migrantes que ainda não possuem esse bem, mas acreditam que, através do corte de cana, possam acessar e melhorar as propriedades e assim trabalhar no que é seu, adquirindo não só um bem, mas uma vida mais digna junto à família, sem ter que migrar. Isso foi relatado por alguns entrevistados, como Gilmar, que afirmou:

[...] só tenho minha casinha, e minha família pra dar de conta mas com fé em Deus e Nossa Senhora tô correndo atrás disso, tô andando pra cá (corte de cana) pra mim trabalhar um pouco pra manter a família e justamente pra isso ai, tentar comprar um pedacinho de terra em algum canto que dê pra mim fazer alguma coisa né, pra poder trabalhar dentro dela pra poder manter a família, porque a pessoa não vai passar a vida toda andando pra corte de cana [...]. Igual eu que tô com essa vontade de trabalhar pra ver se mais na frente Deus mostra uma oportunidade de comprar um pedaço de terra, porque o único meio é aqui, lá não dá não. [...] se Deus quiser, no tempo certo de Deus vou conseguir, que é comprar esse pedacinho de terra num canto bom que é pra mim tirar o sustento da minha família nela. Você não vai passar a vida toda andando pra Bahia ou São Paulo né, porque aí vai perder muito tempo longe da família. A pessoa tendo uma condiçãozinha de comprar um pedaço de terra bom, num canto que você se aver nele ai dá certo a luta né? (entrevista realizada com Gilmar, Medeiros Neto-BA, agosto de 2021, grifo nosso).

O desejo de aquisição desse bem reafirma, entre outras coisas, o interesse de permanecer no município, que foi expressado na maioria das entrevistas (gráfico 23) pois as relações com o lugar onde nasceram, cresceram, e construíram toda sua vida é, também, um dos motivos importantes que justificam o retorno. O lugar de fora é alheio, diferente de sua terra natal, haja visto que todos os migrantes entrevistados nessa pesquisa nasceram e residem até os dias atuais no município.

Gráfico 23 – Pretensão de migrar em definitivo

Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

Conforme mostra o gráfico acima, apenas 16% dos entrevistados expressam o desejo de residir em outro lugar, com a condição de que obtivesse algum trabalho fixo, enquanto 4% deles não responderam. A grande maioria (80%) informou o desejo de continuar retornando à terra natal, enquanto ainda atuarem no corte de cana-de-açúcar.

Segundo os mesmos, outros locais só servem para trabalhar, não para morar. Afinal, é em sua terra natal que moram a maioria dos seus familiares e onde estão marcadas as suas lembranças, vivências, sua cultura e suas raízes, como nos relataram Bento e Lúcio:

Entrevistador: Tem pretensão migrar em definitivo dessa vez ou futuramente? Por quê?

Bento: Rapaz, plano eu não tenho não, porque a maioria da minha família mora toda aí, maioria dos meus irmãos, minhas irmãs moram todos em São José de Piranhas, só alguns que moram fora, más por enquanto eu tô pretendendo ficar aí mesmo no meu lugar, que a pessoa já é acostumado e tudo (Entrevista realizada com Bento, São José de Piranhas, junho de 2021).

Já Lúcio, expressa em suas palavras o amor pela sua terra natal, como sendo o lugar onde deseja continuar a construir sua vida. Sobre a possibilidade de deixar o município de forma definitiva ele diz:

Não, Deus me livre. A terra da gente é muito importante, as raízes da gente. Tem que viver onde a gente nasceu, assim na minha opinião né. Eu quero viver por aí, morar aí, construir minha família por aí mesmo. Fora é só pra ganhar dinheiro mesmo (Entrevista realizada com Lúcio, Itapetininga-SP, junho de 2021).

A fala dos dois entrevistados demonstra a importância do lugar de origem, pois ele faz parte de quem são, de sua própria formação e identidade e também de costumes, em que já são familiarizados com os modos de vida.

Essa relação do sujeitos com o lugar é muito discutida no âmbito da Geografia. Uma de suas vertentes muito importante para a discussão do lugar é a corrente Humanista que encontra-se pautada na fenomenologia e no existencialismo e tem autores como Yi-Fu Tuan, Susanne Langer, Anne Buttimer, Edward Relph, dentre outros, como algumas de suas principais referências. Essa corrente busca debater essa categoria de análise em uma escala micro, com discussões que propoem entender o lugar através da experiência cotidiana dos sujeitos, do simbolismo e da relação afetiva pelo lugar (RODRIGUES, 2015). Segundo Silva (2019, p. 115) “Sob essa perspectiva, as relações subjetivas entre a percepção e representação dos sujeitos para com seus espaços vividos estão intimamente ligadas com seus sistemas de crenças e condições de vida”.

Embora concordemos que as relações entre sujeito e lugar sejam importantes na construção dos laços e identidades, entendemos que esse pensamento, por si só, não é suficiente para explicar o papel do lugar no contexto migratório, bem como ampliar a discussão sobre os motivos de saída e retorno de trabalhadores migrantes, que partem de São José de Piranhas para o corte de cana. Dessa forma, buscamos também embasamento pelo viés da análise da Geografia Crítica, sem no entanto desconsiderar as contribuições da Geografia Humanista.

A Geografia Crítica que tem autores como Milton Santos e David Harvey, como alguns de seus principais expoentes, analisa o lugar enquanto componente de uma totalidade dentro do processo de globalização. Os pensadores dessa corrente geográfica buscam analisar o lugar levando em consideração as relações que são estabelecidas entre o local e o global. Esses pensadores críticos apresentam uma “visão que considera os lugares como nós de interação das redes social, econômica e política global, nas quais os lugares são manifestações locais de macroprocessos econômicos ao invés de emergirem de um contexto histórico específico” (RODRIGUES, 2015, p. 5.042).

Para Carlos (2007) o lugar não pode ser considerado como autônomo, mas sim como componente de uma totalidade espacial, a qual é unida por meio da divisão territorial do trabalho. A autora faz uma abordagem dessa categoria levando em conta o processo de globalização. Para ela, o lugar é específico e global ao passo que:

[...] o desenvolvimento técnico e científico aplicado à produção, desenvolvimento do mercado mundial e das empresas multinacionais, longe de anularem o espaço, permitem sua mundialização pois, os mecanismos espaciais repousam na justaposição

entre o local, o regional e o nacional e, nesse sentido, o espaço inteiro torna-se o lugar da reprodução, que se realiza tendo como pano de fundo o mundial que se sinaliza nas tendências pela atenuação das fronteiras nacionais e na constatação de que o local se torna global e o global se localiza no lugar (CARLOS, 2007, p. 29).

O processo de globalização acarreta o que a autora chama de “guerra dos lugares”, em que os investimentos econômicos se encontram no centro do interesse. Nessa perspectiva, os lugares acabam sendo hierarquizados pelos interesses expressos na ação dos interesses locais, do Estado e das multinacionais (Idem).

A partir da análise crítica podemos compreender que o lugar não pode ser explicado unicamente pelas relações de pertencimento e afetividade, mas também pelo papel em que estão inseridos no contexto da globalização. Isso porque o espaço não é homogêneo e sim amplamente desigual, assim como os lugares, os quais assumem papéis diferenciados entre si, e têm no capital e outros agentes hegemônicos como o Estado, alguns dos principais modeladores dessas funcionalidades.

Com isso, entendemos que os deslocamentos espaciais de migrantes canavieiros em São José de Piranhas acontece em uma eterna relação de expulsão/atração em ambos os lugares de origem e de destino, isso porque tanto o município de origem quanto os municípios canavieiros fazem parte de grandes engrenagens do capital, atraindo e expulsando os migrantes, de acordo com os interesses e necessidades do modo de produção. Logo, o trabalhador migrante aqui estudado tem mais importância para o capital em momentos específicos como o período da safra, mas com o fim dela ele perde importância nos espaços canavieiros, então este sujeito é “liberado” para retornar à sua terra, voltando para os espaços canavieiros apenas quando sua presença seja mais lucrativa. Ambos os espaços, embora distantes, fazem parte de uma totalidade e se encontram intimamente interligados.

Dessa maneira, as perenes condições de vida e sobrevivência defasadas nesse município, assim como em outros lugares que enviam trabalhadores à agroindústria canavieira, contribuem para a existência de um lugar materializado pela migração constante de seus naturais. É claro que, embora tenha ocorrido alguns avanços socioeconômicos, têm sido insuficientes para cessar os processos migratórios e promoção de condições dignas de vida das populações locais. Há uma evidente necessidade de se repensar políticas públicas e a reformulação de programas sociais para que sejam alcançadas melhorias mais significativas nesse cenário. Dessa forma, no próximo item, faremos uma análise dos programas sociais e políticas públicas que contemplam esse município e sua importância, suas fragilidades e possibilidades.

3.2 POLÍTICAS SOCIAIS, TRANSFERÊNCIA DE RENDA E MIGRAÇÕES

Segundo Cover (2015) os primeiros programas de transferência de renda foram implantados no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) os quais foram o Bolsa Escola, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Benefício de Prestação Continuada (BPC), Vale Gás, Bolsa Renda e Bolsa Alimentação. Muitos desses programas foram melhorados, alguns unificados e alguns novos foram criados nos governos posteriores: Lula (2003 – 2010) e Dilma (2011 – 2016) e, mais recentemente, algumas mudanças vem ocorrendo durante o governo Bolsonaro (2019 – até o presente).

De forma simplificada, podemos entender os Programas de Transferência de Renda como sendo ações implementadas pelo Estado direcionadas a apaziguar as desigualdades produzidas pelo sistema socioeconômico, através da partilha de benefícios sociais. Esses programas fazem parte das chamadas políticas sociais, por estarem destinadas diretamente à proteção social e, por sua vez, serem componentes de uma esfera ainda maior, que são as políticas públicas (SILVA, 2019).

No Brasil, uma grande verba é destinada aos programas de transferência de renda. De acordo com o Portal da Transparência, no ano de 2021 mais de R\$ 150 bilhões foram direcionados a proteção social através desses programas, sendo que mais de 37% desse valor foi direcionado ao programa Auxílio Emergencial, criado com o intuito de amenizar os impactos provenientes da pandemia de Covid-19. Assim, o panorama da implementação e aprimoramento de políticas de transferência de renda vem contemplando grande parte da população brasileira, sendo imprescindível para as famílias auxiliadas e seus municípios.

Nesse cenário, elencamos a população e o município de São José de Piranhas que tem esses recursos como essenciais para sua população e para o PIB local. Nesse município, diversas são as políticas sociais de transferência de renda atuantes, como o BPC, Garantia Safra, Seguro Defeso, aposentadorias, e, principalmente, o Auxílio Brasil, antigo Bolsa Família. Somado a esses, o programa Auxílio Emergencial, que vem contemplando muitas pessoas desde o início da pandemia.

Dessa forma entendemos que analisar esses benefícios ajuda a compreender a situação socioeconômica da população local, pois, segundo França (2015) não existe maneiras de desassociar os programas de transferência de renda da questão da pobreza. Essa condição é considerada por Yasbek (2012) como sendo fruto da questão social que é agravada pelos fatores econômicos de acumulação do capital, responsável por uma forma desigual de distribuição da riqueza.

França (2015) entende que a pobreza não é, portanto, algo natural, mas sim um fruto das próprias relações sociais. Essa condição não se dá apenas no aspecto econômico, mas também político, social e cultural, o que caracteriza a pobreza como um fenômeno multidimensional, estrutural e socialmente construído.

Dessa forma, os programas sociais de transferência de renda não devem ser desprezados ou desconsiderados, pois embora insuficientes e falhos, eles têm contribuído para que boa parte da população em estado de maior fragilidade social consiga acesso a alguns elementos básicos de sobrevivência como alimentação e até mesmo sair da condição de pobreza extrema. Logo, nesse município, um grande percentual da população é contemplado por esses programas, como pode ser analisado na tabela 5.

Tabela 5 – Dimensão dos programas de transferência de renda em São José de Piranhas exceto previdência social (2018 – 2021).

VARIÁVEIS	2018	2019	2020	2021
Verba total (R\$)	12.348.751,83	16.950.245,97	50.076.579,58	22.101.106,27
Número total de beneficiários	4.413	4.613	12.748	7.731
Media total por favorecido (em R\$ por ano)	2.798,27	3.674,45	3.928,19	2.858,76
Percentual total de população contemplada	23,11%	24,16%	66,76%	40,48%

Fonte: Portal da Transparência (2022). Elaborado pelo autor (2022).

Os dados disponibilizados pelo Portal da Transparência mostram que esse município recebeu aproximadamente R\$ 102 milhões em programas de transferência de renda entre 2018 e 2021, sem contar com a previdência discutida mais adiante. É claro que esse número tão expressivo se deve muito em função do período da pandemia do Covid-19, em que foi implantado o Auxílio Emergencial que direcionou, para esse município, mais de R\$ 36 milhões entre 2020 e 2021, chegando a contemplar até 43% da população municipal no ano inicial. Todavia, mesmo sem esse programa, verifica-se que as verbas governamentais direcionadas a esse lugar são amplamente expressivas e abarcavam quase 25% da população antes do início da pandemia.

Trazemos adiante um panorama individual dos programas sociais de transferência de renda que abarcam esse município, buscando ter uma noção de sua dimensão e do perfil dos beneficiados.

Dentre os programas que beneficiam a população de São José de Piranhas, o mais abrangente é o antigo Bolsa Família, atual Auxílio Brasil. O Programa Bolsa Família foi criado

através da lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004, como resultado da fusão de outros programas já existentes (Auxílio Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação). Segundo a referida lei, esse programa era direcionado às famílias que se encontrassem em situação de pobreza (com uma renda mensal per capita entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00) e extrema pobreza (com renda mensal per capita de até R\$ 70,00).

Todas as famílias em situação de extrema pobreza podiam participar, enquanto aquelas em condição de pobreza poderiam participar caso possuíssem membros de até 17 anos de idade. Os valores do benefício não eram iguais para todas as famílias, pois levavam em conta a condição de pobreza e a composição da mesma. Os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) expostos na tabela 6, mostram a abrangência do programa neste município, no período compreendido entre 2018 e 2021.

Tabela 6 – Programa Bolsa Família em São José de Piranhas (2018 – 2021)

BOLSA FAMÍLIA*	2018	2019	2020	2021
(verba anual)	9.740.928,00	9.749.889,00	9.619.022,00	7.951.368,00
Total de Pessoas contempladas	3.531	3.271	3.039	2.989
Média por beneficiário (em R\$ por ano)	2.758,69	2.980,71	3.165,19	2.660,21
Percentual de População contemplada	18,49%	17,13%	15,91%	15,65%
* Atual programa Auxílio Brasil				

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social (2022). Elaborado pelo autor (2022).

Os dados apresentados na tabela acompanham o padrão histórico de pessoas beneficiadas pelo programa no município que, segundo o MDS, teve o menor número de pessoas beneficiadas em 2008, com 2.672 pessoas e a máxima de 3.572, em 2013. Na maioria dos anos, esse número de pessoas esteve acima de três mil beneficiários mensais.

No fim de 2021 o programa Bolsa Família foi substituído pelo programa Auxílio Brasil, criado pelo Governo Federal através do Decreto nº 10. 852, no dia 8 de novembro de 2021 e instituído pela lei nº 14. 284 de 29 de dezembro de 2021, como componente integrante das políticas públicas para assistência social, educação, saúde, emprego e renda. O valor mínimo do novo programa é de R\$ 400,00 por família e, embora não tenhamos os dados sobre os sete primeiros meses de 2022, o Portal da Transparência mostra que no mês de julho de 2022 foi destinado para o pagamento deste benefício, em São José de Piranhas, um total de R\$ 1.344.445,00 que contemplou 3.512 pessoas, o que corresponde a pouco mais de 17% da população atual. Esse benefício é pago à mulher como forma de inclusão e destaque a figura feminina, e quando não há, é pago para o homem. Muitas destas famílias que possuem membros

contemplados por esse programa, possuem em sua composição, trabalhadores migrantes do corte de cana que têm nesse dinheiro uma grande ajuda para o complemento da renda.

Um segundo programa que contempla o município, segundo o Portal da Transparência, é o BPC. De acordo com o Ministério da Cidadania, esse Benefício está previsto na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e contempla idosos com idade igual ou superior a 65 anos ou pessoas com deficiência de qualquer idade. Para as pessoas com deficiência, a sua condição tem de ser causadora de impedimento de natureza sensorial, física, mental ou intelectual por pelo menos dois anos de forma que a impeça de atuar de forma integral e igualitária no meio social.

Esse benefício não é considerado uma aposentadoria e não necessita de contribuição previdenciária. Também não paga 13º salário ou deixa pensão pós morte. Para ter direito ao BPC, leva-se em consideração a renda per capita da família, que tem de ser igual ou inferior a 25% do valor do salário mínimo.

Segundo o portal da Transparência, no ano de 2021, São José de Piranhas teve 425 pessoas beneficiadas, o que equivale a 2,23% da população local, com uma média de renda anual por beneficiário de R\$12.436, 61.

Um terceiro programa de transferência de renda que contempla esse município é o Seguro Defeso, ou popularmente conhecido como “seguro pesca”. Esse benefício foi criado através da lei 10.779 de 25 de novembro de 2003 e, segundo o Ministério do Trabalho e Previdência, é um benefício de seguro desemprego solicitado por pescadores artesanais ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) durante o período de Defeso, ou seja, durante o período em que ficam impedidos de exercer a atividade pesqueira devido a necessidade de preservação das espécies, como o período de reprodução, mais conhecido como piracema.

Esse benefício é um dos mais regulares em São José de Piranhas, pois a interrupção da pesca artesanal profissional em prol da preservação das espécies é uma necessidade anual. O portal da Transparência disponibiliza dados detalhados do período compreendido entre 2018 e 2022 (tabela 7) que mostram um panorama desse benefício no município.

Tabela 7 – Panorama do Seguro Defeso em São José de Piranhas (2018 – 2022)

SEGURO DEFESO	2018	2019	2020	2021	2022
(verba anual em R\$)	2.607.823,83	2.331.021,07	3.117.459,29	4.387.649,72	3.799.016,00
Total de Pessoas contempladas	882	907	994	1.129	1.088
Média por beneficiário (em R\$ por ano)	2.956,72	2.570,03	3.136,28	3.886,32	4.195,45
Percentual de População contemplada	4,62%	4,75%	5,21%	5,91%	5,70%

Fonte: Portal da Transparência (2022). Elaborado pelo autor (2022).

O valor desse benefício corresponde a três salários mínimos que são pagos em três parcelas, geralmente entre dezembro e fevereiro do ano seguinte. Em São José de Piranhas o açude de Engenheiros Ávidos possibilita essa atividade. Além deste, existe a possibilidade de que, futuramente, esta atividade passe a acontecer também nas grandes barragens criadas pelo projeto de Transposição do Rio São Francisco, mas por enquanto isso é apenas uma possibilidade futura, ainda não existem projeções. Como mostra a tabela 7, o ano de 2022 contemplou 1.088 pessoas, o que equivale a 5,70% da população municipal, dos quais muitos são também migrantes canavieiros estudados nesta pesquisa, conforme veremos mais adiante.

Outro programa muito importante é o Garantia Safra. Este foi criado através da lei 10.420 de 10 de abril de 2002 e destina-se a agricultores de baixa renda que venham a sofrer perdas agrícolas iguais ou superiores a 50% de sua produção de algodão, mandioca, feijão, arroz, milho ou outras culturas de convivência com o Semiárido, em decorrência da estiagem ou excesso hídrico. A tabela 8 traz alguns dados referentes a esse programa, obtidos através de pesquisa de Cover (2015) e do Portal da Transparência.

Tabela 8 – Programa Garantia Safra em São José de Piranhas (2010 – 2022)

ANO	Nº DE BENEFICIÁRIOS	VERBA TOTAL (R\$)
2010	873	636.650,00
2011	636	95.400,00
2012	624	251.100,00
2013	1029	1.003.110,00
2014	773	488.610,00
2015*	746	372.670,00
2016*	679	478.720,00
2021	165	140.250,00
2022	93	79.050,00

*O número de beneficiários desses anos não está disponível no Portal da Transparência, o qual disponibiliza apenas a verba total e mensal destinada ao município. Logo a estimativa aproximada do número de beneficiários foi obtida através da divisão da verba mensal pela quantidade de parcelas individuais.

Fonte: Cover (2015). Portal da Transparência (2022). Elaborado pelo autor (2022).

A tabela mostra que, durante sete anos consecutivos, uma verba significativa foi destinada a esse município, muito em função de períodos de estiagem no Sertão Paraibano (COVER, 2015). Com isso, os agricultores, e suas famílias, inscritos no programa tiveram direito ao benefício, que é de R\$ 850,00 por agricultor, dividido em cinco parcelas mensais de R\$ 170,00. O Portal da Transparência não disponibiliza os dados referentes aos anos anteriores a 2010. Os dados mais recentes apontam uma redução das verbas e do número de beneficiários, muito por causa da redução das estiagens e, conseqüentemente, das perdas agrícolas nos últimos anos. Embora não tenha sido citado pelas entrevistadas, acreditamos que muitas famílias de

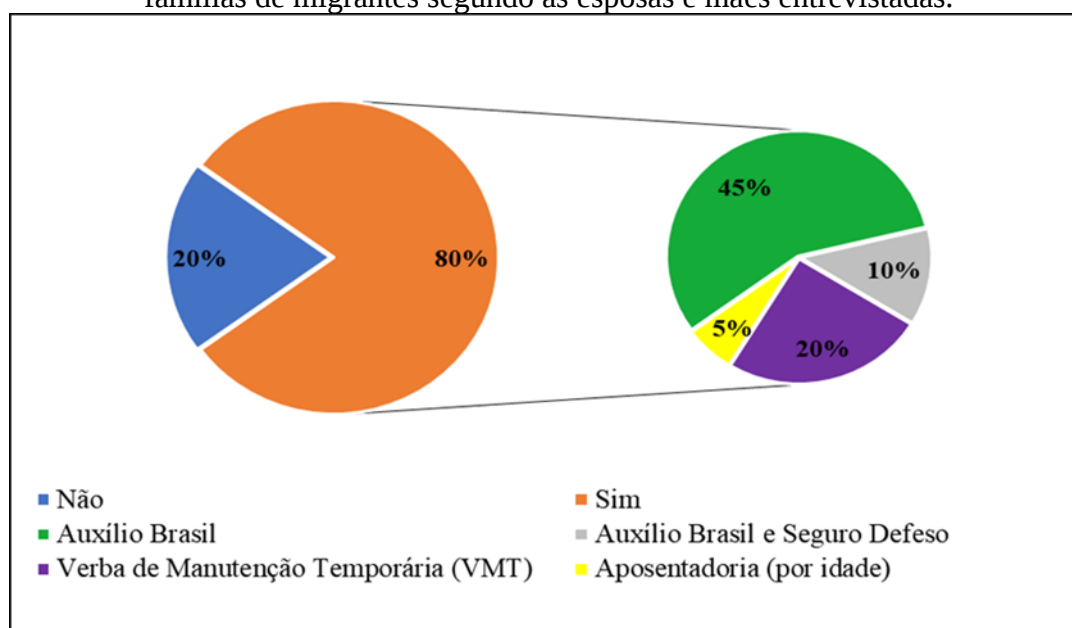
migrantes canavieiros também são beneficiadas por esse programa, haja visto que a maioria delas atuam na agricultura familiar.

Voltamos a reafirmar que para um município tão afetado por barragens da obra da Transposição do Rio São Francisco, abrem-se muitas possibilidades para o futuro, basta que sejam pensadas formas de beneficiar a produção agrícola e a pesca das diversas famílias que atuam na terra.

Outra fonte de renda relevante é a de origem previdenciária, mais especificamente as aposentadorias, sejam por idade, invalidez, ou tempo de contribuição, além das pensões por morte e auxílios, os quais contemplaram, no ano de 2021, um total de 4.662 pessoas, dos quais 1.308 são residentes da cidade e 3.354 são residentes no campo. O Portal da Transparência mostra que os benefícios previdenciários abrangem, aproximadamente, 22,84% da população total do município, o que permite acreditar que a maioria das famílias locais possuem algum membro beneficiário do INSS. Apenas as aposentadorias somam 3.418 beneficiários, sendo que, por idade, são 2.676.

Esses têm sido, ao longo dos últimos anos, os principais programas de transferência de renda que contemplam a população de São José de Piranhas. Esses recursos abrangem um grande contingente da população em maior estado de fragilidade social e abarcam boa parte das famílias de migrantes canavieiros (gráfico 24) mostrando que a maioria destas famílias se enquadram nas condicionalidades de pobreza que requerem a incorporação dessa renda.

Gráfico 24 – Programas sociais de transferência de renda que contemplam as famílias de migrantes segundo as esposas e mães entrevistadas.



Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

Os dados comprovaram que pelo menos 80% das famílias dos migrantes são contempladas por programas de transferência de renda. Houve quatro fontes de rendas, citadas pelas mulheres entrevistadas, sendo: Aposentadoria; Seguro Defeso; Verba de Manutenção Temporária (VMT) e, principalmente, o Programa Auxílio Brasil. Provavelmente essas famílias também foram contempladas pelo programa Auxílio Emergencial e Garantia Safra, mas como só colhemos dados referentes a 20 famílias, estes outros não foram captados. Também não foi informado o recebimento do BPC.

No tocante ao VMT, trata-se de um auxílio destinado apenas às famílias impactadas pelas obras da transposição do Rio São Francisco. Essa verba corresponde a um salário mínimo mensal para as famílias deslocadas pelas obras, que passou a ser paga com a saída dessas famílias de suas antigas residências e se estenderão até que sejam entregues os lotes de terra irrigado com a água da própria transposição.

Essas fontes de renda são muito importantes para a população local e, embora haja muitos avanços socioeconômicos, sua eficácia é questionável. Em conversas com as esposas e mães dos migrantes, percebemos que essa renda é um complemento ao dinheiro obtido com o corte de cana, não sendo suficiente para a permanência dos migrantes no município. Os próprios migrantes também relatam a ineficácia desses programas de transferência de renda, como é o caso de Marcelo:

Aqui a opção é pouca, não tem emprego, não tem uma firma que empregue ninguém, então não é uma escolha, nós somos obrigados a viajar. E não é que eu não tenha coragem para trabalhar, porque quem vai pro corte de cana tem coragem, mais o negócio é que aqui você é obrigado a ficar em casa parado sem fazer nada porque não tem emprego e o que trabalha não ganha de futuro. O lugar não favorece, o próprio governo se for analisar não investe no estado para gerar emprego, aí fica dando auxílio, essas coisas, é mixaria. Não dá para manter uma família, o povo se ilude com isso (Entrevista realizada com Marcelo, São José de Piranhas, junho de 2021, grifo nosso).

A fala do entrevistado revela uma grande consciência política. Embora o estado que ele se refere seja a Unidade Federativa da Paraíba, ele levanta a discussão sobre a carência de investimentos por parte do governo na geração de oportunidades à classe trabalhadora. Chama atenção também para o papel dos programas de transferência de renda, que além de insuficientes, têm a função de apenas apaziguar o descontentamento com a situação em que se encontram as classes mais exploradas e esquecidas da sociedade.

Essa noção é compartilhada por muitos autores que discutem a relação entre políticas sociais, capitalismo e Estado, não apenas enquanto Unidade Federativa, mas em seu sentido

mais amplo que Rodrigues (2013, p. 17 *apud* SILVA, 2019, p.7) entende como sendo um “conjunto de instituições públicas que envolvem múltiplas relações com o complexo social num território delimitado”. Nessa perspectiva, autores como Silva (2019); Silva, Maciel e Barbosa (2018) e Becker (2014) entendem que existe uma ligação muito íntima entre Estado e capital e que as políticas públicas sociais e, conseqüentemente, os programas de transferência de renda anteriormente abordados, ainda que beneficiem grande parte da população pobre, são dotadas de intencionalidades em prol da preservação dos interesses das classes dominantes.

Para Becker (2014) o Estado anda de mão dadas com o capitalismo, tendo como principal função garantir a concretização dos interesses desse sistema econômico. Sendo assim a autora afirma que:

[...] o Estado se reorganiza conforme a necessidade gerada por um determinado modo de produção, pois suas características essenciais, como a divisão da sociedade em classes, a proteção da propriedade privada, entre outras, permanecem na sua estrutura e ousamos dizer que a cada reorganização do Estado demarcada pela produção capitalista, tendem a ganhar maior vivacidade e com isso a necessidade de maior investimento em políticas sociais para buscar amenizar a disparidade que é cada vez mais gritante, entre os dominadores e os dominados (BECKER, 2014, P. 14 – 15).

Nessa perspectiva, as políticas sociais seriam mecanismos instituídos pelo Estado que está a serviço do capital, e seriam usadas também em forma de paliativos para as condições deploráveis das classes dominadas. Esse fato justificaria, então, a limitação dessas políticas sociais, pois o Estado, a serviço do capital, não pode realizar grandes concessões que ponham em risco o funcionamento do sistema, ele não busca resolver as mazelas criadas pelo capitalismo, mas sim sua preservação e perpetuação (SILVA; MACIEL; BARBOSA, 2018).

Becker (2014, p. 12) complementa que, dessa forma, as políticas sociais e, conseqüentemente, os programas de transferência de renda são utilizados “para assegurar um mínimo necessário para a sobrevivência e para o trabalhador se manter ativo no processo exploração, por meio da venda de sua força de trabalho”. Essa perspectiva explica a insuficiência dos programas de transferência de renda que contemplam a população mais pobre, como as famílias de cortadores de cana que residem em São José de Piranhas e em muitos outros municípios nordestinos que cedem mão-de-obra para o agronegócio canavieiro.

Embora estas políticas sejam de grande valia para apaziguar a situação de pobreza e extrema pobreza local, os programas de transferência de renda ainda possuem muitas fragilidades e tem servido apenas para oferecer o mínimo necessário para a sobrevivência das famílias sem, no entanto, apresentar soluções reais e efetivas para as questões estruturais. Ao analisarmos todos os dados detalhados anteriormente, percebemos que os índices de população

assistida por esses programas são muito elevados em São José de Piranhas e, na maioria deles, principalmente o Bolsa Família, os números se mantêm elevados, o que mostra um alto índice de pobreza local e uma dependência constante nesses programas, pelas pessoas e pelo próprio município, de uma forma geral.

Dessa forma se fazem necessárias reformulações das políticas públicas e dos programas sociais para que possam atuar de forma efetiva na raiz do problema, na questão estrutural, de forma a melhorar as condições de acesso à ocupação e renda dignos à população, principalmente aquelas que possibilitem o desenvolvimento local levando em conta os modos de vida e saberes regionais para uma melhor convivência com o Semiárido. A transposição do Rio São Francisco deve ser observada com atenção, pois abre muitas possibilidades para o desenvolvimento desse lugar em um período próximo. Isso com certeza pode contribuir para que as migrações não sejam condicionantes para sobrevivência e deixem de ser necessárias, mas, se por ventura vierem a acontecer, que seja por livre e espontânea vontade dos sujeitos.

3.3 AUSÊNCIA TRANSITÓRIA: A INFLUÊNCIA DA MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA NA DINÂMICA DO MUNICÍPIO E DE SUA POPULAÇÃO

Assim, como em muitos outros pequenos municípios nordestinos e paraibanos, São José de Piranhas tem sido celeiro de mão-de-obra para a agroindústria canavieira há algumas décadas. Dessa forma, é muito impactante aos que não residem nesse lugar, presenciar a volumosa saída de trabalhadores, entre os meses de março e junho, com destino ao corte de cana-de-açúcar nos estados de São Paulo, Bahia, ou mesmo em outras localidades. Este processo já é tão comum nesse lugar ao passo que podemos dizer que até mesmo já se tornou componente cultural local. As migrações já fazem parte do cotidiano e têm afetado, ao longo do tempo, as dinâmicas locais.

Silva (2011) em sua tese de doutorado sobre as migrações temporárias de trabalhadores da microrregião da Serra de Teixeira no Sertão Paraibano e de municípios do Vale do Pajeú em Pernambuco, faz uma afirmação a qual entendemos que também muito diz sobre a realidade de São José de Piranhas. Segundo esse autor, esses pequenos municípios, embora muito distantes das regiões canavieiras, têm sua natureza, não completamente, mas em grande parte, determinada pelas relações de trabalho dos canaviais.

Em suas discussões sobre o processo de globalização, Santos (2021) afirma que os lugares ainda que distantes e bastante diferentes, estão intimamente ligados por um vínculo único, produzido pelas forças do sistema econômico dominante. Por sua vez, Giddens (1991,

apud SILVA, 2011) ao analisar o lugar no contexto da modernidade, afirma que este não é estruturado apenas pelos elementos presentes em cena, logo, a natureza dos lugares também é determinada por relações distanciadas que se encontram ocultas pela cena visível.

Por ser o local que fornece trabalhadores para o agronegócio canavieiro, os espaços de origem desses sujeitos têm suas dinâmicas amplamente influenciadas pela migração e pelo trabalho nos canaviais, ao ponto que

[...] é a fuligem da cana que os moradores dessas regiões respiram, pois tudo ou quase tudo, nessas pequenas cidades tem o gosto e alma da cana-de-açúcar. Do trabalho na cana são adquiridas as motocicletas que constantemente cruzam as ruas; são feitas as casas, são comprados os móveis, se dinamiza o comércio e é, também, no mundo dos canaviais que se tecem os abraços, os sorrisos, as alegrias e as tristezas... Tudo cheira a cana, tudo fede a cana... (SILVA, 2011, p. 114).

A visibilidade dessas alterações é percebida pelos trabalhadores que atuam nas migrações locais, no entanto, como salientou Giddens (1991) muitas relações não são claramente visíveis no cenário local. Dessa forma, através das entrevistas com esses sujeitos, procuramos elencar e entender quais as mudanças percebidas pelos migrantes e pelas mulheres inseridas nas migrações locais.

Percebemos que os trabalhadores migrantes têm uma percepção diferente das mulheres, até porque atuam de forma diferenciada no processo. Os dados coletados mostraram que 88% dos migrantes percebem que há mudanças no espaço local, mas 12% deles não souberam identificar quais. Enquanto isso, 12% entendem que as migrações não modificam nada no município.

Para os que conseguiram apontar mudanças, destacou-se o viés econômico, o poder de compra que movimenta a cidade após o regresso, ao passo que 70% deles elencam os impactos na economia e no aquecimento do comércio, pois, ao retornarem, compram imóveis, terrenos, móveis, eletrodomésticos, carros, motos, roupas, fazem reformas, entre outros, o que resulta em uma maior circulação de dinheiro no município. Sobre isso, as respostas foram muito semelhantes. Carlos nos disse que:

Entrevistador: Na sua opinião, essas viagens para o corte de cana transformam alguma coisa no município? O que?

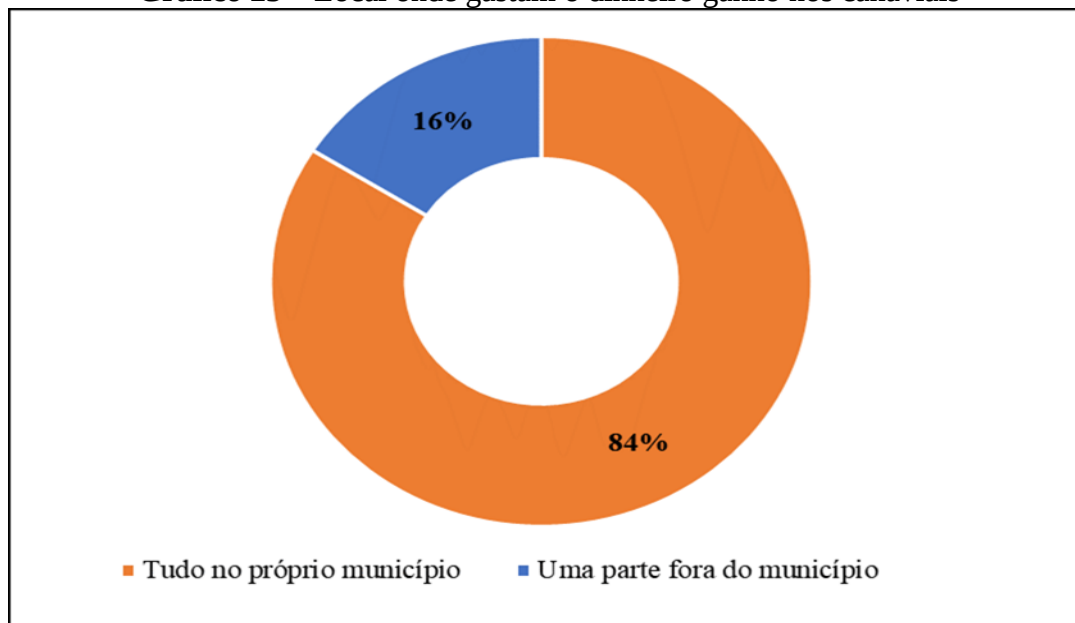
Carlos: Transforma. Assim, o município hoje só evoluiu devido o corte de cana, se dependesse daqui mesmo, só do que tem aqui, tava arrasado, ninguém tinha nada e nem conseguia nada, ter uma casa, terreno, moto e carro e dinheiro girando em torno da cidade. Entra bastante dinheiro (Entrevista realizada com Carlos, Limeira-SP, junho de 2021).

Todavia, identificamos que alguns comércios são mais afetados diretamente com a chegada dos migrantes. Isso porque existem certos comércios, como os bares, que são mais frequentados pelas pessoas do gênero masculino, que aumenta com o regresso dos migrantes. Geralmente, a aquisição de bens de consumo como móveis e eletrodomésticos ou materiais de construção também aumentam com o retorno, quando esses migrantes, após o fim da safra, retiram uma parte do que ganharam para reformar casas e melhorar o conforto das famílias, como podemos observar na fala de Patrício (2021):

O que muda é que rende dinheiro na cidade, por que a gente busca lá, quando a gente tá lá trabalhando rende dinheiro na cidade porque a gente manda dinheiro, o pão de cada dia para as esposas, porque nem só de Bolsa Família dá pra manter a casa. Ai quando a gente chega sempre vai comprar uma coisa pra pintar uma casa, a gente vai fazer uma feira, um livro pra um filho, um caderno, um móvel, essas coisas, pra manter a renda, o dinheiro na nossa cidade, por que a gente que vai buscar o pão de cada dia, você não vai pegar o seu tostão que a gente ganha lá e gastar fora, a gente gasta na nossa cidade (Entrevista realizada com Patrício, Capivari-SP, setembro de 2021).

A fala do entrevistado também chama a atenção para o fato de que a maioria deles investe o dinheiro que ganha nos canaviais dentro do próprio município (gráfico 25) reforçando sua importância para o comércio local.

Gráfico 25 – Local onde gastam o dinheiro ganho nos canaviais



Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

Os dados mostram que o município de São José de Piranhas é o maior beneficiado com a renda dos migrantes que nele residem. Alguns municípios do entorno como Cajazeiras, também são contemplados com esse dinheiro por possuir um comércio mais robusto e com mais

variedade e, muitas vezes, com menor custo, o que faz com que 16% dos entrevistados também consumam produtos desse município.

Segundo os migrantes, durante os meses de ausência, os benefícios de transferência de renda e o dinheiro que vem do corte de cana é destinado quase todo para o comércio de bens de consumo mais imediatos para o mantimento das famílias, como a compra de alimentos, roupas e remédios, o que mostra que alguns tipos de comércio são afetados por esse dinheiro durante todo o ano.

Sabendo da importância dessa renda para a economia local, buscamos levantar alguns valores aproximados da quantia que esses trabalhadores conseguem trazer para o município ao final da safra, bem como o valor enviado para suas famílias que permanecem no município. Para isso, recorremos a seis dos entrevistados mais próximos dentre os 50, que se disponibilizaram a responder novas perguntas. Dos seis trabalhadores, metade migrou para a Bahia e a outra metade para São Paulo, no ano de 2021. Logo, o quadro 5 traz apenas uma estimativa, pois não é possível chegar a números exatos para todos os sujeitos, devido ao grande número de variáveis que podem interferir nos rendimentos.

Quadro 5 – Rendimentos e despesas dos migrantes canavieiros de São José de Piranhas

RENDIMENTOS E GASTOS DE UM CORTADOR DE CANA-DE-AÇÚCAR						
Local da safra	Entrevistados	Quanto ganha mensalmente (R\$)	Quanto gasta mensalmente (R\$)	Quanto envia para a família (R\$)	Quanto acumula ao final da safra	
					Ano comum (R\$)	Ano com Seguro (R\$)
São Paulo	Entrevistado 1	Entre 1.400,00 e 4.000,00	No mínimo 450,00	Entre 200,00 e 600,00	Entre 15 e 20 mil	Entre 19 e 23 mil
	Entrevistado 2	Entre 1.200,00 e 3.500,00	Entre 500,00 e 1.000,00	Até 1.000,00	Entre 13 e 17 mil	Entre 16 e 20 mil
	Entrevistado 3	Entre 2.500,00 e 3.500,00	Entre 300,00 e 500,00	Até 1.000,00	Entre 13 e 16 mil	Entre 16 e 21 mil
Bahia	Entrevistado 4	Entre 1.500,00 e 3.000,00	-	Até 50% do salário mensal	Entre 6 e 7 mil	Entre 8 e 10 mil
	Entrevistado 5	Entre 2.000,00 e 4.100,00	Entre 600,00 e 700,00	Entre 700,00 e 1.000,00	Entre 7 e 15 mil	Entre 15 e 20 mil
	Entrevistado 6	Entre 2.000,00 e 3.000,00	Entre 250,00 e 500,00	Até 500,00	Entre 7 e 9 mil	Até 11 mil

Fonte: Pesquisa de campo (2022). Elaborado pelo autor (2022).

Como afirmamos anteriormente, estes números são apenas para ilustrar os rendimentos de um migrante cortador de cana, pois, segundo os entrevistados, existem inúmeras variáveis que podem aumentar ou diminuir seus rendimentos e despesas como, por exemplo, a qualidade da cana (que pode influir na quantidade cortada); se irá trabalhar diretamente para a usina ou para fornecedores (os preços pagos pela cana cortada são diferentes); se consegue guardar dinheiro ou gasta muito; tamanho da família no local de origem (que determina o valor enviado

mensalmente); se o empregador fornece alojamento ou mora de aluguel; se é um cortador experiente ou iniciante; condição física; se falta muito ao trabalho ou não; se permanece todos os meses da safra; a duração da safra; se é um cortador considerado pela usina como ótimo, mediano ou ruim.

A partir do quadro é possível perceber que existem diferenças entre o valor que o trabalhador que migra para a Bahia ou São Paulo consegue acumular e trazer para o município, ao final da safra. Segundo constatamos, além de uma safra mais longa, a agroindústria canavieira do estado de São Paulo paga melhor, o que possibilita um maior acúmulo de dinheiro para aqueles que para lá se dirigem. Os rendimentos máximos citados pelos entrevistados são alcançados por uma minoria de trabalhadores. Quanto aos rendimentos mínimos, são valores que os cortadores recebem ainda que tenham produtividade abaixo do padrão, ou seja, é o piso salarial da usina. O trabalhador que não atinge sequer a média de produtividade do grupo ao qual pertence, geralmente encontra dificuldades em ser selecionado por algum arregimentador, no ano seguinte.

Todavia, as mudanças locais, influenciadas pela migração para o corte de cana, não se resumem ao âmbito econômico, tampouco os migrantes são os únicos a percebê-los. As esposas e mães, enquanto sujeitos principais desses processos migratórios, vivenciam o momento de presença e ausência dos trabalhadores e as mudanças que ocorrem no município, por permanecerem nele durante o período da safra. Assim, o quadro 6 mostra as mudanças percebidas por elas em ambos os momentos.

Quadro 6 – Mudanças locais percebidas pelas esposas e mães de migrantes

MUDANÇAS LOCAIS NA VISÃO DAS MULHERES					
SAÍDA	Nº	%	RETORNO	Nº	%
Esvaziamento do município	6	30%	Comércio	11	55%
Enfraquecimento das festas	3	15%	Município mais movimentado	6	30%
Privação da mulher	3	15%	Construções pelo município	3	15%
Não soube responder	3	15%			
Sem mudanças na saída	5	25%			
Total	20	100%	Total	20	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaborado pelo autor (2021).

As entrevistas mostraram que as mulheres percebem mais mudanças que os migrantes, ainda que concordem que o comércio seja o setor mais impactado. Com a saída dos migrantes, 75% delas apontaram que ocorrem transformações em São José de Piranhas, como o esvaziamento do município (30%), o enfraquecimento das festas tradicionais e religiosas (15%), além da privação das mulheres que tem algum tipo de relacionamento com migrante (15%), já discutida no capítulo anterior. Sobre isso, uma das entrevistadas disse:

Entrevistador: Na sua opinião, a saída de tantos cortadores transforma muito a cidade? O quê?

Helena: Bastante, como a cidade aqui é pequena o movimento daqui cai muito, a cidade gira em torno do corte de cana, a cidade, estabelecimentos, as festas tudo cai, São João, a Micaranhas⁷ que é fora de época cai bastante (Entrevista realizada com Helena, São José de Piranhas, outubro de 2021).

No tocante ao momento de retorno, 100% das entrevistadas enxergam que as principais mudanças estão relacionadas ao viés econômico, do comércio, de maior agitação no município e do setor imobiliário. Sobre o retorno, a entrevistada afirmou:

Entrevistador: Quanto a chegada, quais as transformações você identifica no município quando esses trabalhadores retornam?

Helena: A movimentação aumenta, a cidade que antes era vazia se enche e tudo se transforma, tem mais festas e é bom para os estabelecimentos (Entrevista realizada com Helena, São José de Piranhas, outubro de 2021).

A partir das falas ante mencionadas, chamamos a atenção para outro elemento modificado pelas migrações locais, que acaba ficando obscurecido ou encoberto pelo cenário visível: o tempo e sua influência no cotidiano das pessoas inseridas no fenômeno e do próprio município de uma forma geral. Em um lugar que tem sua natureza tão determinada pelo trabalho na cana, o tempo se transforma, agora, mais influenciado pelos ditames do capital.

Silva (2011) explica que nesse cenário, o calendário que outrora demarcava os tempos de inverno e verão, agora passa a ser substituído por outro, que se subdivide em tempo de partida e de chegada, tempo de trabalho para os migrantes que saem rumo aos canaviais e tempo de espera para os entes que ficam, tempo carregado de saudade para todos. Assim, o tempo local é subjugado e dominado pelo tempo do capital, da usina e de seus proprietários. O espaço local perde sua autonomia, está controlado pelo tempo do modo de produção. Por esse motivo, muitos festejos tradicionais como as festas juninas, carnavais fora de época e algumas festas religiosas, acabam perdendo seu brilho, haja vista que as próprias dinâmicas culturais são amplamente afetadas, pois a população local está sendo afastada desses eventos.

O setor imobiliário também é amplamente afetado, pois, como já vimos anteriormente, muitos desses migrantes compram terrenos pela cidade ou em seus arredores, em loteamentos que ficam no entorno. Segundo Informações de uma empresa que gerencia o maior loteamento da cidade, com a abertura do loteamento alguns anos atrás, alguns cortadores de cana vêm adquirindo lotes, embora não sejam os maiores clientes da empresa.

Assim como relataram 15% das entrevistas, com o retorno também aumenta o número de construções pelo município, tanto pelo campo quanto na cidade. Seja através de reformas ou

⁷ Tradicional carnaval fora de época que acontece no município anualmente no mês de setembro.

construção de imóveis, o fato é que o setor imobiliário fica mais ativo com o retorno desses migrantes, influenciando até mesmo em um aumento de empregos, ainda que temporários, para os trabalhadores do ramo da construção, como pedreiros e ajudantes. Ao conversar com os proprietários das três casas de material de construção existentes no município, constatamos que seus comércios são amplamente beneficiados com a chegada dos cortadores de cana, o que provoca um aumento de até 30% das vendas de materiais de construção.

O setor de aluguéis também muda, pois como já abordamos em outros pontos, muitas famílias trocam o campo pela cidade. De uma forma geral, a própria paisagem muda, em ambos os espaços.

Outra mudança que acaba passando despercebida é a relação dos sujeitos com o espaço local. Silva (2011) elenca uma mudança sobre a ressignificação dos espaços rurais, que concordamos que se estenda também ao âmbito da cidade. Isso porque o lugar, que outrora era de moradia e trabalho, passa a ser de descanso e lazer entre uma safra e outra. Isso nos leva a refletir que devido ao pouco tempo que permanecem em sua terra natal, esse lugar acabou se tornando, ao menos em um âmbito temporal, mais transitório que os próprios municípios canavieiros.

Outras alterações também ocorrem, dentre elas algumas já citadas, como o desequilíbrio de gênero, já que o número de mulheres aumenta em relação aos homens, durante o período em que boa parte dos sujeitos do sexo masculino está migrando. As funções de gênero e familiares são afetadas, com as mulheres, mães ou outros parentes assumindo funções deixadas pelos migrantes, ainda que estes coordenem tudo à distância. Existem ainda questões na própria estruturação familiar, com as construções e desconstruções familiares afetadas pelo tempo de ausência (idem). Por fim e não menos importante, a própria relação com o trabalho também muda, já que os trabalhos locais não são mais a principal fonte de renda dessas famílias.

O avanço do processo de mecanização tem afetado o lugar de origem, pois a redução da oferta de emprego em São Paulo tem obrigado os trabalhadores locais a se inserirem em novas rotas, como é o caso da Bahia ou mesmo da venda de confecções. Essas novas rotas não absorvem todos os postos de trabalho excluídos no Sudeste. Somado a isso, deve-se levar em consideração que os novos destinos possuem divergências de tempo de duração, tempo de saída, de retorno ou mesmo rendimentos, os quais também imprimem suas marcas nas dinâmicas locais.

Em São José de Piranhas, praticamente o ano todo se vive o corte de cana, mesmo quando esses trabalhadores se encontram no lugar. Os poucos meses em casa não são destinados exclusivamente à família, ao descanso e lazer, pois esse também é o tempo de se planejar, de

se reorganizar para a safra seguinte. Geralmente esses trabalhadores regressam no final do ano, entre os meses de novembro e dezembro e, com o início do novo ano, já se iniciam os procedimentos preparativos para a nova safra. São vidas e histórias ditadas pelo ritmo do capital.

Para Milanês (2013) as migrações temporárias acabaram se tornando um determinante temporal de outros processos. Isso porque os períodos de presença e ausência desses sujeitos inseridos no processo migratório acabam funcionando como uma espécie de relógio social que afeta a consciência, as emoções, as relações, a subjetividade e o dia-a-dia. Dessa forma, as migrações sazonais nesse município assumem o viés de

[...] uma atividade ordenadora, organizadora dos acontecimentos locais, reguladora da vida cotidiana e das ações de todos os moradores da região. Dito de outra maneira, o tempo nesta região é ritmado pela época da safra da cana-de-açúcar (MILANÊS, 2013, P. 6).

Com o tempo de retorno o contexto do município muda completamente. O retorno dos migrantes é muito comemorado por todos e motivo de muita festa. O município se prepara para receber esses trabalhadores. Nas comunidades rurais é fácil identificar os dias que os migrantes estão de volta pois o barulho dos rojões anuncia a sua chegada.

Ainda segundo Milanês (2013) a dinâmica do lugar inteiro muda, aumenta-se o número de festas que passam a ser mais frequentes e mais cheias, são realizados churrascos em comemoração, os ambientes ficam mais movimentados de uma forma geral. Os primeiros dias são para matar a saudade dos familiares, são dias de descanso e lazer. As ruas e sítios ficam mais movimentados, o comércio fica mais robusto, pois por ser época de fim de ano os migrantes passam a consumir muitos produtos e a presentear os familiares. As relações sociais também sofrem alterações, pois os homens reassumem suas funções que estavam sob responsabilidade das esposas ou de outros familiares. Embora tanto a ausência quanto o retorno afetem significativamente o lugar, segundo a autora, o retorno dessas pessoas atribui mais significado à dinâmica local.

Após essa análise, fica evidente que as dinâmicas locais têm sido amplamente afetadas pelas migrações para o corte de cana, seja em municípios baianos ou paulistas ou de futuras rotas que venham a aparecer. Percebe-se que essas migrações muito revelam sobre o lugar de origem que, embora muito distante dos canaviais, é fortemente influenciado pelas táticas do capitalismo, que têm gerado desigualdades socioespaciais e se beneficiado delas. Migrar, embora não pareça, é um ato de resistência, uma estratégia de sobrevivência, mas também um pedido de socorro e um sinal de que uma parte da população e alguns locais precisam ser observados mais atentamente pela sociedade e pelos governantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta dissertação foi analisar as dinâmicas e as consequências locais da migração temporária de trabalhadores de São José de Piranhas para o corte de cana-de-açúcar, em diversos municípios do estado de São Paulo e Bahia. Embora distintos e distantes, estes lugares encontram-se amplamente ligados pelos processos de trabalho nos canaviais e pelos papéis que exercem dentro do processo de acumulação capitalista, que os subjuga e controla.

A escolha das primeiras décadas do século XXI como recorte temporal permitiu-nos identificar e analisar mudanças profundas e muito evidentes que vêm ocorrendo nos espaços canavieiros, que têm gerado reflexos nos fluxos migratórios que se dirigem para estes estados mencionados e, conseqüentemente, nas dinâmicas dos lugares que expulsam essa mão-de-obra, como é o caso de São José de Piranhas. O processo de desenvolvimento do agronegócio traz consigo o que Pinheiro (2013) entende como uma união dialética entre os modernos processos produtivos e as velhas práticas de exploração do trabalho.

Dessa forma, partindo da análise das migrações nordestinas aos processos migratórios em São José de Piranhas, tivemos como principais norteadores deste trabalho, autores como: Baeninger (2011a;b, 2012, 2015), Brito (2009), Ojima e Fusco (2015), Martine (2015). Quanto à análise das migrações de trabalhadores para o corte de cana-de-açúcar no Sudeste, destacamos as contribuições de autores como Alves (2007), Novaes (2007, 2009), Silva (1999, 2007), Silva (2006, 2011) e, principalmente, autores que já têm estudado esse município, como Milanês (2013), Cover (2011, 2015, 2020), Menezes (1985, 2007, 2012a;b, 2020) e Souza (2015, 2019), os quais foram imprescindíveis para a conclusão dessa pesquisa.

A partir desse arcabouço, constatamos que as migrações nesse lugar vêm seguindo o ciclo de dinamização dos processos regionais. As mudanças no mercado de trabalho do Sudeste somadas às ações do Estado com a criação do Proálcool e Planalsucar, para o fortalecimento do setor canavieiro iniciado na década de 1970, deram uma nova tônica às migrações de muitos espaços nordestinos, direcionando-os para os municípios do interior paulista.

Nos dias atuais é perceptível que não existe uma única rota migratória para esses trabalhadores, pois com o crescente processo de mecanização em São Paulo, a partir da segunda década do século XXI, muitas rotas vêm surgindo, como é o caso do corte de cana na Bahia e em estados como Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, além da venda de confecções que se apresenta como nova alternativa. Migrar para os lugares de corte de cana onde quer que seja,

faz parte do mesmo processo perverso de controle da força de trabalho pelo capital e de transformação do espaço, que produz desigualdades regionais, o que pode ser expresso pela teoria do desenvolvimento desigual e combinado.

Nossos estudos reforçam que existe um perfil bem definido de trabalhador buscado pela agroindústria canavieira, que são sujeitos oriundos de municípios mais pobres, integrantes de famílias em grande fragilidade socioeconômica, desprovidos dos meios de produção e qualquer outro meio que não seja sua própria força de trabalho para vender. São, na maioria, jovens, como mostra nossa pesquisa, de faixa etária predominante de 30 anos de idade ou menos, que devido à necessidade imediata, não podem permanecer na escola. A juventude e sua capacidade de alta produtividade é muito valorizada pelo capital. Em sua maioria, esses migrantes são oriundos tanto do campo, quanto da cidade, sem acesso à terra, ocupação e renda, o que os obriga a se sujeitar ao trabalho nos canaviais e a se tornarem produtivos e dóceis para se manter em uma das poucas opções de trabalho a que têm acesso, para sobreviver junto à família. Por esses motivos, a saída desses trabalhadores se caracteriza como forçada.

Comprovamos também que existe uma carência de estudos que destaquem os papéis femininos nas migrações para o corte de cana, especialmente as que ficam. Esse tema tem sido pouco debatido, inclusive na academia, o que justifica a escassez de trabalhos, pois isso quase sempre é analisado de forma secundária, deixando evidente um campo ainda pouco explorado e com necessidades de aprofundamento.

As mulheres que permanecem na terra natal têm uma importância fundamental para o planejamento familiar envolto na migração para o corte de cana, o que as qualifica enquanto figura principal junto ao homem. Embora este seja um fenômeno predominantemente masculino nesse município, a mulher sofre muitas alterações em sua rotina, inclusive com o incremento de mais trabalho e a perda subjetiva de sua liberdade social. Na ausência temporária dos homens, essas mulheres assumem um papel social e econômico de maior destaque nas famílias. Já o lugar masculino, não perde centralidade, como acontece com as mulheres.

Quanto ao município de São José de Piranhas, é perceptível a fragilidade em que vivem muitas famílias locais. Embora seja a agricultura um setor importante, a população não encontra no acesso à terra os meios suficientes para sobreviver. Destacamos, com surpresa, o fato de que tantos migrantes têm acesso à terra, ainda que, minúsculas propriedades. Para esses sujeitos, o tamanho da propriedade, a dependência das condições climáticas e a impossibilidade de acesso à tecnologias agrícolas, dificultam a capacidade de sustento. O enfraquecimento do campo, como mostram os dados, a falta de ocupação e a insuficiência das políticas públicas e dos programas de transferência de renda que apenas amenizam o problema, sem, no entanto, mexer

com a questão estrutural, tornam esse município amplamente dependente do Estado e do capital, que tem convertido boa parte dos jovens em força de trabalho móvel.

Nesse contexto, o Nordeste precisa ser olhado pelo viés de suas múltiplas possibilidades, haja vista que, historicamente, as políticas destinadas a essa região buscaram unicamente resolver o problema da seca como questão central, como se essa fosse a única causadora da miséria. Concordamos com autores como Menezes, Silva e Cover (2011) e Novaes (2009) em propor reformulações e melhorias nas políticas públicas, pois necessitam de enfoque na resolução da questão agrária e no apoio à agricultura familiar, com acesso a crédito e tecnologias produtivas, no intuito de criar oportunidades de ocupação e de renda nos municípios de origem. Devem ser criadas e fortalecidas políticas que fortaleçam as economias locais para que esses jovens sejam absorvidos por trabalhos dignos localmente, atribuindo-lhes escolha ao ato de migrar, melhorando sua condição socioeconômica e tornando-os menos descartáveis ao agronegócio.

Concomitantemente, a educação deve ser fortalecida para que esses sujeitos tenham mais oportunidades educacionais. Os programas de transferência de renda devem ser aprimorados para que cheguem cada vez mais a quem realmente precisa e possam proporcionar maior dignidade a quem for assistido.

A transposição do Rio São Francisco que atingiu o município de São José de Piranhas lhe dá uma roupagem de abundância, porém a realidade local é de escassez, como revelam os dados desta pesquisa. No entanto, essas obras também abrem um leque de possibilidades futuras ao fortalecimento da pesca e agricultura local, e deve ser olhada com muita atenção. O Nordeste historicamente encarado como região problema, tem condições, se for de interesse do Estado, de se apresentar como uma região de possibilidades.

Através, principalmente, das falas dos sujeitos e das variadas colaborações de estudiosos, evidenciou-se que as migrações sazonais provocam profundas mudanças nas dinâmicas dos lugares de origem da força de trabalho. Milanês (2013, p. 11) afirma que, em lugares como este, “as atividades, os sentimentos, as obrigações, as relações econômicas e sociais, o cotidiano e os códigos de honra e conduta, tudo gira em torno desse fenômeno”. Enfim, por ser a migração um elemento tão marcadamente presente na história desse lugar, que abrange um percentual tão significativo de sua população, acaba afetando não só quem está diretamente inserido no processo, mas todo o município, sua paisagem e sociedade.

Para alcançar os objetivos deste trabalho, destacamos a importância da pesquisa participante, pois as experiências de vida e a grande proximidade com o fenômeno foram essenciais para esta produção. Evidenciamos, acima de tudo, a importância das mulheres e

homens que estão inseridos diretamente nesses processos, em especial os que colaboraram com este trabalho, sem os quais nada disso seria possível. Concordamos com Souza (2015) quando afirma que a análise deste fenômeno precisa se aproximar mais dos indivíduos nele inseridos, pois estes são vastos de conhecimentos, visto que nem mesmo uma tese sobre cada um seria suficiente, diante do que têm a oferecer. As redes de amizade construídas na pesquisa com certeza nos abriram portas para estudos futuros.

A metodologia utilizada se apresentou como eficaz diante das limitações impostas pela pandemia de Covid-19, o que mostrou grandes potencialidades das novas tecnologias e meios de comunicação para a pesquisa científica. Acreditamos fielmente que os trabalhos acadêmicos produzidos em meio a essa triste cicatriz da história humana, obrigou a criação e/ou aprimoramento de muitas ferramentas metodológicas que possibilitarão um maior enriquecimento das pesquisas a partir de agora, visto que o pesquisador necessita estar se reinventando.

Com isso, concluímos nossa discussão com a consciência de que existem muito mais questões a serem desvendadas e respondidas, além daquilo a que nos propomos com este estudo, pois sempre é possível encontrar coisas novas. Essa é a função do pesquisador, sempre indagar, argumentar, ser curioso, questionar, pois há muito o que ser discutido. Por sua natureza humana, a migração é um fenômeno muito dinâmico e mutável, repleto de micro processos em constante movimento que carecem de pesquisas contínuas. Logo, esperamos que este texto instigue pesquisas futuras sobre o tema, tanto no âmbito da Geografia quanto das demais ciências sociais, no PPGG e em outros programas e universidades, fortalecendo assim o saber científico, na esperança de melhorias para a sociedade em que vivemos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; Menezes, M. A. (orgs.) **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 279 – 309. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/genero+e+gera_o+em+contextos+rurais.pdf/171b01b8-2ded-48dc-9639-8e7e34c7bbcc. Acesso em: 10 mar. 2022.

ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de; BAENINGER, Rosana. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: **XXVIII Congresso Internacional da Associação Latinoamericana de Sociologia**, Recife, 2011.

ALVES, Alvaro Marcel. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**. V.9, nº 1, P. 1-13, 2010. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/422>. Acesso em: 22 jul. 2021.

ALVES, Francisco. Migração de Trabalhadores Rurais do Maranhão e Piauí para o corte de Cana em São Paulo: será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In: NOVAES, J. R. P. (orgs.) **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007. p. 21-54.

ARAÚJO, Adelina Almeida Moreira de. **Caldo de cana, bagaço de gente: desproteção e degradação do trabalho na agroindústria canavieira**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7228?locale=pt_BR. Acesso em: 01 jan. 2022.

BAENINGER, Rosana Aparecida. Migração, Migrações. **Ideias**, Campinas, SP, v. 2, n. 1, p. 31-41, 2011a. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649329>. Acesso em: 21 set. 2021.

BAENINGER, Rosana Aparecida. **Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais**. In: José Marcos Pinto da Cunha. (Org.). Mobilidade Espacial da População. 1ed.Campinas: NEPO-UNICAMP, 2011b, v. 1, p. 71-94. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mobilidade/cap4.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BAENINGER, Rosana Aparecida. Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP, 2012, Águas de Lindóia. **Anais [...]**. Campinas _ SP: ABEP, 2012. v. 1. p. 99-123. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1992/1949>. Acesso em: 17 set. 2021.

BAENINGER, Rosana Aparecida. Migrações Internas no Brasil: Tendências para o século XXI. **Revista NECAT**. Florianópolis, v. 4, nº 7, p. 9-22, 2015. Disponível em:

<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/necat/article/view/3623/4272>. Acesso em: 17 set. 2021.

BARBOSA, Anabela Aparecida Silva; CARVALHO, Rafael Nick de. **O uso do whatsapp como ferramenta de pesquisa na ead**. In: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias. Evento Online. Anais eletrônicos, 26/06 – 13 jul. 2018. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/148>. Acesso em: 14 ago. 2022.

BECKER, Daiane Acco Rossarola. **A intrínseca relação entre o Estado capitalista e as políticas Sociais**. In: X ANPED Sul. Florianópolis. Anais eletrônicos, 26 – 29 out. 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1931-0.pdf. Acesso em: 15 jul. 2022.

BECKER, Elsbeth Leia Spode. A geografia e o método dialético. **Revista Vidya**. Santa Maria-RS, V. 25, nº 2, P. 51-58, jul./dez, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/394/368>. Acesso em: 17 nov. 2020.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: Formação Social e Cultural**. 3. ed. Manaus: Valer, 2009.

BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A amostragem em *snowball* (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, jan./jun. 2021.

BRASIL. **Código penal**. Senado Federal. Brasília. Coordenação de Edições Técnicas, 138 p. 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

_____. Lei nº 10. 689, de 09 de janeiro de 2004. Criação do Programa Bolsa Família. Brasília, DF: **Câmara dos Deputados**, 2004. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10836-9-janeiro-2004-490604-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14 jul. 2022.

_____. Lei nº 14. 284, de 29 de dezembro de 2021. Criação do Programa Auxílio Brasil. Brasília, DF: **Subchefia para Assuntos Jurídicos**, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2021/lei/l14284.htm#:~:text=Institui%20o%20Programa%20Aux%C3%ADlio%20Brasil,de%203%20de%20outubro%20de. Acesso em: 14 jul. 2022.

_____. Lei nº 10. 779, de 25 de novembro de 2003. Criação do Seguro Defeso para pescador artesanal. Brasília, DF: **Subchefia para Assuntos Jurídicos**, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.779.htm. Acesso em: 17 jul. 2022.

_____. Lei nº 10. 779, de 10 de abril de 2002. Criação do Programa Garantia Safra. Brasília, DF: **Subchefia para Assuntos Jurídicos**, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10420.htm#:~:text=Cria%20o%20Fundo%20Seguro%2DSafra,julho%20de%201998%2C%20nos%20Munic%C3%ADpios. Acesso em: 19 jul. 2022.

_____. Ministério de Minas e Energia. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento Por Água Subterrânea**: Diagnóstico do Município de São José de Piranhas. Recife: CPRM, 2005. 23p. Disponível em: https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/16347/1/Rel_S%C3%A3o_Jos%C3%A9_Piranhass.pdf. Acesso em: 25 set. 2021.

_____. Ministério da Cidadania. **Benefício de Prestação Continuada (BPC)**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc>. Acesso em: 11 jul. 2022.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Consulta de Imóveis Rurais, 2021. Disponível em: <https://sncr.serpro.gov.br/sncrweb/consultaPublica.jsf;jsessionid=7rMBFcstSG9z0GZe+MKX8QKu.sncrweb7?windowId=887>. Acesso em: 12 dez. 2021.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Auxílio Brasil e Cadastro Único em Seu Município, 2022**. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pabcad/relatorio-completo.html>. Acesso em: 07 ago. 2021.

_____. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Delimitação do Semiárido**. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, 2017. Disponível em: <http://antigo.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>. Acesso em: 26 set. 2021.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Uso sustentável e Conservação dos Recursos Florestais da Caatinga**. Brasília: Serviço Florestal Brasileiro, 2010. Disponível em: <https://www.florestal.gov.br/documentos/publicacoes/1788-uso-sustentavel-e-conservacao-dos-recursos-florestais-da-caatinga/file>. Acesso em: 25 set. 2021.

_____. Ministério do Trabalho e Previdência. **Seguro Defeso – Pescador artesanal**. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/saiba-mais/seguro-defeso-pescador-artesanal>. Acesso em: 12 jul. 2022.

BRITO, Fausto. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. **Texto para discussão 366**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

BURITI, Catarina de Oliveira; AGUIAR, José Otávio. Secas, migrações e representações do semi-árido na literatura regional: Por uma história ambiental dos sertões do Nordeste brasileiro. **Textos e Debates**, Boa Vista, v. 1, n. 15, p. 7-31, 2008.

CADIMA, Cristina. **Novas modalidades de tempo de trabalho - Flexibilidade temporal dos tempos de trabalho**. 2018, 114 f. Dissertação (Mestrado em Economia e Gestão em Recursos Humanos) – Faculdade de Economia, Universidade do Porto, 2018.

CAMARGO, José Carlos Godoy; REIS JÚNIOR, Dante Flávio da Costa. Considerações a respeito da geografia neopositivista no Brasil. **Revista Geografia**, Rio Claro, V. 29, nº3, P. 335-382, set./dez 2004. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33536101.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.pdf. Acesso em: 18 jun. 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização espacial**. São Paulo: Editora Ática, 2003. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/383663939/Roberto-Lobato-Correia-Regiao-e-a-organizacao-espacial-pdf>. Acesso em: 05 out. 2020.

Cortador de cana de São José de Piranhas se destaca pela qualidade dos serviços na Bahia. Radar Sertanejo (online). Paraíba, 09 ago. 2022. Disponível em: <https://www.radarsertanejo.com/2022/08/09/cortador-de-cana-de-sao-jose-de-piranhas-se-destaca-pela-qualidade-dos-servicos-no-sul-da-bahia/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

Cortadores de cana têm vida útil de escravo em SP. REPORTER BRASIL (online). São Paulo, 29 abr. 2007. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2007/04/cortadores-de-cana-tem-vida-util-de-escravo-em-sp/>. Acesso em: 04 ago. 2022.

CORTEZ, Luís Augusto Barbosa (org.). **Universidades e empresas: 40 anos de ciência e tecnologia para o etanol brasileiro**. São Paulo: Blucher, 2016. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/article-list/proalcool-universidades-e-empresas-40-anos-de-ciencia-e-tecnologia-para-o-etanol-brasileiro-310/list#undefined>. Acesso em: 15 abr. 2022.

COVER, Maciel. **“Andar pelo mundo” e “morar no sítio”: migração, trabalho e territorialidade de famílias de agricultores do sertão paraibano**. 2015, 262 f. Tese (Doutorado Pós-Graduação em Ciências Sociais) -Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campina Grande – PB, 2015.

COVER, Maciel. **O “tranco da roça” e a “vida no barraco”: Um estudo sobre trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

COVER, Maciel; MENEZES, Marilda Aparecida. Estratégias de renda de trabalhadores migrantes e a mecanização da colheita de cana-de-açúcar: um olhar desde o Sertão Paraibano. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 458-475, 2020.

DANTAS, Eugênia Maria; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Região no contexto da Geografia**. Disciplina Organização do Espaço. Programa Universidade a Distância. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Universidade Estadual da Paraíba, 2008. Disponível em: http://www.ead.uepb.edu.br/ava/arquivos/cursos/geografia/organizacao_do_espaco/Org_Esp_A11_M_WEB_SF_190808.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

DANTAS, Francisca Clenilda Pereira. **Reprodução social do campesinato na comunidade Baixa Grande, Cachoeira dos Índios/PB**. 2016, 98 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande – Cajazeiras, 2016.

DOTA, Ednelson Mariano. **Migração Sazonal em Santa Bárbara d’oeste: Condições de vida e cotidiano dos Bóias-Frias**. Anais XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Caxambu, set. / out. 2008. p. 1-20. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/242260606_Migracao_Sazonal_Em_Santa_Barbara_d'Oeste_Condicoes_de_vida_e_Cotidiano_dos_Boias-Frias. Acesso em: 20 fev. 2021.

FAISSOL, Speridião. A Estrutura Urbana Brasileira: 1 - Introdução Uma Visão Ampliada no Contexto do Processo Brasileiro de Desenvolvimento Econômico. **Revista Brasileira de Geografia.**, Rio de Janeiro, V.34, nº 3, P.19-123, jul./set. 1972. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1985_v47_n1_2.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

FRANÇA, Mariana Veras. **Os programas de transferência de renda no brasil: arcabouço histórico e desenvolvimento.** In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís. Anais eletrônicos, 25 – 28 ago. 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo4/os-programas-de-transferenciade-renda-no-brasil-arcabouco-historico-e-desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022.

FRANCO, Paulo Merli. **Dialética em Marx: uma perspectiva a partir de seus elementos centrais.** Araraquara – São Paulo, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/7315/5177>. Acesso em: 05 nov. 2020.

FREDO, Carlos Eduardo; CASER, Denise Viani. Mecanização da Colheita da Cana-de-açúcar Atinge 90% na Safra 2016/17. **Análise e Indicadores do Agronegócio.** V. 12, n. 6, 2017. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-35-2017.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital.** Lisboa: Estampa, 1977.

GALIANO, André de Mello; VETTORASSI, Andréa; NAVARRO, Vera Lucia. Trabalho, saúde e migração nos canaviais da região de Ribeirão Preto (SP), Brasil: o que percebem e sentem os jovens trabalhadores? **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional.** v. 37, p. 51-64, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/CkGpMQ8X6DLfdntXrKzQ4Qm/?lang=pt>. Acesso em: 01 jun. 2022.

GEMELLI, Diane Daniela; CARVALHAL, Marcelo Dornelis. Mobilidade territorial do trabalho e formação do trabalhador para o Capital: o frigorífico de aves da Copagril de Marechal Cândido Rondon/PR. **Revista Percurso- NEMO**, Maringá, v. 3, n. 1, p. 39-61, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/49484>. Acesso em: 02 jul. 2022.

GONÇALVES, Alfredo José. Migrações internas: Evoluções e desafios. **Estudos Avançados.** Brasília, 2001, p. 173-184.

GONÇALVES, Alfredo José. Migrações e fronteiras. **Travessia – Revista do migrante**, São Paulo, n. 83, p. 69 – 78, 2018. Disponível em: <https://revistatravessia.com.br/travessia/article/view/644>. Acesso em: 15 jun. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Glossário Geológico.** Curitiba: Instituto Água e Terra, s.d. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Glossario-Geologico>. Acesso em: 19 ago. 2022.

GUANAIS, Juliana Biondi. As implicações da migração temporária para as comunidades de origem dos cortadores de cana. In: TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M. C.; BAENINGER, R. A. (org.) **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília -SP: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. P. 210 – 232. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/37. Acesso em: 07 abr. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades, 2020**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sao-jose-de-piranhas/panorama>. Acesso em: 10 ago. 2021.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sao-jose-de-piranhas/pesquisa/24/76693?ano=2006>. Acesso em: 01 jun. 2022.

_____. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sao-jose-de-piranhas/pesquisa/24/76693?ano=2017>. Acesso em: 01 jun. 2022.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sao-jose-de-piranhas/pesquisa/23/25888?detalhes=true>. Acesso em: 03 abr. 2020.

_____. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sao-jose-de-piranhas/pesquisa/36/30246>. Acesso em: 05 ago. 2020.

LIMA, Messias Ferreira. **São José de Piranhas: um pouco de sua história**. Cajazeiras: REAL, 2010. 173 p.

MACIEL, Lidiane Maria. **O sentido de melhorar de vida: arranjos familiares na migração para o Interior de São Paulo**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

MARTINE, George. Prefácio. In: OJIMA, Ricardo; Fusco, Wilson(org.). **Migrações Nordestinas no Século 21: um panorama recente**. São Paulo: Editora Blucher, 2015. E-book. Disponível em: <https://www.blucher.com.br/livro/detalhes/migracoes-nordestinas-no-seculo-21-734>. Acesso em: 25 set. 2020.

MENEZES, Marilda Aparecida. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes. Um estudo de famílias de camponeses**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, João Pessoa: Ed. UFPB, 2002.

MENEZES, Marilda Aparecida. Migrações e Mobilidades: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos. In: TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M. Da C.; BAENINGER, R. A. (Org.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012a.

MENEZES, Marilda Aparecida. Família, juventude e migração. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**. Recife, V. 23, n. 1, p. 113 – 136, 2012b. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/23747>. Acesso em: 21 set. 2020.

MENEZES, Marilda Aparecida; SILVA, Marcelo Saturnino. As Migrações Sazonais do Sertão Paraibano para as Usinas Canavieiras de São Paulo. In: NOVAES, J. R. P.; ALVES, F. (orgs.) **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007. p. 233-256.

MENEZES, Marilda Aparecida. **Da Paraíba para São Paulo, de São Paulo para a Paraíba: Migração, família e reprodução da força de trabalho**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.

MILANÊS, Renata Bezerra. **Homens e mulheres 'afastados' pelo corte de cana: uma análise das famílias camponesas no Sertão da Paraíba**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO. Florianópolis. Anais eletrônicos, 16-20 set. 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1372818776_ARQUIVO_O_Fazendogenero-RenataMilanes.pdf. Acesso em: 08 mar. 2022.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia Pequena História Crítica**. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/4310968/Antonio_Carlos_Robert_Moraes_Pequena_Historia_Critica. Acesso em: 16 nov. 2020.

MOREIRA, Ruy. A Geografia serve para desvendar as máscaras sociais. In: ____ (Org.). **Geografia: Teoria e crítica/ O saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982.

MORMUL, Najla Mehanna. **As abordagens sobre população na geografia brasileira (1934 – 2010): permanências, transformações e rupturas**. 2013, 340 f. Tese (Doutorado Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá – PR, 2013.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, P. 51-66, 2002.

NOVAES, José Roberto Pereira. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. **Revista Estudos Avançados**. p. 167- 177, 2007.

NOVAES, José Roberto Pereira. Jovens Migrantes Canavieiros: Entre a enxada e o facão. **Revista do Centro de Estudos Rurais**. Campinas, p. 105-127, 2009.

NUNES, Danielle Milenne Príncipe; SILVA, Marcelo Saturnino da; CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. A experiência de trabalho e dos riscos entre os trabalhadores-migrantes nordestinos nos canaviais paulistas. **Saúde e Sociedade** (Online), v. 25, p. 1122-1135, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/n65VjZ797BCSRvFcdSFWBXS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2022.

OJIMA, Ricardo; Fusco, Wilson (org.). **Migrações Nordestinas no Século 21: um panorama recente**. São Paulo: Editora Blucher, 2015. E-book. Disponível em: <https://www.blucher.com.br/livro/detalhes/migracoes-nordestinas-no-seculo-21-734>. Acesso em: 25 set. 2020.

OLIVEIRA, Victor da Silva.; OLIVEIRA, Arlindo Teixeira. Materialismo histórico e dialético: ensaio acerca do método de abordagem marxista e sua influência no pensamento de George Benko e Milton Santos. In: **XV Encuentro de Geógrafos de América Latina**. 2015, Havana. por una América Latina unida y sustentetable. Havana: Egal, 2015. Disponível em:

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Teoriaymetodo/Pensamientogeografico/02.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2021.

ONG REPÓRTER BRASIL. **Escravo, nem pensar!: uma abordagem sobre trabalho escravo contemporâneo na sala de aula e na comunidade. As condições de trabalho no setor sucroalcooleiro.** Repórter Brasil (Programa Escravo, nem pensar!) - São Paulo: Repórter Brasil, 2015.

PACÍFICO, Marsiel. Materialismo histórico-dialético: gênese e sentidos do método. **Argumentos**, Fortaleza, n. 21, p. 220-231, 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/41057/97297>. Acesso em: 20 nov. 2020.

PEIXOTO, João. As teorias explicativas das migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas. **SOCIUS**, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2004.

PINHEIRO, N S. **Trabalhadores migrantes no corte de cana-de-açúcar: Precarização e exploração do trabalho.** 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Benefícios ao Cidadão.** Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios?ano=2021>. Acesso em: 11 jul. 2022.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. **Para que serve e o que faz o movimento sindical.** Brasília: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar-DIAP, 2017.

QUEIROZ, Rachel. **O Quinze.** 93ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2012.

RODRIGUES, Kelly. **O conceito de lugar: a aproximação da geografia com o indivíduo.** In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE. Presidente Prudente/SP. Anais eletrônicos, 09 – 12 out. 2015. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/17/473.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2022.

ROSA, Leandro Amorim; NAVARRO, Vera Lúcia. Trabalho e trabalhadores dos canaviais: perfil dos cortadores de cana da região de Ribeirão Preto (SP). **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, Ribeirão Preto – SP, v. 17, n. 1, p.143-160, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/112338>. Acesso em: 05 maio 2022.

SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. **Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Brasília, v. 3, p. 117-141, 1992.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** 6ª ed. São Paulo: Editora Edusp, 2021.

SANTOS, Tatiane Araújo et. al. O materialismo dialético e a análise de dados quantitativos. **Texto contexto - enferm.** vol. 27 n.4. Florianópolis, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072018000400600&tlng=pt. Acesso em: 15 nov. 2020.

SILVA, Fernando Henrique de Araújo. Breve diálogo sobre o conceito de lugar a partir das correntes crítica e fenomenológica do pensamento geográfico. **Revista Eletrônica da**

associação dos Geógrafos Brasileiros, Três Lagoas/MS, n. 29, p. 112 – 124, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/7901>. Acesso em: 02 jul. 2022.

SILVA, Fernando Vieira. **Dinâmicas migratórias de trabalhadores de São José de Piranhas-Paraíba, para o corte de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo**. Cajazeiras, 130 p. (Trabalho de Conclusão de Curso) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande – Cajazeiras, 2018.

SILVA, José Lindemberg Bernardo da. **Geotecnologias aplicadas à análise das vulnerabilidades socioeconômica e ambiental da Região Imediata de Cajazeiras – PB**. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido) – Departamento de Economia, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Pau dos Ferros, 2021.

SILVA, Marcelo Saturnino. **Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e identidades da juventude rural**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2006. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/1881>. Acesso em: 15 out. 2021.

SILVA, Marcelo Saturnino. **Trabalhadores-migrantes nos canaviais paulistas: sociabilidade, trabalho e formas de resistência**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

SILVA, Marcelo Saturnino; MENEZES, Marilda Aparecida. Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das esposas, mães e namoradas dos migrantes sazonais do município de Tavares – PB. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; Menezes, M. A. (orgs.) **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 279 – 309. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/genero+e+gera_o+em+contextos+rurais.pdf/171b01b8-2ded-48dc-9639-8e7e34c7bbcc. Acesso em: 10 mar. 2022.

SILVA, Marcilene Ferreira da. **Discussões conceituais sobre estado e políticas (públicas) sociais**. In: IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís. Anais eletrônicos, 20 – 23 ago. 2019. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_44_445ccacf8c33b72.pdf. Acesso em: 15 jul. 2022.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo. Editora da Unesp, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. In: NOVAES, J. R. P.; ALVES, F. (orgs.) **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.p.55-86.

SILVA, Uvanderson Vitor da. **Velhos Caminhos, Novos Destinos: Migrante nordestino na Região Metropolitana de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Wagner Pires da; MACIEL, Paulo Henrique Freitas; BARBOSA, Erlene Pereira. **Limites das políticas públicas e do estado no capitalismo**. In: VI Seminário CETROS - Crise e Mundo do Trabalho no Brasil: Desafios para a classe trabalhadora. Itaperi. Anais eletrônicos, 20 – 24 ago. 2018. Disponível em: <http://uece.br/eventos/viseminariocetros/anais/trabalhos.html>. Acesso em: 16 jul. 2022.

SILVA, Wallysson Klebson de Medeiros et al. **Migração sazonal de trabalhadores do semiárido com destino aos canaviais**. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DA DIVERSIDADE DO SEMIÁRIDO. Campina Grande, 8-10 nov. 2017, p. 1-10.

SOARES, Leandro Queiroz; FERREIRA, Mário César. Pesquisa participante como opção metodológica para investigação de práticas de assédio moral no trabalho. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho** (online). v. 6, nº 2, p. 85-109, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1984-66572006000200005&script=sci_abstract. Acesso em: 08 ago. 2022.

SOUZA, Thiago Romeu de. A migração e o retorno de paraibanos a São Paulo: Uma abordagem relacional. In: SILVA, Anieres Barbosa da; GUTIERRES, Henrique Elias Pessoas; GALVÃO, Josias de Castro. (Org.). **Paraíba: Pluralidades e representações geográficas**. 2 Ed. Campina Grande: EDUFCG, 2019. V. 2, p. 93-113. Disponível em: <https://editora.ufcg.edu.br/ebooks/151/view/65/publicacoes-2019/75/paraiba-pluralidade-e-representacoes-geograficas-2.html>. Acesso em: 01 jul. 2021.

SOUZA, Thiago Romeu de. **Lugar de origem, lugar de retorno: a construção dos territórios dos migrantes na Paraíba e São Paulo**. 2015. 264 f. Tese (Doutorado em Geografia) – CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

TORRES, Iraíldes Caldas; RODRIGUES, Luana Mesquita. O Trabalho das mulheres no sistema produtivo da várzea amazônica. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; Menezes, M. A. (orgs.) **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 279 – 309. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/genero+e+gera_o+em+contextos+rurais.pdf/171b01b8-2ded-48dc-9639-8e7e34c7bbcc. Acesso em: 10 mar. 2022.

USINAS SANTA MARIA EM MEDEIROS NETO E SANTA CRUZ EM CABRÁLIA VÃO INVESTIR R\$ 192,4 MILHÕES EM AMPLIAÇÕES NO EXTREMO SUL BAIANO. **Jornal Alerta** (online). Bahia, ago. 2020. Disponível em: <https://jornalalerta.com.br/usinas-santa-maria-em-medeiros-neto-e-santa-cruz-em-cabralia-vaio-investir-r-1924-milhoes-em-ampliacoes-no-extremo-sul-baiano/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

VALE, Ana Lia Farias; LIMA, Luiz Cruz; BONFIM, Maria Geovaní. Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil. **Textos e Debates**, Boa Vista, n. 07, p. 24-46, 2004.

VENDRAMINI, Célia Regina. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 21, nº 2, p. 239-260, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n2p239>. Acesso em: 08 jul. 2021.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em:

<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 12 ago. 2022.

WOLFFENBÜTTTEL, Andréa. IPEA. **O que é? - Índice de Gini**. Desafios do desenvolvimento, 2004. Edição 4 - 1/11/2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28. Acesso em 20 ago. 2022.

WOORTMAN, Klaas. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 7, n. 1, p. 35-51, 1990. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/546>. Acesso em: 15 jun. 2022.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288 – 322, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/X7pK7y7RFsC8wnxB36MDbyx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2022.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro da entrevista realizada com os migrantes

- 1) Qual sua idade?
- 2) Endereço?
- 3) Estado civil?
- 4) Grau de escolaridade?
- 5) Composição familiar?
- 6) Por que você migra para trabalhar no corte de cana?
- 7) Você já foi para o corte de cana em São Paulo ou na Bahia?
- 8) Você e sua família possuem terras? (Se sim) Elas oferecem condições para que vocês retirem seu sustento?
- 9) Possuem casa própria?
- 10) Quando não está no corte de cana você trabalha com que?
- 11) A quantos anos você viaja para o corte de cana?
- 12) Por que você migra especificamente para São Paulo ou Bahia?
- 13) Como era sua vida e de sua família antes do corte de cana?
- 14) Quando você migra para o corte de cana, passa em média quanto tempo longe de casa?
- 15) Quando você migra, geralmente vai mais alguém da sua família com você? Quem?
- 16) Outras pessoas da sua família já migraram antes de você (esposa ou outros parentes)? Também foi para o corte de cana?
- 17) O que significa o corte de cana-de-açúcar para você?
- 18) Você tem algum sonho que pretende realizar através do corte de cana?
- 19) O corte de cana já lhe possibilitou ou possibilita adquirir algum bem, serviço ou negócio? Qual? O que mudou após o início das viagens para agora?
- 20) Quando você retorna do corte de cana, geralmente gasta esse dinheiro dentro do próprio município de São José de Piranhas?
- 21) Já buscou alternativas para não ter que ir para o corte de cana? Quais?
- 22) Já trouxe ou tentou reproduzir em São José de Piranhas alguma técnica ou equipamento que você viu no corte de cana?
- 23) Na sua opinião, essas viagens para o corte de cana transformam alguma coisa no município? O Que?
- 24) Tem pretensão migrar em definitivo dessa vez ou futuramente? Por quê?
- 25) Quando você viaja, quem assume suas funções enquanto você está fora?
- 26) Tem algum plano futuro para parar de viajar para o corte de cana? Qual?

MUITO OBRIGADO!

Apêndice B – Roteiro das entrevistas realizadas com as mulheres/mães de migrantes

- 1) Qual a sua idade?
- 2) Onde você mora?
- 3) Estado civil?
- 4) Escolaridade?
- 5) Você exerce alguma função remunerada a fim de ajudar no sustento da casa? Qual?
- 6) Sua família recebe assistência de algum programa de assistência do Governo Federal? Qual?
- 7) Possui migrantes na sua família com exceção do seu marido/filho?
- 8) Você já migrou para algum lugar a fim de trabalhar ou acompanhando seu companheiro (marido, noivo) ou filho, ou tem vontade de migrar? Se sim, pra onde? Se não, por quê?
- 9) Quando seu companheiro está migrando você assume alguma obrigação extra antes desempenhada por ele? Quais?
- 10) Qual a importância do dinheiro do corte de cana para sua família? Por quê?
- 11) (caso seja casada) Quando você casou, seu marido já migrava para o corte de cana? Se não, como eram as condições de vida antes do corte de cana?
- 12) Quais as maiores dificuldades de passar tanto tempo ausente do seu marido?
- 13) Na sua opinião, a saída de tantos cortadores transforma muito a cidade? Em quê?
- 14) Quanto a chegada, quais as transformações você identifica no município quando esses trabalhadores retornam?
- 15) Você se considera como sendo participante do processo migratório ao qual seu marido faz parte?

MUITO OBRIGADO!

Apêndice C – Roteiro das entrevistas realizadas com seis migrantes em 2022

- 1) Quanto recebe de salário mensal aproximadamente um cortador de cana-de-açúcar?
- 2) Em média quanto você enviava para a sua família em São José de Piranhas?
- 3) Quanto é o gasto médio mensal de um trabalhador quando está no corte de cana?
- 4) Quanto consegue economizar e trazer para o município ao final da safra?

Apêndice D – Roteiro de entrevista realizada com os proprietários das lojas de material de construção de São José de Piranhas.

- 1) A saída e o retorno dos cortadores de cana afetam as vendas do seu comércio? (se sim)
Em quanto aproximadamente?

Apêndice E – Roteiro de entrevista aplicada ao representante do maior loteamento de São José de Piranhas

- 1) Os cortadores de cana compram lotes de terra na sua imobiliária quando retornam da safra?

Apêndice F – Roteiro das entrevistas aplicadas com representantes do setor de Recursos Humanos de duas usinas canavieiras localizadas no estado da Bahia.

- 1) Desde quando essa usina contrata migrantes paraibanos para o corte da cana de açúcar?
- 2) Aproximadamente quantos migrantes são contratados anualmente?
- 3) Por que não contratam mão-de-obra local para a execução do trabalho?

Apêndice G – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo **“A migração temporária de trabalhadores de São José de Piranhas-PB para o corte de cana-de-açúcar em São Paulo e Bahia: causas e impactos para o lugar de origem”**, coordenado pelo pesquisador **FERNANDO VIEIRA DA SILVA** e vinculado ao **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA** da **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo Geral analisar as dinâmicas e as consequências locais e sociais do processo de migração de origem para o corte de cana-de-açúcar, com destino a São Paulo e Bahia, em São José de Piranhas – PB e como objetivos Específicos: a) Discutir o processo migratório no Nordeste e em São José de Piranhas; b) Caracterizar, do ponto de vista do lugar de origem, os principais sujeitos envolvidos no fenômeno migratório; c) Evidenciar os protagonismos dos não-migrantes, com ênfase para a figura feminina; d) Examinar as dinâmicas locais e suas relações com o fenômeno migratório e se faz necessário pela evidente significância do fenômeno migratório em pequenos municípios do Sertão paraibano como é o caso de São José de Piranhas, o qual historicamente tem suas dinâmicas moldadas pelas migrações cíclicas de boa parte de seus munícipes para a colheita de cana-de-açúcar em outros estados. Outros fatores como necessidade de aprofundamento de estudos sobre o fenômeno local e enriquecimento do acervo de pesquisas de caráter local e institucional vem a corroborar com a realização da pesquisa.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) a entrevistas com perguntas abertas e fechadas que serão respondidas a partir de sua vivência com o fenômeno migratório, as quais com a sua autorização serão gravadas, tabuladas, analisadas e discutidas durante a escrita do trabalho de dissertação. Os riscos envolvidos com sua participação são o possível constrangimento, desconforto, cansaço ou aborrecimento ao responder as indagações ou mesmo alterações de autoestima. Todavia, as questões serão claras e objetivas, além do total sigilo das informações, garantia do anonimato, e total direito de se negar a responder qualquer questionamento. Os benefícios da pesquisa serão dentre elas o desvendamento de realidades vividas por essas famílias, além de possibilitar uma melhoria na compreensão das dinâmicas locais influenciadas e influenciadoras dos fenômenos migratórios, possibilitando assim contribuir para a elaboração de ações públicas que venham a melhorar a qualidade de vida dos

trabalhadores e de potenciais futuros migrantes que possa promover o fortalecimento da cidadania e dignidade de vida desses trabalhadores e seus familiares.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você poderá buscar o direito de ser indenizado.

Esta pesquisa atende às exigências das resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é um colegiado interdisciplinar e independente de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem como foco central defender os interesses e a integridade dos participantes voluntários de pesquisas envolvendo seres humanos e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a FERNANDO VIEIRA DA SILVA, ou ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP/CFP/UFCG cujos dados para contato estão especificados abaixo.

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Fernando Vieira da Silva

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Endereço Pessoal: Rua Severina Mariz, nº36, Bairro Casas Populares, Cajazeiras-PB

Endereço Profissional:

Horário disponível: Segunda à Sexta das 08:00 às 17:00 horas

Telefone: (83) 9 9657-5435

E-mail: fernandoefsjp@gmail.com

Dados do CEP

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande- CEP/CFP/UFCG, situado a rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras - PB; CEP: 58.900-000.

E-mail: cepcfpufcgcz@gmail.com

Tel: (83) 3532-2075

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

**São José de Piranhas -PB, 06 de setembro
de 2021**

Assinatura ou impressão datiloscópica do
voluntário ou responsável legal

Fernando Vieira da Silva- Pesquisador
Responsável

Apêndice H – Termo de Compromisso do Pesquisador



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Por este termo de responsabilidade, eu abaixo-assinado, autor da pesquisa intitulada **“A migração temporária de trabalhadores de São José de Piranhas-PB para o corte de cana-de-açúcar em São Paulo e Bahia: causas e impactos para o lugar de origem”**, assumo cumprir fielmente as diretrizes regulamentadoras emanadas da Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde/ MS e suas Complementares, homologada nos termos do Decreto de delegação de competências de 12 de novembro de 1991, visando assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, ao (s) sujeito (s) da pesquisa e ao Estado.

Reafirmo, outros sim, minha responsabilidade indelegável e intransferível, mantendo em arquivo todas as informações inerentes a presente pesquisa, respeitando a confidencialidade e sigilo das fichas correspondentes a cada sujeito incluído na pesquisa, por um período de 5 (cinco) anos após o término desta. Apresentarei sempre que solicitado pelo CEP/ CFP/UFCG (Comitê de Ética em Pesquisas/ Centro de Formações de Professores) ou CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) ou, ainda, as Curadorias envolvidas no presente estudo, relatório sobre o andamento da pesquisa, comunicando ainda ao CEP/CFP/UFCG, qualquer eventual modificação proposta no supracitado projeto.

São José de Piranhas-PB, 06 de setembro de 2021

Fernando Vieira da Silva
Pesquisador Responsável

Apêndice I – Termo de Compromisso de Divulgação dos Resultados

Termo de Compromisso de divulgação dos resultados

Por este termo de responsabilidade, eu, abaixo – assinado, autor da pesquisa intitulada “**A migração temporária de trabalhadores de São José de Piranhas-PB para o corte de cana-de-açúcar em São Paulo e Bahia: causas e impactos para o lugar de origem**” assumo o compromisso de:

- Preservar a privacidade dos participantes da pesquisa cujos dados serão coletados;
- Assegurar que as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do projeto em questão;
- Assegurar que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;
- Assegurar que as informações somente serão divulgadas de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o sujeito da pesquisa;
- Assegurar que os resultados da pesquisa serão encaminhados para a publicação, com os devidos créditos aos autores.

São José de Piranhas -PB, 06 de setembro de 2021

Fernando Vieira da Silva
Autor da Pesquisa

ANEXOS

Anexo A - Termo de Anuência**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA****TERMO DE ANUÊNCIA**

Eu, **ANTÔNIO COELHO DE SOUZA**, SECRETÁRIO CHEFE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS-PB, autorizo o desenvolvimento da pesquisa intitulada: **“A migração temporária de trabalhadores de São José de Piranhas-PB para o corte de cana-de-açúcar em São Paulo e Bahia: causas e impactos para o lugar de origem”**, nesta instituição, que será realizada no período de 01/11/2021 a 31/12/2021, tendo como pesquisador responsável o mestrando Fernando Vieira da Silva.

SÃO JOSÉ DE PIRANHAS-PB, 2021

**ANTÔNIO COELHO DE SOUZA
ASSINATURA E CARIMBO**

Anexo B – Parecer consubstanciado do CEP/CFP

**UFCG - CENTRO DE
FORMAÇÃO DE
PROFESSORES - CAMPUS DE
CAJAZEIRAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA DE TRABALHADORES DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS-PB PARA O CORTE DE CANA-DE-AÇÚCAR EM SÃO PAULO E BAHIA: CAUSAS E IMPACTOS PARA O LUGAR DE ORIGEM

Pesquisador: FERNANDO VIEIRA DA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 52368021.4.0000.5575

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG)

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.081.974

Apresentação do Projeto:

A MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA DE TRABALHADORES DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS-PB PARA O CORTE DE CANA-DE-AÇÚCAR EM SÃO PAULO E BAHIA: CAUSAS E IMPACTOS PARA O LUGAR DE ORIGEM
Projeto de Mestrado apresentado a disciplina de Seminário de Dissertação do Programa de Pós-graduação em

Geografia como critério avaliativo para obtenção de nota na referida disciplina.

Objetivo da Pesquisa:

Este estudo tem por objetivo Geral analisar as dinâmicas e as consequências locais e sociais do processo de migração de origem para o corte de cana-de-açúcar, com destino a São Paulo e Bahia, em São José de Piranhas – PB e como objetivos Específicos: a) Discutir o processo migratório no Nordeste e em São José de Piranhas; b) Caracterizar, do ponto de vista do lugar de origem, os principais sujeitos envolvidos no fenômeno migratório; c) Evidenciar os protagonismos dos não-migrantes, com ênfase para a figura feminina; d) Examinar as dinâmicas locais e suas relações com o fenômeno migratório e se faz necessário pela evidente significância do fenômeno migratório em pequenos municípios do Sertão paraibano como é o caso de São José de Piranhas, o qual historicamente tem suas dinâmicas moldadas pelas migrações cíclicas de boa parte de seus

Endereço: Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n

Bairro: Casas Populares

UF: PB

Município: CAJAZEIRAS

Telefone: (83)3532-2075

CEP: 58.900-000

E-mail: cepcfufcgcz@gmail.com

**UFCG - CENTRO DE
FORMAÇÃO DE
PROFESSORES - CAMPUS DE
CAJAZEIRAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE**



Continuação do Parecer: 5.081.974

municípios para a colheita de cana-de-açúcar em outros estados. Outros fatores como necessidade de aprofundamento de estudos sobre o fenômeno local e enriquecimento do acervo de pesquisas de caráter local e institucional vem a corroborar com a realização da pesquisa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Possível constrangimento, desconforto, cansaço ou aborrecimento ao responder as indagações ou mesmo alterações de autoestima.

Benefícios:

Os benefícios da pesquisa serão dentre elas o desvendamento de realidades vividas por essas famílias, além de possibilitar uma melhoria na compreensão das dinâmicas locais influenciadas e influenciadoras dos fenômenos migratórios, possibilitando assim contribuir para a elaboração de ações públicas que venham a melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e de potenciais futuros migrantes que possa promover o fortalecimento da cidadania e dignidade de vida desses trabalhadores e seus familiares.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante para o campo do conhecimento da geografia humana contribuindo com informações sobre espaço, organização social e regional em função de processos migratórios.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos estão dispostos corretamente.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Somos favorável à aprovação do presente projeto de pesquisa

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1823999.pdf	05/10/2021 15:55:39		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto de pesquisa_fernando.pdf	05/10/2021 15:54:51	FERNANDO VIEIRA DA SILVA	Aceito

Endereço: Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n

Bairro: Casas Populares

CEP: 58.900-000

UF: PB

Município: CAJAZEIRAS

Telefone: (83)3532-2075

E-mail: cepcfufcgcz@gmail.com

**UFCG - CENTRO DE
FORMAÇÃO DE
PROFESSORES - CAMPUS DE
CAJAZEIRAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE**



Continuação do Parecer: 5.081.974

Orçamento	orcamento_fernando.pdf	05/10/2021 15:40:59	FERNANDO VIEIRA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_fernando.pdf	05/10/2021 15:28:00	FERNANDO VIEIRA DA SILVA	Aceito
Outros	entrevistasdasmulheres_fernando.pdf	20/09/2021 21:20:11	FERNANDO VIEIRA DA SILVA	Aceito
Outros	entrevistamigrantes_fernando.pdf	20/09/2021 21:19:39	FERNANDO VIEIRA DA SILVA	Aceito
Outros	termodecompromissodospesquisadores_fernando.pdf	20/09/2021 21:18:51	FERNANDO VIEIRA DA SILVA	Aceito
Outros	termodecompromissodedivulgacaodosresultados_fernando.pdf	20/09/2021 21:17:32	FERNANDO VIEIRA DA SILVA	Aceito
Outros	termodeanuencia_fernando.pdf	20/09/2021 21:13:20	FERNANDO VIEIRA DA SILVA	Aceito
Cronograma	cronogramadeatividades_fernando.pdf	20/09/2021 21:11:37	FERNANDO VIEIRA DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto_fernando.pdf	20/09/2021 21:10:14	FERNANDO VIEIRA DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAJAZEIRAS, 05 de Novembro de 2021

Assinado por:
Paulo Roberto de Medeiros
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n

Bairro: Casas Populares

CEP: 58.900-000

UF: PB

Município: CAJAZEIRAS

Telefone: (83)3532-2075

E-mail: cepcfufcgcz@gmail.com